

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Dayane do Carmo Barretos

**O que resta ao corpo: disputas de sentido em
textualidades sobre assassinatos de travestis e transexuais**

Belo Horizonte
2021

Dayane do Carmo Barretos

**O que resta ao corpo: disputas de sentido em textualidades sobre
assassinatos de travestis e transexuais**

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutora, pelo Programa
de Pós-Graduação em Comunicação Social da
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Linha de pesquisa: Textualidades Midiáticas

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Joana Ziller

Coorientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo
Prado

Belo Horizonte
2021

301.16 Barretos, Dayane do Carmo.
B273o O que resta ao corpo [manuscrito] : disputas de sentido
2021 em textualidades sobre assassinatos de travestis e transexuais
/ Dayane do Carmo Barretos. - 2021.
191 f.
Orientadora: Joana Ziller.
Coorientador: Marco Aurélio Máximo Prado.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1.Comunicação – Teses. 2.Travestis – Teses.
3.Transexuais – Teses. 4. Relações de gênero - Teses.
I. Ziller, Joana. II. Prado, Marco Aurélio Máximo. III.
Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"O que resta ao corpo: disputas de sentido em textualidades sobre assassinatos de travestis e transexuais"

Dayane do Carmo Barretos

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia **15 de outubro de 2021**, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos(as) seguintes professores(as):

Prof^a Joana Ziller de Araújo Josephson - Orientadora

UFMG

Prof. Marco Aurélio Máximo Prado

UFMG

Prof. Elton Antunes

UFMG

Prof. Carlos Magno Camargos Mendonça

Profª Flavia do Bonsucesso Teixeira

UFU

Profª Rafaela Vasconcelos Freitas

UFRGS

Belo Horizonte, 15 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Flavia do Bonsucesso Teixeira, Usuário Externo**, em 20/10/2021, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafaela Vasconcelos Freitas, Usuário Externo**, em 20/10/2021, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Magno Camargos Mendonca, Professor do Magistério Superior**, em 20/10/2021, às 20:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurelio Maximo Prado, Professor do Magistério Superior**, em 08/11/2021, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elton Antunes, Professor do Magistério Superior**, em 08/11/2021, às 19:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joana Ziller de Araujo Josephson, Professora do Magistério Superior**, em 09/11/2021, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1020657** e o código CRC **87B75971**.

Ao meu pai-avô

AGRADECIMENTOS

Há uma cena de que me lembro nitidamente. Eu devia ter cerca de seis ou sete anos e estava me arrumando para a escola no quarto da minha avó. Passei um batom escuro e dei um beijo na parte de dentro da porta do guarda-roupa para deixar uma marca de beijinho. Acabei sujando a mão com o batom e por alguns momentos fiquei olhando para aquela mãozinha pequena pensando no quanto ela cresceria e me perguntando se ela ficaria muito diferente do que era naquele momento. Eu queria muito crescer, estava ávida por me tornar uma bióloga marinha que mergulharia nos oceanos vendo tartarugas e golfinhos. Então comecei a pensar quanto tempo mais eu deveria estudar, quantos anos eu teria pela frente. Minha mãe havia me assustado uns dias antes dizendo que eu teria muitos anos de escola ainda. “Mais de dez?”, eu perguntei preocupada. E ela respondeu dizendo que seria muito mais de dez, que teria faculdade, talvez um mestrado. Um mestrado! Eu definitivamente jamais faria mestrado. Muito menos um doutorado (que naquela altura eu sequer sabia que existia). Quem em sã consciência desejaria continuar estudando quando não precisava mais?

Minha mãe usava uma expressão engraçada quando começávamos a falar de estudos. Ela dizia que eu tinha que *comer livros*, “comer livros pra ser alguém na vida”. Agora enquanto eu escrevo esses agradecimentos percebo o quanto isso descreve bem a minha relação com a pesquisa: devorar, quase compulsivamente, até absorver dali o necessário para escrever. Eu devo a ela toda inspiração e estímulo para seguir estudando.

Sou grata também às demais mulheres da família Carmo, exemplos de força que me mostraram que lar é onde nosso coração é acolhido. Ao lembrar da minha família me vem em mente aquele provérbio que diz que é preciso uma aldeia para educar uma criança. Filha de mãe solo, cuidada por avós e pelas tias, a pessoa que me tornei e, conseqüentemente, todas as minhas conquistas, são fruto dessa criação tão não tradicional, com várias autoridades e vários colos. Agradeço especialmente aos meus avós, Dona Maria e Seu Zé, que tanto acreditaram em mim e me estimularam a conquistar o que eu ousasse sonhar, com a responsabilidade e a liberdade necessárias.

Todo o amor que me abraça está em tudo que eu escrevo. Por isso agradeço às minhas amigas de infância, pelo companheirismo e por tantas experiências. E também aos amigos que sempre me apoiaram nesse caminho acadêmico que é tão solitário, Dani e Flávio. Agradeço também à Vanessa, minha maior companheira nesse período, parceira de olhar para as coisas com o olho desacostumado, por ser presença, carinho e paciência durante todo esse tempo. Por

não largar minha mão e por saltar comigo todas as vezes que precisei deixar de sentir o pé no chão.

Eu considero que tenho muita sorte por ter encontrado em meu caminho, desde a graduação, pesquisadores com apreço pela partilha, com paixão pela pesquisa e que me ensinaram tanto e com tamanha gentileza. Me lembro de começar a iniciação científica com o Reges Schwaab empolgada com a oportunidade de pesquisar as possibilidades para as narrativas jornalísticas. Com ele aprendi a tomar chá sem açúcar e a questionar os conhecimentos acostumados. Já Marta Maia me recebeu no mestrado, me fez desafiar a mim mesma e me impulsionou, acreditando em mim quando eu mesma tinha minhas dúvidas se conseguiria. Segue como minha companheira de pesquisa com quem divido bons chocolates, áudios enormes e um especial interesse por pensar o jornalismo para além dele. Agradeço, imensamente, à Joana e ao Marco por compartilharem comigo inquietações e indignações, por me orientarem com tanta gentileza. Eu aprendi e aprendo muito com vocês, não só academicamente, mas também sobre como a pesquisa reflete nossas posturas na vida, sobre a importância dos encontros. Essa pesquisa só existe por causa da acolhida de vocês.

Pelos aprendizados em sala de aula e fora dela, agradeço a todos os colegas e professores com quem vivi esses quatro anos. Pelo amadurecimento como pessoa, pesquisadora e professora, não poderia deixar de agradecer à Ufop, que me revolucionou tanto. Agradeço ao PPGCOM, à UFMG, ao Nuh e ao Gel por me receberem de braços abertos e me proporcionarem as ferramentas necessárias para realizar essa pesquisa com a seriedade necessária. Espero que ela contribua para o Programa e para o campo da Comunicação. Cheguei uma jovem cheia de certezas e saio me sentindo muito mais questionadora.

Agora eu olho de novo para as minhas mãos, que não são mais pequenininhas, têm alguns calos de segurar caneta, são ágeis digitando no teclado os pensamentos inquietos (e ainda mais ágeis apagando devaneios exagerados). Aquela menina que fantasiava enquanto se arrumava para a escola, vislumbrando todo um futuro em poucos minutos, acabou desistindo dos mergulhos no oceano, mas comeu livros suficientes para poder escrever uma tese. O que eu acho que deixaria ela bem orgulhosa, apesar de soar menos interessante.

RESUMO

Neste trabalho nos interessa investigar os sentidos em disputa que são configurados pelas textualidades que tratam de assassinatos de travestis e transexuais em Minas Gerais, que contribuem para a constituição de vulnerabilidades a que os corpos dissidentes são submetidos. Para tanto, partimos do pressuposto de que tais textualidades são atravessadas pelas dinâmicas sociais e conformadas pelas relações de poder, principalmente no que se refere às normas de gênero. Entendemos as normas de gênero como ferramentas das redes de poder que enredam os corpos na sociedade, determinando os parâmetros de normalidade e, conseqüentemente, os desvios. Sendo assim, voltar o olhar para as produções que tratam de assassinatos, ou seja, para o fim máximo de condenação dos corpos desviantes, é uma forma de buscar vestígios das operações dessas normas. Para cercar essas questões, iniciamos as reflexões teóricas abordando o gênero e a norma de gênero, em uma ótica que evidencia a vinculação entre eles na conformação dos corpos na sociedade. Os estudos queer e a perspectiva decolonial nos auxiliam a pensar na constituição da diferença no esteio das relações de poder. A partir de uma abordagem de inspiração foucaultiana e butleriana, avançamos nas discussões sobre poder, acionando os debates sobre necropolítica e precariedade, que nos permitem compreender melhor a violência, principalmente aquela direcionada às pessoas trans. Nosso movimento analítico promove um olhar disposicional para investigar as textualidades do *corpus*. Uma vez que o interesse aqui é descortinar as operações normativas em atuação por meio da configuração de sentidos, optamos por um procedimento metodológico que destacasse a instabilidade e o caráter provisório, móvel e deslizante desses sentidos apropriados textualmente. Para tanto, coletamos um material de análise que consiste em matérias jornalísticas apontadas como fonte pelos mapas de assassinatos de travestis e transexuais desenvolvidos pela Associação de Travestis e Transexuais (ANTRA) nos anos de 2017 e 2018, os Registros de Eventos de Defesa Social (REDS) elaborados por agentes da segurança pública do mesmo período em Minas Gerais e que tratam desses assassinatos, e também os dossiês produzidos pela ANTRA que não só reúnem dados sobre os crimes, mas consistem em uma contraprodução que questiona o contexto de matabilidade. O intuito foi realizar uma análise das textualidades que compõem esse material, de modo que fosse possível enxergar recorrências, disputas e outras pistas que nos auxiliassem a compreender as redes de vulnerabilidades que cercam os corpos trans e travestis em nossa sociedade.

Palavras-chave: Norma de gênero; Corpos; Disputas de sentido; Textualidades; Travestis e Transexuais

ABSTRACT

In this work, we are interested in investigating the meanings in dispute that are configured by the texts that deal with the murders of transvestites and transsexuals in Minas Gerais, which contribute to the constitution of vulnerabilities to which dissident bodies are submitted. Therefore, we assume that such textualities are crossed by social dynamics and shaped by power relations, especially with regard to gender norms. We understand gender norms as tools of power networks that entangle bodies in society, determining the parameters of normality and, consequently, deviations. Thus, turning our gaze to productions that deal with murders, that is, to the ultimate end of the condemnation of deviant bodies, is a way of looking for traces of the operations of these norms. To address these issues, we begin theoretical reflections by approaching gender and the gender norm, in a perspective that highlights the link between them in the conformation of bodies in society. Queer studies and the decolonial perspective help us to think about the constitution of difference in the support of power relations. Based on an approach inspired by Foucault and Butler, we advanced in discussions about power, triggering debates on necropolitics and precariousness, which allow us to better understand violence, especially that directed at trans people. Our analytical movement promotes a dispositional look to investigate the textualities of the corpus, since the interest here is to unveil the normative operations in operation through the configuration of meanings, we chose a methodological procedure that highlights instability and the provisional, mobile and these textually appropriate senses. For this purpose, we collected an analysis material consisting of journalistic articles identified as a source by the maps of murders of travestis and transsexuals developed by the Association of Travestis and Transsexuals (ANTRA) in 2017 and 2018, the Social Defense Event Records (REDS) prepared by public security agents from the same period in Minas Gerais and dealing with these murders, as well as the reports produced by ANTRA that not only gather data on the crimes, but consist of a counter-production that questions the context of killing. The aim was to carry out an analysis of the textualities that make up this material, so that it would be possible to see recurrences, disputes and other clues that would help us understand the networks of vulnerabilities that surround trans and transvestite bodies in our society.

Keywords: Gender Norm; Bodies; Disputes of meaning; Textualities; Travestis and Transsexuals

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 14

LISTA DE TABELAS

TAB.1 123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Identidade de gênero das vítimas conforme o REDS.....	131
Gráfico 2 – Orientação sexual das vítimas conforme o REDS.....	131
Gráfico 3 – Causa presumida informada no REDS.....	135
Gráfico 4 – Local do crime informado no REDS.....	136
Gráfico 5 – Denúncias de violência contra pessoas LGBT+ segundo o Disque 100.....	143
Gráfico 6 – Denúncias homicídios de pessoas LGBT+ segundo o Disque 100.....	143

SUMÁRIO

Imagem preliminar	14
Notas sobre um percurso de pesquisa	16
A constituição de um lugar epistemológico	21
Alguns adendos sobre a compreensão de poder neste trabalho	23
1. “E disse Deus: façamos o homem à nossa imagem”	25
1.1 O que o corpo pode.....	40
1.2 A diferença faz problema	51
2. O corpo e as redes normativas	64
2.1 Sexopolítica, necropolítica e precariedade	67
2.2 O corpo trans e travesti.....	78
2.3 Estudos sobre textualidades que tratam de pessoas trans	83
2.4 Violência.....	86
3. Desestabilizar o texto, o corpo, a própria pesquisa	104
3.1 A importância de um olhar disposicional	104
3.2 Pensando textualidades.....	112
4. Sobre o procedimento metodológico	119
4.1 Descrição do <i>corpus</i>	121
4.2 Especificidades jornalísticas	126
4.3 Sobre os REDS	128
4.4 Sobre os Dossiês	138
4.4.1 Dossiê ANTRA 2017.....	144
4.4.2 Dossiê ANTRA 2018.....	149
5. Uma leitura articulada das textualidades	153
Considerações finais	176
Imagem final: sobre existências	185
Referências Bibliográficas	186

Imagem preliminar



Figura 1: Foto da matéria sobre o assassinato de Paola. Fonte: *GI*

A foto foi desfocada artificialmente, mas ainda assim é possível ver um corpo jogado no chão de terra, meio de lado, uma calça jeans muito ensanguentada e uma sandália azul com um salto extremamente alto. Na matéria do *portal GI* um título protocolar, sintético: “Corpo encontrado em Araújos MG”¹. O corpo pertence à Paola, mulher transexual de apenas 19 anos que foi assassinada no dia 23 de julho de 2018 com 12 facadas que atingiram costas, peito, abdômen, pernas e braços. Ao ler os relatos sobre os assassinatos é impossível não reconstruir a cena mentalmente. Doze facadas. Esfaquear é diferente de atirar, é possível atirar de longe, nas costas da vítima, sem que seja necessário chegar muito perto, mas para esfaquear não, é preciso se aproximar, chegar perto, dominar a vítima. Para desferir doze facadas a raiva é um componente da ação, claro. E a intenção de matar também, matar bem matado, esfaquear repetidamente, excluir qualquer possibilidade de sobrevivência. Na matéria consta que, segundo a polícia, a suspeita é de que ela tenha entrado em uma luta corporal. Imediatamente

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2018/07/23/corpo-e-encontrado-em-araujos-mg.ghtml>

imagino Paola, calçada das suas sandálias azuis de saltos altíssimos, lutando com alguém naquele terreno irregular de terra. De qualquer forma não importa mais, Paola morreu com 12 facadas e foi deixada coberta de sangue em um terreno em Araújo, seus saltos altíssimos foram retirados do seu corpo e colocados em um saco plástico pela perícia, assim como também foi colocado em um saco plástico um preservativo encontrado ao lado do corpo, conforme consta no histórico da ocorrência produzido pela polícia. O preservativo corrobora com o relato de populares de que o local era utilizado para a realização de programas sexuais. *Agora está explicado! Paola era puta! Foi por isso que levou doze facadas e morreu daquele modo. Eu que não sou trans, que não sou puta, estou a salvo desse tipo de risco, não tenho com o que me preocupar.*²

De qualquer modo é só um corpo encontrado. O que significa um corpo encontrado? Não existe luto para um corpo encontrado, não me parece que um corpo encontrado comove muita gente. Talvez alguém que conhecesse Paola, talvez alguém que compartilhe as suas vulnerabilidades, que seja trans, travesti, puta. E para o resto? Não resta nada para o corpo, não resta nada para nós.

² Usarei o itálico para demarcar trechos em que estou sendo irônica. O intuito com o uso da ironia é demarcar leituras do senso comum acerca dos corpos trans e das suas emergências, que povoam os imaginários.

Notas sobre um percurso de pesquisa

As próximas páginas trazem questões teóricas, discussões conceituais de diferentes autoras e autores. No entanto, gostaria que a imagem que descrevi acima nos acompanhasse nesse percurso, porque é disso que se trata. De mortes que não comovem, de corpos desviantes e das vulnerabilidades que os perseguem todos os dias. Assim como Paola, outras 25 mulheres trans ou travestis foram assassinadas entre 2017 e 2018 em Minas Gerais, segundo dados da Associação de Travestis e Transexuais (ANTRA)³. Nos interessa analisar as tensões que cercam os relatos dessas mortes, que configuram formas de ver e de ler esses corpos também em vida.

Esse trabalho é sobre morte, mas não sobre qualquer morte. É sobre assassinatos que não estão isolados, sobre vidas fáceis demais de tirar, sobre matabilidade. E essa é uma informação valiosa.

Digo isso porque ao longo dos processos de leitura, análise e escrita, me esqueci disso algumas vezes. Então essas mortes, um tema tão doloroso, passaram a se revestir de números, dados, problematizações, teorias, conceitos e, por vezes, deixaram de parecer com a morte, com a dolorosa, potente e revoltante morte. É importante fincar os pés nesse terreno árido, para que seja possível seguir se indignando com o fato de que determinadas mortes se tornam automaticamente números, por vezes nem isso.

A dificuldade para se produzir dados sobre mortes de pessoas trans e travestis, que têm de ser coletados e analisados por movimentos sociais e pesquisas de caráter acadêmico, na ausência de dados oficiais até mesmo sobre o tamanho da população trans⁴ no país, demonstram a dificuldade que essas mortes enfrentam até para se tornarem apenas números. Nem mesmo números insuficientes, para que a gente olhe para eles e diga com indignação “veja só, sequer parece que estamos falando em pessoas, são só números!”. Nas matérias jornalísticas os assassinatos não são números, são crimes, corpos encontrados, fatalidades. É necessário que algo da normalidade do cotidiano seja quebrado para que uma morte se torne pauta de jornal. Um assassinato é uma ruptura no cotidiano, sem dúvidas, mas mesmo na sua singularidade ele se transforma em apenas mais um relato entre tantos outros. *Uma travesti foi assassinada, a polícia investiga o caso.*

Algumas vezes eu imagino o momento em que um grupo de pessoas trans perceberam que precisavam contar as mortes das suas e dos seus. Essa é uma decisão política, escancarar

³ Optamos por manter a sigla toda em maiúsculas pois é a forma utilizada oficialmente pela Associação.

⁴ O Censo do IBGE não coleta informações sobre identidade de gênero. Essa é, inclusive, uma das grandes lutas do movimento trans que está se mobilizando judicialmente para garantir que no próximo censo (que estava previsto para 2020, mas foi adiado) constem dados sobre a população trans.

essas mortes, dar nomes a essas vítimas, mapeá-las pelo país. Chegar ao ponto de decidir que apenas ao contar as mortes seria possível comprovar a vulnerabilidade das vidas vividas por essas pessoas. Esse para mim é um ponto chave para a reflexão que proponho aqui. Central. Porque é um trabalho horrível, não tem como qualificar de outra forma, e mesmo assim ele segue sendo realizado para que nós possamos nos confrontar com essas mortes. O que isso nos diz?

O contexto da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) trouxe novas nuances para o contexto de matabilidade e de vulnerabilidade vivenciado pelas pessoas trans. A exposição ao vírus a que estão submetidas as trabalhadoras do sexo, por exemplo, adiciona um novo risco. Se antes a ameaça tinha cara e corpo, agora ela é também invisível. Muito além de ser um risco adicional, a Covid-19 soma-se à uma rede muito diversa e específica de vulnerabilidades: as prostitutas que precisam continuar se expondo para garantir o seu próprio sustento encontram um movimento muito menor de clientes, o que acarreta a diminuição do preço do programa e, com isso, elas têm dificuldade de arcar com as próprias despesas. Aquelas que moram em quitinetes e albergues mantidos pelos cafetões, em geral as mais novas, são pressionadas a conseguir trabalho para pagar o aluguel.⁵ Tudo isso afeta diretamente a saúde mental, principalmente para aquelas que não possuem rede de apoio.

Como forma de amenizar o problema, a ANTRA lançou um guia⁶ para as profissionais do sexo evitarem o contágio. As dicas vão desde evitar receber clientes em casa, dar preferência para clientes conhecidos, até cuidar da saúde mental e buscar alguém para dividir as despesas no período. Além disso, iniciativas de distribuição de cestas básicas direcionadas especialmente para a população trans mais vulnerável foram criadas, principalmente pelos movimentos sociais.

Mas para além das emergências materiais, o contexto da pandemia afeta diretamente a forma como lidamos com a morte. No momento em que escrevo, ultrapassamos as quinhentas mil mortes causadas pela Covid-19 registradas no país. Nesse cenário diariamente chegam até nós relatos de mortes de pessoas queridas e conhecidos. Minha mãe mora em uma cidade com pouco mais de cinco mil habitantes, onde passei boa parte da minha infância, e semanalmente me enviava mensagem perguntando “você se lembra de fulano, pai de sicrano que mora na rua tal?”. Essa era sempre a introdução que precedia a notícia que eu aprendi que viria em seguida:

⁵ Ver: <https://projetcocolabora.com.br/ods8/prostituicao-e-pandemia-terei-que-aceitar-20-ou-30-reais-preciso-comer/>

⁶ Ver: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/03/dicas-profissionais-do-sexo-antra.pdf>

“morreu de Covid”. Relatos de morte agora chegam até nós com uma frequência assustadora o que, conseqüentemente, causa uma espécie de anestesia coletiva. A morte já não parece nos afetar tanto assim, ela abandonou os ares de fatalidade, de exceção, e se tornou corriqueira, cotidiana. Estamos, de certo modo, amortecidos por tanta morte e ainda é complicado elaborar essa experiência da pandemia, ainda mais vivendo de dentro, em seu decorrer. Eu acordo, tomo meu café, vejo as atualizações no número de mortos e infectados no jornal, sento em meu escritório e escrevo sobre assassinatos de travestis e transexuais. Sigo escrevendo e produzindo, em meio ao mais absoluto caos político e sanitário, me indignando com as mortes evitáveis, com a dispensabilidade de certas vidas. É um exercício diário insano. Mas engulo seco, tomo um banho quente, um chá calmante e sigo escrevendo como forma de dar sentido a esses tempos, à minha própria vida. Escrever é o que faço de melhor, é minha forma de expurgar demônios, de ordenar as coisas de um jeito lógico. Falar sobre isso é extremamente difícil agora, mas não poderia deixar de demarcar a excepcionalidade do contexto no que se refere aos sentidos sobre a morte.

Cerca de quinze dias antes da finalização do texto recebi a notícia da morte de Fran Demétrio. Fran foi a primeira mulher trans a se tornar professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e eu tive o prazer de contar com a sua presença em minha banca de qualificação. Pesquisadora da área da Saúde, fez seu pós-doutorado em Filosofia e tinha uma atuação muito importante no transfeminismo. Suas contribuições muito generosas foram fundamentais para o que essa tese se tornou. Fran me apresentou Grada Kilomba, Viviane Vergueiro, Sara Wagner York. Me instigou a falar sobre de onde o meu corpo vem, me colocar mais na pesquisa. Sua vivência da transexualidade, juntamente com todo o seu vasto conhecimento e sua disponibilidade em compartilhá-los, são de muita riqueza para o campo dos estudos de gênero e sexualidade, seguem sendo. É injusto perdermos Fran. É doloroso que em uma pesquisa sobre assassinatos de pessoas trans, em que vemos que a baixa expectativa de vida dessas pessoas está ligada às vulnerabilidades a que estão submetidas, em que observamos a baixa taxa de escolaridade e a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal, tenhamos ainda que relatar a morte de uma mulher trans que alcançou notoriedade na academia, que foi uma exceção, que conseguiu. É injusto. Me indigna ainda mais. Perdemos muito.

Também não poderia deixar de mencionar a morte de Anyky Lima, em abril de 2021. Anyky tinha 65 e foi uma grande ativista na atuação em defesa da população trans. Acolheu muitas mulheres trans e travestis em sua casa, de quem se tornou mãe/avó. Foi presidenta do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual em Minas Gerais (Cellos-MG) e representante

estadual da ANTRA. Sua morte foi pauta em diversos veículos da imprensa e noticiada em postagens de várias pessoas ligadas ao movimento trans. Diversas homenagens foram realizadas, até mesmo com a projeção de fotos dela em prédios de várias cidades do Brasil. O Ambulatório Trans do Hospital Eduardo de Menezes foi batizado com seu nome, também em sua homenagem. Ela aparece como entrevistada em uma das matérias que analisamos, lamentando a morte de Sophia Castro e também como fonte para um assassinato do mapa de assassinatos de 2017. É a única ativista que aparece nas matérias do nosso *corpus*.

Torço para não ter que atualizar esse texto inicial com mais relatos de mortes, é o que resta agora. O lembrete de que esse trabalho toca esse tema de uma forma muito específica me parece ainda mais necessário.

Então esse é o meu convite: entenda que esse trabalho é sobre assassinatos de pessoas trans e travestis, com todo o incômodo que essa forma de morte provoca. Vez ou outra, em meio às discussões teóricas que apresento no trabalho, talvez você se esqueça disso, mas peço encarecidamente que volte a se lembrar, cole um lembrete na sua tela se for preciso, eu também vou me encarregar disso de vez em quando.

Gostaria também de dar um passo atrás e contar um pouco do percurso que me trouxe até aqui, uma vez que ele diz sobre o que proponho como pesquisa e direciona o meu olhar. Nesse sentido, a escolha por uma narrativa em primeira pessoa é proposital, não que ao tomar essa decisão eu esteja partindo do pressuposto de que esta pesquisa é fruto de um trabalho individual, uma vez que nessas linhas ecoam muitas vozes e diversas contribuições de várias pessoas⁷, no entanto, parto do pressuposto de que a produção acadêmica e científica possui rosto e corpo. Sendo assim, as articulações que aqui apresento resultam também de um aprendizado que atravessou a minha própria experiência de ser no mundo.

Ao entrar no doutorado, meu principal interesse de pesquisa derivava-se de inquietações que persistiram após a finalização do mestrado. A principal delas diz respeito à alteridade, à relação entre o Eu e o Outro que possibilita a produção de sentidos e narrativas, e mais que isso, que complexifica essa produção. Meu ponto de partida ainda era o jornalismo, como instituição com legitimidade social para narrar o mundo, mas que ao buscar esse lugar legitimado promove um apagamento das problemáticas inerentes a essa relação que é naturalmente conflituosa. Após a entrada no programa me deparei com a temática dos corpos trans, pude me atentar para as vulnerabilidades que envolviam esses sujeitos e que se escancaravam em dados, como a

⁷ Em especial minha orientadora, Joana Ziller, meu coorientador, Marco Aurélio Máximo Prado e os pesquisadores do Nuh – núcleo de direitos humanos e cidadania LGBT da UFMG.

expectativa de vida reduzida principalmente por homicídios, mas também apareciam nos relatos jornalísticos sobre suas mortes, mortes que não comoviam, apresentadas em narrativas redutoras. Nessa abordagem inicialmente indicada no projeto apresentado ao final do primeiro ano, o objetivo central da pesquisa era: compreender a forma como as narrativas jornalísticas carregam traços de um medo do *outro* que contribui para fomentar um desejo de exclusão que, de maneira circular, se articula socialmente, a partir da análise narrativa de produções jornalísticas sobre o assassinato de travestis e transexuais no Brasil. Para tanto, o conceito de medo e a discussão sobre alteridade eram dois grandes eixos que fundamentavam o estudo e o corpus de análise consistia em matérias jornalísticas apresentadas pelos mapas⁸ de assassinatos de travestis e transexuais produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) nos anos de 2017 e 2018.

Mais recentemente, uma nova ruptura ocorreu, agora com o campo do jornalismo. Me ocorreu que tais narrativas e as considerações que delas poderiam derivar pareciam mais com um ponto de partida do que com um ponto de chegada, um *corpus* confortavelmente estático, que se tornou incômodo exatamente por isso. Sendo assim, inspirada pelas discussões nas reuniões do Núcleo de direitos humanos e cidadania LGBT (Nuh) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que tinham como uma das principais características a interlocução com pesquisadores da Psicologia Social e do Direito, foi possível perceber que muitas das minhas considerações sobre as narrativas jornalísticas eram perceptíveis em produções outras, como é o caso dos Registros de Eventos de Defesa Social (REDS)⁹ que eram analisados por integrantes do Nuh. Além disso, juntamente com os REDS e as matérias jornalísticas, os mapas em si e os dossiês que eram produzidos anualmente a partir deles pela ANTRA também pareceram reveladores de uma dinâmica complexa de produção de sentidos acerca dessas mortes. Assim, o objetivo central da pesquisa passou a ser compreender as textualidades, que consistem não apenas nos textos em seu processo instável e provisório de emergência, como também nas próprias condições em que esse emergir ocorre, que contribuem para evidenciar a disputa na configuração do contexto de assassinatos de travestis e transexuais.

No que se refere ao objeto de estudo e à delimitação de um *corpus*, nosso interesse permanece nas matérias apontadas pelo mapa, mas não se limita a elas. Nos parece pertinente

⁸ Até o ano de 2019 era possível consultar os mapas diretamente no *Google Maps*. Porém, a própria ANTRA optou por não mais disponibilizá-lo para acesso do público em geral, devido o uso que vinha sendo feito do material por outras pessoas. Contudo, é possível solicitar o acesso aos dados para a associação, mediante justificativa.

⁹ Registros de Eventos da Defesa Social (REDS) são documentos elaborados por agentes da segurança pública em que são preenchidas as informações referentes às ocorrências. Essas informações são o ponto de partida para a investigação.

olhar também para o mapa e para os dossiês como produtores de textos próprios, que dialogam com uma demanda por visibilidade para a o alto índice de assassinatos de travestis e transexuais. Se ao olharmos para as produções jornalísticas em estudos exploratórios preliminares percebemos algumas recorrências, a ideia agora é avançar partir do entendimento de que, atravessando esses discursos, há a ANTRA, o mapa, o dossiê desenvolvido a partir do mapa, que são iniciativas que buscam chamar atenção para os problemas específicos enfrentados por essa população. Só que produzindo outros textos, acionando outros quadros de sentido.

Uma vez que que a lógica das matérias jornalísticas nos pareceu semelhante¹⁰ à dos registros de ocorrência policial e, tendo em vista os estudos realizados pelo Nuh que analisam esses registros, houve também o interesse de confrontar as narrativas dos REDS com as matérias jornalísticas, de modo a evidenciar as proximidades entre as lógicas de produção de sentidos de ambos. A questão que se delineia aqui é: quais são as pistas que a semelhança entre narrativas, que vêm de lugares com papéis tão distintos, podem nos oferecer sobre os sentidos que são acionados quando tratamos de vidas, experiências e mortes de travestis e transexuais?

Assim, esses três lugares - as matérias jornalísticas, os REDS e os dossiês/mapa – serão investigados em sua autonomia, como lugares de organização e produção de sentidos com dinâmicas próprias, também tensionando as textualidades que deles emergem e que se articulam e acabam cumprindo um papel nesse contexto de violência. Uma descrição pormenorizada desse *corpus* será apresentada mais adiante, na discussão acerca dos caminhos e escolhas metodológicas. Por hora a intenção é elucidar como chegamos a ele e as formas como foi possível delinear a minha pergunta de pesquisa e os objetivos.

A constituição de um lugar epistemológico

Paul Preciado (2018) em seu livro *Testo Junkie* apresenta uma reflexão que tem como base a sua própria experiência com a aplicação de testosterona em seu corpo. Já no início da obra ele indica: “meus sentimentos, pelo fato de serem exclusivamente meus, não me interessam: pertencem a mim e a mais ninguém. Não me interessa sua dimensão individual, mas sim como são atravessados pelo que não é meu.” (PRECIADO, 2018, p. 13). Essa proposição me auxilia a formular os motivos pelos quais no estudo que aqui empreendo optei por partir de uma descrição sobre o processo de amadurecimento dessa pesquisa. Não porque a

¹⁰ O intuito não parece ser relatar de forma crítica a morte de um sujeito que corresponde a uma realidade mais ampla, como é próprio da função social do jornalismo, mas seguir uma lógica que faz o assassinato parecer um caso isolado e indica apenas a busca por culpados, muitas vezes indicando motivações e vinculações da própria vítima com o universo do crime, o que acaba reforçando estigmas que já circulam socialmente.

minha própria experiência seja por si só relevante, mas porque durante o meu encontro com os estudos de gênero, um dos grandes norteadores desse trabalho, pude despertar para os diversos modos com que somos enredados socialmente a ponto de entender como naturais processos de identificação e desidentificação perpassados pelas redes de poder. Explico melhor: ainda que eu já me entendesse enquanto feminista há alguns bons anos, foi apenas ao me deparar com as discussões de gênero durante o doutorado que realmente me confrontei de forma mais contundente com o fato de que tanto o gênero como seus marcadores e as normas a ele vinculadas são tecnologias do poder, construídos para serem naturalizados a tal ponto que deixam de ser questionados. Não há como sair ilesa dessa jornada.

Sendo assim, refletir sobre gênero é um exercício de desconstrução. Repensar categorias naturalizadas socialmente demanda um esforço que vai desde o questionamento das verdades que cercam o nosso entendimento do nosso próprio corpo até uma problematização da própria atividade de pesquisa. Pesquisar questões relacionadas ao gênero e aos corpos generificados é também um exercício de problematização epistemológica, ou seja, de um tensionamento acerca dos processos de produção do conhecimento, do que assumimos enquanto verdade, naturalizamos e reproduzimos em nossas pesquisas.

Se, em uma visada foucaultiana, o saber é perpassado pelo poder, devemos iniciar essa discussão evidenciando as operações das tecnologias de poder que ajudam a constituir corpos e subjetividades a partir das normas de gênero. Para isso, lançamos mão de uma bibliografia dos estudos de gênero, assim como de uma reflexão acerca das redes de poder envolvidas na disciplinarização dos corpos, principalmente no que se refere a uma cisnormatividade heterocentrada que torna os corpos que não se conformam com essa norma, alvo de estigmas que se mostram letais em nosso país atualmente.

A porosidade do poder na sociedade e no cotidiano dos sujeitos é que nos interessa nesta pesquisa. Questiono como a organização e circulação social de sentidos sobre os corpos trans e travestis vulnerabiliza essas pessoas em seu dia a dia. Não há a intenção de falar de poderes, no plural, mas de articulações do poder, em uma compreensão foucaultiana. Inicio as reflexões teóricas deste trabalho apresentando o debate sobre gênero que nos ampara, principalmente em sua vinculação com as normatividades. Nesse ponto, a configuração da diferença aparece enquanto aspecto fundamental para relacionar o desvio às vulnerabilidades, noção que trago neste trabalho a partir de Butler (2017), e diz respeito aos riscos e perigos a que os sujeitos estão expostos, que são distribuídos desigualmente. Esse caminho nos permite avançar a discussão apresentando os cerceamentos normativos direcionados aos corpos desviantes, articulando a

norma de gênero e as dinâmicas biopolíticas e, em especial, necropolíticas, além da constituição de precariedades. Após discutir questões que estão relacionadas à tensão constante entre o que o corpo pode, enquanto potência, e o que ele deve, refletindo a respeito dos cerceamentos e as violências que o envolvem, partimos para uma abordagem das particularidades das vivências trans e o contexto de matabilidade em que elas estão inseridas.

Ao seguir em direção à análise, apresento o conceito de textualidade que, em uma perspectiva comunicacional, permite analisar o processo de emergência de textos, em sua dimensão instável, dinâmica, complexa, seus deslizamentos de sentido e a configuração de saberes historicamente e socialmente situados. Aqui, me ancoro em uma visão disposicional, que permite tensionar as relações provisórias que se estabelecem entre textualidades tão diversas. Todo esse percurso resulta em um exercício analítico das textualidades, a partir de um procedimento desenvolvido com base nos marcos teóricos abordados, tensionados pelas singularidades das produções do material coletado. Um movimento de análise em que busco articular os textos jornalísticos, os REDS e os dossiês da ANTRA, a fim de cercar o problema de pesquisa aqui apresentado.

Alguns adendos sobre a compreensão de poder neste trabalho

Em algum momento desse texto eu dedico algumas boas linhas à discussão sobre poder e como ele constitui a experiência dos corpos em sociedade. Este é então apenas uma espécie de preâmbulo, já que considero que todo este trabalho fala sobre poder, o que torna importante algumas considerações, mesmo breves, que auxiliarão na leitura desde agora.

O poder pode ser superficialmente entendido muitas vezes como uma espécie de presente que é proporcionado a alguém ou alguma instituição (geralmente composta por alguéns). Algo como uma potência de agir, uma autorização para poder exercer a sua potência de agir. O poder do Estado, do Presidente, da Religião, do Pastor, do Homem, do Patriarcado, da Burguesia, do Milionário, da Polícia, do Juiz, do Judiciário, da Ciência, dos Estados Unidos, entre outros tantos exemplos que poderíamos dar aqui. No entanto, essa visão unilateral, verticalizada e, algumas vezes, impregnada de pessoalidade, de poder nos impede de enxergar as formas como ele opera no cotidiano dos sujeitos, o lugar mais privilegiado para o seu exercício. Em uma concepção foucaultiana, não é apenas alguém ou alguma instituição que detém o poder, ele está articulado a todas as instâncias da nossa vida. Seu potencial não é apenas repressivo, mas também produtivo, constituído mutuamente com o saber e, assim, ambos se tornam produtores de verdades que não precisam dizer “não” para normatizar condutas e

sujeitos. É possível negociar com o poder e suas normas - e aqui não estou dizendo de forma alguma que essa negociação é simétrica - enxergar suas operacionalizações, expô-las. Mas para tanto é preciso que admitamos de saída sua horizontalidade, sua penetrabilidade, a forma como algumas vezes ele opera de modo barulhento e outras sutilmente.

Da mesma forma que é necessário nos distanciarmos de uma ideia puramente negativa do poder e da norma. Ainda que seja quase irresistível destacar apenas o potencial punitivo do poder ao lidarmos com a violência, é exatamente o seu potencial produtivo que faz com que ele se mantenha, se adapte, se revele por meio dos próprios corpos que governa. Seguindo essa mesma lógica, a própria norma é muito mais complexa do que uma simples tecnologia de punição e proibição. Ela opera também em uma organização da sociedade de modo mais geral, ou seja: a norma pode violentar, mas não é violenta em si mesma. O poder é ubíquo, ainda que historicamente situado, ele circula pelas relações sociais. E é por isso que ele habita textualidades e é habitado por elas.

1. “E disse Deus: façamos o homem à nossa imagem”

Tenho um amigo que pensa o gênero como uma cor. O gênero e a cor têm em comum certa indeterminação ontológica: não é correto dizer que um objeto é uma cor, nem que o objeto tem uma cor. O contexto também modifica: todos os gatos são pardos, etc. A cor também não é, a rigor, voluntária. Mas nenhuma dessas fórmulas quer dizer que o objeto em questão é incolor.

Maggie Nelson em *Argonautas*.

Por ser um conceito em disputa, as múltiplas compreensões acerca do gênero também revelam diversos atravessamentos políticos. O que fica evidente nas tensões causadas pela apropriação do termo pelo Movimento Feminista, LGBT e Queer, apresentando divergências entre si, como também nas cruzadas contra a chamada Ideologia de Gênero, conceito cunhado pela Igreja Católica e utilizado estrategicamente pela direita e extrema direita como uma forma de reivindicar a concepção biológica do dimorfismo sexual como verdade intrínseca e inquestionável. Verdade essa revelada e reforçada através da profícua união entre a ciência moderna e o Todo Poderoso: *Deus fez o homem e a mulher, conforme podemos constatar pela biologia, basta observar o que temos no meio das pernas, ora!*

No entanto, não nos interessa neste trabalho apresentar uma genealogia do conceito de gênero, mas antes investigar a sua forma de operação social. Tanto a sua constituição enquanto verdade que enreda os sujeitos, sua instrumentalização como ferramenta do poder, como as apropriações potentes que derivam de um questionamento dessa verdade do gênero, são abordagens fundamentais para a reflexão proposta. É por isso daremos um passo a partir de Beauvoir, ainda que o conceito sequer existisse quando ela escreveu *O Segundo sexo*, em 1949.

Meu encontro com Beauvoir foi tardio. Havia sempre uma ressalva sussurrando no meu pé do ouvido com relação à ideia de uma base biológica como o lugar de onde deriva a opressão da mulher. A interpretação reiterada da sua famosa frase “não se nasce mulher, torna-se” que entendia o *tornar-se* como potência - porém como uma potência apenas possível a partir de uma materialidade corporal fixa, inerte e neutra, que enfim é apropriada culturalmente e passa a servir para justificar a subalternidade - me incomodava. Me incomodava porque na ideia de uma materialidade corporal pré-discursiva, a diferença sexual é de certo modo legitimada a partir de um binarismo que se constitui como natural e inquestionável, um modo dicotômico de organizar os corpos que deixa à margem as corporalidades dissidentes. O incômodo me acompanhou por boa parte do doutorado, até que participei de um curso de inverno da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, já em 2020,

cujos temas eram o gênero a partir de três perspectivas filosóficas. A primeira delas era o gênero em Simone de Beauvoir, com uma indicação de leitura do primeiro volume de *O Segundo Sexo*.

Mais do que a leitura da obra, foi a sua contextualização no esteio do Existencialismo que me permitiu compreender a potência desse *tornar-se* para as minhas próprias considerações acerca do gênero. Encontrei ecos de algumas inquietações que começava a rascunhar em um artigo de Carla Rodrigues (2019) em que a pesquisadora traçava uma articulação entre os pensamentos de Butler e Beauvoir. No texto é possível compreender que a leitura que Butler efetua sobre a obra de Beauvoir aponta, inclusive, uma possibilidade de radicalização do pensamento da filósofa existencialista que ela mesma não poderia prever. Butler chega a afirmar que sem *O segundo sexo* não haveria *Problemas de gênero*, tamanha a contribuição das suas proposições, principalmente para a desontologização do sujeito proposta por Beauvoir e radicalizada por Butler.

A perspectiva existencialista faz com que alguns conceitos sejam caros a Beauvoir, que passa a efetuar uma leitura crítica desses conceitos a partir do lugar da mulher. Começamos pela liberdade. A liberdade, como aquilo que permite superar o dado, nunca será uma liberdade absoluta, mas sim uma liberdade situada, ou seja, ocorre no interior de processos históricos. Ao entender o homem como sujeito absoluto e a mulher como o seu Outro, essa experiência de liberdade existencialista é impossibilitada, exatamente porque os processos históricos impedem que a mulher alcance o estatuto de sujeito e que ela possa superar o dado. Para Beauvoir, nascer mulher transforma completamente o horizonte de possibilidades do sujeito. Isso ocorre porque na relação de alteridade entre homem e mulher não há uma reciprocidade, ou seja, enquanto a mulher é o Outro do homem, o homem não é o Outro da mulher. É essa falta de reciprocidade que propicia a imposição de uma objetificação da mulher. Há, portanto, uma denúncia das assimetrias na relação entre homens e mulheres que ressitua a concepção de liberdade.

Nesse sentido, o corpo do homem é “como instrumento incorpóreo de uma liberdade ostensivamente radical” (BUTLER, 1990, p. 31), já o da mulher encerra em si limitações de ordens diversas. Ou seja, enquanto o sujeito universal abstrato descorporifica-se, à mulher só resta o corpo, só sobra o gênero.

Sobre essa questão me parece pertinente abrir um parêntese. O próprio campo de Estudos de Gênero se tornou uma espécie de sinônimo de estudos que têm como preocupação central a mulher e, de forma atualizada, também as subjetividades dissidentes do binarismo de gênero, como os sujeitos trans. Mais recentemente têm despontado com maior frequência investigações sobre as masculinidades, no entanto, é notório que a maior parte da bibliografia

da área se volta para questões das mulheres e de minorias dissidentes, principalmente a partir de epistemologias feminista e queer. De forma articulada, é possível perceber que a já citada cruzada religiosa contra Ideologia de Gênero vai adotar uma preocupação especial com relação à possibilidade da dissidência de gênero, que teria a sua origem na compreensão de que o gênero é uma construção social. *Afinal, que história é essa de construção se Deus fez o homem e a mulher?* Gênero, portanto, é um termo que por si só aciona a figura da mulher e da dissidência, em ambos os exemplos, ainda que dialoguem com perspectivas opostas. O que nos permite perceber que são apenas esses corpos que possuem gênero, o homem como ser neutro e sujeito absoluto não seria generificado, a menos que rompa com o imaginário de masculinidade que lhe é devido.

Nesse esteio, é fundamental destacar o estatuto de mulher não é o único marcador dos corpos subalternizados. Desse modo, ao ampliarmos essa concepção do Outro do homem, podemos estendê-lo a qualquer minoria que não detenha o privilégio masculino universal e absoluto - sendo mais direta, do homem-cis-heterossexual-branco. Assim, se em um primeiro momento houve a desestabilização da categoria mulher, ao perceber que não se tratava de uma homogeneidade, foi ao entender o gênero como um dos marcadores das vidas vivíveis, que devem ser preservadas, mas não como o único, é que conseguimos avançar na discussão dos processos de opressão, dominação e exploração dos sujeitos. Processos que lhes tiram a liberdade de romper com o dado, de sair do lugar de objetificação para o qual são lançados cotidianamente.

A fim de radicalizar a concepção de um discurso científico biológico reforçado por mitos sociais, caminhando no sentido de que os mitos sociais também são definidores para discurso científico biológico, podemos partir da famosa frase de Beauvoir. Não se *nasce*, não se *é*, há, portanto, uma passagem do *ser* ao *dever* nos moldes existencialistas, uma espécie de releitura da noção de que a existência precede a essência. Com isso, se não há uma essência humana, também não há uma essência mulher que promoveria uma relação direta entre o corpo socialmente determinado como fêmea e o *dever* mulher. O corpo também é *dever*, ou seja, consiste em um constante transformar-se.

Em Beauvoir e em Butler entendemos o corpo como algo que não é livre, mas também não é completamente conformado, o que muda são as formas de compreender essas conformações e essa liberdade. Ao descentralizar a questão da figura homogênea da mulher e entender que o gênero é apenas um dos marcadores, também se mostra possível enxergar a sua vinculação com outros marcadores, como raça, classe, etnia, local de nascimento, religião,

idade. Dessa maneira, o corpo é marcado e remarcado constantemente e suas vulnerabilidades são negociadas de modo recorrente. A marcação dos nossos corpos não é, portanto, fixa. Estamos negociando com o que nos torna vulneráveis o tempo todo. O processo de constituição de uma identidade, entendida nesse ponto como aquilo que circunscreve e delimita o Eu, não é linear, não ocorre apenas na infância e adolescência, não é definitiva. E é exatamente ao deixar de lado o nosso ímpeto de buscar a validação em uma origem que se torna possível visualizar os processos de uma vida toda, de marcação e remarcação, com a complexidade que eles merecem.

Na língua portuguesa o verbo *estar* nos auxilia na árdua tarefa de desestabilização dos sujeitos e suas identidades, nos permitindo pensar para além de uma permanência absoluta do *ser*. É Butler quem critica exatamente a necessidade de se criar uma identidade fixa de sujeito em um terreno instável de sujeitas e sujeitos (RODRIGUES, 2019). É o *estar* que me parece possibilitar a passagem de um *ser* a um *dever*. Estar em constante movimento, dever um corpo marcado e remarcado, transitar.

Trataremos mais à frente neste trabalho, de forma mais pormenorizada, das potencialidades de corpos trans nesse questionamento da fixidez, da binariedade e da linearidade nas compreensões sobre os corpos, mas nesse momento me parece pertinente indicar já algumas questões que despontaram dessa leitura cruzada entre Beauvoir e Butler a partir da radicalização da ideia de *dever*. As intervenções hormonais e cirúrgicas efetuadas pelos sujeitos trans em seus corpos ao longo da vida denunciam, de uma só vez, a possibilidade de transitar que é invisibilizada a qualquer custo e a fragilidade dos discursos científicos biológicos no que se refere à determinação permanente do destino dos corpos selado no nascimento. No caso das mulheres trans é como se houvesse uma reinserção corporal que coloca em xeque a ideia de um sujeito abstrato universal, homem, construído primariamente de uma realidade biológica. As mulheres trans transformam-se no Outro dentro da própria categoria universalizante. Escancara-se, portanto, o *dever*.

Devemos então à Beauvoir a denúncia de que a mulher é forjada culturalmente, impedida de exercer a sua liberdade de existência por não se constituir efetivamente enquanto sujeito, apenas enquanto o Outro do absoluto universal masculino. Ao evidenciar essa questão ela cria uma agenda teórica que nos influencia até hoje e que, se ampliada para além do binarismo homem-mulher, permite análises sobre as liberdades e conformações múltiplas que atravessam o *tornar-se*, ou, no termo que me parece mais adequado, o *dever* dos sujeitos. A partir das propostas de Butler temos que a noção de gênero é inseparável das interseções

políticas e culturais que não apenas o produzem, mas o mantém. Nos interessa, então, descortinar como o poder opera nessas instâncias, produzindo corpos vulneráveis através da norma de gênero, fazendo com que ela se torne ao mesmo tempo ferramenta e objeto desse poder.

Ainda que relativamente recente, o conceito de gênero, ou melhor, as reflexões que o cercaram ao longo das décadas, são reveladoras das tensões que os campos que se apropriaram dele vivenciaram durante esse tempo. A dicotomia natureza-cultura encontra o seu correlato na dicotomia sexo-gênero, como se o gênero fosse a passagem de um dado biológico para o âmbito cultural. Essa proposição está presente até hoje em algumas análises, e esconde o fato de que o próprio discurso biológico acerca da natureza do sexo sofreu bruscas transformações.

A quadrinista Liv Strömquist, em seu livro *A origem do mundo: uma história cultural da vagina ou a vulva vs. a patriarcado* (2018), aborda de uma forma irônica deliciosa a ausência de representações da vulva na nossa sociedade e qual a relação disso com o patriarcado. Em meio a essa reflexão, a autora explora alguns dos saberes e certezas que sondaram o sexo biológico ao longo da história da humanidade. Como, por exemplo, a concepção pré-iluminista que perdurou por milênios de que o corpo da mulher e do homem eram iguais, incluindo as genitálias, que, no entanto, eram invertidas, ou seja, a vagina era uma espécie de pênis malformado e ao contrário “os lábios como prepúcio, o útero como o escroto e os ovários como testículos” (STRÖMQUIST, 2018, p. 62). Nessa concepção, haveria um único sexo biológico, sendo que a mulher era uma versão defeituosa dele. Havia então uma hierarquia, mas ela era calcada em uma ideia de igualdade e não de diferença e complementariedade. Essa compreensão mudou com o iluminismo e, a partir do final de século XVIII, a base para leitura dos corpos era a diferença.

O argumento da quadrinista na narrativa da sua obra é de que essa ideia surgiu naquela época para preencher a lacuna deixada pela diminuição do poder pela religião em relação à ciência. Assim, para convencer as mulheres da sua inferioridade não bastava mais um padre dizer “você não pode ter qualquer poder porque é contra a vontade de Deus” (STRÖMQUIST, 2018, p. 67), era necessário um médico ou cientista dizer que “você não pode ter qualquer poder porque tem um útero. O que é totalmente diferente dos homens” (STRÖMQUIST, 2018, p. 67). Nesse sentido, é possível entender que a diferença sexual não advém de uma neutralidade científica, mas está intimamente articulada a processos históricos, à necessidade de legitimação do lugar subalterno do corpo da mulher. Assim, torna-se evidente que o dimorfismo sexual não

é uma verdade inata dos corpos, mas uma resposta discursiva, amparada pela validade que a ciência possui na nossa sociedade, a necessidades situadas em determinado contexto histórico.

Em um exercício de questionamento anterior, mas que efetua um movimento semelhante de investigação da lógica que reside por trás das estruturas de hierarquização dos corpos a partir das ideias de sexo e de gênero, Gayle Rubin, em 1975, produz um dos principais trabalhos para a compreensão do tema na época. Em *Tráfico de Mulheres*, a autora desenvolve a ideia do sistema sexo-gênero, que, ainda que permanecesse baseado na dicotomia natureza-cultura, entendendo o gênero como uma passagem da natureza para a cultura, apresenta importantes questionamentos. Ao produzir uma releitura das relações de parentesco propostas por Levi-Strauss, Rubin (2017) afirma que é o parentesco que produz o gênero ao produzir uma divisão de tarefas assimétrica, assim como a divisão sexual do trabalho, e não o contrário, de modo que, o arranjo da diferença geradora da desigualdade entre homens e mulheres não tem origem na natureza, mas são gerados na fundação da cultura.

Além disso, questionando a proposta de que o tabu do incesto é que seria fundante da sociedade, propiciando que as mulheres sejam o objeto de troca dos homens pelo casamento, Rubin (2018) destaca a importância do tabu da homossexualidade, que torna a heterossexualidade compulsória primordial para constituição do gênero enquanto binário, assim como da relação assimétrica¹¹ entre homens e mulheres. Nesse sentido, torna-se possível vislumbrar uma importante articulação entre o gênero e a sexualidade, visto que a configuração de um binarismo hierárquico que possui um caráter de complementariedade serve como base para o entendimento da heterossexualidade como algo na natureza dos sujeitos.

Contudo, é pertinente fazer uma ressalva acerca da discussão de Rubin sobre parentesco, apresentada por produções mais recentes sobre gênero, como a de Haraway (2004), publicada originalmente em 1991: ela não dá conta de questões fundamentais que se articulam diretamente à experiência do gênero de várias mulheres, tais como a escravidão e a colonialidade. Não estou afirmando que a crítica proposta por Rubin tenha negligenciado propositalmente essas questões, mas que tal aspecto fragiliza as suas proposições, assim como a de outras autoras que não se atentaram para as interseccionalidades e a invalidade de certas afirmações para as experiências de gênero de mulheres negras e indígenas. Nem todas as mulheres viviam sob o mesmo status na sociedade, algumas nem chegavam a ser objeto de troca pelo matrimônio, já que eram objeto de troca como mão de obra escrava.

¹¹ A autora questiona o conceito de patriarcado por entendê-lo como apenas um modelo que permite compreender a dominação. Por isso optei por não utilizar o termo, ainda que a relação descrita se assemelhe ao que entendemos por patriarcado.

Essa historicidade das ideias e conceitos é importante para que possamos compreender os entendimentos e embates que cercam o gênero como fruto de processos históricos situados ao longo do tempo e que, exatamente por isso, são modificados. Tal percepção é permitida, primeiramente, pela desnaturalização da diferença sexual, uma vez que, entende-se que essa diferença apontada como dado também é fruto de um gesto interpretativo sobre o corpo, conforme vimos. Além disso, é possível problematizar a potência política de um discurso que baseia a opressão em um dado compreendido como imutável, enquanto a opressão se efetiva no âmbito cultural e social e sua superação se funda exatamente na ideia de que como se trata de uma realidade que advém de um processo histórico, é possível subvertê-la. Mas voltemos ao percurso de tensionamento do conceito de gênero.

Se, anteriormente, questionamos a dualidade natureza-cultura, que permeia a concepção de sexo-gênero, é necessário avançar e colocar em questão a própria forma como pensamos de modo dual, ou seja, como promovemos uma dualidade epistêmica em nossas análises. Uma vez que o interesse dessa investigação passa por uma tentativa de romper com esquemas binários de compreensão dos processos sociais, principalmente aqueles ligados às vulnerabilidades, é fundamental colocar em xeque essa dualidade epistêmica. Joan Scott (1990) propõe o gênero como uma categoria de análise, escapando de uma noção que se apropria do termo como meramente um descritor. E é exatamente ao destacar a importância de pensá-lo em uma dimensão relacional que a autora permite uma saída para tensões que localizavam a organização social e o sujeito individual em polos separados. Ou seja, a constituição da identidade subjetiva do sujeito individual enquanto uma coisa e as dinâmicas estruturais e materiais da sociedade enquanto outra, sendo que na realidade elas estão imbricadas mutuamente. Essa é, portanto, outra dualidade que é possível colocar em xeque ao partir do pressuposto de que o gênero é por si só uma categoria constituída a partir do relacional. De uma relação que permita compreender as formas como a organização social interfere diretamente na identidade subjetiva e vice-versa, em uma mutualidade semelhante à problematização da concepção de parentesco efetuada por Rubin (2018).

Essa questão se torna mais evidente ao percebermos que o interesse real ao perscrutar as operações sociais que derivam do gênero consiste em questionar as formas como a hierarquização dos corpos com base em marcadores ocorre. Entretanto, é fundamental que essa problematização da hierarquização não se dê de forma a reforçar um binarismo que se baseie simplesmente no esquema simplista em que o homem oprime a mulher, sem levar em conta outros tantos marcadores que vão tornar essa opressão muito mais complexa.

A partir de Scott (1990) compreendemos que o gênero é constitutivo das relações sociais, além de possuir um papel primário na significação das relações de poder. Segundo a autora “o gênero é um campo primário, no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (p. 88). Desse modo, o gênero deixa de ser um descritor da realidade e passa a ser tomado como o meio pelo qual o poder se articula. Essa virada cumpre uma importante função nas análises históricas, uma vez que Scott (1990) é historiadora, de maneira que, mais do que destacar a presença e a importância de mulheres em processos históricos, torna-se possível tensionar o significado das experiências humanas ao longo da história a partir da relação de gênero, repensar as dinâmicas sociais também com base nas opressões. O interesse, portanto, volta-se para as formas como o gênero funciona nas relações humanas e também como operam as oposições binárias e suas construções hierárquicas na sociedade.

A autora também questiona de forma incisiva as teorias baseadas em uma diferença física entre os sexos como a base da opressão da mulher. Segundo ela, essa perspectiva pressupõe que exista um significado permanente para o corpo e, portanto, a-histórico. Desse modo, se o seu intuito é exatamente compreender o gênero como uma categoria de análise histórica, essa permanência é inconcebível, já que o entendimento acerca dos corpos e do gênero é também fruto de um gesto de produção de significado que está intimamente vinculado com os processos históricos, com as experiências dos sujeitos no decorrer do tempo social. Assim, a impermanência é o que permite uma abordagem marcadamente histórica. Scott afirma que “o uso do ‘gênero’ enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (1990, p. 76). Ou seja, não há uma continuidade natural entre sexo-gênero-sexualidade, nem tampouco uma necessidade de pensá-los dentro de uma relação de coerência, principalmente se o objetivo é confrontar os esquemas heteronormativos de leitura social.

Assim, é possível e pertinente romper com a concepção de que a diferença sexual está no âmbito da natureza, o que conseqüentemente insere o gênero no polo oposto da cultura, compreendendo que tal diferença é uma forma primária de dar significado à diferenciação (SCOTT, 1990). A diferença, a polarização, a dicotomia e a hierarquização já são produções de significado que correspondem a determinadas intenções de controle, docilização, subalternização e opressão, para citar alguns dos processos que se beneficiam da concepção naturalizada dos nossos corpos.

Conforme pudemos perceber, o artigo de Scott (1990) apresenta diversas inquietações que propiciaram um rompimento com a forma como o gênero era analisado. Ao deixar de

enxergá-lo como um mero descritor, torna-se possível investigar as formas como as sociedades representam o gênero e, assim, compreender as múltiplas formas com que elas se servem do gênero para articular regras das relações sociais que vão constituir o significado das experiências dos sujeitos. Para tanto, é fundamental escapar de leituras que consideram o gênero uma espécie de leitura cultural do corpo sexuado concebido por meio de uma diferença sexual tida como dado natural. Além disso, é ao lançarmos o olhar para os papéis do gênero nas sociedades, sua vinculação íntima com o poder, suas conformações, sua instrumentalização e seus devires, que conseguimos produzir reflexões que abarquem o potencial analítico do gênero. Os sujeitos são constituídos pela experiência. As experiências dos sujeitos são imbuídas de significados, e é no processo de constituição de significação acerca dessas experiências que os sujeitos produzem identificações, constroem subjetividades, elaboram compreensões sobre o Outro, atuam na sociedade... Qual é, então, o papel do gênero nessa dinâmica social tão complexa?

Scott (1990) finaliza o seu texto nos deixando uma pista importante. Homem e Mulher seriam, na visão da autora, categorias ao mesmo tempo vazias e transbordantes. Vazias porque não possuem um significado definitivo e transcendente. Transbordantes porque ainda que pareçam fixadas, possuem dentro de si definições alternativas, negadas e suprimidas. Nesse sentido, é ao acolher o caráter paradoxal das categorias do gênero que podemos avançar na compreensão das relações que o operacionalizam.

Ao abrir o terreno para uma forma de reflexão que abranja a dimensão historicamente constituída do gênero, podemos avançar pelo caminho dos sentidos simbólicos presentes na produção do feminino e masculino, uma vez que eles são historicamente variáveis. De maneira que a linguagem emerge como um componente fundamental da experiência subjetiva e social do gênero. Um ano depois da publicação do texto de Joan Scott, em 1987, Teresa de Lauretis escreve *A tecnologia do gênero*, uma empreitada pelas representações e auto representações do gênero, bem como sua construção e seu imbricamento em outros processos sociais.

Lauretis (1994) inicia seu texto tecendo críticas à compreensão do gênero como diferença sexual. Algo que, conforme vimos até aqui, é compartilhado com outras pesquisadoras que exploraram o conceito de gênero à mesma época. A autora considera que insistir nessa ideia é uma forma de permanecer atrelada os termos do próprio patriarcado, uma vez que essa diferença sempre se dá a partir do homem como parâmetro. Mesmo ao tentar escapar de visões que derivem da biologia e da socialização e que avançam pensando no discurso, essa diferença é sempre da mulher em relação ao homem. É impossível não recordar

dos escritos de Beauvoir ao ler essa parte da crítica de Lauretis. O homem como o sujeito por excelência, absoluto e neutro, do qual deriva a diferença, o Outro: a mulher objetificada e presa na imanência.

Além disso, a concepção da diferença sexual nos aprisiona em um ideal universalizado de mulher, definida por seus termos biológicos que vão determinar sua socialização. Perde-se de vista que a socialização não ocorre somente a partir da diferença sexual, mas também de diversos outros marcadores e relações, como raça e classe. A proposta de Lauretis (1994) é de que o sujeito se constitui no gênero não apenas pela diferença sexual, mas pela linguagem e pelas representações culturais. O gênero é formado pela experiência dos sujeitos sociais que o representam, constroem e desconstroem ao longo da história. No entanto, um sujeito é “engendrado”, para utilizar o termo da autora, não só nas relações do sexo, mas também de raça e classe. Trata-se, portanto, de um sujeito múltiplo e contraditório. Assim, se nosso interesse é repensar as sociabilidades desse sujeito é fundamental levar em conta a interseccionalidade e a linguagem, já que a posição que é atribuída à mulher por meio do sistema sexo-gênero não está apartada, mas faz parte da existência social em geral.

O gênero seria, então, a partir de uma visão de inspiração foucaultiana, um produto de diferentes tecnologias sociais, discursos institucionalizados e práticas da vida cotidiana. Ele representa a si mesmo e também é uma representação, constituído enquanto efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais. Nesse sentido, o gênero não é mais entendido como uma espécie de invólucro cultural da diferença sexual, que a conforma e é conformado por ela, mas um efeito. Uma representação que é produto de processos historicamente situados, de dinâmicas de poder cotidianas que nos atravessam. Em suas palavras “a construção do gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação” (LAURETIS, 1994, p. 212).

É interessante ler as análises que autoras estudiosas de gênero realizam partindo da obra de Foucault e avançando a partir de perspectivas que centralizam o gênero, como é o caso de Scott, Lauretis e Butler. Isso porque há uma crítica recorrente às produções do autor, que questionam a ausência das dinâmicas de gênero em suas problematizações sobre o poder e também sobre a sexualidade, o que, segundo Lauretis (1994) revela um androcentrismo da sua teoria. É interessante porque a concepção foucaultiana de poder mostra-se bastante pertinente para os estudos de gênero, uma vez que parte da ideia de uma descentralização, além de descortinar o potencial produtivo do poder na sociedade, a mutualidade entre poder e saber na instituição de verdades, entre outras proposições acerca do tema. No entanto, elas detectam a ausência de uma abordagem que problematize também as assimetrias entre homens e mulheres

– e aqui adicionamos também os corpos dissidentes de gênero – e denunciam a importância dessas assimetrias nas dinâmicas do poder. Sabemos que quando o gênero não está explícito, ele geralmente parte de uma pretensa e equivocada neutralidade masculina, o que deve ser continuamente questionado em nossos escritos. Voltaremos às propostas de poder para Foucault mais à frente nesse trabalho e também teremos o nosso momento de adicionar a dissidência de gênero como algo que se articula com as lógicas de poder, por hora vamos voltar às inquietações de Lauretis.

Utilizando como referência a pesquisa de Wendy Hollway, Lauretis questiona a prevalência de um discurso sobre o Outro na sociedade e como ela não é abarcada pela concepção de poder de Foucault. A autora salienta que há um monopólio discursivo que é constituído pelo poder, responsável por, por exemplo, fazer a heterossexualidade prevalecer. Desse modo, não se trata de uma escolha, mas de agenciamentos, principalmente no que se refere aos sujeitos oprimidos. Nesse esteio, podemos citar a heterossexualidade compulsória e a norma de gênero como operações do poder que agenciam os sujeitos sociais, deixando à margem aqueles que não se submetem a elas.

É a partir dessas inquietações que a autora apresenta nesse texto suas quatro proposições sobre o gênero: o gênero é uma representação, sua representação é sua construção; sua construção se efetua até hoje; sua construção também se realiza pela sua desconstrução. Desse modo, a representação do gênero também a partir do simbólico teria um efeito fundamental na sua constituição, bem como sua inserção nos processos históricos, o que faz com que sua construção e reconstrução sejam constantes, já que estão atrelados às experiências dos sujeitos e às relações de poder situadas histórica e socialmente. Além disso, não é apenas a família, a escola, o tribunal e a mídia, citados como os aparelhos ideológicos de Althusser, que realizam esse trabalho de construção do gênero, mas também a academia, as práticas artísticas e o próprio feminismo, tendo em vista que o questionamento do gênero contribui para a sua constituição. Por fim, a sua desconstrução também é parte da sua construção, já que ele não é apenas o efeito da sua própria representação, mas o seu excesso – algo semelhante ao que Scott (1990) chama de vazio e transbordante.

Ao entender dessa forma a constituição do gênero, Lauretis (1994) sugere que é possível construir o gênero em outros termos, desde que escapemos de um referencial androcêntrico em que o parâmetro para pensarmos gênero e sexualidade é o masculino. É necessário, portanto, repensar as próprias representações do gênero, a partir das construções que emergem nas margens dos discursos hegemônicos, o que não é possível se não superarmos a ideia

conservadora da diferença sexual. As propostas de Lauretis são particularmente importantes para esse trabalho, visto que sua preocupação com as tecnologias de gênero e as formas como elas se inscrevem em produtos culturais, como é o caso do cinema, se assemelha ao nosso interesse em investigar os modos como a norma de gênero inscreve-se nas textualidades.

Não parece arriscado demais pressupor a partir da perspectiva da autora que as representações de gênero dos corpos dissidentes evidenciam, através de reproduções que questionam a binariedade, as formulações da própria construção do gênero, permitindo tensioná-la e vislumbrar possibilidades outras. Talvez não arriscado, mas com certeza otimista.

Em *“Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra* (2004), Donna Haraway apresenta as discussões sobre gênero em diversas autoras, evidenciando como os seus contornos foram se modificando na medida em que novos termos eram adicionados. Dos embates do feminismo de segunda onda acerca da oposição que se delineou na época entre determinismo biológico e construcionismo social, à necessidade de se pensar as diferenças e as intersecções, Haraway elabora uma importante síntese sobre o conceito.

A apropriação do termo gênero pelo movimento feminista causou uma certa desestabilização na categoria central do movimento. O paradigma da identidade de gênero, que ganhou força nos anos 1950 e 1960, estruturava os campos discursivos do movimento. Com o enfraquecimento da categoria mulher como algo homogêneo e universalizado, assim como a adição das diferenças no esteio dessa categoria, havia o receio (e ousou dizer que ainda há) de perder o conceito que unia as mulheres em luta contra a opressão, “já que o conceito de sujeito murcha sob o ataque às identidades centradas e às ficções que as constituem” (HARAWAY, 2004, p. 219).

Ao perceber que o que constitui a concepção de identidade de gênero como algo fixo são ficções, é possível compreender melhor que quando as diferenças entram na discussão a coerência ficcionalmente construída perde força. E o mais importante: entender como isso ocorre. Haraway (2004, p. 245), a partir de Beauvoir, aponta a necessidade de entender que “qualquer sujeito inteiramente coerente é uma fantasia, e que a identidade pessoal e coletiva é precária e constantemente socialmente reconstituída”.

Uma das principais inquietações acerca da reflexão sobre a diferença vem de Audre Lorde:

Ser mulheres juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser garotas gays juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser negras juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser mulheres negras juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser negras sapatonas juntas não era suficiente. Éramos diferentes... Levou algum tempo para percebermos que nosso lugar era a própria casa da diferença e não a segurança de alguma diferença em particular. (LORDE, 1982, p. 226)

Entendo a ideia de *habitar a casa da diferença* como uma forma de abarcar as singularidades das opressões sofridas pelos sujeitos sem, no entanto, hierarquizá-las. Mas me parece que sua potência não se limita a isso. A epistemologia feminista que abarca as diferenças me parece mais profícua, no sentido de que ela vai muito além de adicionar uma opressão a ser investigada, ela permite que um outro olhar seja lançado para todos os fenômenos sociais, uma vez que as relações de gênero ocupam um lugar privilegiado nas dinâmicas do poder. É exatamente a epistemologia feminista e a compreensão complexificada do gênero que torna possível refletir sobre as diferenças, não apenas de gênero, mas todas as diferenças que constituem a experiência do sujeito, que adicionam marcadores que irão definir vulnerabilidades. É compreensível que essa concepção seja vista com desconfiança pelo próprio movimento feminista, já que retira a categoria mulher do seu papel central, mas é irresistível destacar o quanto ela é potente para a nossa análise. Assim como é irresistível pontuar que, se toda coerência construída nos termos do próprio poder é uma forma de dominação, o exercício central do feminismo deve ser desconstruí-las e não as reafirmar. O compromisso com a mudança social transformadora passa por esse âmbito.

Faz-se necessário admitir que a tensão entre a teoria e a militância é parte fundamental do próprio conceito de gênero, uma vez que é ao colocar as certezas sobre esse conceito contra a parede que podemos desenvolver a teoria e aprimorar as ferramentas da militância. Deixar de esconder o contraditório, evitar o ímpeto de apaziguar os conflitos, são formas importantes de ir de encontro às concepções homogeneizantes e universalizantes que incidem sobre nossos corpos, de desconstruir as lógicas do poder, de denunciá-las. Além disso, é necessário sempre destacar que as relações de gênero possuem contornos historicamente produzidas e reproduzidas, resultado dos embates dos processos sociais. É, portanto, impossível aprisioná-las em definições últimas.

Haraway (2004) finaliza o seu texto com uma questão muito cara à essa investigação:

A recusa em tornar-se ou permanecer homem ou mulher marcado/a pelo gênero é, então, uma insistência eminentemente política em sair do pesadelo da muito-real narrativa imaginária de sexo e raça. Finalmente, e ironicamente, o poder político e explicativo da categoria “social” de gênero depende da historicização das categorias de sexo, carne, corpo, biologia, raça e natureza, de tal maneira que as oposições binárias, universalizantes, que geraram o conceito de sistema de sexo/gênero num momento e num lugar particular na teoria feminista sejam implodidas em teorias da corporificação articuladas, diferenciadas, responsáveis, localizadas e com conseqüências, nas quais a natureza não mais seja imaginada e representada como recurso para a cultura ou o sexo para o gênero (HARAWAY, 2004, p. 246)

Assim, acredito que seja possível desenvolver uma discussão importante, que parta de uma epistemologia feminista que não se limita à centralização da categoria mulher, mas que nos permita problematizar de uma outra maneira as reflexões sociais como um todo, principalmente aquelas vinculadas às precariedades, vulnerabilidades e processos de marginalização vivenciadas pelos corpos dissidentes.

A necessidade de reescrever a categoria mulher também é apontada por Angela Davis (2018). A urgência dessa revisão cresceu na medida em que crescia a presença de mulheres de minorias étnicas e mulheres brancas pobres nos movimentos feministas. Se, em um primeiro momento, havia uma percepção de que bastaria expandir a categoria para que ela abarcasse as mulheres negras, latinas, indígenas, para que se enfrentasse o problema de forma efetiva, logo essa saída mostrou-se insuficiente. Era, portanto, necessário “reescrever toda a categoria, não simplesmente incorporar mais mulheres em uma categoria inalterada do que significa ‘mulher’” (DAVIS, 2018, p. 93).

Nesse sentido, a questão trans, principalmente no que se refere às mulheres trans, contribui para esse tensionamento. Quando começam a emergir debates sobre a inclusão de mulheres trans nos movimentos feministas, fica ainda mais evidente que a designação do gênero feminino ao nascer não bastaria para constituir o sujeito político do feminismo. É necessário que a categoria mude para que “não simplesmente reproduza ideias normativas sobre quem pode ou não ser considerada mulher” (DAVIS, 2018, p. 97)

Davis (2018) cita a *Transgender, Gender Variant and Intersex Justice Project* (TGIJP), organização de base que defende e intercede em favor de mulheres trans, incluindo especialmente mulheres trans de minorias étnicas, para destacar que:

Essas mulheres têm de batalhar por sua inclusão na categoria “mulher” de um modo que não difere das lutas anteriores das mulheres negras e das mulheres de minorias étnicas que foram designadas com o gênero feminino ao nascer. Além disso, elas têm desenvolvido o que vejo como uma abordagem profundamente feminista, que faríamos bem em compreender e reproduzir (DAVIS, 2018, p. 95)

Quando fala em abordagem profundamente feminista Davis (2018) se refere a trabalhos que se realizam na intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero e que se deslocam de questões individuais para pensar questões mais amplas. Assim, fica evidente que o feminismo defendido pela autora envolve mais do que gênero, ele nos permite criar métodos de pensar e agir que exploram conexões que muitas vezes não estão aparentes, abraçam as contradições, enxergam produtividade nas incoerências. Mais do que debater sobre igualdade de gênero, insistindo em buscar todas as explicações na dualidade das/entre categorias homem e mulher, é necessário avançar para uma visão que desenvolva uma consciência em relação ao

capitalismo, racismo, capacitismo, colonialidades, e à real multiplicidade de gêneros e sexualidades (DAVIS, 2018).

O percurso dos estudos de gênero que apresentei nessa parte inicial demonstra uma espécie de desenvolvimento dos questionamentos acerca do sexo, da diferença sexual e do gênero. De invólucro cultural da diferença sexual naturalmente dada, o gênero passou à forma primária de produção de significado nas relações de poder, à representação e auto representação, a um efeito de um conjunto de tecnologias. O mesmo ocorre com a binariedade de gênero, antes um dado, agora uma questão. É possível, inclusive, perceber uma mudança nos modos de refletir sobre o social e a cultura, até determinado momento a partir de uma perspectiva que reproduzia dualismo, depois uma tentativa de rompê-los, tanto no que se refere ao gênero propriamente, como das relações sociais por ele conformadas.

Os estudos de gênero que abordamos nessa discussão inicial estão, em dada medida, articulados com a teoria feminista. Desse modo, não se trata de uma produção de conhecimento que se limita ao âmbito teórico - se é que isso seja realmente possível - mas que exerce um importante papel no campo prático desse movimento. Nesse sentido, os questionamentos acerca da estabilidade das categorias de gênero acabam causando um incômodo, já que o pressuposto é de que seria fundamental que o sujeito político do feminismo fosse bem delimitado, a fim de demandar de forma unificada, de compartilhar pautas e urgências. Não irei me ater às reflexões sobre o sujeito do feminismo, uma vez que já sinalizei aquelas mais centrais para este trabalho a partir da discussão de Haraway (2004) e Davis (2018), mas é importante destacar ainda que a busca por uma categoria mulher unificada contribui, de certa maneira, para a sedimentação da binariedade. Não é à toa que mais recentemente temos observado discussões que colocam em cena outras possibilidades para a apropriação do gênero na experiência subjetiva, que tentam escapar da binariedade instituída em nossos corpos e é reforçada desde determinados movimentos feministas até a nossa forma de produção de conhecimento, ainda que esta se proponha questionadora e crítica.

Faço esse adendo antes de entrar efetivamente no pensamento butleriano, uma vez que nos deteremos de forma mais pormenorizada nas análises dessa filósofa. E também para evidenciar os questionamentos que contribuíram para a desestabilização das categorias de gênero, que deixam de ser entendidas como algo homogêneo e unificado, principalmente em se tratando da categoria mulher. Gostaria que nesse ponto do trabalho meus leitores percebessem o horizonte de possibilidades de investigação que está aberto, e por qual caminho seguiremos. A partir de uma perspectiva que se propõe relacional, rumamos para uma investigação que vai

levar em conta os marcadores de interseccionalidade, vai mais à fundo no questionamento do sexo como dado meramente identificável, vai questionar nossos saberes e a forma como eles são construídos e legitimados. Seguimos agora inspirados pela proposta de investir em teorias das corporalidades que articulem as mais variadas operações do poder, tanto aquelas que nos exigem coerência, nos marcando mais definitivamente, como as que se diluem na sutileza do cotidiano.

1.1. O que o corpo pode

É preciso ampliar o que entendemos como mulheridade

"Eu não sou mulher, eu sou travesti. E eu evoco e reinvidico a mulheridade presente na travesti. É o corpo travesti, é a travestilidade que eu tenho construído. Que é ser mulher também. Não existe a mulher né, Bial, vamo falar a verdade, a mulher não existe. Existem mulheres, existem milhares, existem melhores. É pra isso que nós estamos batalhando, pelo direito aos nossos próprios corpos, pra construir e reivindicar novas condições de mulheridades. Onde as mulheres não tenham de ser mulheres de alguém que não mulheres de si mesmas."

Vídeo postado por Linn da Quebrada no seu instagram @linndaquebrada no dia 10 de agosto de 2020.

Uma das obras fundamentais para iniciar as considerações acerca do gênero e seu caráter constitutivo do sujeito é *Problemas de Gênero* (2017) de Judith Butler. Nela, a autora propõe efetuar uma genealogia crítica das categorias de gênero, conceituando-o enquanto um efeito de verdade que tem na performance reiterada a base do seu poder produtivo. A partir das considerações de Butler (2017) entendemos que sexo, gênero e desejo, assim como a relação de coerência entre eles, são efeitos de uma formação específica de poder, sendo que o tabu do incesto e da homossexualidade podem ser compreendidos enquanto momentos generativos de uma identidade de gênero.

É importante partirmos do pressuposto de que a norma de gênero é produtiva, ela produz os corpos que subsequentemente passam a representá-la. É por isso que o entendimento de que o gênero é uma construção não é imediata, uma vez que sua penetrabilidade social ocorre de tal modo que a sensação é de que a diferença entre homens e mulheres é algo natural, e é esse o discurso que permeia o senso comum. Isso ocorre porque a norma de gênero produz os corpos que governa e esses corpos passam a reproduzi-la, reiterá-la. As identidades estão, portanto, vinculadas à identidade de gênero e assim se tornam formas de tornar o sujeito inteligível. É por isso que desde antes mesmo de nascer os sujeitos são definidos pela sentença "é uma

menina” ou “é um menino”, o que pode já determinar uma série de coisas, como a cor do quarto, das roupas e se logo após nascer o bebê será submetido a um procedimento doloroso de colocação de brincos, afinal, ele ainda não possui marcadores de gênero tão explícitos como cabelos longos ou roupas específicas e é extremamente incômodo quando alguém confunde o seu gênero e pergunta algo do tipo “qual o nome do seu filho:” ao que os pais tem que desconfortavelmente responder “é filha...”. Contudo, ainda que o gênero seja entendido a partir da sua dimensão de construção, não podemos com isso concluir que seja algo que pode ser facilmente desconstruído, pelo contrário, o atuar reiterado de determinados marcadores se converte em um poder que nos enreda de forma sutil e eficaz. Discutiremos mais à frente o potencial disciplinar da norma de gênero. Neste momento é necessário darmos um passo atrás para entender como as normas de gênero são tão facilmente naturalizadas socialmente.

Se eu perguntasse para a minha mãe o que é gênero, ela me diria que é como o sexo que, para ela, é algo natural, uma característica com a qual nascemos. O entendimento é de que o corpo deve se adequar a uma verdade compreendida enquanto interna e inquestionável, expressando-a em suas ações diárias. Nessa linha, a performance de marcadores de feminilidade e masculinidade contribui para a reiteração dessa relação. Assim, a estratégia que opera na matriz da construção de gênero, como também na heterossexualidade compulsória, consistiria exatamente no ocultamento do seu caráter contingente. Voltando ao exemplo da minha mãe, ela não diria que se sente obrigada a performar de acordo com a concepção social do que é feminino, ela só assume que é o normal, ainda que questione, a seu modo, os papéis de gênero, como, por exemplo, a obrigação da esposa preparar o jantar para o marido que chega do trabalho (algo que ela odiava tão fortemente que foi um dos motivos para o fim do casamento com meu pai).

Percebemos então que a norma atua em lugares de constituição identitária e que “gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2017, p. 43). O gênero é o meio pelo qual o sexo se estabelece como pré-discursivo, sendo compreendido enquanto natural, da ordem do biológico e, portanto, estável e dado. Desse modo, segundo Butler (2000) o sexo também seria formado por práticas discursivas, uma vez que:

O “sexo”, é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural. (BUTLER, 2000, 154)

Ou seja, o sexo é definido apenas em sua vinculação com o gênero, nunca fora dela. Sendo assim, não podemos entendê-lo enquanto uma superfície neutra e imutável a espera de

uma inscrição cultural de feminino ou masculino, mas sim como parte da conformação discursiva e social dos sujeitos enquanto corpos generificados, uma vez que não é possível pensar o corpo fora da materialização da norma reguladora. O sexo é desde o início uma categoria normativa e a consolidação da diferença sexual estaria a serviço da consolidação de um imperativo heterossexual (BUTLER, 2000).

Linda Nicholson (2000) corrobora com essa visão apresentando a proposta de que o sexo é algo que deve ser subsumido pelo gênero, não como algo à parte. Segundo a autora, o sexo permanece na teoria feminista como algo que fica de fora da cultura, em que o corpo seria uma espécie de cabide inerte sobre o qual seriam jogados os vários artefatos culturais que tem a ver com comportamento e personalidade, ao que ela denomina de noção porta-casacos.

Nicholson (2000) chama de fundacionalismo biológico, em uma diferenciação ao determinismo biológico, essa ideia de que os dados do biológico e do comportamento possam coexistir. No entanto, para ela essa noção também deve ser abandonada por ainda dar uma certa centralidade ao biológico como algo dado que algumas vezes seria importante acionar. Para Butler (2000) a concepção de sexo como página em branco se vincula com a emergência de meios tecnológicos de dominação da modernidade. Associar algo a uma dimensão imutável pode ser o ponto de partida para fundamentar hierarquias opressoras sob o argumento de que as coisas são naturalmente assim, uma vez que a própria formação do sujeito exige uma identificação com o fantasma normativo do sexo que aciona uma binariedade.

Ainda em Butler (2017) temos que “a hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou por ele é restrito” (BUTLER, 2017, p. 26). Tanto Butler (2017) como Preciado (2014) salientam que não há um substrato ontológico que determinaria o gênero. Ainda que o sexo possa “aparecer como o último resquício da natureza, depois das tecnologias terem cumprido o seu trabalho de construção do corpo” (PRECIADO, 2014, p. 147), essa perspectiva pressupõe uma unilateralidade entre a atuação do social sobre o natural que é sustentado pela coerência entre sexo, gênero e desejo, e, conseqüentemente, ampara a heterossexualidade como única possibilidade. Assim, podemos concluir que a diferença sexual está a serviço da heteronormatividade.

Compreender essa ideia de que o sexo também parte de uma discursividade foi uma das tarefas mais árduas em meus estudos sobre gênero. Julgo que isso ocorreu em grande parte devido à concepção fortemente reiterada e reproduzida dentro do saber acadêmico de uma legitimidade das ciências biológicas, calcada no saber científico de ordem cartesiana produzido

na modernidade. Era para mim, até então, praticamente impossível repensar os corpos fora da materialidade da diferença sexual, uma vez que em todos os âmbitos ela é evidenciada e reforçada. Foram longos momentos contemplando a janela do escritório tentando alcançar o argumento da ausência de uma pré-discursividade do sexo até compreendê-lo realmente. É por isso que, conforme já sinalizado, entendo os estudos de gênero nos termos de uma virada epistêmica que permite questionar até mesmo a produção e a legitimidade de saberes.

Preciado (2011) ainda contribui para a desconstrução do ideário de naturalização do sexo ao afirmar que:

O gênero não é o efeito de um sistema fechado de poder nem uma ideia que recai sobre a matéria passiva, mas o nome do conjunto de dispositivos sexopolíticos (da medicina à representação pornográfica, passando pelas instituições familiares) (...). O corpo não é um dado passivo sobre o qual age o biopoder, mas antes a potência mesma que torna possível a incorporação prostética dos gêneros (PRECIADO, 2011, p. 4)

Tal proposta de uma incorporação prostética me parece relevante aqui, pois assume enquanto artificial a escolha de quaisquer marcadores de gênero e não apenas aquelas adotadas para modificar um corpo no qual a aderência do gênero em coerência com determinadas características sexuais se mostrou inválida, como é o caso dos corpos trans.

A lógica de oposição entre o que é fabricado e o que é natural ou parte da natureza torna possível várias outras oposições como órgão/máquina, natural/artificial, o que acaba cultivando relações binárias (PRECIADO, 2014). Sexo e gênero são, desse modo, dispositivos inscritos em um sistema tecnológico complexo em que o sexo se torna uma tecnologia de dominação heterossexual, servindo aos seus propósitos ao justificar que a única possibilidade natural é a relação coerente entre sexo de nascimento e gênero performado que devem combinar entre pares – macho/homem e fêmea/mulher. Ainda segundo Preciado (2014, p. 25) “a natureza humana é um efeito da tecnologia social que reproduz nos corpos, nos espaços e nos discursos a equação: natureza = heterossexualidade”. Desse modo, ainda que o foco do estudo aqui empreendido seja os corpos trans, ou seja, aqueles que colocam em questão essa identificação direta entre sexo-gênero, é importante destacar a heteronormatividade enquanto o fundamento que justifica a cisnormatividade, uma vez que ela é a chave desse sistema.

Mendonça (2018) descreve o conceito de heteronormatividade como sendo resultante de diversas normatizações que compreendem a heterossexualidade como a única forma natural e normal, além de responsável pela conformação social. Dessa forma, ao determinar os limites da normalidade sexual, também se diz o que dela destoa, se institui a dissidência. Assim “se o gênero é sempre algo que se faz, os efeitos de sentido do enunciado em questão se pretendem como atos de manutenção da heteronormatividade.” (MENDONÇA, 2018, p. 20). Ademais,

segundo o pesquisador, as operações da heteronormatividade são operações do poder, responsáveis por dar ou negar acesso aos governos de si e do outro. Tal questão é facilmente compreensível se pensarmos nas punições que os sujeitos que questionam a heteronormatividade sofrem ao longo da vida, é como se as redes de poder estivessem o tempo todo enredando nossos corpos, identidades e subjetividades para que eles sigam o ideal normativo.

É fundamental demarcar que se a homossexualidade é entendida enquanto identidade, a heterossexualidade também o é. No entanto, ela torna-se o parâmetro de normalidade, a linha padrão neutra e universalizante, que nada tem de neutra e universal, mas que assim se configura. Tal percepção é o que faz com que ela seja entendida enquanto o natural, parte de uma continuidade que se iniciaria em um dado biológico identificado – e não atribuído, percebam.

Os próprios REDS do material da nossa coleta demonstram isso, a identidade de gênero só é preenchida, quando o é, no caso de pessoas trans, ainda que homens e mulheres cis também possuam identidade de gênero, socialmente o comum é que apenas a dissidência seja demarcada. O mesmo caso ocorre com a homossexualidade, não há em nenhum REDS o dado de que fulano é heterossexual, utiliza-se o *não se aplica*. Não estou dizendo que isso demonstra algum tipo de descaso do policial que não leu Butler ou qualquer outro teórico de gênero e sexualidade. Mas que o tempo todo reiteramos a lógica do desvio a partir das textualidades que produzimos. A tendência de rotular apenas o que sai de uma normalidade – que também é um constructo – evidencia isso.

É nesse sentido que dizemos que o poder é também produtor, possui uma positividade, para utilizar termos foucaultianos. No exemplo dos REDS vemos uma demarcação muito evidente do desvio, não há a tentativa de apagá-lo, invisibilizando a sua possibilidade, pelo contrário, destaca-se o desvio a partir do seu caráter dissidente. Ali se produz a dissidência, a possibilidade mesma do desvio, até mesmo a resistência, não apenas a normalidade normativa. É curioso, até paradoxal talvez, que ao estabelecer os limites da normalidade as tecnologias normativas deem também visibilidade às experiências questionadoras da norma.

É possível dizer que Preciado (2014) centraliza a sua reflexão na noção de corpo. Suas considerações são, portanto, fundamentais ao discutirmos suas potencialidades. Seguindo uma abordagem também foucaultiana, a identidade segundo o autor é algo que se constrói a partir de práticas, do que se faz. Tais práticas teriam a ver com os usos, que podem ser exemplificados pelo próprio corpo, uma vez que cada parte dele possui um uso específico a que é destinado. Segundo Preciado (2014, p. 59) “no âmbito do sistema capitalista heterocentrado, o corpo

funciona como uma prótese-total a serviço da reprodução sexual e da produção de prazer genital”, de maneira que a função dos órgãos chamados sexuais, como pênis e vagina, é a reprodução e ao cumprir essa função os corpos contribuiriam para a manutenção desse sistema heteronormativo. A partir dessa perspectiva concluímos que há uma relação íntima entre o corpo e seus usos, a identidade e as relações de poder, uma vez que ao reiterar a norma sexo-gênero-desejo haveria a constituição de uma identidade coerente heterossexual pronta para cumprir devidamente o seu papel na sociedade: se reproduzir e ao mesmo tempo reproduzir a norma de gênero que estará representada em seus próprios corpos.

Seguindo nas proposições de Judith Butler (2017) há o conceito chave de performatividade. A reflexão baseia-se na teoria dos atos de fala como atos performativos de Austin, segundo a qual a linguagem possui um potencial de produção de realidades e um anúncio performativo implicaria na realização de uma ação. Um exemplo clássico dessa teoria é o enunciado “vos declaro marido e mulher” que teria uma capacidade produtiva inerente. Ao aplicar tal tese aos estudos de gênero, Butler (2017) propõe a identidade como efeito de práticas discursivas, uma vez que a essência ou identidade que pretende expressar são “fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos (BUTLER, 2017, p. 235).

A repetição ritualizada das normas de gênero seria a base da performatividade, cujas categorias são forjadas por relações de poder. “O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2017, p. 69). Em vista disso, a performatividade é a responsável pela concepção naturalizada do gênero em nossa sociedade, uma vez que os próprios corpos generificados performam gênero a partir de certos marcadores culturais, a exemplo das roupas, maquiagem, cabelo, formas de se portar, formas de falar sobre si mesmo, entre outros. Nessa linha, se o sujeito é formado pelos seus atos performativos, a estabilidade da identidade é colocada em questão, já que a instabilidade é uma das chaves do processo de se fazer sujeito. O conceito de performatividade nos permite retornar à discussão acerca do sexo, uma vez que se ele precisa ser reiterado de forma repetida por marcadores culturais é porque sua materialização não é completa.

No entanto, ainda que a materialização não seja completa, seus efeitos são sentidos intensamente pelos sujeitos, principalmente aqueles que colocam em questão a expectativa normativa de uma performance de gênero coerente com o sexo atribuído. Conforme nos dizem

Prado e Junqueira (2011), não há como estar de fora da norma, ela diz respeito a todos, fazendo com que quem não esteja apto a ser normalizado ocupe um grau inferior de humanidade. No caso de transexuais e travestis percebemos nitidamente as formas como a vulnerabilidade a que esses corpos estão submetidos está fortemente vinculada a esse confronto com a norma. Desse modo, reconhecer as lacunas e inconsistências dos discursos sociais naturalizados, não significa que eles estão sendo desconstruídos também na vida real, que deixam de valer.

Uma discussão nesse sentido é apresentada em um texto posterior ao *Problemas de Gênero* (2017), publicado com o nome *Critically Queer* (1993), em que a autora problematiza críticas que recebeu sobre sua obra. Butler (1993) destaca que o caráter performático não significa que é possível escolher qual gênero será performado em determinado dia, essa não seria uma decisão tomada pelos sujeitos de forma voluntária, mas sim fruto das relações de poder que predeterminam a necessidade da coerência entre sexo e gênero, o que se dá a partir do que chamamos de marcadores de gênero. Tal abordagem é, novamente, facilmente compreendida se pensarmos no estigma que decai sobre os corpos trans exatamente por essa não conformação, enquanto a reprodução de marcadores de cisnormatividade não serão questionados, ou seja, aqueles que não desempenham corretamente o seu gênero serão punidos por isso. A performatividade serve, portanto, para evidenciar a dimensão artificial das normas de gênero, contudo, não se constitui enquanto uma possibilidade de escape das redes de poder que as produzem, pelo contrário, a repetição de uma performance de normas de gênero cisnormativas e heterocentradas contribuiria para outorgar o poder vinculante.

Preciado (2014) tece críticas à ideia de performatividade butleriana, afirmando que ela vai muito rapidamente da prática ao discurso dificultando análises acerca das vulnerabilidades envolvidas nos corpos que não se identificam com o gênero referente ao sexo atribuído ao nascimento, como é o caso das pessoas trans. Além disso, o autor efetua uma diferenciação entre corpo e discurso, afirmando que o corpo possui uma materialidade que não pode ser completamente abstrata, uma vez que tecnologias operam nos corpos, que se fazem a partir delas. Em suas palavras:

A noção butleriana de ‘performance de gênero’, assim como a ainda mais sofisticada ‘identidade performativa’, desfazem-se prematuramente do corpo e da sexualidade, tornando impossível uma análise crítica dos processos tecnológicos de inscrição que possibilitam que as performances ‘passem’ por naturais ou não. E é exatamente essa impossibilidade de passar (passar por mulher, passar por americana, passar por branca) que vai levar Venus Xtravaganza à morte. (PRECIADO, 2014, 92-93).

Tal crítica apresentada principalmente por comunidades transgênero e transexuais dos Estados Unidos voltava-se ao exemplo da *Drag Queen*, que teria sido instrumentalizado por

Butler com exemplo da dimensão performativa do gênero. Butler (1993) se defende em *Critically Queer* destacando que em suas proposições a pretensão era colocar em xeque a noção naturalizada de sexo como uma verdade interna que deveria ser externalizada, não sugerir que a performance de gênero seria uma escolha do sujeito, como no caso das artistas *Drag Queens*. A partir dessa discussão nos interessa neste trabalho destacar que ao entendermos o corpo trans e travesti como reveladores da artificialidade da norma de gênero não temos a intenção de cair na armadilha de dar a entender que a identidade de gênero, e principalmente o rompimento com uma identidade de gênero cisnormativa, seja uma escolha fácil, de sujeitos que acordam pela manhã e decidem qual o gênero será performado naquele dia. Por outro lado, é inegável que a noção de performatividade nos auxilia a retirar a identidade de um lugar de estabilidade permanente.

Até aqui apresentei alguns conceitos importantes para iniciarmos a discussão sobre gênero e corpo. Pudemos entender que tanto o gênero como o sexo, assim como a relação que se dá entre eles, são tecnologias resultantes de uma rede de poder que conforma os corpos e as subjetividades. A desconstrução de uma concepção de sexo enquanto dado biológico natural e imutável é também fundamental para o questionamento acerca do estigma que se vincula aos corpos trans, assim como a ideia de performatividade nos auxilia a refletir acerca da instabilidade das identidades. A partir de agora partimos para uma problematização das potencialidades dos corpos e de sujeitos trans em escancarar que a norma de gênero oferece os recursos para subversão da sua lógica. Com isso, não estou querendo dizer que travestis e pessoas trans reivindicam esse lugar de denúncia de uma caducidade da norma e de pertencimento a um entrelugar, uma vez que, muitas vezes o desejo desses sujeitos é exatamente ser reconhecido de acordo com o gênero com o qual se identificam. O intuito é chamar atenção para o que esses corpos significam em um sistema em que as redes de poder tendem a produzir identidades estáveis em conformidade com a norma. Lembrando de que não há um *estar fora* da norma, tampouco a norma é negativa em si, já que é produtora e ordenadora da vida social em geral. Ressalvas feitas, entendemos que os sujeitos trans configuram-se como vivências desviantes, performances destoantes do código instituído e, por isso, tensionam a norma binária de gênero, buscando ou não uma conformidade a ela.

Entendemos a partir de Butler (1993) que um enunciado performativo é efetivo na medida em que encobre a formulação que deu origem a ele. Sendo assim, ao explicitarem a possibilidade de cruzar a linha do gênero, os corpos trans demonstram o avesso da norma, ou seja, a artificialidade com que ela se constitui. Percebemos que, se por um lado as normas

configuram o gênero, entre limitações, proibições e produções, por outro elas também fornecem os recursos que possibilitam a sua subversão.

Voltamos aqui à noção de que a norma é produtiva. Ela não apenas produz corpos governáveis, mas exatamente por produzir normatividades acaba por tornar possíveis também as resistências. Essa seria uma espécie de efeito colateral da norma de gênero e do poder como um todo. Butler (2017b, p. 16) nos convida a considerar que “o sujeito não seja apenas formado na subordinação, mas também que a subordinação forneça a condição de possibilidade contínua do sujeito.” Nesse esteio, temos uma via de mão dupla das redes de poder que operam sobre os corpos e sujeitos.

Abordando uma lógica semelhante, Preciado (2014) defende que é preciso reforçar o poder dos desvios e derivações da norma em relação ao sistema heterocentrado. Sendo assim, é necessário evidenciar a potência desses desvios na desestruturação das normas, já que as tecnologias se configuram também como possíveis lugares de resistência à dominação, e não como apenas o lugar em que impera uma dominação homogênea e impiedosa. Tal proposta para repensar as tecnologias e as redes de poder de dominação dos corpos generificados é o que propicia um rompimento com a naturalização de um esquema de poder em que as coisas são o que são e dessa forma permanecem, sem escapatória.

A partir de Foucault, Preciado (2014) propõe que:

A forma mais eficaz de resistência à produção disciplinar da sexualidade em nossas sociedades não é a luta contra a proibição (como aquela proposta pelos movimentos de liberação sexual dos anos setenta), e sim a contraprodutividade, a produção de formas de prazer-saber alternativas à sexualidade moderna. (PRECIADO, 2014, p. 22).

É seguindo essa lógica que entendemos o corpo trans como uma contraprodução que habita um entrelugar que questiona sujeitos, saberes, estruturas, poderes... Por ser uma espécie de errância da norma, a transexualidade possui caráter contraprodutor, de resistência, que tensionam os binarismos socialmente fixados e performativamente reproduzidos.

Partindo da perspectiva do ciborgue, de Donna Haraway (2009), em que o ciborgue seria uma criatura híbrida da realidade social e da ficção, pertencente a um mundo pós-gênero em que as relações que visam construir totalidades a partir da polaridade e da dominação hierárquica são questionadas, Preciado (2014) considera que o corpo transexual e as pessoas transgêneros seriam tecnologias ciborgues biossociais. Nesse sentido, a contraprodução desses corpos é extremamente potente.

Assim, é necessário recuperar as estratégias de enunciação dos corpos desviantes, pertencentes às chamadas minorias sexuais. Tais estratégias tendem também à contraprodução,

na medida em que utilizam o seu lugar marginal como potência para subverter discursos, dois exemplos semelhantes evidenciam esse caráter, o próprio termo em inglês *queer*, que ainda que em sua apropriação brasileira, sem tradução, tenha perdido parte do seu significado subversivo, originalmente remete aos insultos direcionados à comunidade LGBT, o termo foi então reapropriado pela militância e pela academia, ganhando outra conotação. Algo parecido ocorreu no Brasil com outros termos, como sapatão, bicha, e até mesmo travesti, utilizados inicialmente também como insultos, mas que passam a ser usados como uma autodenominação com outras chaves de sentido, mais vinculadas a um orgulho. Sobre esse tema, Preciado (2011) afirma:

A tomada da palavra pelas minorias *queer* é um advento não tanto pós-moderno como pós-humano: uma transformação na produção, na circulação dos discursos nas instituições modernas (da escola à família, passando pelo cinema ou pela arte) e uma mutação dos corpos. (PRECIADO, 2011, p. 7).

Desse modo não é necessário desfazer as marcas de gênero na linguagem, mas modificar as posições de enunciação (PRECIADO, 2014). Nessa linha, é pertinente nos questionarmos sobre o que significa tomar os termos da opressão e torná-los enunciados da própria resistência. Tal processo evidencia a disputa de sentidos presente na sociedade, em que eles são organizados e reorganizados de maneira complexa e instável.

Essa questão vincula-se a uma inquietação nossa a respeito da centralidade dos marcadores textuais de gênero nas textualidades analisadas, que são na verdade um reflexo nessa centralidade no social. O gênero é sempre o primeiro marcador. “Uma mulher, um homem, uma travesti”. A caracterização do sujeito pelo gênero é a sua primeira identidade, antes mesmo do seu nome, da sua profissão ou de qualquer outra forma de identificação.

Isso ocorre nos textos jornalísticos e nos REDS de forma diferente, mas com a mesma lógica. No REDS o gênero é o primeiro marcador da descrição do corpo que foi encontrado. Nas notícias ele está presente predominantemente nos títulos e no primeiro parágrafo do texto, locais em que as informações mais relevantes tendem a ocupar. Quando a dissidência de gênero é ocultada, ou seja, quando não é apresentado que se trata de uma travesti ou pessoa trans, o corpo perde o gênero, não é homem nem mulher, é apenas um corpo. O efeito disso é uma desumanização completa do corpo, uma vez que o gênero é um dos principais rótulos de leitura dos sujeitos na sociedade generificada, além de um corpo sem identidade, sem rosto e sem nome, ainda é um corpo desprovido de gênero. A falta, nesse caso, produz um efeito e não é algo como a eliminação do gênero de forma crítica, não há nada como “uma pessoa, um indivíduo, um sujeito”, resta apenas “um corpo”. Quando todas as textualidades convergem para caracterizar o corpo trans e travesti como insignificante, tornando-o mais matável, é a

partir da rotulação pelo marcador de gênero que desvia da cisnormatividade, ou pelo seu ocultamento que denuncia a dissidência, que essa lógica começa a operar.

Dito isso, apresento um questionamento que vai na contramão: se a identidade de gênero trans não estiver evidenciada, como o mapeamento das mortes será realizado uma vez que não há uma produção de dados de órgãos oficiais? E com essa questão chegamos a uma outra percepção que deriva da análise. Como pudemos perceber, as matérias jornalísticas apontadas como fonte no mapa da ANTRA são em sua maioria extremamente problemáticas no que se refere a um desrespeito à identidade de gênero, a uma culpabilização da vítima ou sua desumanização. Contudo, ainda assim elas são a principal fonte de dados, com legitimidade pela credibilidade que o jornalismo possui socialmente, como se comprovassem a veracidade das informações do mapa. Dessa forma, entendemos que ainda que seja um modo de dar visibilidade para representações problemáticas, o intuito de comprovar que pessoas trans e travestis estão morrendo, denunciando através do mapa cada um dos assassinatos e propiciando a produção de dados quantitativos acerca dessas mortes possui mais força e é mais importante. Tal aspecto corrobora o nosso argumento de que em se tratando de sujeitos trans e travestis as textualidades que organizam os sentidos acerca dessas existências e também dessas mortes são múltiplas, complexas, repletas de lacunas e incoerências, conflitantes entre si. Portanto, é impossível estudá-las vislumbrando encontrar uma resposta exata, uma imagem predominante, o que faz com que o nosso esforço de leitura busque mais por vestígios, por sentidos configurados e reconfigurados do que por respostas.

É pertinente destacar que não há o intuito de defender um apagamento da diferença, trocar termos generificados por aqueles que apagam qualquer resquício de gênero, como pessoa, indivíduo, sujeito, como se isso fosse resolver todos os problemas. Se partimos do pressuposto de que a força dessas textualidades vem da sua aderência social, é exatamente uma mudança na posição de enunciação desses sujeitos que deve ser buscada. O caminho é, portanto, muito mais complexo. Isso porque a norma de gênero é tão sofisticada quanto sutil, sua sutileza vem da sofisticação. Seus marcadores passam pelos corpos, pelo cotidiano, com ares de naturalidade, sem serem questionados, afinal, as coisas são como são. Portanto: contra o potencial coercitivo da norma, a contraprodução desestabilizadora.

Creio que uma das vezes em que me confrontei de forma mais contundente com a ideia de instabilidade e descontinuidade da relação sexo-gênero-desejo foi ao assistir ao filme *Tudo sobre minha mãe* (Todo sobre mi madre, 1999), do diretor espanhol Pedro Almodóvar. Na obra, a personagem Lola, uma travesti que teve um filho com Manuela, a protagonista, e também

com Rosa, uma freira, aparece pontualmente mas possui um papel chave na trama. Ainda que apareça apenas ao final do filme, no enterro de Rosa, para quem transmitiu o vírus da aids, Lola evidencia a possibilidade de uma personagem ser travesti e pai (forma como é definida na narrativa), o que desestrutura a ideia de que toda travesti necessariamente sentiria desejo por homens. Além disso, o deslizamento semântico do termo pai também me parece interessante, uma vez que Lola é descrita a partir desse lugar complexo, amor de Manuela e Rosa, travesti e pai de dois filhos. De uma só vez, Almodóvar nos faz confrontarmos-nos com nossas percepções enraizadas e fixas de papéis sociais de gênero, sexualidade e família. Isso sem pensar no tensionamento da religião, uma vez que Rosa é uma freira que se relaciona amorosamente com uma travesti. Em *Tudo sobre minha mãe*, as instituições modernas de família e religião são, portanto, problematizadas a partir da figura de Lola e, conseqüentemente, esse corpo é responsável por denunciar a artificialidade do sistema heteronormativo.

Deixemos Lola e sua potência desestabilizadora como uma imagem da contraprodução que esses corpos efetuam. Passo agora para uma discussão que dialoga com a tentativa efetuada nesse trabalho de descortinar as normas vinculadas ao poder e investigar as suas lógicas de operação dentro do sistema. Partimos do argumento de que a relação entre os sujeitos desempenha um importante papel nos processos de operação da norma, contribuindo para a naturalização de alguns aspectos em detrimento de outros, configurando hierarquizações e também promovendo rupturas por isso, em resumo: compõe a complexidade da vida humana em sociedade.

1.2. A diferença faz problema

Os aspectos produtivos e discursivos da norma nos permitem vislumbrar as possibilidades para o corpo, ainda que cerceadas pelos regimes normativos. Contudo, é fundamental inserir esse corpo em sua dimensão relacional, ou seja, pensá-lo em relação com o Outro. E é exatamente nesse encontro que a diferença se configura. Muito longe de ser um dado, um descritor, a diferença é um instrumento que pode ser utilizado para subalternizar determinados sujeitos e experiências, e conseqüentemente, ser apropriado enquanto argumento para a resistência.

Como já descrito no início deste trabalho, a ideia de alteridade, que contempla a relação do Eu e do Outro, é para mim uma grande inquietação. Me parece que ao ser inserida nos estudos em comunicação, a concepção de alteridade e suas compreensões tornam possível uma problematização acerca da relação entre os sujeitos na sociedade, que é constituinte do processo

comunicativo. No entanto, ao mergulhar nos estudos de gênero, a reflexão sobre alteridade foi deixada de lado durante boa parte da minha trajetória atual de pesquisa. Foi durante um curso¹² sobre Insurgências Decoloniais que percebi a possível articulação entre as ideias, que exponho agora.

A corrente de estudos decoloniais baseia suas discussões no questionamento acerca das formas de saber que sempre nos serviram de base epistemológica. Tais bases são historicamente eurocêntricas, portanto, geograficamente situadas, no entanto, se apresentam enquanto proposições que abarcam questões do mundo todo, incluindo o chamado sul global. O que se percebe é que a valorização desse saber enquanto hegemônico e universal cria padrões em nossas formas de ver o mundo, o sujeito epistêmico europeu da modernidade se coloca enquanto neutro, servindo como medida para determinar o padrão universal em contraposição com as outras formas de conhecimento – e também de sujeitos. Oposições como objetivo/subjetivo; universal/específico; neutro/pessoal, são muito mais do que simples categorias semânticas, elas estabelecem relações de poder que definem posições hierárquicas e qualificam a fala, o conhecimento e o lugar epistemológico de cada sujeito, definindo, por fim, quem é que pode falar (KILOMBA, 2019).

Um conceito muito importante para a corrente é o de raça, que para além de ser apenas uma identificação de diferenças fenotípicas, foi utilizada para subalternizar sujeitos, tendo a branquitude como a medida. Sendo assim, identificam-se dados de aparência, reúnem-se esses corpos criando a diferença, para então hierarquiza-las sob o pretexto de que se partiu de um dado biológico, científico, verdadeiro. Portanto, não existiam negros antes da escravidão, nem indígenas antes da invasão, tal caracterização é forjada junto aos papéis sociais subalternizantes que são atribuídos. Questiono: tal perspectiva parece com algo de que já tratamos aqui? Seguimos.

A ideia de colonialidade, central para os estudos decoloniais, pode ser brevemente conceituada como dinâmicas econômicas, políticas e sociais que foram criadas com a colonização, mas que perduraram até os dias de hoje, séculos após o fim do sistema colonial. Aníbal Quijano (2005) entende a colonialidade como uma estratégia da modernidade que contribui para o fortalecimento e a manutenção do capitalismo. Essa estratégia se desenvolveu como forma de manter o domínio europeu, através de uma compreensão hierarquizada das diferenças de raça e de classe. O processo teve início na invasão das Américas, com a

¹² Trata-se do curso intitulado Insurgências decoloniais - geopolítica do conhecimento para outros mundos possíveis, ministrado pelos pesquisadores Leo Name e Marcos Britto da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e formulado pelos integrantes do grupo de pesquisa iDALE!

dominação dos povos americanos e a imposição dos saberes europeus, entendidos como superiores. Desse modo, é exatamente a diferença que serve como argumento que vai legitimar a dominação, uma lógica semelhante à encontrada nos estudos sobre gênero. Para além na inferiorização de raças, Quijano afirma que o controle do trabalho e das suas relações em torno do capital e do mercado contribuem para o estabelecimento e a manutenção dessa forma de poder. Ou seja, a exploração capitalista e a racialização são inseparáveis no sistema colonial e permanecem na colonialidade.

Segundo Grada Kilomba (2019), o sujeito é, por concepção, relacional. Não há uma substancialidade, o sujeito só existe a partir da relação do indivíduo com a sociedade. É nesse esteio que vemos emergir a diferença enquanto categoria que se converte em hierarquização. A diferença se dá sempre a partir daquele que detém o poder de ser definido como a norma, ele é o parâmetro. Como na dinâmica do poder não basta que o Outro seja diferente, mas ele deve ser necessariamente inferior, ocorre uma hierarquização que se justifica pela diferença. Assim, são os sujeitos incompletos que se tornam o Outro e o processo de incompletude e inferiorização é, portanto, perpassado pelo poder. É quando o preconceito se junta ao poder que se cria o racismo, como também a homotransfobia.

Os estudos decoloniais, portanto, apresentam uma compreensão da operacionalização da diferença racial como forma de dominação-exploração, assim como demonstram como a colonialidade relaciona-se intimamente com o capitalismo, ou seja, raça e classe entram na discussão. María Lugones (2008) nos auxilia a refletir acerca das relações entre a colonialidade e o gênero. A autora parte da discussão de Aníbal Quijano (2005) sobre a colonialidade do poder, segundo a qual o poder está estruturado em relações de dominação, exploração e conflito de caráter colonial e eurocêntrico, para propor uma reflexão sobre o gênero nesse âmbito, uma vez que Quijano não apenas não avança nessa linha, como quando apresenta a problemática de gênero o faz a partir de uma concepção patriarcal e heterossexual. Após reconhecer as contribuições e limitações de Quijano, Lugones (2008) nos apresenta que o dimorfismo biológico, a heterossexualidade e o patriarcado são característicos do lado claro/visível da organização colonial e moderna do gênero. E acrescenta: “o dimorfismo biológico, a dicotomia homem/mulher, a heterossexualidade e o patriarcado estão inscritos com maiúsculas e hegemonicamente no significado mesmo do gênero” (LUGONES, 2008, p. 78, tradução nossa).

Lugones (2008) parece nos convidar a repensar tanto a ideia de um dimorfismo biológico, como da dicotomia de gênero entre homem e mulher a partir de uma matriz decolonial, que nos permite compreender que tais relações e estruturas se dão a partir de um

modelo moderno europeu de enxergar o mundo e analisa-lo, longe, portanto, de um modo universal de compreensão. Para ela, “problematizar o dimorfismo biológico e considerar a relação entre o dimorfismo biológico e a construção dicotômica de gênero é central para entender o alcance, a profundidade e as características do sistema de gênero colonial moderno” (LUGONES, 2008, 93, tradução nossa). Dessa forma, é possível compreender que as relações de gênero que naturalizamos são construções e, portanto, devem ser questionadas para que seja possível desconstruí-las.

Para comprovar o seu argumento, Lugones (2008) apresenta as pesquisas de autoras como Oyéronké Oyewùmi e Paula Gunn Allen, que discutem como sociedades indígenas e africanas pré-invasão não eram organizadas com base na diferença de gênero e nem na relação de dominação entre eles. Com isso, ela nos mostra que há um sistema colonial de gênero, que se configura a partir de uma noção moderna de gênero e dos papéis sociais ligados a ele que operam segundo a lógica da modernidade e das suas instituições. Sendo assim, podemos entender que as relações binárias de gênero oferecem a legitimidade que as instituições modernas precisam para seguirem funcionando da mesma forma, reiterando esquemas de dominação da qual a família tradicional heterossexual e cisnormativa é, a meu ver, uma das suas principais engrenagens. Afinal, é necessário que cada um cumpra o seu papel para a manutenção do sistema e isso inclui os papéis de gênero.

Em um texto mais recente, Lugones enfatiza que “a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade” (2014, p. 935). E convida a enxergar que houve uma internalização da dicotomia homens/mulheres nos dominados no processo de construção da norma social que definiu a civilização, a cidadania e o pertencimento à sociedade civil, processo que é renovado constantemente. A autora então conceitua o que chama de colonialidade de gênero como “exercícios de poder concretos, intrincadamente relacionados, alguns corpo a corpo, alguns legalistas, alguns dentro de uma sala onde as mulheres indígenas fêmeas-bestiais-não-civilizadas são obrigadas a tecer dia e noite, outros no confessionário.” (LUGONES, 2014, p. 948).

A materialidade da colonialidade do poder, e também do gênero, demanda uma resistência conjunta, de dentro, que possibilite enxergar uma nova forma de compreender o mundo e viver nele, a partir da relação, do compartilhamento, do reconhecimento. Ao invés de seres dicotomicamente divididos, entender os sujeitos em sociedade como pessoas em relação, e não fragmentos hierarquicamente ordenados de forma violenta (LUGONES, 2014).

A reflexão proposta por Lugones a partir da crítica decolonial evidencia a complexidade das articulações entre gênero, raça e classe em uma sociedade com histórico colonial, como é o caso do Brasil. No entanto, ao evidenciar que não há nem universalidade, nem neutralidade no que se naturalizou como gênero na sociedade, a autora permite o questionamento da norma vigente a partir de uma outra ótica, elucidando ainda a necessidade de uma resistência que compreenda a vinculação de processos micro, do cotidiano, com o macro, das estruturas e instituições.

A perspectiva da autora vai ao encontro de uma outra ideia que é chave no pensamento decolonial e nos auxilia em nossa empreitada de pesquisa: a articulação entre o dualismo e o evolucionismo próprio do pensamento moderno. Segundo os estudos decoloniais, o pensamento moderno baseia-se nessa articulação entre a dualidade, que identifica que os corpos são diferentes e a insere em uma lógica evolucionista, que hierarquiza os sujeitos.

Assim, assumimos que não é problemático que o Outro seja inexoravelmente Outro e diferente, a questão é a hierarquização evolucionista que insere os sujeitos em uma lógica de dominantes e subalternizados. A diferença não é o problema, portanto, não é necessário tentar apaga-la¹³ como propõem adeptos do paradigma da igualdade que defendem que todas as pessoas são ou deveriam ser iguais e, por isso, todos devemos ter direitos iguais (COLLING, 2013).

Ao nos apropriarmos dessa concepção evolucionista para repensarmos as relações sociais entre os sujeitos, não estamos propondo que o poder e a dominação efetuem um movimento unilateral, tão simples como uma linha com ponto específico de partida e chegada. Se entendemos o poder de forma reticular, os processos de dominação e subalternização são mais complexos, não pressupõem um excluído que vai ser colocado para fora do sistema, não há um fora do sistema, assim como não há uma figura dominante tão bem determinada que subjuga os demais. Há redes de poder que nos enredam cotidianamente, há disputa, sendo assim, dominantes e subalternizados tornam-se categorias mais complexas, histórica, geográfica social cultural e politicamente constituídas e situadas. Infelizmente, não há uma saída fácil de identificação dos mecanismos de dominação.

É também nesse sentido que Grada Kilomba (2019) ao expor e analisar casos cotidianos de racismo destaca a importância de uma conscientização coletiva, “pois uma sociedade que vive na negação ou até mesmo na glorificação da história colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas. Nem permite que seja a responsabilização, e não a moral, a criar

¹³ Tal apagamento me parece mais uma invisibilização que advém de um negacionismo.

novas configurações de poder e conhecimento” (KILOMBA, 2019, p. 12-13). Assim, a diferença pode operar de forma a nos libertar de uma moralidade que nos impõe a necessidade de cuidar de todos os outros – afinal, a ideia de que todos somos iguais, invisibiliza os processos diversos vivenciados por sujeitos subalternizados, com quem temos que nos responsabilizar efetivamente.

No percurso moralizante e não de responsabilização, não há sujeitos subalternizados, que têm o direito de nomear as suas próprias histórias (hooks, 1989), há objetos que têm a sua história definida por outros. É o não subalterno quem define como nós, enquanto sociedade, iremos cuidar desse Outro que tanto sofre, há uma hierarquia paternalista que nada tem de libertadora, ao contrário, se baseia exatamente na permanência da subalternidade. Usando os termos de Spivak (2010), subalternos não podem falar porque a sua voz nunca será ouvida pelo opressor, essa é a dificuldade de falar dentro do regime repressivo do racismo e do colonialismo (KILOMBA, 2019). A ausência da voz do subalterno no centro é emblemática em demonstrar essa dificuldade em falar, fala-se em nome dele, buscando recuperar o seu ponto de vista, romantizando o seu lugar de resistência à margem, permanentemente à margem.

A partir dessa perspectiva, vemos que a colonialidade não apenas promove a hierarquização entre norte e sul global, mas internamente, nos próprios países que passaram pela colonização, produz e reforça dinâmicas de centro e margem, através da reprodução dos mesmos parâmetros de civilização e barbárie; desejável e indesejável que serviu para nos medir. Estar à margem não é estar fora, não há um fora, é fazer parte do todo, mas estar fora do corpo principal (hooks, 1989). Grada Kilomba (2019) fala sobre racismo, principal operação de poder da colonialidade, mas nós podemos ampliar o olhar e falar sobre outros sujeitos subalternizados pela lógica introduzida pela colonialidade e diz respeito à raça, classe e gênero e as articulações entre eles que provém de regimes normativos. Ao propor que devemos pensar o racismo em sua dimensão estrutural, que promove uma desvantagem nas estruturas da sociedade; institucional, a partir de um tratamento desigual nas instituições; e cotidiano, se instaurando no dia a dia, a autora nos fornece uma lente para enxergarmos as dinâmicas que operam sobre os corpos dissidentes nessas três instâncias fundamentais da vida em sociedade, além de nos permitir compreender que o poder também tem a ver com permitir e tornar acessível o acesso à estrutura, à alimentação, à educação, à saúde, à mídia.

Trazendo essa leitura para o nosso interesse de pesquisa, é possível descortinar as operações da transfobia também nessas três instâncias. Nossa compreensão de transfobia passa pelo entendimento de que ela é estrutural, ou seja, está impregnada em toda e qualquer estrutura

social, é um pressuposto. Além disso, esses sujeitos estão submetidos a vulnerabilidades instituídas institucionalmente, já que a dissidência será sempre notoriamente demarcada. Já no que se refere ao cotidiano, são evidentes as formas com que essas experiências são continuamente questionadas no dia a dia, rompem com a normalidade, se destacam até mesmo quando uma travesti vai à padaria comprar pão para o café da manhã, os olhares que perseguem o corpo desviante pelos corredores, que desconfiam, que agridem silenciosamente. E é assim que a igualdade cai por terra, não há “todos somos iguais” quando uma travesti entra em uma padaria.

Contudo, a dissidência é potência, é ela que nos permite vislumbrar as possibilidades para além da norma, é exatamente por isso que a diferença é um risco e que o discurso de que todos somos iguais é mais seguro, palatável. Fernando Holiday, em um discurso proferido em um evento comemorativo do Dia Internacional da Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, na Câmara dos Deputados, em 22 de março de 2016, destaca que o que ele ouviu nas falas dos demais presentes sobre o assunto estimulava a segregação e tinha como objetivo separar o povo, “dane-se se todos somos da mesma nação, dane-se se todos somos seres humanos, vocês só enxergam a cor da pele, a opção sexual (sic)” (HOLIDAY, 2016). O episódio é um exemplo claro de como o discurso sobre a igualdade solapa as complexidades da realidade vivenciada pelas pessoas em nosso país em nome de um apaziguamento redutor e estratégico. Afinal, as estruturas hegemônicas de poder se fortalecem exatamente com a falta de questionamento sobre as formas com que a diferença se transforma arbitrariamente em uma categoria para a subalternização.

Inspiradas por Grada Kilomba (2019) buscamos percorrer o caminho que começa com a negação, a culpa, passa pela vergonha até chegar no reconhecimento e na reparação. A ideia de que somos todos raça humana está ainda no âmbito da culpa, em que nos culpamos pelo sofrimento do Outro, mas ainda negamos a nossa responsabilidade nele. A reparação é, portanto, o último estágio de responsabilização.

É importante demarcar que as redes de poder não são abstratas, elas se materializam no cotidiano dos sujeitos, de forma bem palpável muitas vezes, como quando se vinculam a instituições como a polícia, o judiciário. Acreditamos que uma das formas dessa materialização ocorrer é a partir das relações entre sujeitos, que não são apenas parte de coletividades, mas indivíduos. Nesse sentido, a alteridade é um conceito fundamental, uma vez que nos auxilia na percepção da complexidade das relações. O Eu e o Outro são chaves para a configuração dos papéis sociais, de meios de viver e também de compreender os sujeitos. Para tanto, é necessário

compreender o potencial produtivo do relacional que, atravessado pelas normas, produz saberes e sentidos sobre o Outro e também sobre o Eu. No caso da norma de gênero e das relações que são atravessadas por elas, a ótica adotada para tensioná-las ancora-se na diferença.

Se a relação com o Outro é fundamental para um entendimento da diferença não como aquilo que permite a hierarquização, mas como algo intrínseco à experiência humana, à nossa formação identitária, a alteridade mostra-se enquanto uma importante chave analítica. Ela permite aprofundarmos o movimento de desessencialização, retirando o centro da discussão do ser em si, e possibilitando refletir sobre as dimensões relacionais que constituem nossas identidades, sociabilidades e, conseqüentemente, os enquadramentos utilizados para compreender os fenômenos. A problemática da relação com o Outro também elucida questões importantes acerca dos processos de construção de estereótipos que tornam determinados corpos mais vulneráveis do que outros, como é o caso das pessoas trans. É necessário evidenciar que o Outro não é apenas aquele que nos causa estranhamento, com quem nos chocamos culturalmente ou que nos faz confrontamo-nos com nossos mapas morais. O Outro é aquele que está pressuposto em qualquer relação, evidenciando a dimensão Ética em que estamos implicados e permitindo uma melhor compreensão da nossa resposta ao chamado do Outro.

Não há uma autonomia para definir a que seremos moralmente vinculados, é o Outro quem determina. Estamos submetidos ao Outro de forma não apenas relacional, como também Ética, uma vez que em uma perspectiva levinasiana não somos livres para rejeitar as questões morais que nos são impostas pelos outros. Segundo Butler (2011, p. 15):

A estrutura do discurso é importante para a compreensão de como a autoridade moral é introduzida e sustentada se concordarmos com o fato de que o discurso está presente não apenas quando nos reportamos ao Outro, mas que, de alguma forma, passamos a existir no momento em que o discurso nos alcança, e que algo de nossa existência se prova precária quando esse discurso falha em nos convencer.

Assim, a minha própria existência está condicionada às formas como respondemos ao chamado do Outro, entendendo a dependência radical a que estamos submetidos. Nesse sentido, refletir sobre a alteridade nas textualidades é um modo de investigar as nuances desse chamado do Outro para além de uma relação entre dois sujeitos. Ou seja, nas formas como ocorre a sua representação em produções discursivas e, conseqüentemente, a conformação, ainda que provisória, desse chamado socialmente. Se a mídia propicia que imagens diversas do Outro e das suas vulnerabilidades nos alcancem, torna-se fundamental entender a lógica de configuração dessas imagens.

É importante questionar, portanto, o que estão dizendo, para quem e com que propósito. Mas mais do que isso, é preciso avançar investigar as próprias representações, já que a simples visibilidade não é, nem de longe, suficiente para garantir uma responsabilização com o chamado do Outro. O conceito levinasiano de rosto, abordado por Butler (2011) é central para essa responsabilização, uma vez que é ele que constitui o clamor do Outro e a sua primazia ética ao direito de existir acima do meu próprio, de modo que, deixar o Outro que clama pela vida morrer, é uma forma de se tornar cúmplice da sua própria morte.

Contudo, o rosto é exatamente o que não se limita ao rosto humano, é o acionamento que dele transborda, ainda que não dependa dele. O rosto não fala, mas significa, além de consistir em deslocamentos. É uma tarefa complicada transpor o conceito de rosto para a apropriação textual dos clamores dos sujeitos e suas precariedades, exatamente por ele significar sem ser. Significar *não matarás*, sem sequer ser algo em si mesmo para além do clamor. Uma vez que “entender seu significado quer dizer acordar para aquilo que é precário em outra vida ou, antes, àquilo que é precário à vida em si mesma” (BUTLER, 2011, p. 19).

O que nos auxilia nesse trabalho é exatamente olhar para o que escapa às imagens e às representações, o que está no interdito, no processo de emergência dessas textualidades. A foto que trouxe no início desse trabalho, com parte do corpo de Paola ensanguentado, explicita essa emergência. O chamado daquele corpo evoca a precariedade daquela vida na medida em que não sabemos mais nada sobre ele, apenas seu clamor emerge. A partir do momento em que a matéria nos diz que se trata de uma mulher transexual, encontrada em um local frequentado por garotas de programa com um preservativo ao lado, esse clamor se dissolve em um enquadramento de culpabilização. A causa presumida para o crime é passional, conforme assinala o policial responsável por redigir o REDS, em uma leitura da cena do crime e do corpo da vítima que apresentava 12 golpes por faca por todo o seu corpo. A única responsabilidade da morte de Paola é dela mesma, estamos isentos da responsabilização.

É possível, então, questionar o que exatamente rompe com esse chamado ético do Outro, que deveria nos impelir a zelar por essa vida, nos indignar com qualquer violência que ela sofra. A proibição do lamento pela morte de Paola, que não é uma proibição coercitiva, mas um obstáculo à constituição do vínculo moral, é uma continuação da violência a que ela foi submetida, seguimos violentando Paola inserindo sua morte em quadros interpretativos de culpa e dissidência. O rompimento com seu chamado ético ocorre na medida em que a dissidência toma o lugar do clamor, desumaniza a vítima.

Na representação a humanização e a desumanização ocorrem continuamente (BUTLER, 2011). Isso porque a representação, nem mesmo a autorepresentação é garantia de que ocorra uma humanização. Isso porque o modo como representação se configura e emerge é definidor para que ocorra uma humanização ou uma desumanização. Desse modo, a violência pode acontecer até mesmo por meio da produção de um rosto, a depender de como é essa produção, de quais sentidos são acionados para torna-lo inteligível. Butler (2011) cita especificamente a mídia como aquilo que pode utilizar o rosto de modo que a desumanização se efetive.

Se, por um lado, a invisibilização impede completamente a humanização, há também movimentos que hipervisibilizam certos aspectos da vítima de forma a desumanizá-lo. Assim, se permanecermos no argumento da invisibilidade, não poderemos enxergar quando o culpado pela vulnerabilização é exatamente o excesso de visibilidades específicas. É o que ocorre com Larissa, travesti morta em Governador Valadares. Na matéria que narra o caso, além do destaque para o fato de que ela tinha passagem pela polícia e fazia uso de entorpecentes, encontramos duas fotos de Larissa, uma mais atual, em que ela exibe cabelos na altura do ombro, e outra do seu próprio RG, que apresenta uma pessoa bem jovem, aparentemente adolescente, com marcadores masculinos. O excesso aqui significa mais do que está explícito, é uma hipervisibilidade do desvio, também demarcada textualmente na insistência em utilizar termos no masculino para se referir a ela. Algo semelhante ocorre com a notícia sobre o assassinato de Paulete. A foto, que já está desfocada, do corpo conta com um detalhe a mais: uma tarja preta cobrindo os órgãos genitais. O humano se retira para que a dissidência possa emergir enquanto único significativo

Em contrapartida, as fotos presentes nas matérias de Sophia e Fábria são de jovens bonitas e sorridentes, criando uma imagem dessas vítimas que contribui para uma humanização. Nos deteremos com maiores detalhes nos casos em nossa análise, os casos que já trago nesse momento cumprem o papel de nos auxiliar na compreensão do clamor ético e do seu rompimento através de representações desumanizadoras.

Mas há ainda um último exemplo que gostaria de abordar. Quando Butler (2011) explica que o rosto não se limita à configuração plástica de olhos, nariz e boca, mas que se constitui de deslocamentos, é possível questionar quando a presença do rosto humano se torna até mesmo um impeditivo para a humanização. No dia seis de maio de 2021, foi realizada uma ação policial na favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, que matou 28 moradores, sendo considerada a chacina mais letal da história na cidade. A polícia insiste na versão de que eram todos suspeitos,

contudo, algumas reportagens¹⁴ já afirmam que pelo menos 13 vítimas não tinham qualquer relação com a investigação. Uma imagem que repercutiu nas redes sociais consiste em um vídeo em que moradores lavam com água a impressionante quantidade de sangue que ficou nas ruas depois da chacina. Esse exemplo evidencia como o clamor do Outro emerge até mesmo na ausência da figura humana, o rosto aqui é exatamente o sentido que transborda da imagem em que nada é dito, apenas representado. O que as imagens das pessoas que foram mortas causariam nesse caso? Muitas delas jovens negros, “*um bando de bandidinho da favela*”, provavelmente ouviríamos de certos apresentadores de TV e daquele tio cidadão de bem. Já o sangue que escorre no vídeo não tem um dono com características que transformem a sua morte de lamentável a desejada após três segundos olhando pra ela. A humanização, nesse caso, pode ter sido ampliada exatamente pela ausência da figura humana, ou, usando as palavras de Butler (2011, p. 27) “o rosto não é ‘apagado’ nessa falha de representação, mas é constituído exatamente nessa possibilidade”. É nesse sentido que há regimes de visibilidade que potencializam o clamor e outros que o abafam.

Há algumas pistas aqui, a descrição pretensamente objetiva dos crimes, tanto pelos REDS, como pelas matérias, se vende enquanto a verdade dos fatos, isentas de qualquer leitura ou interpretação subjetiva vinculada a quaisquer juízos de valor. Contudo, parece que é na ausência de uma descrição objetiva, da busca por uma causa da morte, que há a emergência da precariedade. É quando menos sabemos da vítima e do caso que conseguimos nos vincular mais com a precariedade daquela vida, encarando a minha própria precariedade. Já quando a descrição apresenta a dissidência o que ocorre é o contrário, há um certo conforto, uma sensação de segurança quando, entendo que aquela morte está ligada a um desvio de conduta, assim estou a salvo. Não há responsabilização, não há resposta, não há clamor, há uma suspensão da precariedade dessa vida. Sendo assim, o apelo parece ocorrer na medida em que percebemos a dor, antes da sua representação discursiva.

No entanto, o processo não se encerra nas textualidades midiáticas ou policiais. Ao serem lançados no mundo social, os sentidos sobre as mortes (e as vidas), passam a ser disputadas. Como vemos ocorrer com os dossiês da ANTRA. “Algo que já emergiu no domínio da aparência precisa ser disputado como reconhecidamente humano. (...) A tarefa às mãos é estabelecer modos públicos de ver e ouvir que possam responder ao clamor do humano no interior da esfera da aparência” (BUTLER, 2011, p. 29).

¹⁴ Ver: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-08/mortos-na-chacina-do-jacarezinho-sobem-para-29-e-policial-insiste-na-criminalizacao-de-vitimas-sem-provas.html>

As proposições de Butler (2011), a partir de Levinas, entram no esteio da nossa reflexão sobre produção e acionamento da diferença porque ajuda a avançar na linha de pensamento que articula as redes de poder e o gênero. É por meio da alteridade que é possível compreender como a relação conflituosa com o Outro é determinante para produção de vulnerabilidades e precariedades, que se tornam parte do social. A constituição da dissidência está intimamente vinculada às normatividades e ao poder, operando na relação entre sujeitos e complexificando o chamado à responsabilização. Assim, é possível questionar: se estou eticamente vinculado do Outro e seu chamado deve inexoravelmente me alcançar, como ocorre o rompimento com essa vinculação? Quais as forças estão envolvidas nesse rompimento? E como as textualidades que emergem no seio dessas relações operam na produção discursiva desse chamado e desse Outro?

Para cercar essa questão, acionamos nesse item os estudos decoloniais, que nos ajudaram a perceber que a diferença em si não é o problema, assim como também não é um dado, mas se torna problemática na medida em que se insere em lógicas de hierarquização entre corpos e sujeitos. Assim como a perspectiva *queer* chama atenção para a necessidade de demandar mais do que tolerância, partindo exatamente da diferença para mostrar que é preciso enxergar as necessidades também a partir das singularidades, ao invés de buscar uma homogeneização que valide a busca por igualdade.

Entendemos que os estudos queer e o pensamento decolonial têm aproximações, mas também afastamentos. A abordagem a partir da identidade presente em algumas produções sobre decolonialidade a afasta da proposta pós-identitária do queer. Contudo, se os estudos queer nos ajuda a pensar a normatização das identidades, o decolonial nos oferece uma ótica latino-americana para enxergamos melhor as nossas emergências e a constituição histórica das identidades. Eu não entendo os argumentos dos estudos decoloniais como uma defesa do pensamento puro e simplesmente identitário, ou uma busca por uma identidade unificadora para os latino-americanos, mas como uma denúncia dos processos arbitrários de produção de diferenças a partir da subalternização. Uma denúncia também encontrada em discussões queer, ainda que de um outro modo. O próprio entendimento da configuração do sistema sexo-gênero como parte do projeto decolonial evidencia esse aspecto.

Os estudos queer chegam ao Brasil pela porta das universidades, e não como expressão política do movimento social como ocorreu nos Estados Unidos (PELÚCIO, 2016). E por isso, na viagem ao sul, mesmo postulando o papel de não-Teoria, acabou ocupando o posto de Teoria (PEREIRA, 2015). Desse modo, a perspectiva decolonial contribui para dar uma dimensão localizada ao debate queer, corporificar e localizar a teoria, mobilizá-la de acordo com as nossas

próprias emergências e singularidades. A articulação das duas abordagens cumpre nesse trabalho a função de valorizar e acionar o olhar para as bordas e para as margens. Nosso intuito é trabalhar com uma estrutura conceitual baseada no que gostaria de chamar aqui de reflexões marginais: produzidas a partir da margem, das bordas e da dissidência pra falar sobre a margem, a borda e a dissidência.

Ao articularmos essas duas propostas a partir da alteridade enquanto chave, torna-se possível alargar os horizontes das questões aqui evidenciadas, investigar as configurações de sentido que derivam das relações entre sujeitos e também são capazes de reconfigurar essas relações e também a forma com que enxergamos o Outro.

No próximo capítulo, nossa proposta é discutir as forças que cercam os corpos generificados, limitando suas potencialidades, ditando como eles devem ser, o que devem performar, quais relações devem nutrir e a quais corpos devem direcionar os seus desejos. É desse jogo entre potência, devir e normas regulatórias que emergem as disputas de sentido que nos interessam em particular. Não há uma estabilidade, uma origem, um dado, o que há é exatamente uma disputa em que produção e contraprodução se articulam promovendo dinâmicas diversas, por vezes violentas, a que estão submetidos os corpos tornados dissidentes por meio da instrumentalização da diferença.

2. O corpo e as redes normativas

Já na primeira leitura das matérias do dos REDS algo nos chama atenção. O excessivo número de tiros e de facadas, além das outras formas cruéis de matar com as próprias mãos, como espancamento e estrangulamento, evidenciam que o intuito não é apenas acabar com a vida de um indivíduo específico, mas com a sua não-conformidade, com tudo aquilo que ela representa. Essa percepção permeia nossa reflexão acerca das formas como o poder opera por meio da norma. Se no capítulo anterior destacamos o potencial produtivo da própria norma, a emergência de contraproduções discursivas, a possibilidade da resistência, aqui voltamos a nossa atenção para os cerceamentos normativos vivenciados pelos corpos desviantes, dos quais a violência sofrida pelas pessoas trans, principalmente os requintes de crueldade dos crimes, revelam uma a faceta mais punitiva da norma de gênero.

Se, conforme dissemos anteriormente, as normas de gênero atuam sobre os corpos, tornando-os a representação da própria norma, é fundamental investigar seus modos de operação. Nossa discussão sobre o corpo e a sua disciplinarização na sociedade, processo que é atravessado pelo gênero, inicia-se a partir da compreensão foucaultiana de poder e em leituras que pensam a concepção do poder segundo o autor a partir da sua relação com o corpo. Em *Vigiar e Punir* (1987), Michel Foucault traz uma discussão acerca das formas como o poder opera na vida dos sujeitos. Para ele o poder deve ser compreendido não a partir de uma verticalidade unilateral, como se ele partisse de uma autoridade e afetasse os demais indivíduos, mas em uma dimensão cotidiana da sociedade, reticular. A potência do poder, e das tecnologias a ele vinculadas, está exatamente em sua capacidade de se fazer presente em uma dimensão íntima. Nesse sentido não há dominadores e dominados, há uma rede de poder que afeta a todos nós em diversos aspectos de nossa vida, ainda que de forma assimétrica.

Outra faceta das redes de poder, que contribui para garantir a sua efetividade, consiste no seu caráter produtivo, ou seja, ele não apenas nega e limita, mas produz. Conforme nos diz Foucault, “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (1993, p. 8). Essa compreensão provoca uma mudança drástica na forma como entendemos as operações do poder. No entanto, tal concepção nos parece evidente ao tomarmos como exemplo o fato de que seguir a norma nos coloca muitas vezes em um lugar confortável, nos afasta de punições. Ela permeia o nosso cotidiano de uma

forma tão sutil que segui-la parece a única possibilidade, soa natural. Assim como reproduzir os seus discursos.

Essa questão me recorda a fala de uma mulher trans em um evento do Transpasse¹⁵ que ocorreu em agosto de 2019 e tinha como tema a criminalização de travestis e experiência no cárcere. Na ocasião, diversas mulheres trans e travestis contavam sobre suas vivências tanto dentro quanto fora da prisão, e em determinado momento essa mulher começou a contar que um tempo depois de ser expulsa de casa, quando as coisas se acalmaram, sua família tentou contato com ela e seu pai a convidou para trabalhar com ele, com a condição de que ela deveria ir “de homem”¹⁶. No início ela se submeteu ao pedido, já que a recompensa era o seu próprio sustento, porém com o passar do tempo ela se sentiu tão mal que não conseguiu mais continuar. Como é comum para travestis e pessoas trans, ela não conseguiu outro emprego e teve que voltar para o que o pai ofereceu, novamente, tendo que ir “de homem”. Ela termina sua fala contando que depois de um tempo ela decidiu ir “de trans” e para a sua surpresa ninguém a tratou mal por isso. A história evidencia que performar gênero dentro do que a norma dita como adequado tende a trazer benefícios sociais, o que não é percebido por aqueles que nunca experienciaram a inconformidade com essa norma, mas que, na contramão, é sentido cotidianamente por aqueles que a colocam em questão. Nesse caso em especial, percebemos uma espécie de negociação, como se a identidade de gênero fosse negociável tendo em vista uma recompensa. Essa negociação ocorre de forma mais sutil na maioria das vezes, mas todos nós passamos por ela, a lógica é a mesma.

Podemos entender o discurso do paradigma da igualdade como parte da operação produtiva dessas redes de poder, uma vez que ele dissemina a ideia de que todos somos iguais e inibe que sujeitos demandem direitos a partir das suas singularidades. Vimos esse discurso operar de forma bem sintomática durante a campanha eleitoral de 2018, em que candidatos de centro-direita e direita baseavam muitos de seus discursos no argumento de que a esquerda, com suas pautas identitárias, queriam segregar as pessoas ao afirmar que somos todos diferentes quando na verdade somos todos iguais: brasileiros. Para além de uma fundamentação a partir de uma ideia moderna de Estado-nação que não tem mais a mesma aderência de décadas atrás, nos chama atenção o potencial que esse discurso possui, de ser proferido e reiterado exatamente por aqueles que irão sofrer com suas implicações.

¹⁵ Projeto que oferece acompanhamento jurídico e psicossocial a travestis e transexuais em Belo Horizonte

¹⁶ Termo utilizado por ela.

Remedios Bravo (2018), em sua leitura sobre o poder em Foucault, considera que o corpo é um termo central nesse processo, uma vez que é nele que o poder investe e opera. Assim, “o corpo se estabelece, então, como o lugar onde há um cruzamento entre o individual e o coletivo, entre o pessoal e o político.” (BRAVO, 2018, p. 64, tradução nossa). Dessa forma, a disciplinarização dos corpos exerce um papel de controle social, definindo como devemos compreender a nós mesmos, nossa relação com o nosso corpo e a função que ele exerce na sociedade. Nesse sentido, todo corpo é político. É um campo de batalha na complexa rede de disputas de poder.

A partir da compreensão foucaultiana, a subjetividade é produto de relações de poder específicas e situadas em determinado contexto histórico. Então, o modelo disciplinar de efetivação do poder sobre os corpos dos sujeitos em sociedade produz formas de subjetividade próprias, fabrica ideais de sujeitos de acordo com um ideal socialmente aceito.

No que se refere à operação que o poder efetua no corpo dos sujeitos, vemos como, à medida que o poder adquire maior grau de sofisticação, sutileza e racionalidade, começa a se diluir. O que implica que sua ação não é mais direta, mas é sempre feita através da estrutura complexa da individualidade. (BRAVO, 2018, p. 69, tradução nossa)

A sofisticação e a sutileza das operações de poder nos corpos dos sujeitos fazem com que tomemos como naturais compreensões arbitrárias. E, na mesma medida em que são definidos os padrões socialmente aceitos, são também estabelecidos aqueles que ficarão à margem, passíveis de segregação, até mesmo de um extermínio. Vale um adendo, se, por um lado tal operação é sutil durante o processo de conformação da subjetividade, por outro é bem incisiva em se tratando dos corpos que tensionam a norma de gênero estabelecida, como observamos nos casos de assassinatos de travestis e transexuais com requintes de crueldade.

Se a norma de gênero se materializa nos corpos, o corpo e as suas práticas são, portanto, o lugar para onde olhamos quando vamos discutir gênero. Para Preciado (2014) o corpo é um texto socialmente escrito, é superfície e terreno de deslocamentos, uma materialidade em que tecnologias operam. Dessa forma, a nossa relação com o nosso corpo é social e política e o gênero não pode ser determinado por uma verdade ou uma espécie de substrato ontológico ou natural. Segundo o autor, tal entendimento do corpo deve-se a reflexões feministas que possibilitaram um novo olhar, em suas palavras: “a força com a qual o discurso feminista designou o corpo feminino como produto da histórica política, e não simplesmente da história natural, deve ser proclamada como o início de uma das maiores rupturas epistemológicas do século XX” (PRECIADO, 2014, p. 151).

Uma vez que o poder disciplinar direciona o corpo no sentido da adequação à norma, o gênero torna-se um dos ideais normativos mais sofisticados nesse processo, uma vez que ele se manifesta através dos próprios corpos que governa, constituindo-se enquanto uma das formas mais eficientes de normatização. Na medida em que o gênero reúne e agrupa os corpos, ele emerge como ideal normativo. Nesse sentido, o desejável é que o gênero performado esteja sempre em conformidade com o sexo atribuído, estabelecendo uma relação de coerência que coloca de fora da norma toda e qualquer identidade que explicita a dimensão de construção dessa relação e, assim, denuncie o poder disciplinar que está em operação. Desse modo, não há mais a necessidade de uma força externa aplicada aos corpos dos indivíduos pois, “o poder que a disciplina exerce sobre eles é ativado por meio do princípio formativo que constrói, através da corporeidade, sua própria identidade” (BRAVO, 2018, p. 72). Nesse esteio, a identidade mostra-se enquanto um efeito encarnado do poder, seja ao acatá-lo ou ao rejeitá-lo.

Como vimos no capítulo anterior, antes desse exercício de desconstrução, o gênero, assim como o sexo, é entendido pelo senso comum como algo natural, bem como a relação de coerência entre eles. É como se o corpo tivesse que se adequar a uma verdade compreendida enquanto interna e inquestionável, expressando-a em suas ações diárias. Nessa linha, a performance de marcadores de feminilidade e masculinidade contribui para a reiteração dessa relação. Assim, a estratégia que opera na matriz da construção de gênero, como também na heterossexualidade compulsória, consistiria exatamente no ocultamento do seu caráter contingente.

Sujeitos que questionam essa norma, e evidenciam esse questionamento por meio dos seus próprios corpos e experiências, tornam-se vulneráveis a coerções de diversas ordens. O corpo, ao lançar-se ao mundo dos outros, na vida em sociedade, submete-se às tensões implicadas nessa relação. Nesse sentido, segundo Butler (2015, p. 85), “o corpo não pertence a si mesmo (...). O modo como sou apreendido, e como sou mantido, depende fundamentalmente das redes sociais e políticas em que esse corpo vive”. Habitando essa zona conflituosa, os corpos são conformados por essas redes, num jogo de semelhança e diferença, pela internalização e pela resistência, na multiplicidade de possibilidades que advêm dessas dinâmicas.

2.1 Sexopolítica, necropolítica e precariedade

Outro conceito foucaultiano importante para a reflexão sobre a operação do poder nos corpos é o de biopolítica. Mas para além de sua concepção, nos interessa também a releitura

conceitual proposta por autores a partir da ideia chave de biopolítica, como é o caso da sexopolítica proposta por Preciado (2011) e da necropolítica desenvolvida por Achille Mbembe (2016). Porém, antes de adentrar nessas apropriações, precisamos entender um pouco melhor a ideia de poder disciplinar em Foucault e sua evolução pela via do biopoder, ela servirá de base para a nossa proposta de leitura aqui efetuada.

A partir da perspectiva do autor, o poder disciplinar é uma espécie de substituto ao poder soberano. Com o poder soberano havia uma ritualização da morte, a punição tinha o corpo como objeto e deveria ser realizada através de um espetáculo que todos deveriam assistir, como no caso das execuções em praça pública. O intuito era ensinar às pessoas que comportamentos inaceitáveis seriam punidos daquele modo. Diferentemente do poder soberano, o poder disciplinar desenvolve-se com a modernidade, sendo assim, o poder deixa de estar nas mãos de um soberano que o exerce sobre seus súditos e passa a se distribuir de forma reticular, disciplinando os sujeitos a partir da constituição de normas e normatividades, assim como da vigilância.

É necessário ponderar que não há uma substituição completa de uma lógica pela outra, podemos enxergar ainda hoje resquícios desse punitivismo medieval em que o castigo do corpo é uma forma de torna-lo um exemplo do que não deve ser feito, ou do que não se deve ser. Em nossa leitura dos textos sobre os assassinatos percebemos algumas semelhanças com a lógica das execuções em praça pública. Ainda que ela deixe de ser uma manifestação de um poder centralizado em um indivíduo, como ocorre no regime soberano, entendemos que ela se dilui socialmente, tornando-se uma ação da própria população, baseada em um desejo de apagamento daquela possibilidade de existência daquele corpo. A mídia torna-se uma espécie de aliada nesse processo, funcionando com a responsável por mostrar a todos o que ocorreu, mesclando a vigilância com a disciplina. O corpo caído no chão fotografado, a narrativa do crime e a culpabilização da vítima se transformam em uma espécie de expurgo que mostra: agora estamos seguros novamente.

Enquanto Foucault, ao falar sobre biopoder, trata de uma perspectiva institucional do poder organizado, estamos falando aqui de sociabilidades, que são mais fluidas, menos fixas, e também mais escorregadias. Assim, ainda que nos interesse a leitura institucional dessas mortes, efetuada pela polícia, pela mídia e pelo movimento social, são os vestígios de sentidos que circulam socialmente, e que ganham força através da sua aderência, que realmente importam para a compreensão da vulnerabilidade a que esses corpos estão submetidos.

Voltando à nossa discussão acerca das configurações do poder, vemos que o poder disciplinar tem como objetivo produzir corpos dóceis, constantemente vigiados por meio de dispositivos disciplinares, para que o desvio seja tratado tão logo dê sinais.

Conforme explica Preciado (2018):

A descontinuidade da história, do corpo, do poder: Foucault descreve as transformações da sociedade europeia no final do século XVIII a partir do que ele chama de uma “sociedade soberana” para uma “sociedade disciplinadora”, o que vê como o deslocamento de uma forma de poder que decide e ritualiza a morte para uma nova forma de poder que planeja tecnicamente a vida em termos de população, saúde e interesse nacional. *Biopouvoir* (biopoder) é o termo com que se refere a essa nova forma de poder produtivo, difuso e em expansão. Ultrapassando o domínio jurídico e da esfera punitiva, o poder torna-se uma força de “somatopoder”. (PRECIADO, 2018, p. 75).

Assim, na percepção foucaultiana, houve uma modificação nas formas com que o poder é exercido, enquanto as táticas disciplinares visavam governar o indivíduo, a biopolítica, através do biopoder, tem a população, ou seja, um conjunto de indivíduos como seu alvo. É importante ponderar, novamente, que não há uma substituição de um pelo outro, uma vez que ainda há dispositivos e tecnologias disciplinares, o que ocorre é uma sofisticação das operações do poder na sociedade. O conceito de biopoder aponta para um cálculo técnico sobre a vida, em que a população é ao mesmo tempo o alvo e o instrumento da relação de poder. Segundo Preciado (2014, p. 79) a tecnologia biopolítica é “como um sistema complexo de estruturas reguladores que controlam a relação entre os corpos”. Assim, a biopolítica e suas tecnologias se configuram através do biopoder a fim de regular as vidas e os corpos. Um exemplo é o dispositivo da sexualidade que “bem diferente da lei: mesmo que se apoie localmente em procedimentos de interdição, ele assegura através de uma rede de mecanismos entrecruzados, a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades disparatadas” (FOUCAULT, 1993, p. 48).

Nesse sentido, se no regime disciplinar todo corpo se torna um indivíduo que é necessário corrigir, com o biopoder o corpo já não ocupa espaços disciplinadores, mas está habitado por eles (PRECIADO, 2018). Seguindo essa lógica, partimos para uma compreensão mais complexa das operações do poder nos corpos. Se o poder não é exercido de forma unilateral, e tampouco depende mais exclusivamente de estratégias e dispositivos de vigilância sistêmica, é por meio dos sujeitos sobre os quais ele incide que o poder se efetiva, uma vez que seus corpos reiteram, performam e reproduzem as normas vinculadas a esse poder. Um bom exemplo dessa lógica é exatamente a norma de gênero, que é representada pelos corpos que governa e também pelos que a subvertem. O que vemos, portanto, é uma sofisticação das redes de poder e da sua incidência sobre os corpos na sociedade.

E é a partir da biopolítica que Preciado (2011) desenvolve a ideia de sexopolítica, como uma forma dominante da ação biopolítica. “Com ela, o sexo (os órgãos chamados ‘sexuais’, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) entra no cálculo do poder” (PRECIADO, 2011, p. 11). Desse modo, discursos sobre o sexo e tecnologias que visam normalizar as identidades sexuais são entendidos enquanto agentes de controle da vida (PRECIADO, 2011). A partir da contribuição de Preciado (2011) podemos entender como o controle das identidades sexuais está intimamente ligada a mecanismos biopolíticos, de controle da vida. O autor propõe uma leitura cruzada entre Monique Wittig e Foucault, entendendo que ela que possibilitaria uma definição de heterossexualidade como uma tecnologia biopolítica que tem como objetivo produzir corpos heterossexuais. Novamente, a heterossexualidade enquanto princípio normativo definidor da norma de gênero desponta como uma importante chave analítica do controle dos corpos e dos sujeitos.

Mais adiante veremos como é possível tensionar esses mecanismos a partir também do controle da morte, já que nos parece que ao se tratar de identidades desviantes, quando os esforços para normalizar não bastam, a possibilidade do desvio deve ser apagada a qualquer custo. Nesse momento, nos ateremos um pouco mais às proposições de Preciado.

Em *Testo Junkie* (2018), a leitura de Preciado acerca da biopolítico avança na compreensão do que ele chama de era farmacopornográfica. Trata-se de uma perspectiva interessante para os estudos que empreendemos aqui, já que investiga a articulação entre a vigilância médico-jurídica e a espetacularização midiática acerca dos corpos. O termo farmacopornográfico vem dessa articulação, entre as novas tecnologias do corpo e a sua representação na mídia. Segundo o autor, o regime farmacopornográfico inicia sua expansão em meados do século XX, intensificado pelas técnicas digitais e redes de comunicação.

Após a Segunda Guerra Mundial, o contexto somatopolítico da produção tecnopolítica do corpo parece dominado por uma série de novas tecnologias do corpo (biotecnologia, cirurgia, endocrinologia, engenharia genética, etc) e da representação (fotografia, cinema, televisão, internet, videogame etc.) que se infiltram e penetram como nunca a vida cotidiana. Trata-se de tecnologias biomoleculares digitais e de transmissão de informação em alta velocidade. Esta é a era das tecnologias suaves, ligeiras, viscosas e gelatinosas que podem ser injetadas, inaladas – “incorporadas”. (PRECIADO, 2018, p. 84-85)

Dessa forma, é possível entender as operações das redes de poder sobre os corpos de forma ainda mais sofisticada. As novas tecnologias agora invadem as moléculas e células dos corpos, modificam, normalizam, produz modelos e padrões a serem seguidos. Na mesma linha,

as representações midiáticas, cuja circulação é potencializada pelos fluxos digitais, disseminam saberes e sentidos sobre os corpos, sobre esses modelos e padrões. Já dissemos algumas vezes que a efetividade da norma de gênero está estreitamente vinculada ao fato de que os corpos governados representam a própria norma, sendo assim, em um regime em que as imagens dessa representação da norma chegam até nós cotidianamente, tal processo torna-se ainda mais incisivo, as tecnologias de vigilância se tornam ainda mais personalizadas e ubíquas, o que aumenta exponencialmente a sua efetividade. Em contrapartida, é nesse mesmo cenário de fluxos informacionais digitais, em que a circulação de imagens e representações está facilitada, que a contraprodução, ou seja, a produção discursiva de sujeitos dissidentes que confronta os discursos normativos hegemônicos, também pode ser mais facilmente disseminada. É o que vemos em iniciativas como a da ANTRA, de produção de um mapa digital em que estão reunidos os dados dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil. E outros tantos exemplos de contraproduções que encontram nesse cenário uma forma de falar sobre si, sobre sua identidade, para muita gente, com um custo operacional reduzido, como é o caso canais do *YouTube*, *podcasts*, *webseries*, perfis do *Instagram*, páginas do *Facebook*, sites que tratam de temáticas relacionadas a minorias sexuais e de gênero.

O resultado é um emaranhado de vozes, da produção normativa e da contraprodução dissidente, que evidenciam a disputa de sentidos tão presente quando se trata dos corpos, suas identidades e seus desejos. Nosso interesse é exatamente tensionar essa disputa, possível a partir da inserção de novas vozes para além do discurso oficial institucional.

O exercício de pensar sobre a contraprodução efetuada pela resistência, que é também resultado da dimensão produtiva do poder, é uma forma de vislumbrar possibilidades para além da disciplina, da punição e da morte, uma espécie de respiro necessário quando passamos tempo demais olhando pra dados sobre assassinatos. Nesse trabalho tais reflexões aparecem pontualmente, advindas de uma necessidade de olhar para algo além da matabilidade sistêmica, mas também como um mecanismo para escapar de uma visão simplista do poder e da normatividade. É como se eu tivesse chamando a minha própria atenção, e também a do leitor, para o fato de que as dualidades nunca dão conta, não há em um polo uma opressão e do outro um oprimido, a dinâmica não é uniforme desse modo, tampouco há polos simetricamente posicionados.

Mas ainda é preciso voltar à morte. E para isso avançamos nas apropriações da biopolítica por meio do conceito de necropolítica, de Achille Mbembe (2016). A perspectiva é utilizado pelo autor (2016) por meio de uma espécie de inversão do conceito de biopolítica: ao

invés do domínio da vida, o foco é o controle da morte, ou melhor dizendo, do direito do matar. Em última instância, a releitura da ideia de biopolítica proposta pelo autor, diz sobre quais sujeitos não merecem viver. Nesse sentido, o necropoder se constitui enquanto uma formação específica do terror.

Segundo Mbembe, o biopoder em Foucault funciona mediante a divisão de pessoas que devem viver e que devem morrer. “Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros” (MBEMBE, 2016, p. 128). Dessa forma, é possível entender que o biopoder se baseia em discursos biológicos, que se tornam verdades biológicas, e opera a partir de divisões e hierarquizações. Um grande aparelho de cesura biológica que resulta em operações necropolíticas é o Racismo, um mecanismo que se reveste enquanto política de morte, que permite o exercício de matar. Aqui a passagem da *morte* ao *matar* é fundamental, uma vez que a morte em si já estava prevista nos cálculos de domínio da vida da biopolítica e do biopoder, mas o direito de matar é da alçada da necropolítica e do necropoder. Assim, mais que uma inversão da ótica, trata-se de uma evolução da reflexão que abandona a morte como um dado que faz parte do cálculo da vida, e avança em uma dimensão de agência, do *matar* como ação calculada, como tecnologia de extermínio, como gestão política da morte.

É necessário destacar que o autor não chega a tratar de nenhuma noção de gênero, sua preocupação centra-se em estados de exceção e de sítio, além de outros processos e movimentos em que o direito de matar se institui e se legitima em nome de uma soberania, muitas vezes pelo próprio Estado. Como exemplo temos a escravidão e o estado nazista, que operacionalizaram a raça em favor da dominação e do extermínio, além do caso da Palestina, que nos mostra que essa lógica não foi superada e se perpetua até os tempos atuais. Segundo Mbembe:

Experiências contemporâneas de destruição humana sugerem que é possível desenvolver uma leitura da política, da soberania e do sujeito, diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade. Em vez de considerar a razão verdade do sujeito, podemos olhar para outras categorias fundadoras menos abstratas e mais táteis, tais como a vida e a morte. (MBEMBE, 2016, p. 125)

Assim, é necessário discutir a destruição de corpos e de populações para investigar de forma aprofundada as dinâmicas políticas contemporâneas e, principalmente, a configuração de alguns corpos enquanto matáveis. Nos parece pertinente apontar que, na lógica necropolítica, a configuração de uma matabilidade legitimada pelo poder, pelo Estado e também pelo social, está sempre respondendo a projetos de dominação, de maneira que, se há um corpo que deve morrer, é porque essa morte é necessária para que o outro continue detendo o poder. Para

garantir a validade dessa lógica, é alimentada a percepção de que a existência do outro é um atentado real contra minha própria vida e, conseqüentemente, sua eliminação reforça o potencial da minha vida (MBEMBE, 2016).

E quando falamos do outro, estamos tratando de uma instrumentalização de sujeitos em favor de discursos, ou seja, para que a norma se efetive, é necessário que os corpos que a colocam em xeque sejam exterminados, assim, será exterminada a própria possibilidade da dissidência. No fundo, a política da morte, que define aquele que deve viver e aquele que deve morrer, é consequência de um embate discursivo que dá ao vencedor o estatuto de detentor da única verdade possível. É por isso que quando se trata de determinadas mortes, não basta descobrir quem apertou o gatilho, é necessário questionar a respeito do contexto em que essa morte ocorreu, a quais discursos de hierarquização e dominação ela está vinculada. É esse discurso que deve ser combatido.

Essa gestão política da morte pôde ser observada nitidamente durante a pandemia da Covid-19, enquanto algumas pessoas puderam se manter na segurança do confinamento em suas próprias casas, essa mesma possibilidade não foi dada às pessoas que precisaram seguir trabalhando fora de casa para garantir o confinamento das demais. Motoristas de ônibus, de aplicativos de entrega e de locomoção, garis, funcionários dos supermercados, padarias, farmácias e tudo mais que envolve os serviços determinados enquanto essenciais. De certo modo, foi realizada uma gestão que definiu quais vidas eram mais valiosas e quais deviam ser colocadas em risco para a manutenção da segurança do primeiro grupo, quais eram mais facilmente substituíveis, para usar da lógica neoliberal perversa. O mesmo ocorreu com aquelas vidas *insignificantes*, como os moradores de rua e as pessoas privadas de liberdade, que por mais que estejam inseridas em um contexto de vulnerabilidade muito diverso do restante da população, que transforma completamente a vivência da pandemia para essas pessoas, não puderam contar com o desenvolvimento de ações específicas que levassem em conta as suas vulnerabilidades.

Nesse sentido, ainda que a ideia de sexopolítica formulada por Preciado (2011) destaque a presença do sexo e de normatividades ligadas ao gênero no cálculo biopolítico, é a concepção de necropolítica que realmente nos auxilia a realizar a inversão necessária para uma reflexão mais sofisticada sobre a gestão da morte, a definição de corpos matáveis e a constituição de vulnerabilidades específicas que vão servir muito mais para a criação de políticas de morte do que de políticas de cuidado. Sendo assim, apostamos em uma ótica que permita enxergar as nuances que a norma de gênero adiciona à necropolítica.

Propondo uma abordagem que discute a necropolítica a partir dos corpos trans, Caravaca-Morera e Padilha (2018) compreendem a morte em um sentido mais amplo, tanto literal, quanto simbólico-metafórico. Assim, o ato de matar contempla tanto o próprio homicídio, como também a exposição à morte, da qual fazem parte todos os processos como a invisibilização, a expulsão e a estigmatização de algumas populações, mais especificamente a população trans. Essa forma de entender a morte, ampliando o escopo para todo o processo que antecede esse risco de morte, ou seja, que torna determinados indivíduos mais matáveis do que outros, é importante para chamar a atenção para o *continuum* do qual a morte é apenas o desfecho de uma história de vida marcada pela marginalização e vulnerabilidade. “Conforme observado, é justamente uma espécie de rede simbólica que se ramifica por toda a sociedade e que se rege por regras de comportamento heterocispunitivas baseadas no interesse político, estético, econômico e religioso de um grupo hegemônico e historicamente dominante” (CARAVACA-MORERA & PADILHA, 2018, documento digital). Assim, como destacamos anteriormente, o extermínio pelo assassinato é o último recurso de uma norma que visa normalizar corpos e subjetividades.

Em se tratando de pessoas trans, embora o que legitime a violência esteja fundamentado em ideias modernas como a guerra, a soberania e o inimigo, não é possível pensa-la mais apenas a partir de uma ação do Estado, como em outros casos citados anteriormente a partir da reflexão de Achille Mbembe (2016). Devemos conceber a necropolítica como algo que permeia a vida social como um todo, principalmente através de instituições que transbordam a estrutura do Estado, como a família, a escola, o trabalho, a Igreja. Trata-se do complexo que chamamos aqui de redes de poder, que propiciam que suas normas tenham uma maior penetração no cotidiano dos sujeitos e sejam, assim, naturalizadas mais facilmente. No entanto, diferente da norma de gênero, o necropoder demanda uma maior complexidade, liga-se a ambiências diversas, necessita de uma intersecção. Não basta que o sujeito se identifique enquanto transexual ou travesti, sua vivência está envolta a uma rede de vulnerabilidades muito mais ampla, como a discriminação, a expulsão de casa e o abandono familiar, a falta de escolaridade, a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, tudo de forma articulada que faz com que não reste outra possibilidade para essas pessoas a não ser se inserir em locais e situações que as colocam em risco, em confronto com o sistema. E é exatamente o confronto com a lei e a relação permanente com o risco que justifica a sua morte, tornando-a muitas vezes até desejável, escancarando a operação do necropoder e o contexto necropolítico. Nas palavras dos autores:

diante dessa complexidade, para falar de necropolítica trans, torna-se necessário realizar uma intersecção entre sexos, corpos, gêneros, sexualidades, violências, (necro/bio) poder, invisibilização/*erasure*, discriminação e precariedade, em um momento de regimes contemporâneos de transfobia, racismo, neo(post)colonialismo, guerras, terrorismos, imigrações, recolonizações, encarceramentos, reforços fronteiriços, capitalismo e neoliberalismos econômicos. (CARAVACA-MORERA & PADILHA, 2018, documento digital)

Outra noção importante acionada pelos autores, que dialoga com a ideia de necropolítica, é a de tanatopolítica, proposta por Agamben. Ela retoma a figura romana do *homo-sacer*, o indivíduo que é um não-cidadão, uma vez que carece de reconhecimento e direito pelo Estado, além de não estar amparado por nenhuma instituição de apoio moral e social. Nos parece que a negação da cidadania exerce um importante papel na aceitabilidade da morte de certos sujeitos. É a carência do status de cidadão em seu sentido pleno que faz com que as mortes de pessoas trans não sejam apenas não lamentadas devidamente dentro da sociedade, como também sejam justificadas a partir de discursos de culpabilização. Desse modo, as pessoas trans não morrem por serem trans, essa vulnerabilidade é construída e reiterada em esferas sociais diversas a partir de outras matrizes de sentido. As justificativas são diversas “morreu por causa de um programa”, “morreu por uma dívida de droga”, no entanto, não é apenas essa a causa da morte, essas causalidades são frágeis e apenas escancaram as operações da norma de gênero em tornar os sujeitos que não correspondem a ela vulneráveis.

As apropriações e releituras dos conceitos foucaultianos de biopoder e biopolítica a partir dos autores aqui apresentados nos ajudam a entender alguns pontos-chaves no que se refere à operação das redes de poder sobre os corpos. Seguindo a ideia de sexopolítica, podemos compreender que o controle do sexo, assim como dos marcadores relacionados a ele como sexualidade, masculinidade, feminilidade, entre outros, contribui para a efetividade da heteronormatividade. Nesse mesmo esteio, a noção de regime farmacoponográfico adicionou a representação midiática, e seu potencial de organização e circulação de sentidos sobre os corpos generificados, à nossa reflexão. Já o conceito de necropolítica nos auxilia ao propor uma inversão da lógica, apresentando um contexto em que determinados sujeitos estão submetidos a vulnerabilidades e riscos que o direito à morte é mais presente em seus cotidianos do que o direito à vida.

Seguindo nessa mesma linha, Judith Butler (2015) desenvolve uma importante discussão acerca das vidas que não são passíveis de luto. Em sua obra chamada *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (2015), que já traz essa inquietação no próprio título, a preocupação da autora não é o gênero, mas o contexto de guerra. No entanto, ainda que a perspectiva de fundo seja outra, a reflexão da filósofa nos ajuda na compreensão do processo

que faz com que determinadas vidas (e mortes) sejam desvalorizadas. O entendimento de Butler (2015) de que a valorização da vida é um fator determinante para a comoção diante da morte, é importante para repensarmos as formas como a morte de determinados sujeitos é apenas um desfecho de uma vivência estigmatizada que, desde o princípio, foi considerada desviante, que faz com que esses corpos sejam punidos durante toda uma existência. Segundo Butler (2015, p. 13) “se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras”. Para que uma vida seja passível de luto ela deve, antes, ser considerada uma vida que deve ser cuidada e mantida. A lógica é razoavelmente simples: o que não é compreendido enquanto vida não pode morrer e, portanto, não é passível de lamento.

Se, enquanto indivíduos que vivem em sociedade, estamos sempre vivendo em relação com os outros, assim como submetidos a normas, organizações sociais e políticas, então não há como conceber nossa existência (e nossos corpos) fora das relações de poder. É necessário compreender, denunciar e evidenciar quais são os mecanismos que maximizam a precariedade para uns, enquanto minimizam para outros. Nesse sentido, nos parece fundamental reconsiderar a vivência social em uma perspectiva mais ampla, norteados pela seguinte questão: por que a violência direcionada a determinados corpos não possuem uma força de comoção?

Conforme já sinalizamos, o corpo é local de conflito que revela tensões sociais e políticas. Segundo Butler (2015, p. 85):

O corpo está fora de si mesmo, no mundo dos outros, em um tempo e um espaço que não controla, e ele não apenas existe no vetor dessas relações, mas também é esse próprio vetor. Nesse sentido, o corpo não pertence a si mesmo. O corpo, na minha opinião, é onde encontramos uma variedade de perspectivas que podem ou não ser as nossas. O modo como sou apreendido, e como sou mantido, depende fundamentalmente das redes sociais e políticas em que esse corpo vive, de como sou considerado e tratado, de como essa consideração e esse tratamento possibilitam essa vida ou não tornam essa vida vivível.

Assim, o esforço para a manutenção da vida é resultado de uma compreensão dessa vida a partir de redes socialmente construídas. Os sujeitos são constituídos a partir de normas que são reiteradas nos corpos, se repetem e criam contornos que definem os modos como os apreendemos. “O problema não é apenas saber como incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada” (BUTLER, 2015, p. 20). Ou seja, o exercício aqui não o de ampliar os limites da norma para que todos os corpos caibam, mas antes o de problematizar as estratégias e

mecanismos que fazem com que um sujeito que esteja vivo não seja efetivamente considerado uma vida.

Nos termos de Butler (2015), é necessário enquadrar o enquadramento, expondo os artificios que o produzem e, assim, questionar a própria moldura, a própria norma, mostrando que ela nunca conteve de fato a cena complexa que se apresenta. Para a filósofa, conforme os enquadramentos rompem consigo mesmos para poderem se estabelecer novamente de outra maneira, surgem outras possibilidades de apreensão. Uma realidade antes aceita sem discussão é colocada em xeque e as normas e poderes que a orquestraram são expostos. Questionar os enquadres representa a possibilidade de colapso da norma. É assim nos contextos de guerra e também é assim no que se refere ao gênero.

Se não é possível reconhecer facilmente a vida fora dos enquadramentos nos quais ela se apresenta para nós, significa que são eles que constituem a condição que dá suporte às vidas. O argumento de Butler (2015) parte do princípio de que ao entendermos toda vida como uma vida precária, que necessita de cuidados para sua manutenção, torna-se possível promover o cuidado igualitário. Se todas as vidas são precárias, todas são passíveis de luto. “A apreensão da condição de ser enlutada precede e torna possível a apreensão da vida precária” (BUTLER, 2015, p. 33).

O problema é que o poder disciplinar é sofisticado e sutil, os enquadres reiteram processos excludentes e ambos parecem ter nas produções simbólicas um aliado. Em nossa análise buscamos enxergar exatamente as operações dessa vulnerabilidade a que alguns sujeitos estão submetidos e outros não, que são explicitadas por textualidades diversas que dizem como essas vidas e essas mortes devem ser entendidas. Um exemplo claro desse enquadre que reitera processos excludentes é a culpabilização das vítimas configurada textualmente, ou seja, quando os sentidos presentes no texto sugerem¹⁷ coisas do tipo “a travesti morreu, mas era garota de programa”, ou então “a mulher trans foi assassinada, mas tinha envolvimento com drogas”. Não há nessas narrativas espaço para comoção e, portanto, não há luto, não há precariedade que deva ser reparada.

Há um último conceito para o qual devemos olhar ainda neste item, o de abjeção. Se até aqui falamos sobre como os enquadres resultados de normas e relações de poder são fundamentais para a definição de corpos cujas mortes são lamentadas, agora a ideia é lançarmos nossa atenção para os corpos tidos como abjetos, passíveis de extermínio. Partimos do

¹⁷ Uso sugerir exatamente para dizer que os textos não trazem exatamente essa formulação textual, mas acionam essa interpretação pela forma como são construídos. Mais detalhes poderão ser observados na análise mais pormenorizada que apresento à frente.

pressuposto de que toda sociedade, pelos dispositivos disciplinares, produz corpos vulneráveis. Nesse esteio, a relação entre abjeção e vulnerabilidade está posta, uma vez que “os corpos abjetos são corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante” (PORCHAT, 2015, p. 43).

Existe um abismo entre o que o corpo pode e o que o corpo deve, dentro das normas socialmente instituídas. O corpo que atravessa a linha e explicita que os discursos que circulam socialmente não dão conta da complexidade das vivências e existências dos sujeitos, faz com que nos confrontemos com nossas próprias verdades materializadas em nossos corpos e isso incomoda. Para Patrícia Porchat (2015, p. 40):

O corpo abjeto é aquilo que não queremos ver em nós mesmos: nossos excrementos, nossos excessos e, em última instância, nosso cadáver. O nosso corpo abjeto é nossa doença, nossa morte. Os corpos abjetos da sociedade são aqueles que execramos da mesma maneira que execramos nossos excessos e aquilo que em nós apodrece, levando à nossa morte.

A vida desses sujeitos com corpos abjetos não parece importar, pelo contrário, seu extermínio parece uma saída que alivia, já que evita que tenhamos que nos confrontar com a necessidade de repensar concepções binárias que são a base de toda uma estrutura social. A virada necessária, segundo Porchat (2015, p. 50) consiste em “entender que o outro nos habita não apenas como abjeto a ser expulso, mas como enigma que nos constitui”. Tal entendimento é o que deveria nos tornar mais solidários.

2.2 O corpo trans e travesti

Sua piadinha mata travesti todo dia

Na noite de 8 de agosto de 2020, em meio à pandemia do novo coronavírus em que os shows e espetáculos estavam proibidos, a cantora sertaneja Marília Mendonça realizou uma live para cantar os seus sucessos aos seus milhões de fãs. Conhecida como a rainha da sofrência, Marília compõe e toca músicas sobre amor, traição, sofrimento e outros temas ligados à relacionamentos em geral. Em determinado momento da live, ela e os demais integrantes da banda começam a contar um caso de um amigo deles que tocava em uma boate, chamada Diesel, em Goiânia. O nome da boate provoca risos exagerados de todos, parece uma espécie de piada interna extremamente engraçada, mas ninguém explica qual é a graça exatamente. A cantora continua contando a história: o amigo que tocava na hilariante boate Diesel teria dito certa vez que foi lá que ele pegou a mulher mais bonita da sua vida. Fato que fez os integrantes rirem copiosamente, novamente. Enquanto Marília comenta que ninguém vai entender sem o contexto, um dos seus colegas questiona em meio às gargalhadas em um tom baixo “era mulher mesmo, poxa”. A live segue normalmente.

No dia seguinte, a hashtag #mariliatransfobica entra para os Trending Topics do Twitter. Explicações sobre o episódio começam a surgir e descobrimos que a boate Diesel era uma boate LGBT e que a graça da história era a suspeita de que o amigo teria beijado uma mulher trans. Várias pessoas começam a cobrar explicações, e toda a pressão faz com que a cantora publique um tweet se desculpendo e garantindo que vai aprender com seus erros.

Qual é exatamente a graça?

Após entendermos o que o corpo pode e o que o corpo deve, situando corpos e existências trans nesses dois âmbitos – como aquele que evidencia as potencialidades do corpo e, conseqüentemente, sofre as sanções por colocar a norma de gênero em questão – passamos para um diagnóstico do contexto da população trans e travesti.

A ideia de desvio vinculadas aos corpos trans deriva de discursos diversos, tanto do âmbito social, como de base cientificista e médica. Segundo Bento (2006), o discurso médico vincula a transexualidade a um transtorno fundamentado nas normas de gênero. No entanto, tais normas se situam no âmbito do discurso e, portanto, alicerçado no social. Conforme destaca também em artigo mais recente:

O único mapa seguro que guia o olhar do médico e dos membros da equipe são as verdades estabelecidas socialmente para os gêneros, portanto estamos no nível do discurso. Não existe um só átomo de neutralidade nesses códigos. Estamos diante de um poderoso discurso que tem como finalidade manter os gêneros e as práticas eróticas prisioneiras à diferença sexual. (BENTO e PELÚCIO, 2012, p. 579)

A dificuldade de localizar as questões que dizem respeito à existência transexual fora do social contribui para evidenciar que o poder da regulação normativa habita esse âmbito. A coerência entre genitália, performance e práticas eróticas (BENTO e PELÚCIO, 2012) se ampara exclusivamente nas ações do sujeito no mundo e, por isso, é socialmente construída. Portanto, qualquer discurso de outra ordem, como é o caso do discurso médico, busca respaldar em uma neutralidade cientificista uma vivência que ele não comporta.

Brito e Preu (2018) apresentam um panorama da questão trans no Brasil, desde que a disforia de gênero passou a ser um diagnóstico médico. Segundo os autores, apenas em 1977, cirurgias de redesignação sexual que durante muito tempo foram entendidas como mutilação, ganharam patamar de fins terapêuticos pelo Conselho Federal de Medicina (CFM). Mas para a intervenção cirúrgica é necessário um diagnóstico minucioso. O curioso é que tal diagnóstico depende de diversas provas e testes que estão além do próprio discurso médico, como é o caso do teste de vida real, em que se verifica se a pessoa usa roupas do gênero com o qual se identifica o tempo todo, e o teste de personalidade, para garantir uma estabilidade (BENTO, 2006). Sendo

assim, para ter direito à cirurgia que dará ao corpo a identidade com a qual ele se identifica e reconhece:

É necessário que se estabeleça a existência de um conflito, é necessário que haja um sofrimento enorme; é necessário que haja uma identificação persistente com o outro gênero; é necessário passar por um período de teste travestindo no outro sexo durante todo o dia para que se avalie a adaptação; é necessário que haja sessões de terapia e cartas atestando o equilíbrio mental. (BUTLER, 2009, p. 112)

Portanto, é necessário um discurso sólido, uma performance estável. O que é demandado das pessoas trans é um ato de representar a si mesmas que esteja em conformação com o que esperam que elas sejam. Butler (2009) considera tal processo como uma espécie de chantagem em que o que é oferecido em troca é a “chance de alcançar a sua vida, o corpo e o gênero que você quer, dado que você concorde em falsificar a si mesma e, ao fazê-lo, em apoiar e ratificar o poder desse diagnóstico sobre muitas pessoas no futuro” (BUTLER, 2009, p. 113). Há uma generalização e uma homogeneização da experiência trans a partir de um protocolo patologizante. Afinal, não há a possibilidade de questionamento da norma binária de gênero, se você se identifica com o outro gênero, você deve ter certeza absoluta de que se enquadra nele. Novamente a norma é reiterada, ainda que evidenciando o seu caráter artificial e construído, já que o que ocorre na mesa de cirurgia é uma reconstrução do corpo, a reinscrição de marcadores de gênero.

Se é neste terreno de disputas de sentido que os corpos e os sujeitos trans se localizam é dele que devemos partir. Uma vez que nosso referencial teórico tem um caráter desestabilizador, não há estabilidade a ser encontrada aqui, por isso a noção de identidade nos serve na medida em que pressupõe uma instabilidade. Nesse sentido, a relação entre sexo-gênero-desejo tende a ser complexificada.

É importante ponderar, contudo, que a constituição dos corpos, sujeitos e identidades trans também é perpassada pela norma de gênero, uma vez que sua configuração é marcada exatamente pelo rompimento com a coerência entre sexo-gênero, própria da cisnormatividade. Essa transposição, o ato transportar-se para o outro lado, acaba contribuindo para a reiteração da norma de gênero. Explico: se há um outro lado a ser alcançado, esse lado é reafirmado de algum modo, ainda que explicitando a sua dimensão de artificialidade.

A partir dessa perspectiva a “mudança de sexo” é uma reinscrição de práticas de gênero no corpo (PRECIADO, 2014). As operações de reatribuição sexual são entendidas pelo autor como “mesas secundárias nas quais se renegocia o trabalho de recorte realizado sobre a primeira mesa de operações abstrata pela qual todos nós passamos” (PRECIADO, 2014, p. 128). Essa mesa de operações abstrata a que todos somos submetidos está entre a atribuição sexual que

ocorre ao nascermos (ou antes mesmo, no exame de ultrassom), regulado por outras instâncias como a médica, a jurídica e a familiar e a chamada ordem socioanatômica. Nessa mesa, se efetuaria “a regulação e o recorte dos casos problemáticos, atípicos, anormais; dito de outra maneira, casos nos quais o corpo questiona a ordem heterossexual” (PRECIADO, 2014, p. 128). A adequação seria, portanto, sempre custosa, normatizadora e ainda assim insuficiente, uma vez que demanda uma série de marcadores sociais de gênero para que o corpo se torne inteligível em seu gênero de identificação.

Na mesma linha da crítica que denunciava o caráter compulsório da heterossexualidade, conforme propõem autoras como Monique Wittig (1980) e Adrienne Rich (2019), bem como a necessidade de inserir a heterossexualidade nas análises que tratam do gênero, como aponta Rubin, podemos ver emergir reflexões que vão questionar a naturalidade com que a cisgeneridade é concebida. A necessidade de problematizar a cisgeneridade torna-se evidente se olharmos, por exemplo, para a patologização das transexualidades. Nesse sentido, o parâmetro da normalidade, revestida de uma pretensa neutralidade, é a cisgeneridade, entendida enquanto uma conformação completa da identidade de gênero com o sexo atribuído no nascimento, restando às transgeneridades o diagnóstico de transtorno.

Foi através da produção de Viviane Vergueiro (2016) que me deparei pela primeira vez com essa discussão. Segundo a pesquisadora, é necessário que a cisgeneridade seja nomeada e analisada, para que possa ser utilizada como ferramenta conceitual que ajude a demonstrar a invisibilização e a marginalização de pessoas e comunidades trans travestis.

É necessário destacar que a cisgeneridade não deve ser problematizada enquanto o simples polo oposto da transgeneridade, o que acabaria por reproduzir uma binariedade da qual tentamos incessantemente nos afastar. No esteio do que propõe Márcia Arán (2006) que considera a transexualidade como um fenômeno complexo, caracterizada por um sentimento de não-pertencimento ao sexo anatômico, sem que para isso se manifeste como distúrbios sem bases orgânicas, é possível ampliar a concepção de transexualidade para além de uma simples oposição à conformação com a norma de gênero cisnormativa, mas como uma variada e múltipla gama de relações com essa norma. Essa ampliação nos permite perceber que a cisnormatividade não fomenta apenas violências contra corpos trans e travestis, como também vigia, monitora e normatiza as experiências cisgêneras, ainda que com consequências muito distintas.

Nesse esteio, ao descentralizar a cisgeneridade, a retirando do seu lugar privilegiado enquanto definidora das possibilidades legítimas de gênero, é necessário questionar também o

pressuposto de estabilidade e permanência das identidades de gênero, uma vez que essa premissa contribui para o estabelecimento dessa normatividade que restringe e viola o direito à diversidade corporal e de identidades (VERGUEIRO, 2016).

Desse modo, o exercício é de desnaturalização, de questionamento, de evidenciação do caráter normativo que envolve a nossa relação com o gênero. Colocar a cisgeneridade como uma questão, e não como um dado, é um primeiro passo em um amplo movimento que tem como intuito promover uma compreensão das identidades trans e travestis para além de uma matriz de invisibilidade, para além dos estigmas sociais que decaem sobre esses corpos por meio do discurso de inconformidade e dissidência. Assim, é necessário partir do pressuposto de que todas as pessoas possuem orientação sexual, não só os homossexuais, assim como todos possuem identidade de gênero, não apenas as pessoas trans. O que só é possível quando passamos entender que a nomeação de normalidade é um processo historicamente situado e, portanto, intimamente vinculado a normatividades específicas e outras tantas facetas e operações do poder.

A heteronormatividade e a cisnormatividade se constituem enquanto um conjunto de práticas, saberes e verdades que definem os parâmetros da normalidade dos corpos e dos sujeitos, oferecendo as ferramentas de privilégio e de punição que proporcionam a sua manutenção. Dessa maneira, torna-se fundamental, portanto, “notar como alguns conceitos – como a de “sexo biológico” – têm na sua própria naturalização – em oposição ao gênero “cultural” – uma maneira de produção da cisgeneridade enquanto normatividade” (VERGUEIRO, 2016, p. 258).

Essa percepção nos faz retornar, novamente, à dimensão produtiva e positiva da norma e do poder. É possível compreender aqui que, tanto a transgeneridade como a cisgeneridade, são resultado da operação das tecnologias normativas de gênero, contudo, uma delas ganha o *status* de normalidade a ser reiterada e a outra de dissidência passível de disciplina. Esse procedimento de diferenciação é responsável por evidenciar algo que indicamos no início desse trabalho: a diferença se constitui no interior de disputas de poder e legitimidade, e é aqui que ela se reveste de dinâmicas hierárquicas e subalternizantes. Podemos citar a heterossexualidade compulsória como uma dimensão importante desse processo de definição da normalidade e da dissidência, no que se refere à norma de gênero.

O corpo torna-se, a cada linha em que avanço, cada vez mais um terreno de deslocamentos, uma superfície que desde que nasce passa por operações de diversas ordens visando uma conformidade estável. Mas que, ao mesmo tempo, denuncia as lógicas normativas,

descortina operações do poder, embaralha fronteiras, se torna potência de resistência. Não há uma dualidade, ainda que minha descrição pareça sugerir algo nesse sentido. O que há é uma rede múltipla e complexa de que participam sujeitos, textos, instituições em processos muito diversos de costura e esgarçamento.

2.3. Estudos sobre narrativas jornalísticas que abordam pessoas trans

Ronaldo se envolve em confusão com travestis

Em abril de 2008, o famoso jogador chamado pela imprensa de Ronaldo Fenômeno, vira personagem central de notícias que não tinham nada a ver com futebol. Enquanto ele se recuperava de uma cirurgia no joelho, decidiu ir até uma boate da Barra, bairro carioca. Depois da boate, o jogador foi para o motel acompanhado de três prostitutas e, afirma com veemência, que apenas no local descobriu que elas eram travestis. Lembro que o caso repercutiu muito na época, mas eu só me recordava do resumo "confusão de Ronaldo com travestis". Quando fui procurar mais informações para contar sobre o episódio, curiosamente encontrei duas matérias jornalísticas, uma da *Folha de S. Paulo*¹⁸ e outra do *Extra*¹⁹. A notícia da *Folha* parece ter sido escrita por uma grande fã do jogador. Embora a foto que ilustre o texto seja de Andréia Albertine, há apenas a versão do Ronaldo do acontecimento, narrada pelo próprio delegado que atendeu os dois na delegacia. Segundo ele, ao perceber que eram travestis ele desistiu do programa, as travestis então tentam convencê-lo a usar drogas e ele recusa, aí então elas começam a chantageá-lo, pedindo 50 mil reais para não contar para ninguém o que teria acontecido.

Mesmo sem nenhuma evidência que aponte para a veracidade da versão de Ronaldo, além da sua própria fala, o delegado afirma "acreditar que Ronaldo tenha sido vítima de um golpe e que acha difícil haver alguma consequência para o jogador, mas que ainda precisa investigar todas as versões. Ronaldo deve ser chamado para depor hoje. 'É um fato no máximo imoral, mas não recrimino' afirma Nogueira".

Já na matéria do *Extra*, a versão de Andréa também é abordada. Segundo ela, Ronaldo a encontrou depois de deixar a namorada em casa, os dois seguiram para o motel e ela chamou outras duas amigas, a pedido de Ronaldo. O jogador teria feito sexo com uma das amigas, Carla. Todos usaram droga e quando a droga acabou, Andréa foi buscar mais, levando o documento do carro do jogador como garantia de que ele estaria esperando (na foto da outra matéria, Andréa exhibe o documento como prova de que estaria dizendo a verdade). Quando retornou, Ronaldo estava extremamente irritado, pois teria sido roubado pelas outras duas travestis e se negou a pagar Andréa. Foi aí que a confusão começou e os dois foram parar na delegacia.

¹⁸ Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk2904200807.htm>

¹⁹ Ver: <https://extra.globo.com/noticias/rio/ronaldo-fenomeno-acusado-de-nao-pagar-programa-travesti-502277.html>

Mais recentemente, em 2020, Ronaldo esteve no programa "Conversa com Bial, e rememorou o caso. Mesmo com os anos que separam os dois episódios, a forma como o caso é narrado (e como essa forma é normalizada) ainda impressionam. O jogador culpa o álcool e diz que necessitava muito da sua terapeuta na época, além de destacar que estava com muitos problemas precisou extravasar com pessoas que não eram do seu convívio diário, em um insulto quase sutil à Andréa e suas amigas.

As lacunas importam.

Introduzi essa pesquisa contando sobre o percurso que me trouxe até o formato atual dessa investigação. Salientei que no início a ideia era discutir as abordagens dos assassinatos apenas a partir das matérias jornalísticas. Ainda que os objetivos, o estudo aqui proposto e o *corpus* de análise tenham se ampliado, continuamos entendendo o jornalismo enquanto um campo importante de organização e circulação de sentidos sobre sujeitos trans, suas vidas e mortes. Portanto, neste item recupero brevemente contribuições de pesquisadores brasileiros que discutiram o tema.

Nos estudos do campo da comunicação e do jornalismo vemos despontar discussões que refletem sobre como ocorre a presença dos corpos transexuais e travestis nas produções dessas áreas. Para Caeiro e Rocha (2016) as construções hegemônicas da transexualidade e da travestilidade, principalmente aquelas que estão respaldadas por discursos médicos-científicos, definem a nossa compreensão do que esses corpos representam, o que ocorre na maioria das vezes pela chave do desvio e da transgressão. Segundo os autores, a partir de uma pesquisa que analisou produções jornalísticas do *Jornal do Commercio* e o *Aqui PE*, essas construções são reproduzidas pelo jornalismo nesses dois jornais. Sendo assim, a prática jornalística exerce um papel fundamental para a conformação de saberes socialmente partilhados acerca desses sujeitos, o que muitas vezes contribui para a vulnerabilidade desses corpos entendidos como desviantes, na mesma medida em que reitera a norma que opera sobre os demais corpos.

Nos parece que o disciplinamento e normatização dos corpos perpassa diversas instâncias de constituição de sentidos. Os discursos médico e psicológico são exemplos disso, mas não estão sozinhos. A mídia e o jornalismo são importantes para a configuração de discursos, uma vez que possuem uma potência de circulação e uma legitimidade social. A singularidade da mídia e do jornalismo, no que se refere à abordagem dos corpos trans, está na heterogeneidade e nos embates discursivos, uma vez que entre a voz do jornalista, dos sujeitos trans e das características editoriais dos veículos há espaço tanto para o consenso como para a divergência. Segundo Mônica Ferreira Cassana (2018)

A concepção de corpo se reflete nas posições assumidas, sustentando as vozes daquele sujeito sobre o qual se fala (transexual) e aquele que, na ilusão da completude, constrói o discurso sobre o outro (jornalista). Na instituição heterogênea desse discurso, incidem elementos que apontam para distintas concepções ideológicas de corpo. (CASSANA, 2018, p. 97)

Segundo a autora, esses elementos são reinscritos nas produções jornalísticas. Há então uma naturalização de tais sentidos, que passam a fazer parte do universo de significação desses corpos, ou seja, constituem o que sabemos sobre eles. A tensão, portanto, está na ordem do dia quando se trata da abordagem jornalística dos corpos trans.

Cassana (2018), em sua pesquisa, também percebe que a dinâmica dos atravessamentos de sentido deve ser observada de forma mais criteriosa, uma vez que “pela contradição constitutiva que nos torna sujeitos em nossa formação social, é justamente o atravessamento desses sentidos de silêncio e de negação, que possibilita a constituição de um dizer de resistência à dominação” (CASSANA, 2018, p. 104). Sendo assim, não se trata apenas de um reforço de estereótipos e de naturalização de determinadas mortes, há também espaço para resistências, para escancarar que tentativas de negação e apagamento podem advir de uma forma de conceber o mundo que não dá conta da complexidade dos corpos e dos sujeitos, possibilitando a problematização dessa questão em sociedade.

Já Caeiro e Rocha (2016), em sua análise de matérias dos periódicos *Jornal do Commercio* e *Aqui PE*, salientam que:

Mesmo quando vítima é colocada ênfase sobre a responsabilidade desta no desfecho do acontecimento, tanto por meio do destaque sobre os espaços que ocupa (a rua, a prostituição) como por meio dos atos realizados (brigas), reforçando a imagem de violência e transgressão vinculada nas restantes notícias. (CAEIRO & ROCHA, 2016, p. 209)

Tais acionamentos evidenciam as formas como os estereótipos operam nessas coberturas, retirando o direito à posição de vítima e tornando essas pessoas seus próprios alçózes, merecedoras da violência que sofrem. Nesses casos, o jornalismo torna-se um outro instrumento de violência contra esses sujeitos, conforme destacam Borelli, Machado e Dias (2017) em artigo que trata da cobertura midiática do caso de Verônica Bolina, travesti torturada em situação de cárcere em abril de 2015. “Seu corpo mutilado, desnudo e humilhado foi exposto por lógicas jornalísticas de abjeção, sujeição e violência” (BORELLI, MACHADO & DIAS, 2017, p. 131). Os autores também caracterizam como transfóbico o discurso que marginaliza a travesti em coberturas da mídia tradicional.

Como também concluem Borelli, Machado e Dias (2017) a abordagem da mídia tradicional “aponta à reprodução sistêmica da violência e à marginalização simbólica das travestis e mulheres trans” (BORELLI, MACHADO e DIAS, 2017, p 132). Nos parece que a

predominância é por uma cobertura superficial, que reproduz e reforça estereótipos e violências, e não preza pela complexificação e contextualização que a realidade brasileira de assassinatos de travestis e transexuais demanda.

2.4 Violência

A violência não aparecia nessa pesquisa como uma questão, mas como um dado. Isso porque a violência sofrida pelos corpos dissidentes me parecia algo evidente demais para que fosse necessário me debruçar sobre uma conceituação. Desse modo, meu encontro com estudos especificamente sobre o tema foi tardio, já no último ano de escrita. Pode ser que isso reforce a ideia de que a violência está naturalizada, não faz problema, é um dado social. Nesse sentido, minha preocupação passava mais por uma denúncia de como essa violência específica de que trato nesse trabalho é resultado de processos vinculados à uma norma de gênero, produzidos, reproduzidos e consolidados por textualidades múltiplas que circulam entre instituições e na própria sociedade. Portanto, a princípio bastava entender que a violência existe, que consiste, em linhas gerais, em uma violação da integridade de alguém. O que agora não me parece, nem de longe, suficiente.

O lançamento do livro *The force of non-violence* (2020) de Judith Butler foi fundamental para que eu adentrasse nesse debate e, por isso, a obra será central na discussão que apresento aqui. Contudo, a autora, tão cara aos meus estudos, começa a indicar inquietações sobre o tema já em *Quadros de guerra* (2017), partindo da compreensão de que a não-violência é um apelo que nos aproxima da responsabilidade. Responsabilidade como prática ética, que tem o intuito de preservar a vida ao invés de destruí-la, algo muito diferente do sadismo moral que nos impele a não sermos violentos através de uma espécie de perseguição, algo na linha do que sugere também Grada Kilomba (2019) sobre responsabilização.

Nesse sentido, é necessário romper com a ideia de que a normatividade é, em si, violenta, para que seja possível investigar as violências operacionalizadas pela normatividade, assim como as resistências. Ainda que sejamos formados em certa medida pela violência, pela imposição violenta da norma, seja do gênero ou outras categorias sociais, é preciso retornar à concepção de poder que muito além de ser punitivo é também produtivo, cria os termos da resistência. Desse modo, mais do que afirmar que somos resultados de processos violentos de imposição normativa, interessa questionar como eles estão ligados às condições de reconhecimento e inteligibilidade dos sujeitos, à produção de enquadramentos que inserem

determinados sujeitos em uma condição de vulnerabilidade e precariedade. Portanto, é fundamental articular violência e poder.

A própria produção normativa do sujeito, na compreensão de Butler, delimita alguns termos para o entendimento dessa articulação, uma vez que ela ocorre em um processo de iterabilidade, em que a norma é repetida e, por isso, rompe constantemente com as suas condições de produção. Segundo ela “podemos perfeitamente ser formados no interior de uma matriz de poder, mas isso não quer dizer que precisemos, devotada ou automaticamente, reconstituir essa matriz ao longo do curso das nossas vidas” (BUTLER, 2017, p. 236). Assim, é exatamente por estarmos imersos na violência que é possível lutar contra ela. É ao entender as formas como ela opera que podemos entender melhor as potencialidades da não-violência.

O chamado à responsabilidade, a responsabilização é uma das principais expressões da não-violência. Assim, os vínculos que estão em jogo são sociais, o modo como nos portamos com relação aos outros diz dessa interdependência, bem como das hierarquizações constituídas pelo poder. Não se trata de escolher não violentar alguém que diretamente me ameaça, mas de conceber os laços sociais que são inerentes à nossa existência enquanto prioridade, assumir a interdependência radical a que estamos submetidos e, assim, nos responsabilizar pela manutenção da vida do outro. Além disso, é uma maneira de descortinar os modos como as ameaças são construídas. Afinal, o que nos ameaça?

A ideologia de gênero ameaça a família. A bandidagem ameaça o patrimônio construído com muito suor (mesmo que não seja o meu próprio suor). Uma série de coisas ameaçam os valores cristãos que, curiosamente, são basilares mesmo em um Estado laico. O comunismo ameaça absolutamente tudo. Uma série de ameaças se constituem e reverberam socialmente, e mesmo que não ocasionem uma violência direta, alimentam relações individualistas que, mais do que não permitir a criação de laços, fomenta a sedimentação de discursos a partir de determinados valores morais que uma hora ou outra resultam em práticas materiais de violência.

A criação desses laços não ocorre pelo amor incondicional ao próximo, pelo exercício diário de oferecer a outra face, a despeito da frustração dos cristãos. Não há a necessidade de apagar os conflitos, de apaziguar diferenças, mas de reconhecer que todos dependemos uns dos outros radicalmente, “condição sob a qual estamos arrebatadamente unidos: de uma maneira raivosa, desejosa, assassina e amorosa” (BUTLER, 2017, p. 256-257).

Se a não-violência é um apelo que não se estende apenas a aqueles que conhecemos pessoalmente e com quem compartilhamos experiências de vida, é preciso que o apelo do outro

nos alcance. O que faz com que ela seja necessariamente mediado para que haja uma resposta, uma responsabilização. Desse modo, o apelo “depende dos enquadramentos mediante os quais o mundo é dado e o domínio da aparência é circunscrito” (BUTLER, 2017, p. 252). Uma das formas de mediação mais evidentes é a mídia, no entanto, é necessário ultrapassar uma imagem abstrata da mídia, como algo que se comporta como um canal. Nesse esteio, nos parece pertinente afirmar que são os textos que exercem o papel de mediação no âmbito da mídia, o que torna possível ultrapassar a concepção de que esse apelo deve chegar até nós, para questionar as formas como ele chega – ou também como não chega. Tanto as ameaças socialmente configuradas, como o apelo à responsabilização são organizados textualmente, a partir de determinadas condições de produção, resultado de disputas de poder. Essa perspectiva nos auxilia no estudo das textualidades que tratam dos corpos dissidentes, assim como nas formas como eles são configurados como ameaça. Assim, os enquadramentos que permitem a inteligibilidade de sujeitos a partir de múltiplas matrizes de sentido emergem textualmente e revelam diversos aspectos dos processos de precarização, vulnerabilidade e marginalização.

Dessa maneira, não é apenas a mídia a responsável por fazer com que esses quadros de sentido sobre os sujeitos circulem socialmente, reproduzindo-se e transformando-se a medida em que é apropriado. Nosso argumento nessa pesquisa é exatamente que há instituições com legitimidade social que contribuem para a organização de sentidos acerca dos sujeitos, produzindo textualmente formas de ver. É a articulação entre os textos a verdadeira responsável pela potência da circulação social de determinados discursos, bem como sua penetrabilidade no cotidiano.

Para que a reivindicação da vida seja feita e ouvida ela precisa ser mediada. Me parece que é esse o papel do trabalho efetuado pela ANTRA no mapeamento dos assassinatos e na produção dos dossiês com análise dos dados coletados anualmente. Essa iniciativa não apenas produz um apelo pela vida de travestis e transexuais, como também confronta outros textos que circulem socialmente e que contribuem para a marginalização desses sujeitos. A disputa de sentidos é uma importante ferramenta, permitindo que uma espécie de contra-narrativa seja produzida, um grito de *PAREM DE NOS MATAR*, da dissidência que, curiosamente, enfrenta os quadros de inteligibilidade com maior aderência social que marginalizam e matam. Faz parte do exercício da não-violência denunciar as violências naturalizadas como verdades sobre os corpos.

Os esforços empreendidos por Butler em *The force of non-violence* (2020) para entender e avaliar as formas que a violência é figurada e atribuída nos campos discursivo, social e de

poder do Estado contribuem para essa análise. Para tanto, é necessário entender a violência para além de um ato físico que envolve indivíduos em conflito direto, avançando para uma compreensão de como estruturas sociais e sistemas são violentos. Nesse sentido, uma ação violenta pode ser expressão de uma violência estrutural, o que demonstra a necessidade de se relacionar as ações à estrutura.

Essa lógica serve de argumento para legitimar o uso estratégico da violência como a única coisa que possibilitaria uma mudança real nas estruturas que são violentas. O que faz com que a reflexão ganhe novos contornos. Com isso, podemos perceber que violência e não-violência são termos em disputa, na medida que, o pensamento que defende a violência como ferramenta de resistência contra opressões demonstra que a validade da violência é contextual, depende da situação em que ela é usada e também por quem.

É também por ser um termo em disputa, que a violência é lida de formas diversas a depender da situação, de acordo com as redes de poder que mobiliza. Por exemplo, uma manifestação em defesa da democracia e contra o governo pode em determinado momento ser entendida como violenta para legitimar uma reação violenta da polícia. Isso ocorre, pois, o Estado possui o monopólio da violência, bem como dos seus discursos legitimadores, o que possibilita que ele torça a narrativa para transformar em violentas as reações críticas às violências por ele cometidas. Assim, uma lógica da legítima defesa, utilizada para justificar a violência é acionada. Essa mesma lógica desponta no processo de produção de ameaças que configuram sujeitos como ameaçadores, transformando determinados corpos em uma espécie de personificação da ameaça.

Essa ideia de pessoas que seriam naturalizadas como ameaças me lembra de um caso recente envolvendo a influenciadora digital Luísa Nunes Brasil. Conhecida por suas falas polêmicas, Luísa em uma crítica ao movimento *Black Lives Matter* afirmou para os seus milhares de seguidores em vídeos publicados em seu *Instagram* que o racismo era algo natural, que continuaria a existir enquanto pessoas negras continuassem a cometer a maior quantidade de crimes. Assim, segundo ela, o racismo seria um instinto de defesa do ser humano. Após uma intensa movimentação nas redes sociais criticando a posição da influenciadora, o seu perfil saiu do ar.

A opinião de Luísa demonstra a construção de sujeitos como ameaçadores em si mesmos, assim como a sua naturalidade ao publicar isso mostra que suas afirmações possuem certa adesão social, uma vez que a ideia de que existe alguns tipos de pessoas que são em si uma ameaça à integridade física ou moral do cidadão de bem não é novidade.

Esse exemplo mostra que a lógica da violência, que também é composta pela construção de ameaças que servem para justificar a legítima defesa, não depende necessariamente de uma ação. Há, portanto, uma desvinculação da violência com a ação violenta, o que ocorre através da criação de um imaginário de que há sujeitos ameaçadores por si só. Essa perspectiva contribui para alargarmos o conceito de violência, que não se limita à violência física, uma ação violenta direta, mas se refere também às estruturas sociais que violentam e imaginários que auxiliam na legitimação de processos violentos.

É nesse esteio que ocorre a defesa do uso tático da violência, até mesmo pela esquerda, com a justificativa de que já vivemos todos em condições violentas, sendo assim, a violência já existe. Nesse sentido, a única escolha diz respeito ao objetivo final, tornando a violência uma espécie de ferramenta, que se diferenciaria da violência como um fim em si mesma. No entanto, Butler (2020) chama atenção para o fato de que a violência talvez seja exatamente a ferramenta que costuma mudar de mãos, uma vez que ela é sempre interpretada. Assim, se de saída já entendemos a violência como algo que pode ser justificável, o fenômeno já está determinado. Com isso, entendemos que nesse caso a exceção à regra é tão a própria regra, já que se em determinadas circunstâncias matar é autorizado, significa que matar não é realmente proibido.

O exemplo da manifestação pela democracia evidencia bem essa questão, vemos nitidamente no Brasil como a formulação do que é ameaçador é determinante para a interpretação da violência, definindo aquela que importa, que comove e indigna. Nesse esteio, as iniciativas e movimentos tentam dar visibilidade à violência policial cometida contra a população periférica, buscando causar uma indignação na população, são fundamentais para tensionar os discursos que tentam a todo custo interpretar tais violências como uma forma de efeito colateral de um esforço muito mais importante, da guerra às drogas, da contenção da criminalidade. Assim, podemos enxergar a disputa que é inerente às interpretações acerca da violência, seus usos e suas finalidades.

A partir dessas pistas podemos questionar como a violência é instrumentalizada nos textos que analiso nesse trabalho. Como a interpretação das violências em jogo são produzidas e disseminadas, o que é normalizado e o que é apelo pela vida.

O debate em torno da não-violência muitas vezes cai em um lugar comum de pensa-la enquanto uma utopia, principalmente ao percebermos que a própria estrutura, os sistemas e a nossa constituição enquanto sujeitos são em certa medida violentos. Contudo, Butler (2020) desenvolve uma reflexão acerca da não-violência a partir da interdependência, da distribuição desigual da precariedade, temas importantes em sua obra. Nesse sentido, a não-violência pode

ser agressiva, uma vez que a agressividade não é necessariamente violenta, mas potente. É o caso do clamor “parem de nos matar” que acionamos o tempo todo aqui. Desse modo, não-violência não é apenas a ausência da violência ou o ato de se negar a cometer um ato violento, mas um comprometimento constante e agressivo com os ideais de igualdade e liberdade, tendo em vista que a violência opera precisamente na intensificação da desigualdade social. Para a filósofa, o papel da não-violência em um mundo violento é fazer que essa violência seja melhorada ou modificada, ou que sua direção seja mudada.

Desse modo, a não-violência torna-se uma crítica incisiva ao individualismo, que opera baseada na interdependência, na medida que é exatamente a nossa interdependência, os nossos laços que são atacados pela violência. Para tanto, é necessário superar a ideia de que todos somos valiosos e, por isso, merecemos viver, e avançar a partir da concepção de que todos precisamos uns dos outros, somos completamente dependentes e, portanto, zelar pela manutenção da vida do outro é fundamental para a minha própria existência. É essa mudança que permite compreendermos que a desigualdade faz com que determinadas vidas sejam mais valiosas que outras, mais ferozmente defendidas do que outras e, portanto, um comprometimento com a não-violência é necessariamente um comprometimento com a distribuição igualitária da precariedade, da passibilidade de luto.

Butler (2020) utiliza a concepção de estado natural para discutir a individualidade e propor a virada que nos permite enxergar a interdependência. Segundo a ideia de estado natural, o conflito é a base do ser humano, eu entro em conflito com o outro porque ele me ameaça e ameaça o meu território, porque eu quero o que ele possui e, portanto, ele também quer o que eu possuo e me ameaça por isso. Essa compreensão parte do pressuposto de que o individual é o primário e que o nosso potencial está ligado à nossa independência: sou capaz de tudo, o outro é que limita a minha potência de ação. O papel do Estado seria então regular essa relação para impedir o conflito e garantir um acesso igualitário, contudo, ao fazer isso ele também controlaria a minha potência de agir e conquistar.

Nessa perspectiva o sujeito fundador é necessariamente um homem adulto, uma vez que toda a sua dependência do corpo materno, da estrutura social de segurança e manutenção da vida da criança deve ser apagado para garantir o argumento de autossuficiência. Assim, além de um homem adulto o sujeito fundador também não tem mãe e, dessa maneira, percebemos que a própria masculinidade é definida pela sua falta de dependência que garante o seu potencial para conquistar o que quiser. É irresistível pensar que isso explica tanta coisa!

Na contramão desse pensamento, Butler (2020) destaca que nascemos em uma condição de dependência radical, uma dependência que implica em vulnerabilidade: somos vulneráveis à estrutura social da qual dependemos, se essa estrutura falha, somos expostos à uma condição precária. Com isso, entendemos a necessidade urgente de tornar obsoletos pensamentos que impliquem na positividade da fragilidade do outro como um conforto. Algo como o que podemos sentir quando vemos uma notícia sobre uma morte violenta: “ainda bem que não aconteceu comigo ou com alguém que amo”. Tampouco é útil trocar esse pensamento por “devo me importar porque isso poderia acontecer também comigo ou com alguém que amo”. O verdadeiro rompimento com o imaginário individualista só ocorre quando assumo a necessidade de me comprometer *contra* a violência sofrida pelo outro ao entender que a manutenção da vida dele é a condição da minha própria vida.

Na visão da autora, para ser um exercício efetivo de não-violência, a defesa deve necessariamente incluir todos os seres e não apenas aqueles que são próximos a mim, ou que eu *reconheço* como meu igual, uma vez que, quando essa dinâmica ocorre, eu defendo os que reconheço daqueles que não reconheço, com quem eu não possuo laços. A ausência de laços que permitem o reconhecimento é precisamente aquilo que me afasta do outro, um outro que socialmente constituiu-se a partir da falta de inteligibilidade, permanecendo à margem da norma e da sociedade, tornando-se uma ameaça, um inimigo. É por isso que se mostra fundamental investigar os enquadramentos a que são submetidos os sujeitos, questioná-los, desnaturalizá-los, já que eles exercem um papel imprescindível na definição das vidas que lutaremos para manter e aquelas cuja morte sequer comove.

Ser ou não passível de luto, assim como os regimes normativos vinculados à essa definição, é uma reflexão importante na obra de Butler retomada fortemente nessa discussão acerca da não-violência. Isso porque a existência de pessoas que já estão socialmente mortas é evidenciada exatamente pelo não lamento de sua morte, ou seja, ser passível de luto não define apenas o valor de alguém após a morte, mas também em vida. Esse valor é definidor não apenas no que se refere à luta para impedir que determinadas vidas sejam violentadas, como também na configuração dos sujeitos que são lidos como a personificação da ameaça e, por isso, seu extermínio não causa dor e sim alívio, uma vez que tememos que ele nos violente.

Assim, a desigualdade da passibilidade do luto é parte da biopolítica, intimamente vinculada à necessidade de que a vida seja estabelecida para que ela possa ser exercida. Uma vida cuja morte não comove trata-se de uma vida que nunca se estabeleceu enquanto tal e, conseqüentemente, nunca sequer foi exercida plenamente. Nesse sentido, por mais que vida e

morte sejam pressupostos quando refletimos sobre as relações sociais, é preciso enxergar o potencial que elas possuem de dizer sobre como a vida social está organizada e, desse modo, será possível descrever as formas sociais de viver e morrer.

Existe, portanto, uma dimensão performativa do luto, que implica na exposição dos limites da passibilidade de luto e estabelece os termos de reconhecimento e resistência. Essa questão fica evidente quando voltamos nossa atenção às apropriações midiáticas das mortes violentas. Pela análise que efetuamos nesse trabalho, percebemos que elas podem tanto tratar determinada morte como algo corriqueiro e sem importância, o que ocorre muitas vezes por meio da reprodução da descrição de caráter policial do caso de forma simplista e até reducionista, como também apresentar uma indignação, abordá-la criticamente, vincular à dimensão estrutural, questionar a violência sistêmica sofrida por certos sujeitos. Há, portanto, padrões que tendem a se repetir, reforçando ou confrontando imaginários socialmente estabelecidos. Assim, a mobilidade dos termos acionados, dos sentidos organizados, ou seja, das textualidades em jogo, demonstram o caráter performativo dessas produções textuais que se debruçam sobre mortes violentas de corpos dissidentes, já que elas *agem* sobre os imaginários através da repetição, contribuindo para constituí-los, perpetuá-los, mas também podem permitir questioná-los.

A própria Butler (2020) destaca a importância da esfera midiática na dinâmica da distribuição igualitária do luto e da precariedade. Nossa contribuição me parece adicionar questões à essa perspectiva, uma vez que tensiona não apenas os sentidos mobilizados, como também o processo de mobilização, de construção de quadros de inteligibilidade, pela apropriação textual da morte e da violência. Butler (2020) cita como exemplo as formas como frequentemente os feminicídios são reportados de modo sensacionalista, causando um choque momentâneo para, então, se repetir.

No esteio da violência de gênero, segundo Saffioti (2004) a violência é uma ferramenta para a manutenção do poder masculino pelo controle e pelo medo. Gostaria de ampliar a ideia de masculino aqui para hegemônico, algo representado pela figura do homem, branco, cisgênero e heterossexual. É para que a dinâmica social que faz com que eles detenham uma série de privilégios sociais se mantenha, que a violência se torna uma importante ferramenta de controle social dos demais sujeitos. Não apenas a violência em si, mas a ameaça dela, que controla pelo medo. Butler (2020) aponta que o feminicídio, especialmente no Brasil, opera através do estabelecimento de um clima de medo que incide sobre mulheres cis, trans, negras, e também sobre dissidentes de gênero e sexualidade negros. Para a autora, esses sujeitos são

entendidos como *ainda vivos*, *vivos apesar* do ambiente ameaçador, da atmosfera de risco potencial constante.

Nessa linha, compreendemos que não é pelo sensacionalismo e pelo choque que se constrói uma narrativa potente em termos de resistência e de agressividade em defesa da manutenção da vida. Nos parece que esse exercício se torna mais efetivo na medida em que se vincula o episódio violento que nos indigna à uma realidade compartilhada de violência sistêmica que perpetua o clima em que impera o controle por meio da ameaça e do medo.

Por mais que a proposta de Butler (2020) acerca da importância da não-violência, me pareça fundamental para o intuito desse trabalho, não gostaria de deixar a impressão de que a violência é uma concepção encerrada, que a não-violência resolve as contradições que surgem principalmente do debate sobre a validade do uso da violência pelos oprimidos contra uma estrutura opressora. Ao buscar escapar das leituras dualistas do social mostra-se pertinente fazer esses adendos vez ou outra, já que não há a pretensão de encontrar resposta últimas para processos tão complexos, nem de apaziguar conflitos. O interesse central aqui é desenvolver uma reflexão que questione a violência sistêmica que se impõe sobre os sujeitos, mais especificamente sobre os sujeitos dissidentes.

Nesse sentido, Luiz Felipe Miguel (2005) em um artigo que relaciona a política e a violência, apresenta uma valiosa discussão no que se refere à vinculação entre violência estrutural e sistêmica a processos de dominação e opressão de ordem política vigentes. O autor afirma que a violência estrutural merece nossa atenção pois caso contrário a reação contra a opressão pode transitar simbolicamente como violenta, enquanto a própria opressão não.

Contudo, é necessário primeiro entender que quando falamos em violência estrutural e sistêmica não estamos nos referindo necessariamente à violência empreendida pelo Estado e suas instituições. É inegável que determinadas violências, que contam com o respaldo do Estado, como por exemplo, a violência policial, são estruturais e sistemáticas, no entanto, outras formas de violência tão arraigadas socialmente que acabam sendo naturalizadas são estruturais e acabam contribuindo para legitimar a violência institucional, como é o caso do racismo. É evidente que o racismo “alimenta” a lógica da violência policial que tanto mata pessoas negras nas periferias, ocorre que a operação de cada um deles é diferente, mesmo ambos sendo violentos. Do mesmo modo, a justificativa da violência contra corpos dissidentes da norma de gênero nunca é apenas pela dissidência. No imaginário que contribui para a perpetuação da violência contra pessoas trans e travestis nenhuma travesti morreu por ser travesti, ela morreu porque estava se prostituindo, porque se colocou em risco, se envolveu com quem não devia,

estava vendendo drogas... A justificativa aqui parece operar como um atenuante de consciência para quem não se comove com essas mortes, para que não seja necessário admitir que a insignificância dessas vidas se deve ao preconceito enraizado. Mas voltemos à violência.

Desse modo, a dinâmica da violência na sociedade é muito mais complexa, assim como a sua vinculação com a esfera política. Segundo Miguel (2015, p. 33) “é necessário entender que a violência sistêmica e estrutural é em si mesma violência, na medida em que impede formas de ação e acesso a bens e espaços, por meio da coerção física ou da ameaça de seu uso”. O Estado e o mercado não são apenas geradores de uma violência explícita, eles criam as condições para a perpetuação de uma violência mais profunda e duradoura, ainda que menos espetacular. A grande contradição consiste no fato de que muitas vezes buscamos no institucional os meios de superação da violência, entretanto, são também as próprias instituições do Estado que, atravessadas e constituídas pelo poder, operam de forma arbitrária, perpetuando assimetrias que produz e reproduz violências estruturais.

A manutenção das assimetrias fica evidente se voltamos nossa atenção para as estratégias do Estado para conter a violência. Elas muitas vezes envolvem aumento do encarceramento, intensificação de ferramentas punitivas, criação de novas leis. E nós sabemos que quem vai sofrer as consequências dessas estratégias é justamente a parcela mais marginalizada da população. É nesse sentido que Butler (2020) critica a concepção de vulnerabilidade que acaba tornando parte do corpo social. Isso ocorre quando o sujeito vulnerável é compreendido apenas em sua passividade, não vinculando a vulnerabilidade à potência de resistência. De modo que, caberia apenas ao Estado a função de atuar, o que ocorre de forma paternalista e, com isso, a desigualdade se mantém, já que se estabelece enquanto inevitável.

Essa contradição causa certo incômodo, já que se não podemos contar com as instituições para nos proteger da violência que elas mesmas ajudam a manter, não devemos responder com violência para transformar a ordem vigente, o que resta?

É necessário reforçar que seria uma enorme falsa simetria se, em nome da não-violência, eu argumentasse que, um ato violento efetuado por alguém que sofre diariamente e silenciosamente os efeitos da violência estrutural, deve ser entendido como tão problemático quanto a violência sistêmica. Sobre esse aspecto, a percepção de Saffioti (2004) de que os micro e macroprocessos sociais estão articulados e não apartados, se mostra útil. Segundo a autora, ambos são faces do processo social e uma se sobressai à outra dependendo do contexto. Os pequenos atos de violência são faces de processos que contemplam as violências estruturais

mais profundas, assim como o feminicídio em que o marido mata a esposa é uma face da sociedade machista e patriarcal em que vivemos, para usar um tema caro à autora.

A questão da violência se apresentar enquanto um recurso necessário é um problema que devemos enfrentar, criando reflexões que investiguem a operacionalização da violência, que questione ao invés de tentar responder. Segundo Miguel (2015) essa é uma questão que não deve ser submetida a percepções normativas já prontas, uma vez que são esses grupos que sofrem sistematicamente com a violência naturalizada e invisibilizada.

No esteio do que nos diz Butler (2020) sobre o fato de que a violência pode ser exatamente a ferramenta que muda facilmente de mãos, Miguel (2015) propõe que devemos avaliar com cuidado a concepção de que a violência que ocorre em reação à violência estrutural seria a única forma eficaz e adequada de romper com essa última. Isso porque o uso da violência, mesmo como ferramenta, não contribui para a construção de um mundo social em que as formas de violência em geral sejam minimizadas. O autor usa como exemplo as revoluções vitoriosas, que nos mostram que a partir do momento em que se percebe que ela foi efetiva para transformar algo, torna-se difícil abrir mão dela como a forma privilegiada de manutenção da nova ordem constituída.

Questionar os usos e as múltiplas operações da violência na sociedade demanda uma discussão acerca da apropriação midiática da violência, ou, como prefiro chamar: os modos como os sentidos sobre a violência são organizados textualmente e circulam socialmente por meio dos aparatos midiáticos. Sérgio Ferreira Junior e Alda Costa (2016), ao discutir a morte e o desvio em narrativas jornalísticas, afirmam que foi após a década de 1980, com o processo de redemocratização, que o fenômeno da violência passa a ocupar boa parte dos noticiários, deixando de se encerrar na editoria de polícia, passando para outros lugares do jornal e até mesmo ganhando programas diários de TV que são destinados quase que exclusivamente para acontecimentos violentos e crimes. No nosso corpus é comum encontrar matérias de assassinatos na editoria de cotidiano, o que já nos fornece pistas sobre a forma como o fenômeno da violência é abordado por alguns veículos.

Mas mais do que a presença da violência nos veículos jornalísticos e midiáticos, é necessário voltar a atenção para o modo como um fenômeno tão complexo é, muitas vezes, enquadrado em esquemas reducionistas de compreensão, a partir de chaves dicotômicas como bem e mal; vítima e algoz; bandido e cidadão de bem. Desse modo, as produções textuais se limitam a descrever a ocorrência do crime e listar os envolvidos, sendo que tais sujeitos serão caracterizados dentro dos esquemas pré-definidos para cada um deles. A credibilidade

inabalável da fonte policial faz com que ela seja a principal instituição na abordagem de acontecimentos violentos, fazendo com que o jargão “a polícia está investigando o caso” e seus semelhantes, seja utilizado à exaustão.

Assim, ainda que o entendimento de que a mídia ocupa um papel de vilã na sociedade me incomode bastante, é necessário questionar: qual o papel da apropriação midiática da violência para o aprofundamento de estigmas, para a conformação de sociabilidades? Buscarei cercar essas questões fazendo as ressalvas pertinentes no decorrer do texto.

A força de ruptura do acontecimento é determinante para que ele se transforme em notícia. Desse modo, pela forte presença de notícias sobre violência na imprensa, já podemos notar que ela por si só parece ser compreendida enquanto uma ruptura na normalidade social. Nesse esteio, a fim de escapar de abordagens excessivamente construcionistas, que entende que algo se torna acontecimento a partir do momento em que é apropriado midiaticamente enquanto tal, nos aproximamos de uma perspectiva que propõe uma articulação entre mídia e sociedade, inserindo o acontecimento nesse entrelugar. Conforme sugere França (2012, p. 45), o acontecimento “se passa no domínio da experiência e se realiza – ou não – a partir de seu poder de afetação na ação dos sujeitos, de sua capacidade de interferência no quadro da normalidade e das expectativas previstas no desenrolar do cotidiano de um povo”. Essa noção alargada, que tem a mídia não como produtora de acontecimentos, mas como a responsável por exercer um papel mediador, nos permite enxergar a interação que ocorre entre a esfera midiática e a capacidade agenciadora dos sujeitos sociais, além de chamar atenção para o fato de que alguns fenômenos possuem força intrínseca de agenciamento. Com seu grande potencial de desencadear sentidos, nos parece que a violência é um deles.

Não quero com isso minimizar a importância da mídia e, mais especificamente, do jornalismo, em conformar o que compreendemos acerca dos acontecimentos, mas escapar de visões midiacêntricas que nos impedem de enxergar a complexidade da dinâmica que envolve mídia, sociedade, rupturas, experiências e sujeitos. Seguindo a pista de Christa Berger e Frederico Tavares (2010, p. 123), temos que “há o acontecimento em si, uma ação que interrompe um estado qualquer, mas que só existe quando há sujeitos afetados e que lhe dão sentidos”. Contudo, não entendemos esse dar sentido aos acontecimentos como uma função exclusiva da mídia, uma vez que a partir do momento em que há o rompimento com a normalidade estabelecida já ocorre uma apropriação do ocorrido por meio dos sujeitos que participaram do evento ou que o presenciaram.

Desse modo, fica a cargo das produções jornalísticas organizar, segundo seus próprios critérios, os sentidos que dão sentido ao que ocorreu. Ao ser transportado do mundo da vida, para universo do jornal, há uma apropriação pela linguagem que conforma o acontecimento, uma vez que não existe uma transposição direta entre um âmbito e outro. Assim, “no processo de descrição dos acontecimentos, as notícias definem e moldam o acontecimento” (TUCHMAN, 2002, p. 92).

É exatamente pelo seu papel de conformar textualmente o que aconteceu, que as produções jornalísticas, suas textualidades e suas lógicas, são um lugar privilegiado para observar os sentidos que estão sendo acionados e, principalmente, como eles estão sendo acionados. É nesse processo que se constituem os enquadramentos dualistas que destacamos como uma das características das apropriações midiáticas da violência recorrente na mídia tradicional, o que demonstra que não há nessas produções um exercício de contextualização e de complexificação do acontecimento. Tais acontecimentos, como crimes de assassinato, na maioria das vezes não são tomados enquanto um problema social que envolve muito mais do que o algoz, a vítima e a polícia. No caso das produções que abordamos nesse trabalho, por exemplo, há muito mais envolvido do que alguém que mata, alguém que morre e alguém que investiga essa morte, contudo, o que vemos repetir na grande maioria delas é uma mesma lógica descritiva do acontecimento, como se ele se encerrasse em si.

Ainda que a lógica de vítima e algoz apareça nas narrativas dos assassinatos de trans e travestis para as quais voltamos a nossa atenção nessa investigação, há certas singularidades nessas produções que merecem a nossa atenção. O gênero é um componente que faz com que as coisas mudem de figura, que a dicotomia algoz-vítima ganhe variantes, que as fronteiras antes muito bem pré-estabelecidas embacem. É possível observar processos como uma nítida culpabilização da vítima, além da busca por justificativas para aquela morte. E é assim que o corpo encontrado sem vida no córrego que atravessa a cidade se torna o culpado pela sua própria morte.

Conclusões semelhantes são encontradas em pesquisas que abordam a violência contra mulheres cis. Bárbara Lopes Caldeira, Vanessa Costa Trindade e Elton Antunes (2018) destacam que ao se ancorar nas mesmas práticas de culpabilização, ironia e julgamento presentes na dinâmica do mundo social, os textos podem se tornar formas de violência contra as mulheres, se constituindo enquanto uma nova forma de agressão às vítimas. Os autores chegam a essa percepção ao analisar capas da revista *TPM* e do jornal *Super Notícia*, investigando as formas de referenciar essas violências, indicando que ao superar a ideia de que

a linguagem seria uma simples representação do mundo, entendendo-as em sua dimensão de ação no mundo, é possível enxergar as “novas violências contra a mulher quando [as textualidades] as posicionam como um outro em lugares cristalizados” (CALDEIRA, TRINDADE e ANTUNES, 2018, p. 74). Ao perceber lógicas semelhantes, ainda que guardadas as devidas diferenças, operando na culpabilização de mulheres cis e trans, compreendemos que as recorrências presentes nas textualidades midiáticas que abordam essas violências, evidenciam as moralidades acionadas durante o gesto interpretativo realizado sobre o acontecimento. Aqui a norma de gênero, a heteronormatividade e as expectativas de ordem patriarcal que incidem sobre as mulheres se articulam de tal forma que a potência da violência em indignar fica em segundo plano frente aos *desvios de conduta* apresentados pelas vítimas.

Ao entender que “o jornalismo não apenas observa e registra o acontecer da violência, o testemunha, na perspectiva ampla e complexa” (ANTUNES, 2012, p. 286-287) é possível avançar em uma compreensão da narrativa jornalística para além de um simples relato dos fatos, realizado de forma distanciada. Sendo assim, é fundamental superar a ideia de que as narrativas de violência seriam meras formas de informar a população sobre o que acontece. Isso porque ao testemunhar as violências, o jornalismo assume um papel privilegiado e ativo na produção de sentidos sobre elas, não é apenas um mero refletor, mas um lugar de reflexão. Ou, ao menos, deveria ser.

Ocorre que as narrativas sobre violência no jornalismo parecem se tornar também um modo de alertar para os riscos que se passa a correr ao assumir o desvio ou uma conduta moralmente questionável. Soma-se a isso o relato curto dos episódios, que se limita a apenas descrever o acontecimento e não avança em uma contextualização que conte a todos que aquele acontecimento violento não se encerra em si, já que em se tratando de dissidência de gênero nunca se encerra em si, ele faz parte de um contexto de violência que se repete, se reproduz e se normaliza cotidianamente.

Ao recortar a violência do seu entorno contextual, individualiza-la, transformá-la em um acontecimento corriqueiro, os quadros de sentido que envolvem as vítimas dificultam que o seu sofrimento choque, incomode. Maria Stela Grossi Porto (2009) considera que há uma banalização da violência pela mídia, que causaria uma espécie de anestesia. É como se a violência se transformasse em um produto, cuja espetacularização faz com que tenhamos contato com ela todos os dias, mesmo sem ter a experienciado pessoalmente. Assim, situações violentas se tornam parte do nosso imaginário, compõem as nossas memórias, ainda que exista

uma experiência pessoal com a violência ela faz parte da nossa experiência social que fazem com que as nossas sociabilidades sejam estruturadas na e pela violência.

Eu tenho minhas ressalvas com relação a análises que entendem a mídia como se ela operasse como um tribunal do júri, fosse responsável por manipular as pessoas e induzir a sociedade a agir de tal modo, a pensar de tal maneira. E isso se deve a algumas razões muito simples. A primeira delas é não consigo conceber uma ideia unitária e homogênea de mídia, já que o termo parece se referir a toda e qualquer produção feita por um meio de comunicação, há uma heterogeneidade e uma multiplicidade de veículos, de formatos, de linhas editoriais, de funções sociais. A segunda é que também não enxergo a mídia como uma instituição apartada do social, como se ela mesma produzisse determinados sentidos e saberes e disseminasse socialmente de forma unilateral. A relação entre mídia e sociedade é complexa, o que faz com que a ideia de manipulação midiática me soe inconsistente.

Partilho da ideia de que as produções midiáticas que se apropriam da violência operam em um ciclo que constitui a própria violência como objeto social: “à medida que as violências e o medos se generalizam, as narrativas falam deles para a sociedade; e à medida que falam neles, as narrativas generalizam os medos e a violência” (COSTA & FERREIRA JÚNIOR, 2016, p. 168). Há, portanto, uma retroalimentação do imaginário sobre a violência, que atravessa a sociedade e a esfera midiática, não apenas uma busca desenfreada pela audiência que faz com que os veículos explorem o gosto das pessoas por sangue e sofrimento. Se nossa intenção é desconstruir esquemas que reiteram as lógicas mocinho-bandido, é importante que esse exercício passe também por nossas análises. É consenso que a abordagem da violência é problemática e contribui para reiterar estigmas e processos de marginalização, e é exatamente por isso que um olhar mais detido, amplo e aberto à complexidade desses processos é fundamental.

Os conhecimentos sobre a violência são tanto circunscritos nas narrativas que dela tratam, como transbordantes (COSTA & FERREIRA JÚNIOR, 2016). As produções jornalísticas difundem esses conhecimentos, dialogando com referenciais que já estão presentes no imaginário. Assim, se é possível reforçar representações acerca dos acontecimentos e dos sujeitos neles envolvidos, também é possível promover questionamentos e críticas que visem romper com ideários fomentam a marginalização e o estigma. O que ocorre é que por estar embrenhada nas relações de poder, submetida a interesses econômicos e políticos, a mídia tende a reproduzir quadros de sentido que contribuem para a manutenção da lógica hegemônica de poder.

A relação íntima entre a mídia e a sociedade – com as dinâmicas de poder e resistência que a constituem – que faz com que determinadas mortes tenham um tratamento midiático mais cuidadoso do que outras, com um acompanhamento de todo o processo de investigação e julgamento, o que não ocorre quando as vítimas são pessoas já invisibilizadas, como é o caso das pessoas trans e travestis que compõem o *corpus* desse trabalho e também de tantas outras. O que contribui para a possibilidade de luto das mortes e para a precariedade das vidas, para usar os termos de Butler (2017). As lógicas de marginalização estão presentes também nas narrativas sobre violência, mesmo que não de forma explícita, muitas vezes na própria abordagem do acontecimento. Assim, há, de saída, pelo menos duas formas de tensionar essas abordagens reducionistas da violência no caso das vítimas de que tratamos aqui:

- 1) Pela invisibilização: é só mais uma vítima em meio a tantas outras;
- 2) Pela disciplinarização: veja só o que acontece com quem tenta romper com a norma.

Uma não exclui a outra, pelo contrário, são complementares e atravessam tanto a vida social como as apropriações midiáticas, conjuntamente, se retroalimentando.

Contudo, para além do que compreendemos como mídia tradicional, e com um importante potencial de agendamento, algumas estratégias têm sido adotadas no sentido de dar visibilidade a essas violências que, exatamente por se repetirem diariamente, dizem de uma realidade mais ampla, de uma sistematicidade. As redes sociais com suas lógicas próprias possibilitam que textualidades múltiplas sobre violências contra minorias emergjam e viralizem, chamem atenção, constituindo um outro acontecimento através da sua reverberação, muitas vezes reaparecendo na própria mídia tradicional. Não é minha intenção investigar esses fluxos de resistências nas redes sociais, mas é importante apontar que para além do que se entende como mídia, compreensão que muitas vezes está circunscrita às mídias tradicionais, existe uma multiplicidade de reivindicações de visibilidade, que promovem uma indignação que é compartilhada, que tensiona e problematiza as representações cotidianas da violência sistêmica.

A emergência de narrativas que confrontam as formas reducionistas de abordagem da mídia tradicional demonstra que mais do que exigir visibilidade, é fundamental refletir sobre qual o tipo de visibilidade que nos interessa, em se tratando de violências contra minorias. A visibilidade do sofrimento é um tema tratado por Angie Biondi (2016) em uma discussão que cerca o que a autora chama de sofrimento mediatizado. Atenta às complexidades que envolvem essas visibilidades, Biondi (2016) investiga a capacidade expressiva do corpo sofredor no fotojornalismo, destacando a evocação moral, as relações de poder e o próprio estado de sofrer

que envolvem esses corpos em suas expressões e nos regimes de visibilidade que os configuram.

Biondi (2016) define três modos com que o corpo sofredor figura no fotojornalismo, uma caracterização que nos parece potente e nos auxilia a discutir as possibilidades de visibilidades desses corpos que se encontram em determinada situação de vulnerabilidade. A primeira é o suplício, em que o corpo sofredor está submetido às causalidades do mundo e, portanto, não demanda responsabilização nem indica culpados por aquele sofrimento. Já no caso do corpo assujeitado, o assujeitamento ocorre como um processo em que estão envolvidas resistência e submissão, um agente em processo de assujeitamento e não mais apenas submetido a causalidades. O terceiro, o corpo abatido, trata-se do corpo assassinado, despotencializado biologicamente e/ou existencialmente.

Nos três casos, a articulação com o poder é nítida, cada um se configura a partir de modelagens específicas do poder, expressas plasticamente nas imagens que a autora analisa. Se a primeira diz respeito a uma punição que não carrega culpa, a segunda representa um enfrentamento às normatividades e a terceira explicita a diferença entre as formas de vida (BIONDI, 2016). Essas formas variadas de promover a visibilidade do corpo que sofre demonstram que os modos com que a mídia se apropria do sofrimento em suas produções estão intimamente vinculados a operações do poder, variando conforme critérios diversos como conformidade à norma, fragilidade, culpabilidade, moralidade, entre tantos outros. É, portanto, muito mais complexo do que uma simples submissão a lógicas de ordem econômica e busca por audiência, assim como a dinâmica do próprio poder na sociedade é complexa.

Sendo assim, o ponto de partida é compreender que os regimes de visibilidade já são por si só complexos (BIONDI, 2016). No nosso próprio cotidiano, ao caminhar pela cidade, nos encontramos com diversos sujeitos, corpos notoriamente sofredores, que iremos enxergar conforme nossas próprias referências, os imaginários dos quais compartilhamos. É evidente que a mídia exerce um importante papel na conformação dessas formas com que enxergamos o outro, mas ela não é a única. Segundo Biondi

Cotidianamente, o sofrimento continua a nos inquirir de algum modo, mas agora suas concepções são perpassadas pela visibilidade midiática, através do que a imprensa oferece nas situações que expõe, pela cobertura que amplia ou reduz o que se sabe sobre seus acontecimentos, enfim, pela força de suas aberturas ou de seus estrangimentos. (BIONDI, 2016, p. 41).

Assim, o que há, na verdade, é uma complexificação dos regimes de visibilidade quando eles se cruzam com a mídia, já que dentro do que chamamos de mídia existem lógicas institucionais, rotinas produtivas, linhas editoriais próprias. Por exemplo, a forma como essa

visibilidade se configura midiaticamente, muda conforme muda o tipo de veículo, a abordagem para a televisão é muito diferente das produções que serão veiculadas em impresso, online ou rádio, o apelo das imagens muda, a estrutura do texto verbal muda. Todas essas especificidades acabam por afetar os modos como esse sofrimento se tornará visível para as pessoas, sendo que ainda ocorrerá o cruzamento com os quadros de referência de cada um dos leitores e espectadores, suas experiências de vida, as regionalidades, a cultura em que eles estão imersos. Poderíamos prolongar essa lista à exaustão, contudo, o que me parece mais importante é destacar que há toda uma complexidade que envolve tanto a definição de uma abordagem midiática – no que diz respeito a âmbitos como institucional, ideológico e político - assim como a apropriação por parte do público com relação àquela produção.

Entendemos até aqui que a abordagem midiática pode contribuir para a banalização da violência sofrida, mas que, em contrapartida, há maneiras de apropriação dos sentidos sobre o sofrimento que podem ajudar a reforçar uma voz de indignação partilhada. Aquilo que se destaca no ambiente informativo midiático, passa a alimentar discussões politicamente relevantes (MAIA, 2006). Assim, quando um acontecimento se dispõe ao conhecimento das pessoas por meio da mídia, de modo que uma importante forma de visibilidade se efetive, há uma segunda ruptura, para além daquela já produzida pelo acontecimento, uma ruptura nos modelos pré-estabelecidos de compreensão do outro e do seu sofrimento. A questão que se delineaia é: como isso pode ser potencializado? Como a indignação causada pelo sofrimento do outro, tão potente politicamente, pode ser ampliada, reiterada, reproduzida de forma que se transforme no padrão?

Susan Sontag (2003) questionava porquê os sofredores deveriam buscar o nosso olhar, já que não percebemos, nem compreendemos. A necessidade de olhar verdadeiramente para o outro, enxergar o seu sofrimento é urgente. Retirá-lo de quadros de compreensão que tanto reforçam o lugar de estigma e marginalidade a que ele está inserido. Gritar junto com ele para que a violência cesse, fazer com que todos ouçam. Em determinadas noites depois de escrever por horas, me pego repetindo essas urgências mentalmente, minhas perguntas sem resposta. Por isso agora gostaria de te lembrar novamente de que esse trabalho é sobre morte.

3. Desestabilizar o texto, o corpo e a própria pesquisa

Nas linhas iniciais deste trabalho, eu narrei o percurso de pesquisa que desenvolvi nesses anos de doutorado, o processo de investigação que foi sendo modificado na medida em que eu avançava nas leituras e promovia análises preliminares do *corpus*. Estar e permanecer aberta às mudanças que o meu objeto me exigia foi um trabalho difícil, muitas vezes frustrante e angustiante. Quando as perguntas iniciais deixaram de fazer sentido, a sensação era de que não havia mais pesquisa, até que eu aceitei que a pesquisa é algo continuamente construído e pude assim traçar um paralelo entre o exercício de pesquisar e o meu próprio objeto de estudo: o corpo, o texto e a pesquisa são continuamente construídos, modificados, ressignificados.

Neste momento, após expor inquietações com relação ao gênero, ao poder, ao corpo, à alteridade, à hierarquização e à precariedade, volto minha atenção para os textos e as textualidades, questionando como todos esses processos estão intimamente ligados às redes de poder que compõem a vida em sociedade e dos quais as textualidades são reveladoras, mas mais do que isso, são constituidoras, em uma espécie de via de mão dupla. Deixo de saída algumas questões, que irão nos acompanhar nas próximas páginas:

O corpo é um texto? O gênero é um texto? Como o corpo e o gênero se articulam com outras textualidades, com legitimidade institucional ou não, para se constituir?

A fim de tensionar estas questões, é necessário lembrar de que temos como base a instabilidade, ou seja, não há nenhuma intenção de encontrar uma resposta definitiva. O exercício aqui é de termos sempre em mente que nosso caminho é de deslocamentos e deslizamentos, o que curiosamente é difícil, já que aprendemos a produzir conhecimento científico de uma forma positivista, cartesiana, produzindo caixas, gavetas, linhas, divisões bem definidas, sempre buscando certezas. Em um movimento contrário, nossa intenção é procurar formas de romper com as caixas e linhas que separam os sujeitos de forma hierárquica, que produz vulnerabilidades e marginaliza corpos. Faremos isso escancarando as operações das redes de poder que se ancoram nas normas de gênero para produzir hierarquias artificialmente formuladas para justificar a violência e a morte de sujeitos dissidentes.

3.1 A importância de um olhar disposicional

A perspectiva foucaultiana de poder que ampara esse trabalho é o que possibilita uma articulação entre os conceitos que aciono, tais como gênero, precariedade e morte. A fim de cerca-la, desde o princípio a imagem da rede serviu como base para que eu conseguisse formular a minha compreensão acerca dos processos que envolvem a precariedade dos corpos dissidentes

de gênero. Uma rede complexa formada por atores, instituições, sentidos textualmente organizados, matrizes simbólicas, que atuavam em conjunto na produção da realidade de matabilidade sistêmica vivenciada por travestis e transexuais. Por atuação em conjunto não estou dizendo que exista uma estabilidade e que todos exerçam o mesmo papel, com o mesmo objetivo definido, mas que, exatamente por se tratar de uma rede, a atuação é instável, há rearranjos ocorrendo a todo momento, há assimetrias.

Me parecia que eu havia escapado das armadilhas da unilateralidade e da verticalidade com a ideia de uma rede heterogênea e complexa. Contudo, devido a centralidade dessa imagem reticular para o trabalho, tanto no que se refere às discussões teóricas, como ao percurso metodológico traçado, percebi que havia a necessidade de refinar essa concepção. Essa percepção não se deve ao meu olhar aguçado para as fragilidades do meu próprio trabalho, mas à leitura atenta de colegas que leram o trabalho em seu desenrolar e que sempre questionavam o que exatamente eu estava dizendo quando falava em rede.

O que chamo de rede está vinculado ao conceito de dispositivo em Foucault que, em linhas bem gerais, diz respeito à relação entre elementos discursivos e não discursivos, que acarreta determinado resultado estratégico. Mais complexo do que pode parecer à primeira vista, as dificuldades na conceituação do dispositivo começam até mesmo na tradução do termo, que não possui um correlato tão específico fora do francês. Por não ter sido efetivamente formulado por Foucault, mesmo que seja muito importante no conjunto de sua obra, o conceito é explorado por diversos autores, a partir de diferentes áreas de estudo e com objetivos específicos.

É Agamben (2010) quem nos apresenta o conceito de dispositivo em linhas gerais como a rede que se estabelece entre elementos, tanto discursivos, como não discursivos, sempre com uma função estratégica e inscrita em relações de poder. “a relação entre os indivíduos como seres vivos e o elemento histórico, entendendo com este termo a conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder” (AGAMBEN, 2010, p. 9).

Ainda que na fase arqueológica os interesses de Foucault se limitassem à dimensão discursiva, a concepção de dispositivo já despontava na obra do autor, ainda por meio de uma centralidade discursiva, mas já como uma resposta à sua negação aos Universais. Agamben (2010), assim como outros autores, como Raffnsøe (2008) de quem falaremos mais a seguir, afirma que dispositivo é um termo decisivo para o pensamento de Foucault, principalmente quando seu objetivo principal é investigar as formas em que, o que até os anos 1970 ele chamava

de positivities e depois passa a denominar dispositivos, atuam nas relações, nos mecanismos e nos jogos de poder. Assim, segundo Agambem (2010), é o conceito de dispositivo que possui o caráter geral na obra do autor, ocupando o lugar dos Universais que ele rejeita.

Por estar articulado aos processos históricos, o dispositivo está em constante reparação e readequação, por isso a noção de instabilidade é fundamental em se tratando de dispositivos. Os objetivos, as modelagens, os resultados esperados mudam ao longo do tempo e, com isso, a sua configuração também se modifica a fim de alcançar os novos efeitos desejados.

Sverre Raffnsøe (2008) considera que o dispositivo é um conceito que atravessa, de forma transversal e unificadora, a obra de Foucault por completo. A partir do conceito de dispositivo é possível abordar uma série de elementos como discursos, leis, expressões, instituições, organizações, constituições e poder (RAFFNSØE, 2008). Nesse sentido, a história seria a gênese de dispositivos diversos ao longo do tempo. Devido à sua dimensão heterogênea e instável, uma série de dispositivos atuam em conjunto na sociedade, como, por exemplo, a lei, a disciplina e a segurança, trabalhados de forma mais aprofundada pelo autor nesse artigo.

Na percepção de Raffnsøe (2008), enquanto a lei é o dispositivo responsável por determinar, ao mesmo tempo, o desejável e o indesejável, o permitido e o proibido, de modo geral, a disciplina atua individualmente de forma preventiva, fazendo com que o indesejável sequer apareça. Dessa forma, é o dispositivo disciplinar o responsável tanto por maximizar a capacidade, e a docilidade, envolvendo a nossa existência diária e operando tanto de forma repressiva, como de modo positivo e produtivo. Disciplinar é, ao mesmo tempo, promover a manutenção de modos de agir e de ser desejáveis socialmente, em determinada época e sociedade, e também reprimir modos de agir e de ser que não são desejáveis.

Por mais que esses modos de ser e de agir não estejam registrados e tipificados por leis, são espécies de códigos socialmente compartilhados, imbuídos de moral e de matrizes simbólicas e culturais, contando com alta penetrabilidade, sofisticação e sutileza. Esse compartilhamento social produz ações de vigilância, que, segundo Fernanda Bruno (2013, envolvem sempre uma observação sistemática e que foca sobre um indivíduo ou grupo, com o objetivo de produzir conhecimento que permita intervir sobre os mesmos, de forma a influenciar seus modos de vida. A vigilância é responsável, portanto, por hipervisibilizar os desvios e seus mecanismos de emergência para que a disciplina possa atuar sobre eles. É por isso que falar em invisibilização das possibilidades de dissidência da norma não é falar em uma mera ausência dessas possibilidades, mas em uma dinâmica complexa que, paradoxalmente, primeiro faz ver e depois promove a disciplina que vai servir de alerta para aqueles que possam vir a desejar se

inserir nas fraturas da norma, causando então essa invisibilização estrategicamente formulada. Um exemplo dessa operação de hipervisibilização é apresentada por Prado *et al* (2018b). Os autores destacam que quando se trata de crimes que envolvem pessoas trans, não podemos dizer que há uma invisibilidade desses sujeitos no Sistema de Justiça, há uma hipervisibilidade contornada pela moralidade das convenções sociais e das normas de gênero. Por mais que os autores estejam abordando mais detidamente os casos em que travestis e transexuais são autores dos crimes, vemos essa hipervisibilidade em curso nos casos aqui analisados também.

Assim, mesmo que atue há tempos, atualmente a vigilância se dá de uma forma muito mais distribuída, formada “a partir de elementos heterogêneos, constituindo uma rede multifacetada, plena de conflitos e ambiguidades” (BRUNO, 2013, p. 17).

Seguindo no argumento de Raffnsøe (2008), temos a definição do dispositivo de segurança. Ele não possui o papel de reprimir, mas de reparar. É ele que estabelece as condições para reparar continuamente aquilo que, mesmo com a disciplina, insistiu em aparecer. Aqui já é possível vislumbrar que os dispositivos atuam conjuntamente, tendo sido elaborados pela função estratégica dominante. Contudo, vale a ressalva de sempre de que há uma dimensão produtiva nesses dispositivos, que ao lançar atenção para o que desvia, com o intuito de repará-lo, também alça-o enquanto possibilidade da resistência.

Ao mesmo tempo, a constituição de cada dispositivo conta com a atuação de diversos elementos, tais como a legislação em si, os discursos que ela suscita, os atores que fazem com que ela seja cumprida, os sujeitos em geral, os códigos morais socialmente partilhados, a cultura, as instituições, o cárcere, a escola, o trabalho, a família, o jornal, a novela. Podemos seguir aqui longamente com os exemplos, mas creio que é mais interessante destacar operações dos dispositivos no âmbito do gênero.

Segundo Pablo Pérez Navarro (2008, p. 134) “corpo é como um texto cultural resultado de muitos e heterogêneos dispositivos de disciplina, no qual a matriz sexo/gênero tem um lugar de destaque” (tradução nossa). Desse modo, quando falamos em gênero, não temos leis que definem que a única possibilidade é a binariedade, mas contamos com as normas de gênero que vão determinar a binariedade como hegemônica, amparada fortemente pela heterossexualidade. Ou seja, apenas homens e mulheres são socialmente inteligíveis, os direitos são atribuídos a eles, assim como tudo que permeia o nosso cotidiano é determinado pela dualidade complementar homem-mulher. Podemos falar em banheiros, roupas, cores, mas também podemos falar sobre documentos como RG e passaporte, podemos citar até mesmo a instituição casamento. Sendo assim, a manutenção do sistema homem-mulher, é assegurado pelo

dispositivo disciplinar que desde antes mesmo de nascermos já opera sobre nossos corpos, através da atribuição de gênero que, por sua vez, será definidora de uma série de questões em nossas vidas. No entanto, se ao longo da vida, mesmo com os mecanismos e tecnologias da norma de gênero atuando continuamente em nossos corpos, desviarmos do caminho da binariedade heteronormativa pré-estabelecida hegemonicamente, iremos sofrer o potencial reparador do dispositivo de segurança.

Ao pensarmos em corpos trans, a lei, a disciplina e a segurança, parecem atuar de modo a potencializar a precariedade desses sujeitos dissidentes. A rejeição da família, a baixa escolaridade, a dificuldade de conseguir trabalho, se tornam o padrão que vai dizer para o resto da sociedade: “tá vendo só o que acontece se você não anda na linha que a gente definiu que deve ser seguida?” A vulnerabilidade, a invisibilidade, o encarceramento, a morte, nos parecem ser algumas das facetas da atuação desses dispositivos nos corpos dissidentes.

Mesmo que o exemplo que acionei aqui pareça apresentar uma linearidade, quase um destino. É necessário destacar, como sempre, algumas ressalvas: é fundamental efetuar um olhar interseccional em nossas leituras, entendendo que a precariedade e a vulnerabilidade também estão vinculadas a lógicas de classe social, cor, etnia, origem, idade, ainda que no âmbito de corpos dissidentes; os termos da lei, da disciplina e da segurança também oferecem as possibilidades da resistência, como demonstram os corpos trans que existem e resistem diariamente.

A disciplina não é algo que ocorre apenas por meio da proibição, repressão e negação. Devemos lembrar que em Foucault o poder, que faz parte da configuração dos dispositivos, possui também caráter produtivo. Sendo assim, por mais que os dispositivos reguladores tendam a homogeneizar, há também fraturas (NAVARRO, 2008). Com isso, é possível refletir acerca da função dos dispositivos nos processos de subjetivação e assujeitamento. Para Agamben (2010) é a função de subjetivação que permite ao dispositivo exercer o seu potencial de governo. Sem ela, restaria apenas um mero exercício da violência e do controle. Contudo, o autor considera que essa subjetivação, o encontro da identidade e da liberdade ocorre no próprio processo do assujeitamento do qual resulta a docilidade buscada pela disciplinarização.

Uma percepção diferente está presente na leitura de Deleuze sobre o dispositivo. Segundo o autor, dispositivos são máquinas de fazer ver e de fazer falar, que possibilitam linhas de fuga, que escapam aos saberes constituídos e às forças estabelecidas. Há, portanto, uma diferença entre o que somos e o que somos em devir, assim como existem linhas de estratificação ou sedimentação, linhas atualização ou criatividade e linhas de fuga. Me parece

aqui que há uma diferença entre o que cada autor compreende como potencial produtivo dos dispositivos. De um lado, em Agamben (2010), há uma produção de subjetivação no seio do próprio assujeitamento, uma espécie de impressão de liberdade quando o que realmente ocorre é que estamos todos enredados pelo dispositivo disciplinar que será determinante para a nossa conduta. Do outro, em Deleuze, há o vislumbre da possibilidade e da potência das linhas de fuga, algo que parece apontar para as fissuras que a própria força disciplinar do dispositivo acaba por abrir em sua própria atuação reguladora e por onde podem penetrar as resistências.

Tendo a confiar no potencial transformador das resistências, na possibilidade das linhas de fuga. Mesmo com o adendo de que resistir é um processo doloroso e até mesmo perigoso para os sujeitos, enxergo a própria necessidade constante de readequação dos dispositivos disciplinares como algo que evidencia determinada falibilidade dos mecanismos de controle.

Voltemos ao dispositivo. Se ele é a relação instável entre os elementos, constituída a partir de determinada função estratégica dominante, entranhada em relações de poder, é exatamente um olhar disposicional que irá nos permitir enxergar a modelação desses elementos. Tendo em vista que ele é conformado por toda essa heterogeneidade e também conforma condutas de sujeitos, relações de poder, dinâmicas sociais diversas. Interessa, portanto, mostrar como o dispositivo atua, um sistema que sofre influências e interage mutuamente com outros dispositivos. Há uma mutualidade entre esses elementos em relação, e o dispositivo é a organização, o arranjo provisório, a rede, a entidade relacional que se constitui enquanto dispositivo exatamente porque estabelece uma relação específica e bem definida entre suas partes (RAFFNSØE, 2008).

Uma das principais contribuições da proposta de Raffnsøe (2008) para pensarmos o dispositivo enquanto um recurso para uma analítica social consiste no adendo que ele efetua sobre a impossibilidade de se realizar interpretações através de uma análise a partir dos dispositivos. Isso porque o dispositivo é uma ordem de ideias, uma resultante, não uma interpretação sobre os elementos que o constituem. Ou seja, investigar o dispositivo não é desenvolver determinada interpretação dos processos sociais a partir dele. O que é possível por meio de um olhar disposicional é mapear elementos, evidenciar as dinâmicas relacionais que ocorrem entre eles, denunciar as relações de poder que envolvem os elementos e a articulação entre eles, apresentar os resultados que esse dispositivo acarreta, os mecanismos que possibilitaram chegar a esses resultados, as características de atuação. Que é exatamente o que buscamos efetuar nesse trabalho no que diz respeito aos sentidos configurados e mobilizados

acerca dos assassinatos de travestis e transexuais, tendo como questão chave o gênero que, como vimos, possui caráter disciplinar.

Parece possível e pertinente efetuar um breve exercício de leitura do objeto de estudos dessa tese a partir do que entendemos até aqui como dispositivo. No caso dos corpos dissidentes há uma rede de relações entre as diversas normas e tecnologias que atuam sobre esses corpos. Em um primeiro momento o intuito é normatizar, fazer com que a dissidência sequer seja uma possibilidade, a partir do momento em que ela ocorre, em que a linha proibida é cruzada, o objetivo muda e passa a ser a invisibilidade ou a estigmatização. Esses resultados são importantes para fazer com que esses corpos indesejáveis sejam entendidos enquanto indesejáveis, garantindo o processo disciplinar que vai tentar evitar que as pessoas comecem a questionar a própria norma de gênero, que outras subjetividades sejam constituídas ou até mesmo que entrem com efetividade no campo de possíveis. Os resultados estão em forte articulação com outras esferas da vida social, aqui podemos ver, por exemplo, a heterossexualidade compulsória em operação, assim como a centralidade da instituição família, ambas basilares na sociedade.

Nesse sentido, como enxergar o assassinato e a forma com que se lida com ele? Como uma tecnologia que ao mesmo tempo funciona como um aviso que fortalece as definições normativas do aceitável e do inaceitável? Nos parece que a negligência com que essas mortes são tratadas corrobora com o argumento de que ninguém lamenta essas mortes porque essas vidas não deveriam sequer existir. Em contrapartida, a atuação do movimento social de escancarar essas mortes, de lamentá-las, de gritar que eram vidas, que eram pessoas, que vão fazer falta, causa certa tensão nessa lógica, complexifica a relação, pode ser capaz de modificar o entendimento das pessoas sobre esses corpos, o que vai fazer com que o dispositivo tenha que se readequar.

Nos estudos do campo da comunicação, há produções que tratam do conceito de dispositivo em Foucault em sua vinculação com a mídia. A concepção da mídia enquanto dispositivo, por meio do conceito de dispositivo midiático, tem como argumento central uma adequação do conceito, que permite compreender as relações da mídia com a sociedade. As formas como a mídia se faz presente – ou onipresente – na sociedade em sua vida cotidiana, assim como sua materialidade técnica, sua imaterialidade simbólica, além dos atravessamentos diversos de ordens social, cultural, político, econômico, institucional (ALZAMORA, ZILLER & D'ANDRÉA, 2018). Desse modo, pensar a mídia como dispositivo é se atentar para as relações complexas e variadas entre a própria mídia e a sociedade, escapando de um olhar

midia-cêntrico, ou seja, de uma visão que insere a mídia, seus aparatos técnicos e os discursos que ela organiza e movimenta, no centro das dinâmicas sociais contemporâneas, uma vez que em uma perspectiva disposicional não é um centro propriamente, mas um conjunto de relações que constituem um regime.

Conforme nos alertam Elton Antunes e Paulo Bernardo Vaz (2006, p. 43) “se a mídia for priorizada enquanto aparato socio-técnico (instância de determinação), isso nos leva a minimizar a intervenção dos interlocutores, abandonando o processo comunicativo”. Sendo assim, para avançar na compreensão do papel da mídia na conformação social da violência é necessário levar em conta a complexidade do processo comunicativo, que envolve não só o aparato midiático, mas também diversos sujeitos, experiências, instituições, saberes cristalizados e conhecimentos em disputa. É a relação entre práticas sociais, materialidades, discursos e sujeitos que uma análise da mídia enquanto dispositivo nos permite examinar. O que abre um horizonte de possibilidades para as pesquisas em comunicação, já que complexifica as nossas questões no campo. Além disso, a forte presença da mídia no cotidiano das pessoas faz com que haja uma grande penetrabilidade nas experiências dos sujeitos, sempre em articulação com o simbólico, o que contribui tanto para a sedimentação de saberes, quadros morais, estereótipos, opiniões, entre outros, como para a sua transformação, atualização e, porque não, para produção de linhas de fuga, para usar os termos de Deleuze (1990).

Nosso interesse nesse trabalho passa por um olhar disposicional, mas ainda que nosso *corpus* seja composto também por produções midiáticas, não há a pretensão de investiga-las nos termos de um dispositivo midiático propriamente. Tendo em vista que nossa intenção é articular as textualidades produzidas tanto no âmbito da mídia, como do movimento social e também da polícia, um outro movimento, mais amplo, mostra-se necessário. O desafio principal aqui é resistir à tentação de estabilizar o dispositivo, ou os dispositivos, que estão configurados de algum modo nesse *corpus*, de maneira que, para que isso não ocorra, iremos evitar caracterizar algo como dispositivo, buscando entendê-lo como uma relação instável, que por natureza escapa a qualquer apropriação sistemática.

Desse modo, chegamos a uma proposta que se constitui por dois movimentos complementares:

- 1) Uma análise disposicional do papel exercido pela polícia, pelas produções jornalísticas e pelo movimento social na configuração de sentidos acerca das vidas e mortes de travestis e transexuais. Ou seja, tendo em vista que o resultado que se apresenta é a vulnerabilidade dessas vidas, o que a atuação dessas instituições,

registrada textualmente nos REDS, nas matérias e nos dossiês quando tratam dos assassinatos, nos diz sobre as ferramentas utilizadas para essa precariedade, assim como sobre as relações de poder que estão implicadas e os diversos modos com que elas estão presentes no cotidiano das pessoas em sociedade.

- 2) Uma análise das dinâmicas das normas, da disciplina e da segurança, de caráter disposicional, a partir da textualidade. Ou seja, a partir da compreensão de que há textualidades múltiplas que emergem a partir dos RED, das matérias e dos dossiês e se articulam socialmente no cotidiano dos sujeitos, o intuito é investigar como essas textualidades atuam nas dinâmicas normativas, disciplinares e de segurança, além de contribuir para evidenciar as lógicas das relações entre elas.

Há algumas premissas que nos amparam nessa empreitada. A primeira delas é de que não estou chamando cada uma das instâncias – polícia, produções jornalísticas, movimento social – de dispositivos, e essa é uma questão importante. A segunda é que a relação entre as textualidades e os dispositivos é de conformação mútua, sendo que as textualidades possuem um importante papel na operação dos dispositivos, contribuindo para que os resultados previstos sejam mais frequentemente alcançados, enquanto os dispositivos conformam as textualidades. A terceira, e última, é que entendemos que a relação entre dispositivos faz emergir textualidades performativas que, mesmo sendo compostas pela materialidade textual, não se limitam a ela, possuem potencial de ação, mobilizam sujeitos, se articulam com a vida social, mobilizam quadros de sentido, discursos e são compostas por meio do simbólico.

3.2 Pensando textualidades

A noção de textualidade nos auxilia nessa empreitada, já que permite uma desestabilização da ideia de texto como algo encerrado em uma materialidade definitiva, com ponto inicial e final. Ao entendermos a textualidade enquanto um processo de configuração de sentidos, constante, mutável, é possível perscrutar os movimentos de ressignificação dos corpos e sujeitos na sociedade.

Na compreensão de Gonzalo Abril (2009), os textos são produtores e reprodutores de práticas sociodiscursivas. Tal entendimento é fundamental para deixarmos de lado a perspectiva de que o texto seria um mero produto e partirmos para uma ótica que chama atenção para o caráter de ação que as produções textuais possuem, uma vez que o texto age sobre nossos imaginários, produz sentidos e saberes, além de reproduzir disputas de poder.

Abril (2009), crítico à uma ideia de imanência dos textos, propõe que olhemos para eles por meio de um exoimanentismo crítico, tendo em vista que determinados arranjos só fazem sentido a partir de contextos culturais. Assim, os textos não são autônomos, limitados em sua materialidade textual, e em sua estrutura interna, nas palavras do autor, “lo que aprendimos de Bajtin es que no hay lenguaje social ni código cultural plenamente homogéneo, autóctono ni determinado por su propia y exclusiva racionalidade” (ABRIL, 2009, p. 143). Desse modo, os textos possuem vinculação temporal, cultural, social e histórica e devem ser vistos nessa articulação. Nesse sentido, tanto a constituição dos textos, como os modos de olharmos para eles são permeados pelos contextos social, político, cultural, além das disputas de sentido e dos jogos de poder.

Fugindo de uma compreensão do senso comum de que discursos seriam meros relatos, Abril (2018) propõe que “os textos e as textualidades têm externalidades, entornos, que os ‘materializam’, ativam e, às vezes, também os desmentem” (ABRIL, 2018, p. 14). Dessa forma, ao analisar os textos é necessário alargar o olhar para que seja possível abarcar as dinâmicas sociais complexas com as quais eles dialogam e das quais eles derivam. O processo de significação dos textos não é simplesmente de decodificação, mas de interpretação que pressupõe uma contextualização.

Os textos não são apenas suas texturas nem as texturas que os precedem ou prolongam, com urdiduras e tramas diversas, diferentemente estruturadas e modificadas. O texto sempre apresenta rupturas, rasgos, incompletudes que falam de sentidos extraviados e contraditados, dos sentidos derrotados (por exemplo, na filosofia da história de Benjamin), de irreparáveis desculturações e desarraigamentos (ABRIL, 2018, p. 14).

O que os textos apresentam, portanto, são organizações instáveis de sentido. Um conjunto semântico complexo, composto não só por coerências, mas também por incompletudes. Um tecido múltiplo, heterogêneo e móvel. Sendo assim, o interesse de Gonzalo Abril, do qual compartilhamos, é antes investigar os processos de constituição de sentidos que atravessam a produção de significados.

Ao passar do texto à textualidade, torna-se possível investigar mais detidamente essas complexidades, isso porque ainda que a significação dos textos se modifique de acordo com os contextos em que são produzidos e lidos, em se tratando de textos encerrados em determinada materialidade como é o caso das matérias jornalísticas, dos dossiês, dos documentos oficiais, entre outros, há uma codificação que permanece. No entanto, ao voltarmos nossa atenção às textualidades, o que nos interessa não são apenas os sentidos que estão organizados, mas também aqueles que escapam, que fazem parte do fenômeno de emergência textual. Segundo Leal (2018, p. 23) “sendo processos comunicativos e pragmáticos, as textualidades

desestabilizam as relações temporais e de sentido que definiriam a princípio os limites e os contornos dos textos”. É exatamente essa desestabilização que nos interessa no conceito de textualidade. Em nosso entendimento de textualidade, ela não é apenas uma qualidade própria dos textos, mas aquilo que os retira de uma falsa ideia de estabilidade, permitindo enxergar os textos através de um viés pragmático, em sua dimensão sociodiscursiva, uma vez que é de uma prática sociodiscursiva em seu desenrolar que o texto emerge (LEAL, 2018). Além disso, a noção de textualidade nos permite enxergar certa fluidez dos textos, vislumbrá-los em sua dimensão processual.

Ao realizar o movimento do texto à textualidade, o “‘texto’ passa designar não apenas um artefato semiótico (verbal, na maioria das vezes) encontrado no cotidiano, mas um composto necessariamente heterogêneo de signos, fortemente vinculado a uma dada situação comunicativa” (LEAL, 2018, p.18). Mas além disso, o texto torna-se uma forma de compreender os acontecimentos e fenômenos sociais, uma vez que a noção de textualidade remete tanto à qualidade do que torna o texto um texto, como às formas de investiga-lo (LEAL, 2018). Nesse esteio, nosso intuito neste trabalho é investigar os movimentos complexos de sentidos que tratam de assassinatos de travestis e transexuais, ou seja, textualidades que organizam, constituem, produzem corpos, experiências, mortes, lutos, lutas, modos de ver, modos de ser, entre outros. Ir do texto à textualidade nos permite não encerrar nossos estudos nas materialidades textuais que compõem o nosso corpus, mas ir além, mapear as pistas e os vestígios de um contexto de matabilidade, necropoder, de precariedade, de um grito que diz “‘parem de nos matar””, para acionarmos conceitos e ideias chaves já tratados nessa investigação.

Já sinalizamos aqui, que ao tratar da noção de performatividade, Butler (2017) inspira-se na teoria dos atos de fala de Austin (1999), entendendo que atos performativos são aqueles que produzem algo. Ou seja, a potencialidade do discurso, enunciado ou, utilizando o termo abordado neste momento, do texto, em produzir realidades. Nessa linha, se o gênero possui um caráter performativo, reiterando-se na medida em que é reproduzido pelos corpos e, assim, produz corpos generificados, podemos propor que os textos que tratam desses sujeitos, na medida em que contribuem para uma vulnerabilidade ou uma precariedade, também agem sobre a realidade, sobre os imaginários, sobre os modos de ver. Um exemplo que veremos exaustivamente ao adentrarmos na análise do corpus trata-se do acionamento de um contexto de prostituição ou envolvimento com drogas ao apresentar os assassinatos. Entendemos que, ao buscar uma motivação para o crime que torna a vítima culpada da sua própria morte, principalmente ao inseri-la em um contexto lido socialmente como marginal, os textos agem

sobre o imaginário social, produzindo corpos e sujeitos, produzindo vulnerabilidade e marginalidade. Há a produção de enquadramentos, de modo de conceber as pessoas que irão se alastrar para todas as existências travestis e trans. O resultado, portanto, extrapola a produção de corpos culpados por suas próprias mortes, produz significações sobre aqueles que ainda estão vivos, estigmatizando-os. No entanto, também é necessário ter em mente que há textualidades que dialogam com a norma a partir de uma resistência a ela, como é o caso do mapa dos assassinatos e dos dossiês produzidos pela ANTRA. E é exatamente essa relação conflituosa, complexa e múltipla entre os sentidos de textos diversos que nos parece interessante investigar.

Consequentemente, entendemos que os textos são performativos, são produtores, assim como a norma é produtora. E mais: auxiliando a norma em sua produção. Os textos e as textualidades agem a partir da norma, sobre a norma, constituem conjuntamente com a norma as redes de poder que atravessam a nós, nossos corpos e nossa experiência social.

Navarro (2008) nos auxilia na compreensão desse processo de conformação que envolve o texto e a norma. Segundo o autor “a repetição e a reinterpretação da norma cultural mostra precisamente que ela é textual e discursiva” (NAVARRO, 2008, p. 115, tradução nossa). Sendo assim, a dimensão performativa do texto é evidenciada quando entendemos que os discursos criam tanto o inteligível, como o ininteligível, o abjeto.

Nesse sentido, a linguagem é a condição pela qual a matéria aparece (NAVARRO, 2008), não uma mera codificação. O que faz com que com que o protagonismo recaia sobre os processos históricos que vão permitir e condicionar a forma de entender a materialidade e, conseqüentemente, o sexo e o gênero (NAVARRO, 2008). Assim, a textualidade é exatamente esse *aparecer*, esse *emergir sentidos*. Gênero, sexo, norma e texto estão intimamente articulados, produzem e são produzidos, interpretam e são interpretados, agem e padecem. A dimensão performativa encontra-se nesse agir.

Ao entendermos os textos e as textualidades a partir de uma dimensão performativa, de uma atuação sobre o mundo e seus sentidos, é possível entender essa ação também na relação entre os sujeitos. Assim, se os textos agem sobre os sujeitos e sobre a sociedade, eles também contribuem para estabelecer, fomentar ou impedir a as relações, ou seja, atuam sobre a alteridade. Dito de outra forma, o modo como eu enxergo o Outro é perpassado pelos imaginários socialmente constituídos sobre ele, tais imaginários, por sua vez, são constituídos pelos textos.

Ao pensar a ação conjunta e interacional entre sujeitos há um conceito que ganha relevância: a experiência. A noção de experiência nos auxilia a refletir acerca da reflexividade

dessa relação. Segundo a definição de Dewey, a experiência é o “resultado da interação entre uma criatura viva e algum aspecto do mundo no qual ela vive” (DEWEY, 2010, p. 122). Essa relação de que a experiência deriva é caracterizada pela dialética do agir e padecer, que pressupõe uma conformação mútua entre o mundo e o sujeito, em outras palavras, é por ser afetado pelo mundo que conseguimos agir em consequência. Assim, se a noção de experiência pressupõe um agir e um padecer, a ação já está evidenciada, sendo ela vital para a experiência. No entanto, avancemos em uma outra linha, do próprio emergir do texto como ação.

Se os textos emergem, eles derivam de uma ação e é esse agir que marca a passagem do texto para a textualidade. A ação é responsável por deslocar o texto de uma perspectiva estática, ela desestabiliza o texto e por isso ela é tão importante nessa nossa abordagem. Agir é promover deslocamentos, rupturas, é afetar. Agimos no mundo pois ele age sobre nós, afetamos na medida em que somos afetados. Em um movimento que é dialético, inserimos os textos em uma rede de significações e, assim agimos sobre ele, esse mesmo texto nos diz de ideologias, de historicidades, de sentidos que ele é capaz de organizar e, assim, os textos agem sobre nós, sobre a nossa experiência de mundo, uma experiência que se oferece à textualidade, a um plasmar mesmo que provisório e assim, novamente temos a emergência de textos.

Retomando a linha de raciocínio aqui proposta: os textos são aqui investigados a partir da sua dimensão processual, a que chamamos de textualidade. Os textos e as textualidades agem sobre o mundo, sobre as relações entre os sujeitos, ou seja, possuem um papel importante no que diz respeito à alteridade. No entanto, é necessário entender que não se trata de um movimento unilateral, uma vez que os textos agem sobre o mundo e são configurados por esse mesmo mundo, com seus sentidos, com a atuação do social. Desse modo, há uma atuação conjunta, um agir e padecer no qual a textualidade emerge, a isso denominamos experiência. Concluimos, portanto, que a experiência dos sujeitos entre si e com o mundo é configurada por textualidades diversas.

Partindo dessa compreensão, mostra-se pertinente promover uma reflexão acerca das singularidades de textos e textualidades que tratam de violência, bem como das especificidades que uma análise desse tipo de produção demanda, uma vez que nosso corpus trata de uma temática muito específica.

Sobre essa discussão, Carlos Alberto de Carvalho (2019) questiona a metáfora do “tecer” para a compreensão de produções textuais, apontando a sua insuficiência quando se trata de textos que abordam a violência. Alguns autores, dentre eles o próprio Abril (2012), utilizam da base etimológica da palavra texto, que remete ao tecer de linhas, à costura, para

propor uma forma de entender a construção textual, fruto da tessitura de linhas diversas que produziriam uma narrativa inteligível e harmoniosa, ainda que a partir de elementos diferentes entre si, como é o caso de múltiplas versões sobre um mesmo acontecimento. Em seu questionamento, Carvalho (2019) afirma que em se tratando de acontecimentos que têm a homofobia e as violências contra mulheres como tema, não há como correlacionar com metáforas que falam de fios macios. Segundo ele, ao lidar com tais temas, as superfícies são ásperas, não há uma decifragem fácil, os sentidos mais ocultam do que revelam conexões. Sendo assim, ele propõe que uma metáfora mais válida seria a dos fios de alta tensão desencapados. Em suas palavras:

Lidar com fios de alta tensão desencapados é estar diante da possibilidade de sofrer de danos físicos, das queimaduras que deformam, à morte. Metaforicamente, acontecimentos atravessados pelas relações de gênero – como a homofobia e suas especificidades (transfobia, bifobia, lesbofobia e variações) e as violências físicas e simbólicas contra mulheres –, estão na ordem dos desafios tensos e densos que envolvem jogos de poder e disputas de sentido. (CARVALHO, 2019, p. 37)

Ainda que o autor esteja tratando especificamente de produções jornalísticas, suas considerações são fundamentais para a pesquisa aqui desenvolvida, uma vez que as textualidades que abordamos tratam de sujeitos vulneráveis em contextos violentos, em que a morte simboliza o extermínio de uma possibilidade de experiência de vida e não apenas de um corpo. Sendo assim, a metáfora dos fios de alta tensão desencapados nos parece profícua, uma vez que as textualidades que emergem a partir dessas mortes conflitam entre si, entre uma demanda pela vida e um extermínio justificado, entre o clamor pela valorização e a impossibilidade do luto. Há, portanto, uma disputa, que não comporta metáforas que preveem uma pacificação pela organização textual, uma harmonia, uma estabilidade, como é o caso da tessitura dos fios de uma costura. A tensão está na ordem do dia.

Para além de detectar os conflitos, é necessário compreender as condições em que o tecer se dá, ou no contexto dessa investigação, as condições que as textualidades emergem. Assim, é preciso mapear, contextualizar os textos e as materialidades textuais para que seja possível compreender com quais dinâmicas sociais elas dialogam, quais quadros de sentidos e de interpretações do sujeito elas acionam.

Após refletir sobre os elementos constitutivos das relações de gênero em nossa sociedade, Carvalho (2019) percebe que:

estamos diante de fios de alta tensão desencapados com elevado potencial para causar danos físicos e psicológicos, tendo a morte como limite mais trágico. Nessa acepção metafórica, damos relevo a desafios teóricos e metodológicos, mas também à necessidade política de enfrentamento de dificuldades, inclusive narrativas, para moldar esses fios com poder de letalidade, dando a conhecer ao mundo formas de

perpetuação de injustiças e estratégias para que sejam combatidas (CARVALHO, 2019, p. 47)

Entendemos, portanto, que ao assumir o potencial de letalidade que os sentidos acionados e costurados em produções textuais, sejam elas organizadas ou não, é possível ampliar o nosso escopo analítico, articulá-lo com as redes de poder e as disputas que habitam o social, a fim de compreender melhor as imagens que estão sendo acionadas nas abordagens de corpos e, principalmente de mortes de travestis e transexuais.

Para Carvalho (2019, p. 38) “temáticas sociais controversas implicam jogos de poder, disputas de sentido e interdições sobre o que pode ou não ser dito, como deve ser dito e por quem, além das demais variáveis que compõem o campo de investigação sobre as narrativas.”. Desse modo, é necessário tensionar não apenas os aspectos de que os textos são reveladores, o que eles dizem, mas também as exclusões, apagamentos e silenciamentos, ou seja, quando ao invés de esclarecer, problematizar e questionar, eles contribuem para violentar sujeitos vulneráveis ao negar a eles a abordagem devida, o lamento pelas suas mortes, a indignação pelo contexto de violência sistêmica a que eles são submetidos diariamente. Nesse sentido, vale a pena questionar quais as percepções acerca do universo travesti e transexual são alimentadas e promovidas e quais são apagadas nos textos e textualidades que circulam socialmente? Voltaremos a discutir essa questão mais detidamente em nossa análise, por hora fiquemos com a inquietação.

4. Procedimento metodológico e análise

Iniciamos nossa discussão sobre textualidade com algumas questões que até agora ainda não foram cercadas, são elas: na perspectiva que adotamos, o corpo e o gênero podem ser considerados textos?

Até o presente momento, os autores que apresentamos para discutir a problemática da textualidade parecem falar de lugares legitimados de produção textual, sejam eles verbais ou verbovisuais, para utilizarmos os termos de Abril (2009, 2018). No entanto, antes de adentrar propriamente nas questões metodológicas que nos nortearam em nossas análises, mostra-se necessário ampliar a nossa abordagem para que seja possível discutir algumas textualidades mais fluidas e sutis, como as concepções acerca dos corpos.

Nos parece que a superfície material do corpo também é reveladora, organizamos os sentidos que serão inteligíveis pelo Outro ao adotarmos determinados marcadores, como é o caso dos marcadores de gênero. Nesse sentido, se compreendemos as textualidades enquanto processos de inteligibilidade, de organização de signos que comportam significação, torna-se possível propor a concepção de *textualidade performativa*, uma vez que ela age sobre os imaginários e, conseqüentemente, produz quadros de identificação de sujeitos, contribuindo para conformar subjetividades. Essa conformação voltará a ser apropriada textualmente, em um movimento dialético e complexo de produção, reprodução e reafirmação. Além disso, conforme já dissemos anteriormente, a efetividade da norma de gênero se relaciona diretamente à reprodução de seus marcadores pelos sujeitos que ela governa, de modo que, ao utilizarmos determinados marcadores de gênero em nosso cotidiano estaríamos organizando e produzindo sentidos acerca do que é ser homem e ser mulher, constituindo, portanto, textualidades.

Ainda que a concepção de textualidade performativa seja uma das principais contribuições dessa tese, se tornando a partir de agora nosso principal argumento, ela é aqui formulada a partir de inquietações de já existem e estão em trabalhos como o de Navarro (2008). O autor propõe que a articulação entre corpo e discurso seria fundamental a construção performativa do sexo e do gênero, sendo que, os atos e gestos são continuamente interpretados e se tornam performativos exatamente por expressar invenções fabricadas que são mantidas por signos corporais, produzindo uma ideia constante de um eu com gênero. A performatividade, por ser portadora de valores normativos a partir dos quais o gênero é formulado, faz com que a repetição produza a impressão de substância, mascarando as dimensões discursivas que o produzem e que evidenciam que o gênero não é algo que *somos*, mas algo que *fazemos*.

As proposições do autor nos auxiliam a dar um passo adiante e entender o papel das textualidades, e também dos textos encerrados materialmente, nessa dinâmica de configuração de inteligibilidades e abjeções dos corpos e dos sujeitos, no que se refere ao gênero e as dissidências e ele atreladas. Se a textualidade é um emergir constante de sentidos, que serão encerrados provisoriamente em determinadas materialidades textuais, é possível dizer que ela age sobre os corpos e sujeitos, reiterando formas de compreendê-los, produzindo quadros de identificação.

Contudo, é necessário ponderar que essa ação performativa das textualidades resulta muito mais em uma disputa de sentidos do que em uma estabilização, uma vez que as mesmas matrizes podem ser mobilizadas tanto para violentar, como para resistir. É por isso que a ideia de disputa é tão importante aqui, já que os gestos interpretativos efetuados sobre os processos materiais de violência/morte na produção de textualidades resultam em uma emergência múltipla de sentidos e significações acerca desses processos sociais, que fazem parte do contexto de matabilidade dos corpos dissidentes, bem como dos discursos questionadores que surgem em resposta a esse contexto.

Também é possível questionar quais textualidades são produzidas pelos corpos trans e travestis. Nos parece que tal textualidade coloca em questão a própria norma, e isso dialoga intimamente com a vulnerabilidade que esses corpos vivenciam diariamente, exatamente por permitir questionar uma rede de poder com tamanha força dentro da sociedade. Ainda que essa percepção tenha ares de conclusão, não há pretensão de apontar conclusões de forma precipitada, de maneira que, este se torna nosso ponto de partida para pensar as textualidades e produções textuais que compõem nosso *corpus*.

Além dessa abordagem, é necessário entendermos de saída como uma concepção disposicional, principalmente no que se refere ao poder, se vincula à compreensão de textualidade adotada por nós. Se a noção de rede desestabiliza a perspectiva de um poder centralizado, até mesmo personificado, ao juntarmos essa ótica ao conceito de textualidade, que pressupõe uma instabilidade dos textos e um olhar para além da materialidade textual, será possível vislumbrar uma forma reticular de organização e constituição de sentidos na sociedade, que estão intimamente ligados às redes de poder, tornando-se parte delas e por elas sendo produzidas.

Em nosso procedimento metodológico, o interesse é partir de uma inquietação de ordem foucaultiana: buscar descortinar o conjunto de regras que regem os textos e as textualidades, que os compõem, os atravessam. O intuito é fugir de um encerramento na materialidade textual,

enxergando-a como o local estático que aponta para um contexto dinâmico, mutável e complexo. Para isso, iremos analisar cada uma das instâncias de produção textual – o movimento social, a polícia, o jornalismo – em sua autonomia, para depois cruzar os indicadores e percepções, à procura de uma compreensão acerca das textualidades múltiplas que emergem no que se refere aos corpos e às mortes trans.

Alerta preliminar: em nosso exercício de análise fugiremos de toda e qualquer busca por uma essência, uma verdade ou solução. Buscaremos vestígios, para escancarar *modus operandi*, tensionar os contextos, desnaturalizar percepções, mapear as disputas, as incoerências e incompletudes, sinalizar o que falta e também o que sobra. Deslizar, deslocar, desestabilizar.

Isto posto, partimos para a caracterização do movimento de análise que propomos aqui. É importante destacar que o caminho metodológico utilizado para analisar o nosso *corpus* foi desenvolvido tanto a partir do que o material a ser analisado demandou, como de um movimento de acionamento de conceitos centrais que trouxemos durante todo o trabalho. Sendo assim, pretendemos olhar para o emaranhado de vozes encontradas em nosso material, atentos para o que é predominante, para o que é excesso e também para o que é falta. Considerando as características próprias dos campos que produzem cada uma das produções, mas também promovendo cruzamento entre eles.

4.1 Descrição do *corpus*

Durante o doutorado, e em especial no último ano, o *corpus* do trabalho sofreu modificações de forma que a análise se tornasse mais complexa. Após algumas entradas no material inicial, que consistia apenas nas matérias apontadas nos mapas da ANTRA, percebemos que a polícia era muitas vezes a única fonte da matéria. Tal fato é comum em coberturas jornalísticas da editoria de polícia e parecia demonstrar que os textos das matérias e dos REDS poderiam apresentar coincidências. Uma vez que o Nuh estava realizando um importante trabalho de leitura e análise dos REDS que tratavam de tentativas de assassinatos e de assassinatos consumados da população LGBT em Minas Gerais entre 2016 e 2018, pareceu profícuo realizar a leitura também desses REDS, cruzando com as informações das matérias, a fim de perceber quanto do texto redigido pela instituição policial era utilizado pelo jornalismo e também como a multiplicidade de sentidos organizados textualmente nas duas instâncias poderiam contribuir para complexificar a nossa reflexão. Para além, o próprio mapa e o desejo de desenvolver um mapeamento para apontar dados sobre as mortes de travestis e transexuais, que não são produzidos por instâncias oficiais, nos parecia um importante movimento da

militância para confrontar um sistema que invisibiliza esses sujeitos mesmo quando eles são vítimas de um crime. Assim, esse outro lado da dinâmica social, que produz textualidades que têm como característica um clamor que diz “parem de nos matar”, não poderia ser deixado de lado em nossa análise.

Portanto, a pesquisa que apresentamos nesse material, tem como *corpus* produções que derivam de campos diversos, mas que abordam o mesmo tema, produzindo textualidades muito diversas que são importantes de serem investigadas. Nosso material de análise consiste em:

- Dois mapas produzidos pela ANTRA nos anos de 2017 e 2018, que apresentam 26 mortes de travestis e transexuais em Minas Gerais²⁰ nesse período, assim como seus respectivos dados e os dossiês desenvolvidos a partir desse mapeamento;

- Dezenove²¹ matérias de caráter jornalístico linkadas nos mapas e utilizadas como base de dados para a descrição dos assassinatos;

- Dezesesseis REDS que registram os assassinatos de travestis e transexuais em Minas Gerais no período entre 2017 e 2018 e que estão apontados no mapa.

Como é possível perceber, os dados não coincidem completamente. Há mortes apontadas pelo mapa que não saíram na mídia. Assassinatos que estão no mapa e possuem matéria jornalística vinculada, mas que não possuem REDS na base de dados do Nuh. Após o primeiro cruzamento de dados que efetuei, buscando quais REDS eram de quais casos apontados no mapa, percebi que faltava um número considerável de documentos, já que haviam só nove que eram compatíveis. Ao levar esse resultado ao Nuh, os integrantes da pesquisa foram buscar os REDS que faltavam e perceberam que os critérios de busca centraram na categoria homicídio e, no entanto, alguns casos estavam categorizados de outra forma, como encontro de cadáver, por exemplo. Após a busca, foram localizados mais sete REDS compatíveis com os dados do mapa.

Essa incompatibilidade demonstra nitidamente a dificuldade em desenvolver e analisar dados definitivos sobre essas mortes. Uma vez que não há dados oficiais, o trabalho de mapeamento e contabilização acaba esbarrando em várias dificuldades, o que evidencia o esforço da militância para produzir dados sobre suas próprias mortes a fim de escancarar o contexto de violência e vulnerabilidade em que estão inseridas. Assim, longe de ser um

²⁰ Como o material do Nuh limita-se a Minas Gerais e nosso intuito é promover um cruzamento entre as textualidades, decidimos circunscrever a análise ao estado. No entanto, alguns dados nacionais serão abordados no decorrer do trabalho para que seja possível enxergarmos o contexto brasileiro de mortes de travestis e transexuais.

²¹ Nem todos os assassinatos possuem matérias jornalísticas vinculadas, algumas mortes são notificadas por outros meios, como grupos de whatsapp e de facebook e denúncias diretas.

obstáculo para a pesquisa que desenvolvemos, os problemas enfrentados na coleta de dados nos mostram o quão importante é realizar um estudo que trate desses sujeitos, das suas mortes e dos contextos normativos aos quais elas se vinculam.

Ao acessarmos o mapa e clicarmos nos ícones de cada assassinato temos acesso direto a informações sobre o nome da vítima, idade, identidade de gênero, data do crime, forma do crime e fonte. Assim, a fim de facilitar a visualização dos dados sobre o *corpus* desenvolvemos uma tabela, (TAB.1) com os dados gerais dos assassinatos retirados dos mapas, dos REDS e das matérias.

TAB.1 – Dados sobre os assassinatos que constam no mapa da ANTRA

Data	Vítima	Id de gênero	Idade	Cidade	Forma da morte	Link da matéria/fonte
19/02/2017	Mirella de Castro	travesti	39	Belo Horizonte	Espancamento no mapa; estrangulamento no REDS	http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/garoto-de-programa-e-encontrado-morto-em-belo-horizonte.ghtml
29/04/2017	Sophia Castro	mulher transexual	21	Contagem	Estrangulamento	http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/policia-investiga-morte-de-travesti-em-contagem-na-grande-bh.ghtml
21/05/2017	Pâmela	travesti	-	Belo Horizonte	Facadas	Fonte: fórum travesti
29/05/2017	Sheila Medeiros	mulher transexual	37	Três Pontas	-	https://www.equipepositiva.com/maycon-machado-repudia-morte-da-transexual-sheila-medeiros/
31/05	Larissa Moura	travesti	21	Governador Valadares	tiros	http://aconteceunovale.com.br/porta/?tag=travesti-morto-em-governador-valadares
02/06/2017	R. A. L (consta no REDS)	travesti	26	Belo Horizonte	tiros	http://www.otempo.com.br/cidades/travesti-%C3%A9-baleada-dentro-de-carro-e-morre-no-bairro-santa-branca-1.1481520
06/06/2017	Natasha	travesti	29	Varginha	tiros	http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/travesti-morre-apos-ser-baleada-no-bairro-vila-

						barcelona-em-varginha.ghtml
14/06/2017	Renata	travesti	24	Uberlândia	espancamento	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1893302-travesti-e-morta-a-pauladas-apos-sofrer-ameaca-em-uberlandia-diz-pm.shtml?utm_source=facebook&utm_campaign=noticias&utm_content=geral
19/06/2017	Não id	travesti	30 Idade aparente	Belo Horizonte	apedrejamento, tiros, afogamento	http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/corpo-de-travesti-e-encontrado-no-ribeirao-arrudas-em-bh-com-sinais-de-agressao.ghtml
22/06/2017	Camilly Vitória	travesti	-	Belo Horizonte	tiros	fonte: grupo wpp ANTRA
22/07/2017	Não id	travesti	-	Belo Horizonte	facadas	http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/travesti-e-encontrada-morta-em-linha-ferrea-no-centro-de-belo-horizonte.ghtml
20/09/2017	Kaelane	travesti	-	Belo Horizonte	tiros	link do facebook inativo
29/09/2017	Raissa Bote	travesti	31	Uberaba	tiros	https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/travesti-morre-apos-ser-baleada-na-porta-de-casa-em-uberaba.ghtml
05/10/2017	Não id	travesti			-	Fonte: anyky – CELLOS – grupo Facebook da ANTRA.
12/10/2017	Paulete	travesti		Nanuque	tiros e facas	https://minashoje.com/2017/10/corpo-e-encontrado-em-estrada-de-terra-em-nanuque-mg/
03/11/2017	Não Id	travesti	30	Uberaba	tiros	http://m.jmonline.com.br/noticia/148421/corpo-de-travesti-localizado-em-cachoeira-perto-de-peiropolis.html

28/11/2017	Não Id	travesti	23	Uberlândia	tiros	FONTE: Informações no Grupo Afiliadas ANTRA – Pamela Volp
01/02/2018	Natalia Ketlyn	travesti	24	Campos Altos	tiros e pedradas	https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/travesti-e-achado-morto-em-rua-de-campos-altos.ghhtml http://www.guardadosferreiros.com/noticia/2719/travesti-e-perseguida-e-assassinada-em-campos-altos.html
10/02/2018	Dominique	mulher trans	35-40	Uberlândia	agressão e cortes	http://v9vitoriosa.com.br/policia/policia-encontra-corpo-com-sinais-de-violencia-enrolado-em-tapete-no-chacaras-tubalina/
22/04/2018	Nycoly Souza	travesti	26	Governador Valadares	tiros	Fonte: https://www.facebook.com/nycoly.nardoni
18/05/2018	Mirella	travesti	-	Pirapora	tiros	Fonte: afiliadas ANTRA – Pamela Volp
23/07/2018	Paola Villefort	mulher transexual	19	Araújos	agressão e facadas	https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2018/07/23/corpo-e-encontrado-em-araujos-mg.ghhtml
09/08/2018	Karlla Souza	travesti	18	Caratinga	tiros e estrangulamento	http://www.portalcaparao.com.br/noticia/28036/travesti-de-manhuacu-e-assassinado-em-caratinga
31/10/2018	Maria Cecilia	travesti	35-40	Belo Horizonte	facadas	https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2018/10/31/travesti-e-morta-a-facadas-em-bh.ghhtml
26/11/2018	Fábia Dias	travesti	17	Manhuaçu	espancamento e pauladas	https://www.manhuacunews.com.br/2018/11/27/manhuacu-travesti-e-morta-a-pauladas-no-santa-terezinha/
28/12/2018	Nicolly Banks	travesti	26	Uberlândia	tiros	https://g1.globo.com/mg/triangulo-

						mineiro/noticia/2018/12/28/travesti-e-executada-no-bairro-laranjeiras-em-uberlandia.ghtml?fbclid=IwAR1gH8BmpFHjprANX9dBDgIIISu4OU3DGVniWF1j39QR_rt2NssT7HvnMuWo
--	--	--	--	--	--	--

Fonte: elaboração própria

Os dados apresentados nas tabelas já nos permitem enxergar algumas recorrências no que se refere aos assassinatos. Não há nenhuma vítima com mais de 40 anos de idade, demonstrando que a expectativa de vida de travestis e transexuais é encurtada, principalmente por causa das vulnerabilidades a que esses corpos estão submetidos, sendo que os homicídios fazem parte delas. Ainda que os crimes ocorram por todo o estado, algumas regiões possuem uma maior ocorrência, como a Grande BH, o que se explica em partes pela densidade demográfica da capital, mas também Uberaba e Uberlândia, na região do triângulo mineiro, somam juntas seis assassinatos, o que chama a nossa atenção. Já a causa da morte varia principalmente entre tiros, facadas, espancamento e estrangulamento.

É importante sinalizar que ainda que essas informações sejam importantes para possibilitar uma melhor visualização dos casos, elas não são a nossa principal preocupação, uma vez que o intuito é entender como os sentidos sobre esses corpos e essas mortes são organizados pelas textualidades que emergem e configuram quadros compreensão para as vidas trans. Para tanto, avançamos a seguir na apresentação do material analisado, bem como das considerações que tecemos a partir da análise articulada entre eles.

4.2 Especificidades jornalísticas

Através da análise realizada, é possível inferir que ainda é comum na atividade jornalística brasileira em Minas Gerais a predominância de uma visão estereotipada dessas pessoas, o que ocorre pelo destaque de uma identidade de gênero desviante de uma norma social que dita enquanto desejável apenas as identidades que se conformam com a genitália de nascimento. Esse reforço é notável nas matérias jornalísticas que observamos aqui, principalmente naquelas em que há apenas o nome de registro civil e o tratamento no masculino, ou a oscilação entre o uso do nome social e o do registro civil. Pela diferença entre as matérias, podemos perceber que não há um consenso no âmbito da prática jornalística mineira acerca das

formas de relatar essas mortes, o que evidencia que esta é uma questão que ainda não foi encarada de forma consistente.

Como também concluem Borelli, Machado e Dias (2017) a abordagem da mídia tradicional “aponta à reprodução sistêmica da violência e à marginalização simbólica das travestis e mulheres trans” (BORELLI, MACHADO & DIAS, 2017, p. 132). Ainda que tenhamos apresentado exceções, a predominância é por uma cobertura superficial, que reproduz e reforça estereótipos e violências, e não preza pela complexificação e contextualização que a realidade brasileira de assassinatos de travestis e transexuais demanda.

No que diz respeito à culpabilização da vítima, assim como o desrespeito à identidade de gênero, com a exposição do nome masculino de registro que por vezes vem acompanhado pelo termo *conhecida como*, evidencia a não conformidade desses sujeitos a uma norma de gênero, o que resulta em uma vulnerabilização desses corpos pelo próprio relato jornalístico. Tais corpos não são mais somente vítimas de um assassinato, mas vítimas que possuem um comportamento considerado desviante de acordo com a norma social que determina a necessidade de coerência entre o sexo e o gênero.

As características das produções jornalísticas apontadas neste trabalho nos mostram que há alguns marcadores de abjeção vinculados ao gênero. A culpabilização, a ausência de falas que lamentam essas mortes e a falta de uma menção a pessoas do convívio desses sujeitos, o destaque da incoerência entre sexo e gênero com a ênfase do nome de registro juntamente com o nome social ou a marcadores de travestilidade e transexualidade como o termo *conhecida como*, ou até uma completa negação da identidade de gênero que só é sugerida por uma referência ao vestuário da vítima. Tudo isso nos diz que o jornalismo ainda precisa avançar no que diz respeito a uma maior preocupação com a forma de narrar essas mortes, de forma a desenvolver uma crítica a essa realidade de matabilidade e não apenas reiterar processos de extermínio. Assim, ao compreendermos o jornalismo enquanto um importante ator na configuração e disseminação de sentidos acerca dos sujeitos e suas ações, bem como da sociedade e seus processos, pudemos perceber a importância de uma abordagem que auxilie nessa desnaturalização. Desse modo as vidas (e os corpos) que trans-gridem, que revelam a incoerência da norma com as múltiplas experiências possíveis, permitem questionar a própria prática jornalística nos moldes em que esta se configura atualmente.

4.3 Sobre os REDS

A análise da violência letal que acomete a população trans passa, necessariamente, pela leitura efetuada pela instituição policial sobre esses crimes. Isso porque ela será o ponto de partida para a definir forma como o caso será tratado judicialmente e, também, jornalisticamente, tendo em vista que a Polícia é a principal fonte das matérias. Sem contar que, quanto mais o caso avança juridicamente, no inquérito e na denúncia, mais ele ganha relevância enquanto pauta jornalística e, conseqüentemente, maior a probabilidade de ser abordado pela mídia de forma mais detalhada, contribuindo para uma responsabilização coletiva, o lamento das mortes, sua passibilidade de luto e de demanda por reparação. Assim, fica evidente como cada uma das esferas que trazemos em nossa análise – o jornalismo, a polícia e o movimento social – acabam por se articular, promovendo compreensões acerca das formas com que as mortes de pessoas trans serão acolhidos social, institucional e politicamente.

No que se refere especificamente à polícia, o trabalho de Sérgio Carrara e Adriana Vianna (2006) sobre violência letal contra travestis no Rio de Janeiro nos ajuda a entender algumas especificidades. Segundo os autores, há um baixo número de acusados identificados, o que resulta em uma quantidade mínima de indiciamentos. Dos 14 processos que eles reuniram na época, apenas dois apresentam o indiciamento dos acusados. As justificativas para isso são simples, há uma dificuldade em reunir informações sobre o crime e até mesmo sobre as vítimas. No nosso *corpus* vemos que apenas dois assassinatos ocorreram no ambiente privado, sendo que a maioria das vítimas foram encontradas em vias de acesso públicas, locais afastados e ermos. Essa é uma das características que dificultam o recolhimento de evidências e a identificação das vítimas e dos autores dos crimes, assim como a dificuldade de encontrar testemunhas dispostas a falar. Tais aspectos fazem com que haja uma baixa resolução desses casos e uma forte tendência de arquivamento.

Os autores destacam que a indiferença policial na investigação da grande maioria desses crimes encontra eco nas:

representações negativas de travestis como homossexuais especialmente desajustados, de modo que sua morte, em geral em idade bem inferior do que a das vítimas de latrocínio, tende a ser tomada por policiais como consequência de um modo de vida constantemente próximo da ilegalidade e que é recebida com poucas pressões, sobretudo familiares, por sua apuração e por justiça. (CARRARA & VIANNA, 2006, p. 245).

O envolvimento com a prostituição e com o tráfico são comumente apontados nos REDS, tanto no estudo dos autores, como na nossa análise, e evidenciam essa busca por justificativas para os crimes que estejam dentro da chave de compreensão da proximidade com

a ilegalidade. Assim, quando a motivação se vincula rapidamente ao tráfico, por exemplo, não há um esforço maior em levantar informações sobre a vítima ou o assassinato, demonstrando uma certa naturalidade na forma como se encara a sua morte, já que a causa parece estar dada.

O REDS é, portanto, um importante ponto de partida que vai ajudar a definir os rumos da investigação. Os dados apresentados ali servirão de base para interpretar o crime, buscar suspeitos e compreender o contexto do assassinato. Contudo, o que vemos é uma simplificação dos relatos sobre a morte de pessoas trans e travestis nesses documentos, além de uma estigmatização desses sujeitos, o que não apenas dificulta a produção do inquérito, como determina a forma como essa morte será encarada. Partindo do pressuposto de que os REDS precisam fazer sentido para determinado grupo, nesse caso, as instituições de segurança pública, vemos que os problemas, os erros, as limitações, as inconsistências e os reducionismos encontrados no material se tornam ainda mais problemáticos. Trata-se de uma tática.

O encontro com a tese de Igor Monteiro (2021) foi fundamental para uma compreensão dos REDS como uma técnica de relatar. Seu caráter produtivo extrapola a dimensão produtiva inerente às textualidades performativas abordadas nesse trabalho, no sentido de produzir, organizar e disseminar sentidos e modos de enxergar e de enquadrar os corpos dissidentes, isso porque os dados que constam nos REDS são utilizados para a produção de dados e estatísticas que vão orientar o desenvolvimento de políticas públicas no âmbito da segurança pública. Portanto, o preenchimento incorreto e/ou incompleto do REDS vai afetar os dados que serão gerados acerca dos assassinatos da população trans e travesti e, conseqüentemente, o entendimento sobre a realidade vivenciada por essas pessoas e a formulação de estratégias de enfrentamento.

É importante inserir a produção dos REDS no contexto da atuação policial. Trata-se de uma ferramenta que é o ponto de partida para as investigações dos assassinatos, que fornece as primeiras informações, muitas vezes diretamente da cena do crime, como a caracterização dos envolvidos, a descrição da cena e da vítima. Vamos então imaginar uma cena comum hipotética, com base nas informações da Diretriz Integrada de Ações e Operações do Sistema de Defesa Social (DIAO): o centro de operações da Polícia Militar recebe uma ligação que informa a ocorrência de um crime, o centro gera uma chamada e envia uma equipe ao local. Em caso de homicídio consumado ou encontro de cadáver, ao chegar ao local, os policiais militares devem dar voz de prisão ao cidadão infrator, caso ele se encontre no local, depois devem solicitar a presença da Autoridade Policial e da perícia. Também é trabalho dos policiais militares o isolamento e a preservação da cena, assim como a qualificação das testemunhas e a arrecadação

de objetos e instrumentos que tenham relação com o crime. Por fim, devem redigir e registrar o Boletim de Ocorrência, preenchendo os campos com o máximo de informações possível, na Unidade da Polícia Civil mais próxima.

A descrição técnica da operação esconde a complexidade por trás da atuação policial. O ambiente tenso da cena do crime, a necessidade de impedir que outras pessoas acessem a cena e dificultem o trabalho da perícia, a busca por testemunhas e a qualificação das suas versões. Tudo isso atravessando a rotina conturbada dos policiais militares, que muitas vezes estão sobrecarregados e despreparados para lidar com as especificidades que contornam os crimes cometidos contra pessoas trans. Assim, se por um lado os campos do REDS dão a impressão de uma objetividade possível, limitando as possibilidades de preenchimento, fornecendo opções específicas para as informações sobre as vítimas, demais pessoas envolvidas e o crime em si, por outro acaba por mascarar uma interpretação arbitrária sobre os casos, já que a escolha das informações e a descrição do histórico da ocorrência passam necessariamente por uma leitura efetuada por sujeitos.

A técnica de relato do REDS se revela em algumas minúcias que vão despontando conforme repetimos a leitura desse material. Um exemplo são os campos de orientação sexual e identidade de gênero. Os campos foram adicionados no documento em 2016 e são de preenchimento obrigatório, sendo que as opções para orientação sexual são: *heterossexual*, *homossexual*, *bissexual*, *ignorado*. Já as opções de preenchimento para identidade de gênero são: *travesti*, *mulher transexual*, *homem transexual*, *não se aplica*, *ignorado*. Também é possível preencher a causa presumida com *homofobia*, *lesbofobia*, *bifobia* e *transfobia*. É possível perceber que por mais que o preenchimento seja obrigatório, as opções *ignorado* e *não se aplica* permitem que a orientação sexual e a identidade de gênero não sejam apontadas. Outra questão relevante diz respeito à opção *heterossexual*, sua simples presença deveria servir para obrigar o preenchimento desse campo, uma vez que há opções para todas as pessoas, mas o que ocorre é que ele apenas é preenchido quando há uma dissidência que se deseja apontar, no *corpus* analisado não há a identificação de nenhum *heterossexual*, nem mesmo nos dados de pessoas envolvidas, que incluem testemunhas. No que se refere às textualidades, objeto de interesse desse trabalho, essa demarcação apenas da dissidência nos diz sobre a constituição de chaves de leitura e caracterização dos corpos, com o marcador da dissidência em destaque, enquanto os demais corpos seguem sem a necessidade de uma caracterização, já que são entendidos enquanto o padrão normal. A demarcação da diferença é um importante quadro de sentido, acionado como um qualificador de inferioridade.

Além de adicionar os campos, é fundamental capacitar os profissionais da segurança pública, para que eles entendam o que cada um deles significa e preencham corretamente, possibilitando a produção de dados importantes sobre a violência sofrida pela população LGBT+ e também facilitando a identificação da vítima pelos familiares e amigos. O Nuh produziu um vídeo²² em que explica, de forma didática e bem simples simples, o significado de cada termo usado para designar orientação e identidade de gênero, além de informar alguns sinais de crime de ódio que devem ser observados e apontados no REDS e destacar a importância do preenchimento correto. Contudo, o que vemos nos REDS é uma percepção equivocada no que se refere identidade de gênero, orientação sexual e também na identificação de sinais de lgbtfobia, que fazem com que os campos sejam preenchidos de forma errada ou sejam simplesmente desconsiderados, em uma evidente demonstração de que há o entendimento de que esses dados não seriam tão relevantes para a investigação.

Os gráficos abaixo apresentam as informações que constam nos REDS sobre identidade de gênero e orientação sexual:

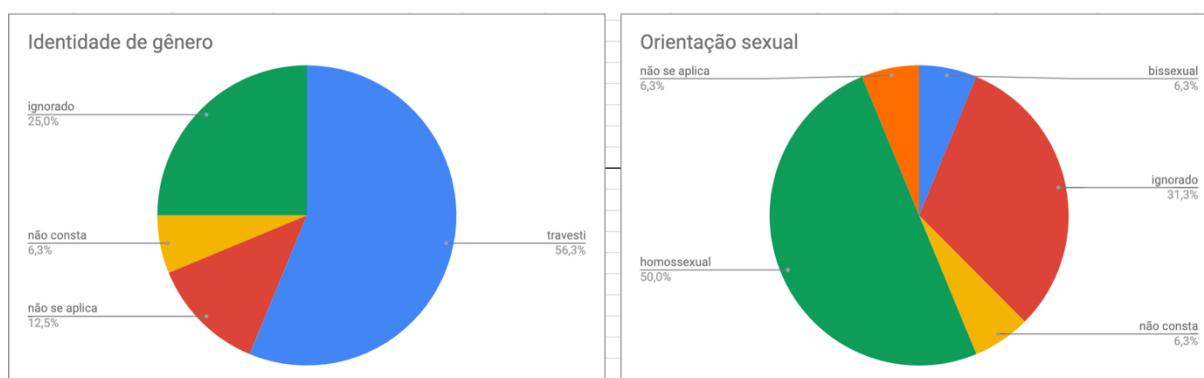


Gráfico 1: identidade de gênero das vítimas conforme o REDS. Fonte: elaboração própria

Gráfico 2: orientação sexual das vítimas conforme o REDS. Fonte: elaboração própria

A primeira coisa que nos chama atenção nesses dados é a grande quantidade de REDS que tem a orientação sexual e a identidade de gênero preenchidos como *ignorado* ou *não se aplica*. O fato de existir a possibilidade de preencher desse modo é uma autorização a um não preenchimento, ou seja, é um dado que não será gerado, que não é entendido como realmente relevante. Categorizamos como não consta o caso de Sheila, vítima cujo REDS não apresenta nenhuma informação sobre a vítima fora do histórico da ocorrência.

Dos nove REDS em que consta identidade de gênero travesti, sete informam que a vítima era homossexual. No caso de Renata, uma testemunha conta que se tratava de uma pessoa homossexual, já no REDS sobre o assassinato de Nathália, parece ser uma suposição do

²² Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=uVJyBOPKyWI&t=2s>

policial, uma vez que no histórico aparece a informação de que se tratava de “um homem travestido de mulher”, para usar os termos registrados no documento. É possível sugerir que a leitura superficial e que há uma confusão frequente dos conceitos de identidade de gênero e sexualidade, em determinados momentos como se fossem quase a mesma coisa, diferenciadas por um grau maior ou menor de dissidência, como se ao se “travestir de mulher” aquela pessoa tivesse alcançado um novo patamar na sua expressão da sexualidade; e em outros como se um fosse necessariamente consequência do outro. Há apenas duas exceções no *corpus*, uma delas no REDS sobre a morte de Mirela, o mais extenso e completo de todo o material, que caracteriza Mirela como bissexual, e a segunda, no caso de Paulete, em que o campo da sexualidade é preenchido com um informativo *ignorado*.

O REDS sobre a morte de Raissa chama atenção nesse aspecto, seu nome completo é preenchido com seu nome de registro, masculino, e Raissa no campo do nome social e apelido. Já a testemunha, mencionada no feminino como companheira da vítima e caracterizada como do sexo masculino, tem um nome feminino preenchido no nome completo e Jackson no nome social e apelido. Suspeito de que Jackson seja um homem trans, porque o sobrenome que consta em seu nome feminino condiz com o dos pais, enquanto o do nome social não. Toda essa discussão sobre Jackson não serve como uma defesa inconformada do respeito aos conceitos corretos sobre identidade de gênero e sexualidade, mas para dizer que muito além de um mal-entendido com relação à identidade de gênero, há a produção de um dado errado. Uma leitura e interpretação equivocada da polícia acaba produzindo informações equivocadas que vão, conseqüentemente, se transformar em estatísticas que não condizem com a realidade.

Esse exemplo simples demonstra que cada informação inserida no REDS, até mesmo aquelas limitadas pelas próprias opções do sistema que poderiam pressupor uma objetividade, é resultado de uma leitura efetuada sobre o crime, a vítima e demais pessoas envolvidas por profissionais que podem não entender realmente o que aquele dado significa.

A ausência de dados é sistemática. Em três casos, de Paola, de R. A. L.²³ e de Sophia, a identidade de gênero é preenchida como *ignorado*, no primeiro, e *não se aplica*, nos outros dois, no entanto, nas informações complementares e no histórico é informado que a vítima era travesti/transgênero. O REDS que aborda o caso de Sophia é o que mais apresenta uma ausência completa de informações na parte inicial do documento, em que constam os dados objetivos de caracterização da cena, da vítima e dos envolvidos, a sua orientação sexual e identidade de

²³ Iniciais do nome de registro que consta no Red. Nos casos em que não há o nome social nas informações, optamos por indicar as iniciais para facilitar a identificação de qual caso estamos falando.

gênero são preenchidas como *não se aplica*, ainda que seja o único caso em que o autor do crime foi identificado imediatamente e relata com detalhes que encontrou com a Sophia para realizar um programa sexual ciente de que ela era travesti. O seu nome social também não consta e sua idade presumida é zero. O fato de não apresentar dados fez com que esse REDS sequer tenha chegado ao Nuh no material enviado para análise. Ele só foi identificado no material solicitado e encontrado após o cruzamento com as matérias jornalísticas, uma vez na matéria do *portal G1* há informações sobre o caso e sobre a vítima, apresentando até mesmo uma foto dela. Essa discrepância torna ainda mais evidente o descaso no preenchimento correto de um documento tão importante.

O mesmo ocorre com o corpo não identificado encontrado no Ribeirão Arrudas, em Belo Horizonte. A polícia militar informa a mídia de que se trata de uma travesti, conforme consta na matéria também do *portal G1*, mas no REDS não há qualquer menção à sua identidade de gênero. A ocorrência principal sequer é de homicídio, mas de remoção de cadáver, ainda que a mesma Polícia Militar que redigiu o REDS contou para a imprensa que a vítima havia sido assassinada com tiros e pedradas. Um registro de remoção de cadáver não entra para os dados de homicídios, o que nitidamente é o caso. Isso para uma população marginalizada que se mobiliza para contar os seus mortos um a um, resultando em números absolutos baixos, mas proporcionalmente altíssimos, é grave, para dizer o mínimo.

Esse também é o caso do REDS que relata a morte de Sheila Medeiros. A causa presumida é morte natural e a ocorrência é de encontro de cadáver, ou seja, não está entre os homicídios. Contudo, Sheila foi encontrada em um lote que, segundo uma testemunha, era usado pela vítima para a realização de programas sexuais. Ela estava com suas calças abaixadas na altura do tornozelo, mas sem sinais de violência. Sua orientação sexual consta como ignorada, ainda que o relato apresentado pela testemunha afirma que a vítima era homossexual, além de chama-la por um apelido derivado do seu nome de registro, já a identidade de gênero consta como *não se aplica*. Foi extremamente difícil encontrar a vítima do mapa da ANTRA pelo caso relatado no REDS, sendo que isso só foi possível devido às informações da cidade e da data da ocorrência, ou seja, nenhum dado sobre a própria vítima nos permitiu relacionar os dados do REDS com os dados de Sheila. Ao cruzarmos as informações do REDS com a matéria jornalística do site *Equipe Positiva* nos chama atenção a foto de Sheila em que ela está maquiada e com cabelos longos e pretos, ou seja, a ausência da menção à sua identidade de gênero e até mesmo uma descrição de como o corpo foi encontrado, duas roupas, suas características, parece ser proposital, há um apagamento completo da travestilidade da vítima no texto do REDS. Um

segundo ponto que vale destacar, é que o texto jornalístico se centra no lamento da morte de Sheila por um vereador da cidade, Maycon Machado, em que ele pede pelo fim da homofobia, apresentando uma relação com crime de ódio que não é nem minimamente mencionada pela polícia, uma vez que a morte natural é apontada como causa presumida.

Essa discrepância nos interessa em especial para pensarmos as múltiplas textualidades produzidas a partir de um mesmo caso e como a diferença de sentidos acionados não apenas impede que um dado consistente seja produzido, mas apresenta um conflito, que, de um lado aponta para um completo apagamento, e de outro, para um lamento sobre essa morte que promove uma ampliação contextual acerca da lgbtfobia. Um conflito que é reproduzido socialmente e que podemos enxergar através do esforço dos movimentos sociais em tirar esses casos da invisibilidade em que são sistemática e institucionalmente colocados, a ponto de se produzir um mapa com dados sobre assassinatos, já que essas informações não vêm à tona de forma crítica e contextualizada com a frequência necessária.

Um outro aspecto relevante para a análise aqui proposta é o campo que informa a causa presumida. Em homicídios a causa presumida auxilia no trabalho de investigação, uma vez que apresenta uma linha possível para desvendar o crime, encontrar o autor, a motivação e outras questões importantes para o inquérito. No entanto, dependendo do contexto da cena, do local, das testemunhas que são localizadas, esse trabalho inicial de investigação é dificultado, não oferecendo informações suficientes para que possa ser apontada uma possível causa. A atualização do REDS que inseriu campos de orientação sexual e identidade de gênero ao documento, também adicionou homofobia/lesbofobia/bifobia/transfobia entre as opções de causa presumida, com o intuito de indicar aos investigadores que há indícios de crime de ódio²⁴.

No vídeo produzido pelo Nuh, que já citamos aqui, há uma explicação a respeito do que deve ser observado na dinâmica do crime para que a lgbtfobia seja identificada. Na produção são apontadas questões centrais que devem ser levadas em conta: a identidade de gênero ou orientação sexual influenciaram de alguma forma na prática do crime? Ou seja, a pessoa se tornou mais vulnerável devido a essas características. Houve negligência ou conivência das testemunhas?

²⁴ Ver:

https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/NOTA%20T_CNICA%20PREENCHIMENTO%20NOVOS%20CAMPOS%20REDS%20NUH_UFMG%20-%20CAODH.pdf

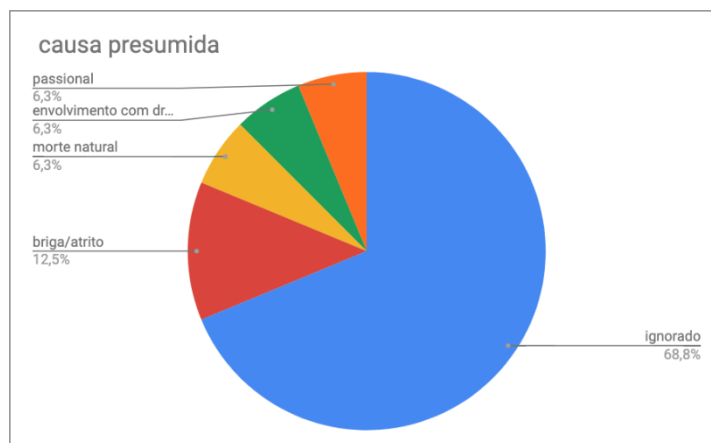


Gráfico 3: causa presumida informada no REDS.

Fonte: elaboração própria

Como podemos ver no gráfico acima, em nosso corpus não há nenhum REDS que aponte a lgbtfobia como causa presumida e na grande maioria deles, 11 para ser mais específica, o campo é preenchido apenas com um vago *ignorado*. Vale salientar que os indícios de lgbtfobia podem não ser tão explícitos quanto outros que os policiais estão habituados a encontrar e catalogar. Imagino que, a não ser que alguma testemunha diga com todas as letras que o autor do crime perseguiu a vítima xingando e ameaçando, demonstrando um ódio evidente e incontestável a sua identidade de gênero ou orientação sexual, dificilmente os agentes da segurança pública vão identificar sinais de lgbtfobia. Para me fazer entender: a não ser que a vítima seja espancada até a morte aos gritos de “travesti nojenta”, “viadinho de merda”, os indícios de crime de ódio serão sutis demais para serem percebidos no contexto inicial da cena do crime. A isso soma-se o contexto de marginalização em que as vítimas podem estar inseridas, o imaginário social que estigmatiza essas sujeitas e que acionam automaticamente a prostituição e o envolvimento com drogas como a causa mais provável do crime, ajudam a dificultar ainda mais a possibilidade de se entender a lgbtfobia como a causa do crime.

Com isso não quero dizer que todos os assassinatos sejam causados por uma transfobia escancarada que os policiais se negam a enxergar, mas que ela deve ser compreendida em sua dimensão estrutural, permitindo entender a profundidade em que está enraizada socialmente. A causa presumida, assim como todo o REDS, é fruto de uma leitura, uma interpretação da cena que resulta em uma técnica de relatar, e a leitura profissional atravessada pelo senso comum, pelos imaginários estigmatizantes partilhados e tão bem sedimentados, resultam em um completo apagamento das nuances sutis dos crimes de ódio contra a população trans nesse documento e na atuação policial como um todo nos casos analisados.

Dos demais REDS, além dos 11 com causa presumida ignorada, dois apontam briga/atrito, um apresenta morte natural, que é o caso de Sheila de que já falamos, e um crime passional, que se destaca.

Paola foi encontrada com marcas de 12 facadas pelo corpo, jogada em meio à vegetação na zona rural de Malaquias. Morena, de cabelos loiros, calça e blusa azul, salto alto preto e pulseiras vermelhas e azuis. Ainda que não tivesse nenhum documento, aparentava ter 20 anos, conforme consta no REDS, que também nos informa que se tratava de uma pessoa homossexual e uma a identidade de gênero que *não se aplica*, assim como seu sexo que é *não identificado*. Nada mais é dito sobre Paola, mas a causa presumida foi preenchida como passional. Em uma constante de *ignorados*, encontrar um passional chama atenção, mas fico me perguntando o que ofereceu indícios de que seria um crime passional. Testemunhas afirmaram que o local era frequentado por garotas de programa e ao lado do corpo foi encontrado um preservativo. De alguma forma descubrem que Paola era travesti e expõe a informação no histórico, mas decidem não informar isso no campo destinado à identidade de gênero. O número de facadas pode indicar que se tratava de um momento de raiva e impulsividade, mas onde é possível ver crime passional também seria possível ver a possibilidade de um crime de ódio, que tem o excesso de violência como uma das suas características. É nesse sentido que afirmo que o REDS é uma técnica de relato, que aciona determinados parâmetros e sentidos de leitura e apaga outros. Esse movimento de acionamento e apagamento é conflituoso, diz através das lacunas que promove, movimenta enquadramentos específicos e dialoga com outros tantos, pelo dito e pelo não dito.

Há ainda um último aspecto que gostaria de discutir: o local onde ocorreram os crimes.

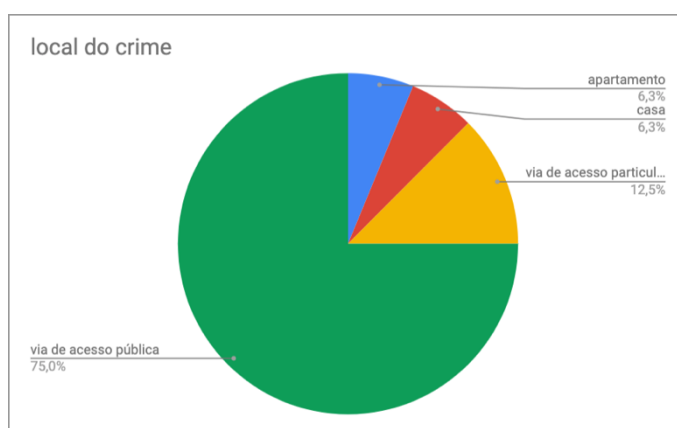


Gráfico 4: local do crime informado no REDS.

Fonte: elaboração própria

A grande maioria dos assassinatos ocorreram as vias de acesso pública ou particular, sendo que apenas dois foram em algum tipo de residência, um no apartamento da vítima e o

outro na casa do autor. Quando o crime ocorre em uma via pública o recolhimento inicial de provas, vestígios e testemunhas é dificultado, assim como é mais difícil preservar o local do crime. De forma geral, a investigação inicial se torna mais complicada. Mas para além disso, essas informações nos dizem sobre o risco a que pessoas trans e travestis estão submetidas. Diferente do que acontece em feminicídios de mulheres cisgênero, crimes mais comuns em contextos de proximidade, na própria casa da vítima,²⁵ no caso dos assassinatos de pessoas trans aqui analisados, esse cenário muda.

Esses dados parecem apontar para um contexto mais complexo, em que habitar e transitar em determinados espaços da cidade ajuda na configuração de vulnerabilidades, auxilia na definição do quão vulnerável eu sou/estou. Isso fica evidente se tomarmos como exemplo os locais onde os corpos foram encontrados. Próximo a rodovias, no ribeirão Arrudas, na linha férrea, no terreno baldio, em local conhecido por ser ponto de prostituição. Espaços marginais do espaço urbano, muitas vezes conhecidos por serem locais de risco, que faz com que apressemos o passo quando passamos por eles. Ao associar a morte de alguém a determinados lugares que para o imaginário social são caracterizados como um lugar de risco, onde moram ou ficam pessoas violentas, desviantes, bandidos, e toda a ordem de sujeitos abjetos, faz com que sentidos sejam produzidos acerca da vítima. Ela se torna um corpo abjeto também por pertencer àquele lugar e, conseqüentemente, sua morte ganha outro significado.

Viver e transitar por lugares marginalizados nos parece uma forma de operação da necropolítica. É como se esses espaços se tornassem um campo de concentração para corpos abjetos que não estão autorizados a circularem em outros espaços sem causar estranheza, olhares desaprovadores. Sendo assim, o que resta são os lugares à margem, que contribuem ainda mais para o estigma que caracteriza essas existências.

Conforme aponta o Relatório do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT sobre inquéritos policiais envolvendo travestis e transexuais no estado de Minas Gerais (2018), é necessário deixar de lado a ideia de que há uma exclusão das experiências trans travestis no sistema de justiça e de segurança pública, o que há é uma produção de ideias, conceitos e convenções sociais, que são reforçadas pelos procedimentos dessas instituições, “gerando injustiça na própria noção de justiça” (PRADO et al, 2018, p. 68). Portanto, é necessário superar

²⁵ Ver: <https://oglobo.globo.com/sociedade/a-cada-tres-vitimas-de-femicidio-duas-foram-mortas-na-propria-casa-22450033>

a ideia de que há uma invisibilização excludente e avançar na compreensão da dimensão produtiva dos documentos que analisamos nesse trabalho.

4.4 Sobre os dossiês

Assim como no caso das matérias jornalísticas e dos REDS, a nossa leitura dos dossiês desenvolvidos pela ANTRA deve passar por uma reflexão acerca das condições de produção em que foram realizados. Um dos grandes desafios desse trabalho é conseguir articular textualidades tão múltiplas, que emergem em contextos específicos, como o jornalismo, a segurança pública e o movimento social. Mais do que específicos, cada um desses lugares exerce um papel diferente na dinâmica social e, conseqüentemente, isso afeta a configuração de sentidos sobre as pessoas trans e travestis.

Ao acionar a violência e os riscos a que seus corpos estão submetidos diariamente, que alcança o seu ponto máximo com os assassinatos, a ANTRA e outras associações que compõem o movimento social que lida com questões trans e realizam um trabalho semelhante, operacionaliza os sentidos da violência e da morte, transformando-as em uma espécie de ferramenta de contraprodução. Ou seja, enquanto socialmente as pessoas trans são estigmatizadas, compreendidas através de uma lente que entende esses corpos como um risco para a sociedade, submetidas a leituras superficiais que as inserem em um contexto de marginalidade, os dossiês vão construí-las enquanto vítimas, emitindo um grito sôfrego que diz “parem de nos matar!”. Retirar esses corpos do contexto de invisibilidade estratégica em que estão inseridos, transformá-los em vidas passíveis de luto (BUTLER, 2017), para que sejam concebidas enquanto vidas realmente.

Esse esforço não serve apenas para os mortos, mas é uma estratégia para reformular os quadros de sentido que acompanham aquelas que estão vivas, contribuindo para o reconhecimento público das vulnerabilidades dessas vidas precárias. “No recurso às mortes, as vidas dos mortos são esquadrihadas em socorro às vidas dos vivos. Vidas e mortes, assim, acham-se dialeticamente comprometidas”, nos diz Roberto Efrem Filho (2016, p. 317).

Documentos institucionais, tais como os REDS e os dossiês como os que foram produzidos pela ANTRA, se configuram enquanto atores nessas disputas entre movimento social e Estado, deixam de ser um mero registro estático e estável de mortes e crimes e passa a operar uma terceira rede de sentidos, a da disputa. Não há neutralidade, pelo contrário, há o acionamento de quadros específicos de sentido para a leitura dessas mortes. Cada linha desses

documentos condensa questões que pulsam nas relações sociais, e a cada apropriação desses registros por instituições e movimentos, há uma nova camada de sentidos que se constitui.

Entendemos, portanto, que a violência, a brutalidade e a morte são utilizados pelo movimento social como uma forma de legitimar a necessidade da política (EFREM FILHO, 2016). São operacionalizados discursivamente como um modo de comprovar a necessidade da luta. Assim, as imagens de brutalidade que encontramos nos dossiês, dos REDS e nas matérias, contribuem para a construção do sujeito político do próprio movimento. A brutalidade se transforma em um recurso discursivo, uma estratégia para a definição desses corpos como vitimados (EFREM FILHO, 2016). Percebemos então que há uma disputa entre movimento social e determinadas esferas do Estado, de um lado a luta pela legitimação dessas mortes, do outro uma deslegitimação contínua, alimentada diariamente por discursos estigmatizantes que circulam socialmente. Nesse esteio, o crime de ódio sequer aparece como possibilidade para os profissionais da segurança pública, enquanto o movimento social busca escancarar as sutilezas da lgbtfobia e suas derivações específicas.

Assim, compreendemos que tanto a vítima, como a causa do assassinato, não estão dados objetivamente, eles serão resultado de uma disputa narrativa. Por um lado, o movimento social vai destacar que o fato de Paola ter sido morta com 12 facadas, demonstra um indício de pode ter sido um crime de ódio, devido à grande quantidade de golpes que foram desferidos contra a vítima, ou que a travesti encontrada afogada no rio Arrudas, com sinais de apedrejamento e tiros pelo seu corpo, ou seja, de brutalidade, foi alvo de um ataque que parece ter tido uma motivação homofóbica. Por outro lado, a polícia vai buscar na vida da vítima as justificativas para a sua morte, questionando frequentemente sobre o seu envolvimento com a prostituição com o tráfico de drogas, evidenciando o fato de quem nem o lugar de vítima essas pessoas conseguem ocupar sem serem questionadas sobre o merecimento de serem rotuladas dessa maneira.

As brutalidades são disputadas e construídas palmo a palmo, golpe a golpe, relatório a relatório. Entretanto, aqui, o domínio do inexplicável perde espaço para as investidas políticas do Movimento. A *homofobia* é o que garante inteligibilidade para os crimes. E isso, diferentemente do que acontece com a personagem hollywoodiana do *serial killer* ou com a seita satânica. Se a *homofobia* não explica o inexplicável diâmetro das facadas ou das pedradas, ela minimamente oferece pistas das vinculações dessas violências com a sexualidade. (EFREM FILHO, 2016, p. 328-329)

Os vestígios apontados pelo movimento social que determinariam o crime de ódio parecem frágeis demais aos olhos dos agentes de segurança pública, principalmente em comparação com todo um arsenal de critérios tão bem consolidados que servem para a leitura

da cena do crime. A travesti que é prostituta será cobrada não apenas pela prostituição, mas pelo próprio território em que circula, “um espaço público noturno, sombrio, delinquente, portanto, em que a sexualidade e o crime perfazem a rua e a própria noção de periculosidade pública” (EFREM FILHO, 2017, p. 332). Tal leitura é um prato cheio para determinar a rede de causalidades que vão servir para compreender o crime a partir de uma lente altamente moralizante, tão própria da instituição policial. Efreim Filho (2017) aponta a chave compreensiva dinheiro-sexo, como fundamental nessa disputa sobre a percepção acerca da vítima, aqui eu adicionaria o envolvimento com drogas como um terceiro elemento que aparece com certa frequência nos REDS e nas matérias. Esses três aspectos servirão para retirar o corpo morto do papel de vítima e inseri-la no rol dos indesejáveis, das mortes que não comovem. A relação com a criminalidade se torna a causa do crime, em uma causalidade direta que indica que o crime causa o crime, ou seja, se há envolvimento com drogas essa será a motivação que irá nortear a investigação e a produção do inquérito, eclipsando outras nuances como, por exemplo, o excesso de brutalidade.

Desse modo, o REDS possui um caráter prescritivo, ou seja, prescreve leituras de criminalização e marginalidade, consolidando quadros de sentido que irão nortear não apenas a leitura de um crime específico, mas fortalecer uma forma de compreender os corpos dissidentes como naturalmente pertencentes a uma dinâmica criminal. Então cabe aos dossiês a contraprodução discursiva que servirá de base para confrontar as discursividades hegemônicas que estigmatizam e vulnerabilizam tais corpos.

As textualidades emergem dessas disputas, da multiplicidade de sentidos que serão configurados, em produções e contraproduções discursivas, mergulhadas na complexidade social, operacionalizadas pela normatividade ou pelo questionamento à normatividades. Temos, portanto, um dispositivo, uma rede que entrelaça esse emaranhado de atores, estruturas, normas e dinâmicas sociais.

Nesse sentido, o caso dos dossiês é emblemático, porque eles têm como objetivo dar visibilidade às mortes em uma luta constante pela vida, ao mesmo tempo que utilizam para a produção dos seus dados matérias jornalísticas que muitas vezes partem de um olhar estigmatizante que contribui para o contexto de matabilidade em que esses corpos estão inseridos. Essas produções jornalísticas fornecem certa credibilidade e veracidade aos dados apresentados nos dossiês, então acabam auxiliando no objetivo central, mesmo que as produções textuais se mostrem problemáticas. Isso demonstra que a materialidade textual que se encerra entre a manchete e o ponto final não basta para entendermos completamente a

dinâmica das textualidades de caráter jornalístico que abordam pessoas trans e travestis, tornando necessário ampliarmos o olhar para abarcar também as dinâmicas do movimento social.

Nós já abordamos anteriormente nesse trabalho a questão da violência, principalmente a partir do chamado a não-violência efetuado por Judith Butler (2020). Discutimos as complexidades que envolvem as justificações em torno do uso da violência, assim como sua legitimação enquanto estratégia válida em determinados contextos. Nesse esteio, é pertinente articular as reflexões que apresentamos aqui, avançando a discussão para que ela também abarque o uso da violência enquanto recurso discursivo dos corpos violentados, a potência que essa brutalidade possui quando acionada por quem a sofre.

Conforme vimos, a violência é um argumento escorregadio, disputado, ganha contornos diversos a depender de como, por quem e com qual intuito, é acionada. No caso dos dossiês e outros materiais produzidos pelo movimento social, a violência é usada como um argumento que legitima pautas centrais, como foi o caso da criminalização da homotransfobia²⁶, ao mesmo tempo comemorada por parte do movimento social, mas também criticada por aqueles que não acreditam que saídas punitivas sejam a solução para o enfrentamento desse problema. Desse modo, vemos que a violência é operacionalizada a partir da demanda por um combate à impunidade, que apresenta ares punitivistas. Ocorre que a reivindicação da punição como estratégia política acaba acionando a mesma estrutura do Estado que violenta os corpos vulneráveis, uma das principais responsáveis pelo aparato de vigilância e disciplinamento que incide tão fortemente sobre a dissidência. A lógica é, portanto, muito mais complexa do que pode parecer à primeira vista, o Estado que violenta é o mesmo a que se recorre para responder às violências sofridas.

Não entrarei aqui nos méritos de cada ponto de vista, o que nos interessa é compreender que as textualidades que emergem dessas produções e desses movimentos de questionamento não possuem um endereçamento fixo e pré-definido. São moventes, envolvem dinâmicas complexas e delicadas de sobrevivência e resistência, estão em constante disputa e negociação pelos diversos atores envolvidos.

Como nosso objetivo nessa pesquisa é investigar não apenas os textos encerrados na materialidade dos REDS, das matérias jornalísticas e do dossiê produzido pela ANTRA, como também as textualidades que emergem a partir dessas produções e estão em disputa, optamos

²⁶ No dia 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal passou a considerar crime a discriminação por identidade de gênero e sexualidade, que passou a ser punida pela lei do racismo.

por analisar os dados que dizem respeito ao mesmo período. Ou seja, as matérias, os REDS e os dossiês que contemplam os mesmos anos, para que fosse possível realizar uma leitura cruzada. Sendo assim, como só tivemos acesso aos REDS de 2016 a 2018 e o mapeamento da ANTRA começou a ser realizado em 2017, optamos por trazer os dossiês com dados dos assassinatos do período em que os dados coincidem, 2017 e 2018, lançados em 2018 e 2019. Com isso, o *corpus* contempla os REDS, as matérias e os dossiês sobre os crimes cometidos em 2017 e 2018.

Contudo, o levantamento dos assassinatos realizado pela ANTRA segue sendo feito ano após ano, com um refinamento da metodologia a cada edição e ganhando cada vez mais notoriedade. Conforme consta no dossiê lançado em 2020, a metodologia utilizada segue o padrão internacional da ONG Transgender Europe (TGEU), utilizando principalmente as notícias sobre os crimes como fonte. Atualmente os dados coletados e organizados pela ANTRA nos dossiês são utilizados como fonte para o Atlas da Violência produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que começou a contabilizar os dados de violência contra a população LGBT+ a partir do Atlas publicado em 2019.

A cada edição do dossiê, a ANTRA mantém o destaque para o fato de que não existem dados governamentais sobre a população trans no Brasil, o que faz com que os números dos assassinatos não possam ser analisados em contexto, com relação ao número de pessoas trans no país. Segundo o dossiê de 2020, mesmo com ação ajuizada pela Defensoria Pública da União, realizada a pedido da própria ANTRA, para que fossem coletadas informações sobre a população trans no próximo censo²⁷ realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não há qualquer orientação com relação a isso. Essa questão também é destacada no Atlas da Violência de 2019, que apresenta que a inclusão de questões relativas à identidade de gênero e orientação sexual no recenseamento que se aproxima é um primeiro passo para enfrentar esse problema. A demanda pela produção oficial de dados é uma grande reivindicação do movimento LGBT+, uma vez que eles são fundamentais para a elaboração de análises mais refinadas sobre essa população, que servirão de base para o desenvolvimento de políticas públicas específicas.

Nos Atlas da Violência de 2019 e de 2020²⁸, constam informações sobre a violência contra a população LGBT+, sendo que na edição de 2019 eram utilizados como fonte os dados do Grupo Gay da Bahia (GGB) e, a partir da edição de 2020 os dados da ANTRA também são

²⁷ Até o momento em que esse trabalho foi finalizado, o censo previsto para ocorrer em 2020 ainda não foi realizado.

²⁸ O Atlas mais recente, publicado em 2020, contempla os dados recolhidos nos anos de 2011 a 2018.

utilizados. Fora esses dados recolhidos pela sociedade civil, eles também dispõem de informações das denúncias registradas pelo Disque 100, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e também dos registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde (CERQUEIRA et al, 2020).

GRÁFICO 19

Número de denúncias de violência contra pessoas LGBTQI+, segundo o Disque 100 – Brasil (2011-2018)

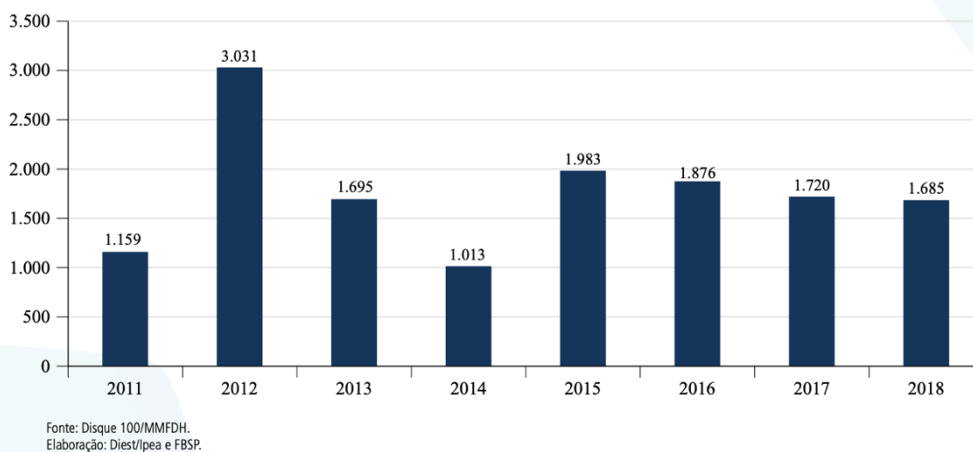
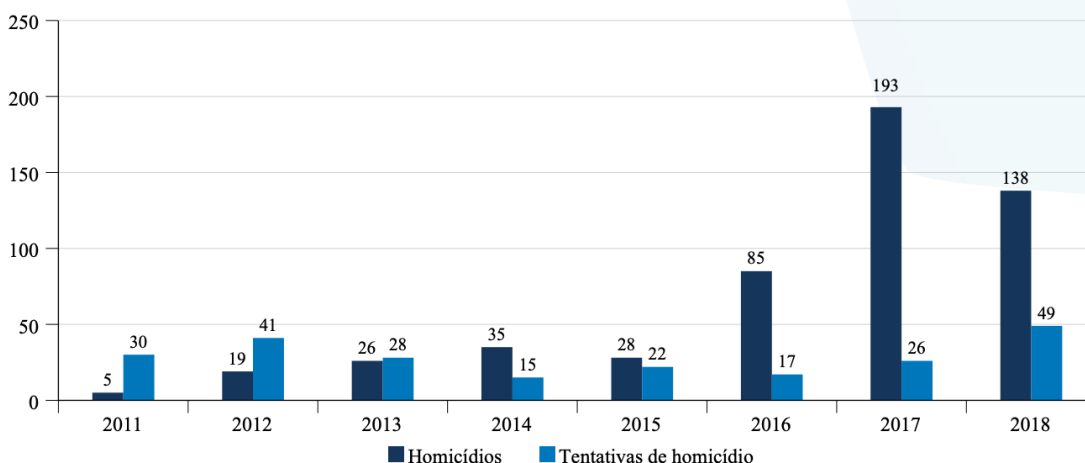


Gráfico 5: Denúncias de violência contra pessoas LGBT+ segundo o Disque 100
Fonte: Atlas da Violência de 2020

Abaixo, o gráfico veiculado no Atlas da Violência de 2020 e que, mesmo abrangendo a população LGBT+ em geral, nos dá um panorama sobre o número de denúncias realizadas pelo Disque 100 que relatavam essa violência. Como o Sinan não categoriza identidade de gênero, apenas orientação sexual, nos ateremos apenas aos dados do Disque 100.

GRÁFICO 21

Número de denúncias de homicídio e de tentativa de homicídio contra pessoas LGBTQI+, segundo o Disque 100 – Brasil (2011-2018)



Fonte: Disque 100/MMFDH.
Elaboração: Diest/lpea e FBSP.

Gráfico 6: Denúncias de homicídios contra pessoas LGBT+ segundo o Disque 100
Fonte: Atlas da Violência de 2020

No período analisado nesse trabalho, entre 2017 e 2018, há uma estabilização no número de denúncias. No entanto, o gráfico que apresenta as denúncias de homicídio e tentativa de homicídio mostra que eles dispararam no mesmo período

Em um recorte por estado, o Atlas nos informa que em 2017 foram feitas 117 denúncias de violência contra pessoas LGBTQ+ em Minas Gerais, sendo que duas delas são de tentativas de homicídio. Já em 2018 foram contabilizadas 103 denúncias, sendo três de tentativa de homicídio. Os números estão muito aquém dos dados produzidos pela ANTRA, mas contribuem para que seja possível visualizar um panorama geral da violência ao longo desses anos que demonstra a “gravidade do tema e como, aparentemente, o problema tem se agravado nos últimos anos” (CERQUEIRA et al, 2019, p. 56).

Ainda que sem respaldo governamental, a produção de dados sobre a violência sofrida pela população LGBTQ+ e, especialmente pelas pessoas trans, tem avançado por meio do trabalho de movimentos sociais e também de iniciativas como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que produzem dados cada vez mais refinados, utilizando metodologias consolidadas. Com isso, há uma diversidade de fonte de dados que podem ser utilizados pelos jornalistas, permitindo uma maior contextualização dos assassinatos dentro do âmbito da matabilidade que observamos, fazendo com que fatos aparentemente isolados, sejam inseridos em um contexto de violência sistemática e vulnerabilização, que escancara a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas específicas pra o enfrentamento dessa emergência. Contudo, nada disso aparece na maioria das matérias, salvo exceções que apresentaremos a seguir e que trazem alguns dados da ANTRA, a abordagem se resume a uma descrição sumária do crime. Isso me faz lembrar de uma fala professor Luã Chagas, que esteve comigo em uma banca de trabalho de conclusão de curso que analisava a violência contra a mulher no programa televisivo *Cadeia Nelas*, veiculado no Mato Grosso. Na ocasião, ele comentou que quando trabalhava como jornalista em uma rádio recebia a seguinte instrução do seu editor quando ia cobrir crimes: “aqui a gente lê o boletim”, se referindo aos boletins de ocorrência da Polícia.

4.4.1 Dossiê ANTRA 2017

Que a indignação nos motive a seguir em frente. E que nossa voz nunca seja silenciada. É nosso dever gritar por elas, por eles, por nós! (Benevides e Simpson, 2017, p. 4)

Em janeiro de 2018, a ANTRA lançou o primeiro dossiê que reúne dados sobre os assassinatos de pessoas trans e travestis do ano anterior. O documento não apenas organiza os

dados do Mapa de Assassinatos²⁹ que mapeou as mortes durante o ano de 2017, mas também expõe questões vinculadas à violência a que as pessoas trans e travestis estão submetidas. Estruturalmente, o Dossiê é composto por textos de membras da Associação, os dados de assassinatos analisados e categorizados, assim como gráficos desenvolvidos a partir desses dados, sobre perfil das vítimas e dos crimes, além de artigos acadêmicos que versam sobre a temática. São 121 páginas de um importante material que nos oferece a visão do movimento social acerca dessa urgência, produzido por Bruna Benevides, secretária de articulação política da associação, e com a revisão de Keila Simpson, presidenta da ANTRA.

O documento apresenta, já em suas primeiras páginas, um trecho de um discurso proferido durante a Assembleia da ANTRA em 2009 em que consta a missão da associação: “Identificar, Mobilizar, Organizar, Aproximar, Empoderar e Formar Travestis e Transexuais das cinco regiões do país para construção de um quadro político nacional a fim de representar nossa população na busca da cidadania plena e isonomia de direitos” (BENEVIDES & SIMPSON, 2017, p. 2). Desse modo, o dossiê se torna uma ferramenta que contribui para uma mobilização em torno da violência sofrida pela população trans, uma das pautas centrais para o movimento. Conforme apontado na terceira página: “apresentamos este relatório evidenciando assassinatos que acontecem contra a população Trans, pela condição de serem quem” (BENEVIDES & SIMPSON, 2018, p. 3).

Como discutimos anteriormente, a violência quando acionada pelo movimento social de transforma em um instrumento de agenciamento político, além de uma estratégia discursiva que ampara a luta contra a homotransfobia. No caso da população trans, a morte enquanto ápice da violência, assim como a constante de casos de assassinato, se transforma em pauta central, na grande urgência a ser enfrentada.

Torna-se cada vez mais difícil lutar por qualquer direito, se o principal, que é o direito à vida, está sendo negado a população trans. Atualmente, a maior luta é a sobrevivência. Essa argumentação ficará explícita com os números deste relatório: hoje não conseguimos sequer sobreviver! (BENEVIDES & SIMPSON, 2018, p. 7)

A reivindicação da violência pelo movimento social torna a violência física como o principal demarcador de urgência, devido à sua potência mobilizadora. O que ocorre é um protagonismo do ápice da violência que impede a sobrevivência de populações marginalizadas, o argumento sugere que apenas depois de superar essa urgência é que outras pautas poderão ser mobilizadas. No entanto, a violência física e o assassinato são os atos finais de uma crescente

²⁹ A partir de 2020 a ANTRA retirou o acesso público ao mapa em que catalogavam os assassinatos ao longo do ano. Atualmente ele está disponível apenas sob solicitação justificada.

de violências sistêmicas que vão determinar o grau de vulnerabilidade a que determinados corpos estarão submetidos. O ciclo de abandono, a rejeição da família, a impossibilidade de finalizar os estudos, de conseguir uma colocação no mercado de trabalho, são responsáveis por inserir as pessoas trans e travestis em uma espiral de vulnerabilidades e estigmas que vão culminar em uma maior propensão à morte. Contudo, essa dimensão sistêmica não tem a potência mobilizadora da morte, como se apenas a violência física letal fosse capaz de afetar e indignar o restante da população.

Dinâmicas semelhantes são utilizadas por outras minorias, escancarando a situação de vulnerabilidade a que determinados corpos estão submetidos, podemos citar como exemplos no contexto brasileiro, o movimento negro, que denuncia o genocídio da população negra e o movimento feminista, que escancara os números de feminicídio que ocorrem no país. Entretanto, por mais que existam semelhanças na forma como a violência é operacionalizada por esses movimentos a fim de respaldar demandas que estão relacionadas com a sobrevivência de corpos marginalizados, vemos que nos exemplos citados há a produção de dados oficiais por parte do Estado, diferente do que ocorre com as violências contra pessoas trans e travestis. Dados sobre a raça das vítimas estão consolidados nos instrumentos de coleta de informações, como é o caso do REDS, para citar um exemplo de que já tratamos nesse trabalho, da mesma forma que após a tipificação da lei do feminicídio, em 2015, é possível encontrar dados com legitimidade institucional sobre esse crime. A necessidade da produção de dados oficiais é, inclusive, um dos motivos apontados na defesa da criminalização da homofobia.

Sem informações oficiais, o movimento trans se mobiliza então para mapear manualmente, caso a caso, a violência que sofrem. Desse modo, o dossiê passa a cumprir também a função de denunciar o descaso com a realidade violenta vivida por essa população. Segundo a associação o Mapa e, conseqüentemente, o dossiê dele derivado, tem como objetivo principal:

“denunciar o aumento dos casos de violência e violações dos Direitos Humanos contra a população de Travestis e Transexuais. (...) O Mapa servirá ainda para denunciar o Brasil frente as cortes internacionais, Tribunais Internacionais dos Direitos Humanos, Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização das Nações Unidas (ONU). Pretendemos ainda, incentivar a discussão sobre a urgência e necessidade de criminalizar a LGBTfobia para tentar estancar essa ferida que segue aberta a tanto tempo.” (BENEVIDES & SIMPSON, 2018, p. 10).

A metodologia de coleta de dados consiste em um levantamento das mortes principalmente por meio de matérias jornalísticas, mas também por outros sites, mídias sociais e canais de comunicação direta como *whatsapp* e *e-mail*. Segundo o dossiê, esse procedimento

é realizado de forma manual, individual e diária. Há também grupos específicos que publicam informações através da rede de afiliadas da ANTRA e da Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública – LGBTI (RENOSP). Após receberem a informação de um caso, é efetuado um trabalho de pesquisa e averiguação, a fim de recolher os dados importantes para o preenchimento do mapa: local do crime, nome, identidade de gênero, idade e raça da vítima, forma da morte. No próprio dossiê há uma ponderação a respeito das matérias jornalísticas:

Existem muitos casos onde intencionalmente, as mídias e jornalistas, fazem uma associação incoerente e fictícia com o uso de drogas ou outras atividades ilegais, ou ainda usam rixas por disputa de territórios para justificar os assassinatos, em uma escrita recheada de preconceitos e ignorância que reforça e perpetua estigmas contra a população trans. Há ainda matérias que expõem fotos dos cadáveres mutilados, o que é uma violação da imagem daquela pessoa, já brutalmente assassinada. Esse modo de exposição também viola as famílias e suas dores. (BENEVIDES & SIMPSON, 2018, p. 13)

É interessante perceber que ao mesmo tempo em que as produções jornalísticas oferecem a credibilidade necessária para legitimar os dados do mapa e do dossiê, algumas delas reproduzem discursos estigmatizantes, reforçam percepções dos agentes de segurança pública. A própria associação faz ressalvas com relação a essas matérias, no entanto, uma vez que não há dados oficiais, é necessário buscar fontes de informação que já possuem credibilidade perante a sociedade em geral, para fortalecer o argumento da violência. O que parece é que não há uma saída fácil para essas limitações, o que evidencia a complexidade desse material.

No que se refere às informações apresentadas no dossiê, vemos que em números absolutos, Minas Gerais é o estado que mais mata pessoas trans no país, com 20 assassinatos em 2017. Apesar disso, proporcionalmente de acordo com o número de habitantes, acaba ocupando o décimo lugar no ranking, posição que divide com o Pará, com 0,95 mortes por milhão de habitantes. A associação estima que a cada 48h uma pessoa trans é assassinada no Brasil e que a idade média das vítimas é de 27,7 anos. Um outro problema enfrentado pela ANTRA no que diz respeito ao tratamento e análise dos dados coletados é a impossibilidade de relacioná-los com dados oficiais sobre a população trans no país, uma vez que não há informações oficiais sobre essa população.

É necessário olhar para esse documento entendendo o seu contexto de produção. Diferente dos REDS e das matérias jornalísticas, os dossiês são utilizados como ferramenta de mobilização política, utilizando estratégias discursivas bem próprias do movimento social. Ao dizer que o dossiê apresenta as mortes de pessoas trans e travestis que foram mortas por serem quem são há o entendimento de que todos os assassinatos possuem, necessariamente, um viés transfóbico e são, portanto, crimes de ódio. Essa sugestão vai de encontro ao entendimento os

agentes de segurança pública que não acionam essa causa na leitura do crime e na produção do REDS. Há então uma disputa de narrativas sobre as mortes, que vai permear a leitura social acerca desses crimes.

Um aspecto destacado no dossiê diz respeito ao alto número de assassinatos com requintes de crueldade, que chega a 85%. São considerados sob esse prisma os casos em que há o uso excessivo da violência, demonstrando o ódio com que o crime foi executado. Corpos gravemente mutilados, incendiados e jogados de viadutos, a introdução de objetos do ânus das vítimas, são citados como exemplos de práticas que configuram requintes de crueldade.

Assim, se o REDS é fruto de uma interpretação arbitrária, que nada tem de neutra, do crime, e apresenta sistematicamente um apagamento das nuances que definiriam tais assassinatos como crimes de ódio, os dossiês servem como uma contraprodução discursiva que evidenciam a dimensão estrutural da transfobia. É como se a chave virasse, ao invés de buscar os vestígios de homotransfobia no crime, parte-se do pressuposto de que a transfobia é estrutural e, portanto, atravessa todas as violências vivenciadas pela população trans, com isso, todo assassinato possui uma dimensão transfóbica, caracteriza-se enquanto crime de ódio.

Trata-se de uma estratégia de leitura social, que instiga uma ampliação da interpretação do crime para além de uma dimensão puramente policialesca, acionadora de uma causalidade simples para a resolução do crime, do autor e da vítima. A experiência de mundo, o contexto de vulnerabilidade, dos envolvidos se torna central para a compreensão do ocorrido.

Antes de apresentar artigos acadêmicos que abordam a violência sofrida por essa população, a ANTRA elenca proposta de ações, sendo que a primeira delas diz que: “precisamos conquistar a efetivação da criminalização, qualificação e tipificação de crimes cometidos por discriminação contra a população LGBTI.” (BENEVIDES & SIMPSON, 2018, p. 29). Desse modo, coibir a impunidade é uma das demandas práticas principais do documento. Esse destaque explicita o que expusemos anteriormente sobre a indicação da punição como resposta principal à violência sofrida, não há aqui uma ponderação a respeito da própria criminalização das experiências trans e travestis que está fortemente presente no sistema de justiça e nas instituições de segurança pública do Estado.

Ao final do material, em uma seção chamada “Palavras da Presidenta”, Keila Simpson apresenta o seu ponto de vista a respeito da realidade violenta vivenciada pela população trans no país, evidenciando aspectos mais amplos ao caracterizar o contexto de violência. “É muito cômodo para uma sociedade excludente relegar esses seres ‘abjetos’ a sua própria sorte e

naturalizar as violências físicas e letais sofridas por elas” (BENEVIDES & SIMPSON, 2018, p. 118). E mais à frente afirma que:

Por tudo isso a ANTRA cansada de assistir aos assassinatos resolveu mapear e encontrar caminhos possíveis para chegar a uma resolução desse problema, pois para nós mais que contabilizar é imperioso qualificar esses assassinatos, desenhar perfis desses crimes e potenciais criminosos, divulgar e cobrar providências para que crimes como esses possam deixar de ser tão naturalizados como hoje é. (BENEVIDES & SIMPSON, 2018, p. 120).

O destaque apara a atuação da própria associação ao desempenhar um papel que deveria ser institucional, contribui para valorizar o trabalho da própria ANTRA na produção e sistematização dos dados e na divulgação do material produzido. Há um conflito constante entre denúncia do descaso institucional com a realidade vivida por essa população e a demanda por uma resolução prática por essas próprias instituições.

Um olhar disposicional nos ajuda a entender essa dinâmica em operação, já que quando deixamos de lado o resultado e passamos a centrar nossa atenção na relação entre os diversos atores, contexto social, as estruturas e os sistemas mobilizados, vislumbramos as disputas, bem as textualidades múltiplas que emergem e contribuem para a conformação provisória de sentido acerca dessas dinâmicas complexas. A sobrevivência enquanto pauta central necessita do acionamento das instituições responsáveis por zelar por ela, ainda que essas mesmas instituições contribuam diariamente para o contexto de matabilidade de pessoas trans, reforçando e reproduzindo estigmas sociais e discursos marginalizantes.

4.4.2 Dossiê ANTRA 2018

A estrutura do segundo dossiê é bem semelhante à do primeiro. Simbolicamente, ele foi lançado no Dia Nacional da Visibilidade Trans, em 29 de janeiro de 2019 e apresenta os assassinatos que ocorreram no ano anterior. Contudo, o dossiê de 2018 conta com a contribuição do Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), sendo, portanto, fruto do trabalho conjunto de duas associações que fazem parte do transativismo. Essa parceria segue até o último dossiê publicado, com dados de 2020, apresentando como autoras Bruna Benevides, da ANTRA e Sayonara Naidier Bonfim Nogueira, do IBTE. O intuito é, segundo o próprio documento, ampliar “a capacidade de pesquisa e aprofundamento nos dados. Inclusive firmando o compromisso do lançamento unificado das publicações que antes eram feitas de formas autônomas por ambas as instituições” (BENEVIDES & NOGUEIRA, 2018, p. 5).

Ao contrário do que pode parecer a quem observa de fora, os movimentos sociais que lutam pelas causas LBGT não são completamente articulados e unificados, no âmbito da

militância há muita discordância e embate, nas palavras de Facchini (2005), são um amálgama mutável e ativo. Isso ocorre, conseqüentemente, com o movimento trans, há instituições e associações que se voltam para essa causa mas que diferem entre si em objetivos e estratégias. Ocorre que a potência mobilizadora da violência letal que acomete a população trans contribui para estimular o fortalecimento ou a construção de relações mais próximas entre instituições diversas, como é o caso da articulação entre ANTRA e IBTE para a produção unificada dos dados sobre os assassinatos.

Boa parte das reivindicações permanecem, portanto iremos apresentar algumas que são realizadas de forma mais contundente nesse segundo dossiê. Como é o caso dos dados estatísticos sobre a população trans. O texto informa que:

Em março de 2018, a ANTRA oficiou a Defensoria Pública da União (DPU), a fim de que esta se manifeste e acione o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para incluir no próximo censo, previsto para 2020, as questões demográficas da população LGBTI e especialmente Trans, e está sendo movida uma ação neste sentido. (BENEVIDES & NOGUEIRA, 2019, p. 8).

É possível apontar como uma das principais fragilidades dos dossiês o fato de que os números absolutos são pequenos, tendo em vista a proporção de pessoas trans e travestis em comparação com a população cisgênera. Ou seja, ainda que proporcionalmente o número de assassinatos sejam extremamente altos, lidos de forma separada não impressionam o restante da sociedade. Uma forma de fortalecer essas informações é exatamente trabalha-las a partir de dados demográficos oficiais, que forneçam os parâmetros de análise.

Um exemplo disso diz respeito à subnotificação. No ano de 2018 foram contabilizados 163 assassinatos, sendo o número em 2017 foi de 179. Houve, portanto, uma diminuição do número de casos. Contudo, o próprio dossiê aponta na metodologia, que essa diminuição é falsa, visto que houve um aumento de 30% na subnotificação dos casos pela mídia, ou seja, o número mortes informadas por outros canais sobre as quais não foram encontradas notícias aumentou em 30% em comparação com o ano anterior.

Em 2017 foram 34 casos não noticiados, contra 44 em 2018. Deste modo, deixa-se uma pergunta sobre o que de fato vem acontecendo com estes números, quando fica expresso que a não vinculação destes assassinatos evidencia que não houve queda real. Visto que, se fossem publicados, os dados seriam ainda maiores. Portanto, percebe-se que não houve uma queda no número dos casos, mas um aumento no número de subnotificações, em relação aos casos publicados. (BENEVIDES & NOGUEIRA, 2019, p.16)

O destaque então sai do âmbito da redução dos assassinatos e recai sobre o aumento da invisibilidade dessas mortes. Não tenho a intenção de deslegitimar o trabalho realizado pelas

associações, mas é preciso destacar que os dados produzidos dentro desse contexto de denúncia da violência letal têm como objetivo escancarar a vulnerabilidade, causar indignação, afetar a sociedade como um todo, por isso o argumento da violência precisa ser fortalecido a cada dossiê, enquanto não houverem medidas para solucionar efetivamente o problema. Assim, a violência como estratégia discursiva precisa se ancorar em outras estratégias que fortalecem o argumento da matabilidade. A interpretação dos dados não é neutra, ela faz parte de um propósito, o que acionamos e o que apagamos vão contribuir para que o efeito desejado seja ou não alcançado.

Em Minas Gerais o número de assassinatos caiu de 20 para 9, fazendo com que o estado passasse a ocupar a posição 24 no ranking que leva em conta a proporcionalidade com relação ao número de habitantes.

É pertinente destacar a leitura interseccional que foi realizada nesse dossiê. Com relação à população trans negra, observou-se que 82% das vítimas eram pessoas negras e pardas, sendo que travestis e transexuais negras também são maioria na prostituição de rua. “As mortes continuam aumentando nas camadas mais vulnerabilizadas da população Trans. Moradoras de periferia, negras, e com baixa escolaridade” (BENEVIDES & NOGUEIRA, 2019, p. 41). A esses dados, soma-se a questão da idade, quanto mais jovem, mais suscetível à violência e à morte: 60,5% das vítimas tinham entre 17 e 29 anos, 29,1% tinham entre 30 e 39 anos, 10,5% entre 40 e 49 anos. O documento também revela que a possibilidade de ser assassinada diminui ao longo dos anos para aquelas que ultrapassam a estimativa de vida. Segundo os dados de 2018, a média de idade das vítimas é de 26,4 anos, apresentando uma queda de 1,3 ano em relação ao ano anterior, evidenciando novamente o risco a que as pessoas trans e travestis mais jovem estão submetidas.

O Transfeminicídio vem se reproduzindo entre todas as faixas etárias. Uma pessoa Trans apresenta mais chances de ser assassinada do que uma pessoa cisgênera. Porém estas mortes acontecem com maior intensidade entre travestis e mulheres transexuais, negras. Assim como são as negras as que tem a menor escolaridade, menor acesso ao mercado formal de trabalho e a políticas públicas. (BENEVIDES & NOGUEIRA, 2019, p. 21).

A prostituição irrompe como uma questão central na análise dos crimes. É interessante que enquanto há uma crítica a forma como a polícia e os jornais acionam a prostituição, de forma a deslegitimar a vítima por uma culpabilização de caráter estigmatizante que recai sobre a prostituição, no que se refere à abordagem do próprio movimento social há uma mudança com relação à visão sobre o trabalho sexual. Há sempre a ponderação a respeito da necessidade de se enxergar a prostituição como um trabalho digno, que não torna a trabalhadora sexual

inferior ou amoral, em uma tentativa de romper com o estigma, entretanto, também há afirmações que apresentam o caráter compulsório da prostituição no caso das pessoas trans.

Esse caráter compulsório diz respeito ao ciclo de violência sistêmica a que as pessoas trans e travestis estão submetida. Conforme apontam as autoras, “o não reconhecimento das identidades trans, o abandono familiar, a exclusão escolar, a precarização laboral e a exclusão do mercado de trabalho, são aspectos que levam a marginalização dessa população” (BENEVIDES & NOGUEIRA, 2019, p. 11).

Esse olhar ampliado para o contexto de marginalização da população trans e travesti contribui para um melhor entendimento dessa espiral de abjeção, vulnerabilização e marginalização. A própria prostituição parece ser um fator de risco, já que 65% das vítimas são profissionais do sexo e 60% dos crimes ocorreram na rua. Com o avanço da idade, a prostituição vai deixando de ser uma fonte de renda sustentável, o que pode ajudar a diminuir o risco de morte das mulheres trans e travestis mais velhas, conforme vemos nos dados sobre idade que já apresentamos.

As autoras também chamam atenção pra dimensões culturais da própria sociedade brasileira. Se no dossiê anterior já estava apontado o aumento do conservadorismo como uma maior vulnerabilidade e estigmatização das pessoas trans, no dossiê de 2019 as autoras apontam a intolerância religiosa como uma característica que possui uma parcela de contribuição no aumento da violência, já que “fazem questão de apontar nossa população como algo que no entendimento deles não é sagrado e deve ser expurgado do convívio social” (BENEVIDES & NOGUEIRA, 2019, p. 41). Aqui vemos as sutilezas da norma serem evidenciadas a partir do seu papel na disciplina e na vigilância dos corpos dissidentes, de uma forma que nos permite romper com um olhar que se atenta apenas algoz-vítima e avançar para uma compreensão muito mais ampla e complexa acerca dessas emergências.

5. Uma leitura articulada das textualidades

Após efetuar uma leitura de todo o material, realizei uma análise cruzada entre matérias jornalísticas e REDS, que tornou possível perceber recorrências e singularidades no que se refere às textualidades que abordam os assassinatos que fazem parte do nosso material. Após a análise, reuni os casos em chaves de leitura, a partir, principalmente, das similaridades entre produções textuais. Os dossiês entram nessa análise cruzada a partir do seu potencial questionador, da sua contraprodução discursiva. Como vimos, eles destacam aspectos diversos da estigmatização dos sujeitos trans, que podem ser observados constantemente nos REDS e nas matérias.

Tanto o olhar disposicional que utilizo para a leitura, como o caráter provisório da configuração de sentidos sobre a qual queremos chamar atenção quando falamos em textualidades, dificultam a construção do texto que apresento aqui. As considerações que vemos a seguir não são definitivas, elas emergem desse plasmar provisório que a leitura articulada de produções tão diferentes permite nesse momento. As recorrências são valiosas, assim como as lacunas, as incoerências e as contradições, já que é esse arsenal múltiplo de sentidos acionados que configuram os quadros de inteligibilidade através dos quais as vidas e as mortes trans serão compreendidas.

Iniciei a análise pelas matérias jornalísticas, por causa da minha familiaridade com o material, logo após parti para a leitura dos REDS. Logo nas primeiras linhas percebo que o primeiro assassinato de 2017 ocorreu a apenas 500 m da minha casa. Em um prédio pequeno de muros verdes, em uma rua residencial de um bairro antigo de Belo Horizonte conhecido por abrigar muitos idosos. Como disse, moro a 500 m do prédio, várias vezes por semana vejo velhinhas e velhinhos indo para a aula de hidroginástica do Sesc, ou caminhar na pracinha que possui um veículo da Polícia Militar a postos para resolver qualquer problema que os moradores possam ter. Dois quarteirões abaixo está a avenida Pedro II, que além de ligar o centro da cidade à região noroeste também é conhecida como ponto de prostituição de travestis. Assim, além dos velhinhos que vão para a hidroginástica do Sesc, eu também me deparo frequentemente com mulheres trans e travestis em meu caminho para o supermercado. É interessante pensar o quanto a simples presença dessas pessoas gera um incômodo em quem passa pela avenida. Lembro de uma vez em que descia para ir ao supermercado Villefort, era cerca de 18h30 de um dia de semana e além de mim haviam também mais duas mulheres, aparentemente voltando do trabalho, que comentavam algo tipo “não olha muito na direção delas, elas não gostam”. Logo na esquina havia uma travesti com sua pose altiva, coluna ereta, bunda empinada, trocando o

peso do corpo de uma perna para outra no salto alto. Institivamente quando passei por ela não olhei em sua direção, talvez por causa do alarme dado pela mulher que a transformou nesse ser mítico para o qual não podemos olhar sem correr risco, uma espécie de medusa.

Se por um lado a sua presença gera um incômodo, sua morte não parece causar o mesmo efeito. É necessário, portanto, uma voz que diga que essas mortes não são aleatórias, mas pertencem a um contexto de matabilidade, em que pessoas trans e travestis são assassinadas e não há uma comoção no que se refere a esse cenário. Desse modo, delimitamos uma primeira chave de leitura dos casos, que diz respeito exatamente às textualidades que acionam de algum modo esse contexto.

1) Assassinatos que acionam o contexto de matabilidade

Mirella foi encontrada morta no quarto do apartamento onde morava, havia um pedaço de pano enrolado em seu pescoço e a causa da morte apontada foi estrangulamento. O relato do histórico da ocorrência começa contando exatamente sobre o local, conhecido por ser um prédio onde residem “vários³⁰ travestis” que utilizam o lugar para morar e também para programas sexuais³¹ que são marcados por um site cujo endereço consta no texto do REDS. Uma explicação minuciosa que antecede até mesmo a apresentação da vítima e a descrição de como o corpo foi encontrado. Assim, quando entendemos que Mirella morreu estrangulada no quarto da sua própria casa, já sabemos que o lugar era utilizado para programas e em qual site os programas eram combinados. Destaco novamente: antes mesmo de sabermos que Mirella morreu estrangulada.

Essa insistência de encontrar na prostituição o motivo para os crimes é denunciada nos dossiês da ANTRA, ela evidencia a necessidade de encontrar uma causa imediata e convincente para o crime, que não só desestabilize o lugar de vítima ocupado por Mirella e outras travestis, como se ela não tivesse direito a ele, como também obscureça o contexto estrutural de violência contra pessoas trans. Ao encontrar uma motivação direta, apaga-se completamente a possibilidade de ter sido um crime de ódio caracterizado por transfobia. Nesse sentido, vemos

³⁰ Optei por manter a forma como está escrito no REDS toda vez que for necessário demonstrar as formas com que o desvio de gênero é evidenciado, como quando há o tratamento da vítima no masculino.

³¹ Em toda a nossa análise a prostituição aparece como algo que quando surge nas textualidades opera de forma a culpabilizar a vítima. No entanto, é necessário destacar que não enxergamos a prostituição como algo que naturalmente faça com que a vítima seja culpada de sua morte, mas, por estar vinculada a um estigma social, percebemos que ela é sempre acionada de modo a tornar o crime menos importante, como se a vítima, por ser prostituta, se colocasse em situações de risco propositalmente e por isso sua morte não impressiona, nem comove.

operar um jogo complexo em que as lacunas apontam para um apagamento, enquanto os excessos reforçam o estigma.

Quem encontrou o corpo de Mirella foi sua colega de apartamento, também travesti, que produz um relato que nos permite imaginar a vítima ainda viva, ao dizer que percebeu um semblante triste na amiga na noite anterior à sua morte, o que é repetido por outras testemunhas. O histórico avança em um misto de humanização e culpabilização de Mirella a partir da sua dissidência de gênero. A prostituição é evidenciada em diversos momentos, e vemos despontar a ideia de que o assassino deve ser um cliente, ainda que a vítima tenha prestado queixa anteriormente por uma agressão feita por um ex-cônjuge. Ao mesmo tempo, o relato apresenta que várias pessoas apareceram no local, contando que Mirella era uma pessoa muito querida por todos. O depoimento do namorado de Mirella também é destaque.

Durante todo o texto o nome de registro de Mirella é utilizado, assim como das demais travestis. O nome social é apresentado entre parênteses, como “nome fantasia”, ou a partir da ideia de “atende pelo nome”. É importante questionarmos de que maneira essa característica opera socialmente. Nos parece que se trata de uma reiteração do desvio que auxiliaria na constituição de uma culpabilização por meio do destaque da diferença, que insere Mirella em um lugar específico da hierarquia social, de forma articulada com a prostituição, mostra-se como um artifício importante na caracterização dessa morte (e dessa vida).

Em contrapartida, há uma espécie de humanização da vítima a partir do lamento apresentado pelas testemunhas, o que complexifica a textualidade emergente. Há uma disputa posta no texto do histórico do REDS que por um lado busca enquadrar o assassinato no contexto de “apenas mais uma prostituta que morreu porque se colocou em risco ao receber em casa uma pessoa desconhecida” e por outro apresenta outras possibilidades, por meio da fala das testemunhas que buscam dar à Mirella um caráter humano. O caso de Mirella trata-se de um dos dois casos do material coletado que ocorreu em contexto privado, o que permite uma maior riqueza de detalhes no que se refere à investigação.

Em comparação à matéria jornalística, nota-se que o REDS apresenta o caso de forma mais completa, com pormenores que não estão presentes no texto do *portal G1*³². Nos chama atenção que segundo a Polícia Militar tratava-se desde o início da morte de uma travesti, o que é comprovado pela descrição pormenorizada do apartamento caracterizado por servir de moradia para várias travestis e, no entanto, a primeira versão da matéria apresentava a vítima

³² Ver: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/garoto-de-programa-e-encontrado-morto-em-belo-horizonte.ghml>

como um garoto de programa, erro que demandou uma correção do próprio site: “(Correção: o G1 errou ao publicar que a vítima era um garoto de programa. Na verdade, era uma travesti. A informação foi corrigida às 21h32.)”. Há um aparente descompasso entre as textualidades, o que atrapalha a configuração de um texto mais completo sobre o caso, fazendo com que restem lacunas.

A narrativa simplista não avança em detalhes e tem como única fonte a PM. Ao final, apresenta *que*: “A ONG TransVest lamentou a morte da travesti e disse que ela estava matriculada na entidade para fazer aulas de inglês e pré-Enem.”. No que se refere ao jornalismo, trata-se de uma forma de contextualizar a morte, encontrar outras vozes para constarem no texto. No caso de Mirella, no entanto, há um apagamento das pessoas à sua volta que lamentaram a sua morte, que ainda que apareçam no REDS, não estão presentes no texto jornalístico. A textualidade que percebemos emergir torna-se difusa, com incoerências e lacunas, demonstrando que não há uma homogeneidade que possa ser apropriada textualmente para ganhar circulação.

Esse artifício jornalístico de acionar uma instância coletiva, principalmente do movimento social, para comentar a morte não é utilizado apenas no caso de Mirella. Ao avaliarmos se há alguém que lamenta as mortes de trans e travestis, esse aspecto parece relevante. É possível compreender que a morte deixa de possuir um caráter puramente individual, um caso isolado, e ganha contornos políticos, assim como ocorre quando o contexto de assassinatos de travestis e transexuais é citado nas matérias. Algumas questões parecem emergir dessa percepção: como o desvio compartilhado por mais sujeitos auxilia em uma configuração de precariedade? Quais as singularidades que uma humanização pela via da coletividade possui? A identidade individual se dilui para que a coletiva se instaure?

Nessa mesma linha, uma importante ativista da causa trans em Belo Horizonte é quem lamenta a morte de Sophia Castro, o segundo assassinato de 2017. O trecho que contém as falas de Anyky Lima é o seguinte:

“Ela tinha o sonho de ter a casa dela. As coisas dela”, disse a travesti e vice-presidente do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual (Cellos-MG), Anyky Lima, que abrigou Sophia em sua casa por um ano. “Eu a conheci quando ela tinha 19 anos. Muito jovem. É muito triste. Estão nos matando”.³³

Há ainda na matéria uma contextualização a respeito do contexto de violência contra travestis e transexuais no Brasil, apontando que Sophia é a 54ª travesti assassinada no país só

³³ Ver: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/policia-investiga-morte-de-travesti-em-contagem-na-grande-bh.ghtml>

naquele ano até o momento da matéria, segundo dados da Rede Trans Brasil. Novamente, assim como ocorreu com Mirella, podemos observar o acionamento de uma coletividade e de um contexto na abordagem jornalística das mortes, importantes para a sua caracterização. Essa instância coletiva, de transativistas, é importante para refletirmos sobre a relação entre a performatividade de gênero e a precariedade, uma vez que se a precariedade desses sujeitos é maximizada por uma performatividade de gênero que tensiona a norma, é exatamente através da união desses corpos dissidentes e do seu clamor que essas mortes passam a ter outro significado, elas escancaram o contexto de matabilidade, evidenciam o extermínio, demandam que algo seja feito.

Sophia era uma mulher transexual que tinha 21 anos e morreu estrangulada em Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte. O REDS que informa sobre seu assassinato foi um daqueles que só foram encontrados em uma segunda pesquisa, a partir dos dados do mapa e da mídia. No histórico, o foco é o autor, que confessou o crime a um amigo que chamou a polícia. O autor conta que se encontrou com uma travesti para realizar um programa sexual, os dois consumiram drogas e a vítima começou a agredi-lo. Ao defender-se o autor acabou estrangulando Sophia até a morte. A vítima é mencionada brevemente no relato sobre a conclusão da perícia de que ela estaria morta há cerca de 6 horas. Nada mais é dito sobre ela, mas ao final há o adendo de que a testemunha afirma que o autor possui problemas psicológicos.

Podemos perceber uma inversão completa: na matéria a vítima é a protagonista do relato, já no REDS consta apenas a narrativa do autor e da testemunha. No REDS não há sequer o nome da vítima, uma vez que, conforme é apresentado, o autor não sabia dizer nem o seu nome nem a sua “alcunha”. Seu corpo foi identificado por amigos cinco dias depois. Assim, há um apagamento completo da vítima no REDS, enquanto na notícia há um destaque para ela e também para a causa trans.

É possível notar uma segunda inversão ao contrapor o caso de Sophia ao de Mirella. Enquanto sobre o assassinato de Mirella o registro policial é mais completo e traz pormenores e a matéria é simplista, no que se refere ao crime cometido contra Sophia, o que ocorre é o contrário, a notícia busca contextualizar o caso, traz a fala de Anyky lamentando a morte, já o REDS praticamente não apresenta nada sobre a vítima. Nos parece que isso pode estar vinculado aos papéis sociais de cada uma dessas instituições, enquanto a polícia tem como objetivo encontrar quem cometeu o crime, reunindo o máximo de informações nesse primeiro momento, o jornalismo deve executar um gesto interpretativo sobre esse assassinato,

demonstrando do que ele é sintomático e com qual contexto se articula. Desse modo, no caso de Mirella há o objetivo de recolher informações das pessoas que tinham alguma relação com a vítima, já no caso de Sophia, já havia um assassino confesso, e o intuito era buscar reconstituir a cena. Ao perceber isso, é possível reinterpretar o que chamamos de humanização de Mirella no texto policial: ela só ocorreu por meio da fala das testemunhas e provavelmente só consta no histórico porque pode auxiliar para desvendar o crime.

Quem lamenta a morte de Sheila Medeiros é o vereador de Três Pontas, Maycon Machado. E é exatamente a sua fala na câmara da cidade que é o mote da matéria jornalística que trata do assassinato. A mulher transexual de 37 anos foi encontrada morta em um terreno baldio, seu corpo estava seminu e apresentava marcas de violência. Sobre o lamento da morte, que se vincula ao nosso eixo sobre a relação entre a performatividade de gênero e a precariedade, o relato jornalístico sobre o assassinato também insere o crime em um contexto de violência, só que de uma forma diferente dos casos anteriores, já que aqui o foco é a própria fala do vereador. Segundo a notícia:

Na Tribuna, Maycon fez um pedido de socorro para a extinção do preconceito e homofobia especialmente. Na visão dele, as pessoas precisam respeitar mais o ser humano, independente de sua raça, credo ou opção sexual.³⁴

Nesse sentido, há uma lógica de operação distinta, já que a disputa de sentidos presente na política aciona um outro contexto de atuação. Ainda assim, é possível perceber singularidades na notícia, como o fato de que ainda sendo um texto que repudia a morte de uma mulher trans, seu nome social não é respeitado completamente, uma vez que o nome de registro de Sheila é apresentado na matéria. Nos parece que há uma incompreensão generalizada no que diz respeito ao modo de abordar esses corpos. Não queremos dizer que o fato de apresentar o nome social deslegitima completamente a abordagem da notícia, mas destacar que há um despreparo por parte da mídia da forma de lidar com a própria transexualidade e com os sujeitos trans.

O caso de Sheila é o segundo da amostra que necessitou de uma segunda pesquisa para que o REDS fosse encontrado. O motivo fica claro ao lermos o histórico da ocorrência: em momento algum o fato de se tratar de uma mulher trans é mencionado. Ainda que, segundo a matéria, Sheila fosse conhecida na cidade, o texto do histórico apresenta apenas o seu nome de registro e o apelido “Tedi”, que não se assemelha em nada com Sheila. Ao compararmos a matéria com o REDS, um segundo aspecto nos chama atenção, na notícia há uma foto de Sheila,

³⁴ Ver: <https://www.equipepositiva.com/maycon-machado-repudia-morte-da-transexual-sheila-medeiros/>

com traços femininos marcantes, maquiagem e cabelos longos, o que torna ainda mais incompreensível que a identidade de gênero não seja apontada no REDS, nem nos dados, nem nos históricos. Em uma primeira leitura sequer parece que a notícia e o REDS abordam a mesma morte, sendo necessário observar uma série de outros dados como a data e o local exato para que seja possível ter certeza de que é a morte de Sheila Medeiros que está descrita no REDS. É, portanto, a terceira incoerência entre esses textos que podemos notar e que apontam para uma textualidade difusa que emerge a partir desses casos e dos discursos produzidos a partir deles.

Além de dificultar o processo de coleta e análise de dados dos crimes, esse ocultamento destoa do padrão de um destaque do desvio, observado na maioria das produções, em que ele é utilizado inclusive como forma de culpabilizar a vítima, tornando a sua morte algo que não comove uma vez que se trata de um sujeito desviante. A questão que aponta é: o que esse apagamento significa? Ao ocultar o desvio a possibilidade do desvio também é ocultada, essa pode ser uma chave de leitura. Ou talvez seja uma atitude proposital a fim de dificultar a produção dos dados. De qualquer forma devemos ter em mente que nem o destaque da dissidência nem o seu ocultamento são gratuitos em uma sociedade generificada, ainda mais em se tratando de um assassinato.

No dia 2 de junho de 2017 R.³⁵ é morta a tiros dentro de um carro na região de Santa Branca. Sobre o crime, o jornal *O Tempo* produz uma matéria com o seguinte título “Travesti é baleada dentro de carro e morre no bairro Santa Branca”.³⁶ Na notícia consta que a vítima não foi identificada, no entanto, o discurso do “corpo encontrado” não é utilizado. A matéria também surpreende ao trazer uma fala de Bruna Benevides, secretária da ANTRA, que comenta o grande número de assassinatos e aponta uma possível subnotificação, conforme podemos observar no trecho:

Obviamente este número é ainda maior, pois nós contabilizamos os casos que nos chegam e os que aparecem na imprensa, mas muitos casos ainda não são reportados, em muitos casos a vítima, que é travesti ou trans, é descrita como “homossexual” ou “homem vestido de mulher”

Assim, a fala de Bruna é apresentada na notícia de modo a complementar o texto, que não apresenta muitas informações, por meio da contextualização da violência sofrida pela população trans. Nos parece pertinente apontar que por se tratar de uma vítima não identificada

³⁵ No REDS consta apenas o nome de registro, que preferimos ocultar neste texto.

³⁶ Ver: <http://www.otempo.com.br/cidades/travesti-%C3%A9-baleada-dentro-de-carro-e-morre-no-bairro-santa-branca-1.1481520>

a contextualização é a única ferramenta que permite a produção de um texto jornalístico mais completo, que não se limite a uma nota que descreva que uma travesti foi encontrada baleada. Do mesmo modo que, uma vítima não identificada, sem nome, sem rosto, permite que o contexto ganhe uma maior notoriedade no relato, tornando o crime algo que não é apenas pontual, mas que faz parte de uma rede de violência vivenciada por pessoas trans, muitas vezes não identificadas e anônimas, simplesmente corpos encontrados, como poderemos perceber no decorrer da descrição dos assassinatos que fazem parte do material que coletamos.

Ao lermos o REDS que trata da morte dessa vítima, nos deparamos com um relato mínimo, baseado na fala de uma testemunha que estava no local no momento em que a vítima saiu ensanguentada do carro em que estava. Por se tratar de um crime que ocorreu em via pública, o procedimento de captação de informações parece ser dificultado e o REDS não avança com informações que nos permitam identificar a vítima ou entender melhor o assassinato.

Nesse caso, assim como nos outros que apresentam esse contexto para o leitor, as mortes são tratadas por um viés de certa forma crítico, que mostra o assassinato desses sujeitos a partir de uma chave de abordagem que questiona o contexto de vulnerabilidade a que essas pessoas estão sujeitas simplesmente por não se submeterem a uma norma de gênero socialmente imposta, o que nos diz de uma emergência de discursos questionadores no âmbito do jornalismo, que é positiva, ainda que incipiente. Além disso, vimos que há uma coletividade que lamenta essas mortes, seja ela na forma de uma militância organizada, como a ANTRA, O TransVest e a Rede Trans, ou na figura de uma importante ativista ou personagem político, como a Anyky Lima e o vereador Maycon Machado. No entanto, com exceção do caso de Mirella, em que o REDS apresenta diversas testemunhas que a conheciam e lamentaram a sua morte em seus depoimentos, em nenhum dos outros textos aparece algum familiar ou amigo que expressasse um luto pela morte do indivíduo em específico. É possível indagar como se dá a relação entre a precariedade e a performatividade nesses casos. Nos parece que há uma voz politicamente organizada que aponta a matabilidade da população trans, fazendo com que a dissidência performada se torne a chave de compreensão de uma precariedade que é inerente a essas pessoas, que são vulneráveis, marginalizadas. O clamor aqui é correspondente ao produzido pelo próprio dossiê da ANTRA e diz: “nós estamos sendo exterminadas” “parem de nos matar”.

Tal perspectiva nos leva para a nossa segunda chave de leitura analítica, em que reunimos os casos cujas textualidades de algum modo autorizam que a vítima seja entendida em sua dimensão de vítima.

2) *Quando o papel de vítima é minimamente assegurado*

O texto jornalístico que conta o assassinato de Renata possui o seguinte título “Travesti é morta a pauladas após sofrer ameaça em Uberlândia”.³⁷ Acreditamos que a frase seja resumidora do que estamos entendendo como assegurar minimamente o papel de vítima. Ao dizer que Renata morreu após sofrer ameaças, apresenta-se um contexto em que a morte é fruto de um processo que já vinha se configurando ao longo do tempo. Não havendo, por conseguinte, uma culpabilização dessa vítima e, assim, ela é autorizada a ocupar o papel de vítima ainda que o seu desvio de gênero esteja presente nos relatos. Outro aspecto que faz com que um movimento de humanização da vítima seja feito, consiste na apresentação de vínculos, de uma história prévia que faz com que ela seja entendida não apenas como uma travesti que se colocou em risco e morreu, mas como uma pessoa com uma vida, amigos, namorado, família. Isso fica evidente no início da matéria, em que consta que a vítima estava em um carro com seu namorado voltando de uma festa infantil. Tal característica não foi vista em nenhum dos outros textos analisados, que parecem querer dizer que não havia nada naquelas existências para além do desvio. A normalidade, que emerge dessa descrição do que precedeu a sua morte, destoa da excepcionalidade utilizada com frequência para caracterizar as vivências das pessoas trans. Ela estava vindo de uma festa infantil, com seu namorado, há uma normalidade da conduta que conflita com a própria compreensão predominante das experiências da dissidência.

No entanto, a notícia veiculada pelo portal do jornal *Folha de São Paulo* apresenta problemas típicos da cobertura dos assassinatos envolvendo trans e travestis, como, por exemplo, utilizar o nome de registro ao falar da vítima e sequer citar o nome social de Renata. É curioso que durante todo o restante da matéria nada seja dito sobre a identidade de gênero da vítima, uma vez que o termo “travesti” está em evidência no título. A matéria tem como fonte exclusiva a PM e apresenta uma fala de testemunha a que o jornalista teve acesso pela polícia.

No REDS sobre o caso, a identidade de gênero é preenchida, assim como o campo para o nome social. Além disso, diferente que ocorre do assassinato de R., baleada dentro do carro

³⁷ Ver : http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1893302-travesti-e-morta-a-pauladas-apos-sofrer-ameaca-em-uberlandia-diz-pm.shtml?utm_source=facebook&utm_campaign=noticias&utm_content=geral

em Santa Branca, ainda que o crime tenha acontecido também em uma via de acesso pública, há uma descrição mais detalhada. Um dos principais depoimentos do histórico é o de uma testemunha que relata um episódio em que Renata foi ameaçada por um cliente e, depois disso, em um outro momento o mesmo cliente foi atrás dela de moto tentando agredi-la.

Corroborando com o que diz Bruna Benevides, no histórico a vítima é apresentada como um homossexual que realizava programas sexuais com outros dois homossexuais. Com o destaque para a prostituição, percebemos a disputa de sentidos presentes nas textualidades do caso. Ainda que o desvio da norma de gênero seja apontado e reiterado algumas vezes, assim como há uma indicação de que a vítima era garota de programa, o que em outros casos serve como forma de culpabilizar a própria vítima, há também uma humanização de Renata, inserindo-a dentro de uma história de vida, apresentando pessoas vinculadas a ela como um namorado e o próprio pai que aparece como uma das testemunhas do REDS.

O texto do histórico ainda impressiona por outro aspecto, Renata estava acompanhada do namorado no momento da agressão e ele afirmou ter ficado paralisado e sem ação. A sensação de desamparo e abandono daquela vítima desponta a partir desse depoimento. Ao lê-lo me questionei exatamente sobre isso, sobre o falo dela estar desprotegida até mesmo acompanhada. É possível afirmar que são essas questões que fazem com que Renata seja compreendida enquanto uma vítima que merece o luto dos familiares e a nossa indignação ao pensarmos que morte poderia ter sido evitada se algo tivesse sido feito com relação às ameaças. Nesse sentido, observamos as diferentes operações das textualidades que abordam essas mortes e que estão em disputa. Não há consenso nem homogeneidade, há uma rede, um emaranhado de vozes que juntas compõem o entendimento sobre essa morte e, conseqüentemente, a caracterização de uma precariedade.

Algo semelhante ocorre nos relatos sobre a morte de Natalia. Há duas matérias diferentes sobre o caso, que mobilizam sentidos diversos. Na notícia do *portal G1*, o título genérico e curioso “Travesti é achado morta em rua de Campos Altos”³⁸ insere Natalia no rol de corpos encontrados, além de apresentar um erro que auxilia no destaque da dissidência de gênero “achado morta”. Já na matéria do portal local *Guarda dos Ferreiros* o título se assemelha ao de Renata ao afirmar que “Travesti é perseguida e assassinada em Campos Altos”³⁹. A ideia de perseguição, assim como a de ameaça, ajuda na compreensão do crime como algo mais

³⁸ Ver: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/travesti-e-achado-morto-em-rua-de-campos-altos.ghtml>

³⁹ Ver: <http://www.guardadosferreiros.com/noticia/2719/travesti-e-perseguida-e-assassinada-em-campos-altos.html>

complexo, torna possível imaginarmos uma cena em que a vítima é perseguida pelo seu assassino. A notícia do *GI* apresenta uma denúncia anônima sobre uma mulher que estava correndo pedindo socorro com um homem atrás dela dizendo que iria matá-la. Assim, entendemos que a forma como esse relato é construído, caracteriza Natalia como vítima.

Creio que você já esteja esperando o momento em que eu irei escrever “no entanto”, não é mesmo? Infelizmente, parece que mesmo nos textos em que a vítima é autorizada a ocupar esse papel é sempre possível apresentar questões problemáticas. As narrativas que tratam do assassinato de Natalia não fogem à essa regra, o discurso de “conhecida como” está presente na notícia do *Guarda dos Ferreiros*, assim como o nome de registro da vítima. O papel de vítima está em uma disputa constante, ele pode ser minimamente assegurado pelas descrições dos crimes, pela ausência de uma culpabilização, mas sempre parece ser relativizado por meio do destaque da dissidência de gênero como quem diz: trata-se de uma vítima, mas também de uma vida indesejável. Qual quadro de sentido possui mais força nesse conflito?

A morte de Natalia possuiu requintes de crueldade, além de levar tiros, ela também teve uma pedra atirada contra a sua cabeça. No REDS, ainda que a identidade de gênero e o nome social tenham sido preenchidos, consta que a vítima era um homem travestido de mulher. Ao final, descreve que sua carteira e sua peruca foram encontradas em uma rua próxima. Percebemos que não há, nem no REDS, nem nas matérias, vestígios de uma culpabilização. O crime é descrito e apresentado nos moldes textuais habituais de um assassinato em que o corpo de uma vítima é encontrado já sem vida, com um foco especial na perseguição que culminou na morte.

Raissa foi executada a tiros na porta de sua casa em Uberaba. Segundo testemunhas, uma pessoa bateu em sua porta e perguntou se seu nome era Raissa, após a confirmação o assassino atirou contra ela. Na matéria do portal G1 o caso é descrito exatamente dessa forma, com o título “Travesti morre após ser baleada na porta de casa em Uberaba”.⁴⁰ A única fonte é o registro da PM e o seu nome não consta na matéria. Há ao final uma indicação de que a investigação vai continuar, tendo em vista que as câmeras de uma casa vizinha gravaram o crime. Vale salientar que não é comum que essa indicação apareça nas matérias, que na maioria das vezes se limitam a descrever o crime que ocorreu. Assim como no assassinato de Natalia, nenhuma motivação é mencionada. Como indicado, a matéria é baseada no registro policial, portanto, as informações do REDS e da notícia coincidem.

⁴⁰ Ver: <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/travesti-morre-apos-ser-baleada-na-porta-de-casa-em-uberaba.ghtml>

A execução pura e simples, efetuada por um autor sem rosto cujas características não são apresentadas, parece um fator relevante para que o caso seja caracterizado de uma forma em que não haja a culpabilização da vítima, comum dos casos de assassinatos de travestis e transexuais. Podemos sugerir que os sentidos mobilizados pela execução demonstram uma impossibilidade de reação da vítima, não havendo, portanto, algo que indique que a pessoa tenha se colocado em alguma situação de risco, uma vez que estava indefesa na porta da sua casa, tão ingênua com relação às intenções da pessoa que bateu na sua porta que, inclusive, confirmou o seu nome. Uma espécie de assassinato a sangue frio em que a vítima é realmente vítima.

Uma mobilização de textualidades semelhante ocorre no caso de Nicolly, intitulado no *GI* como: “Travesti é executada no bairro laranjeiras em Uberlândia”.⁴¹ Nicolly foi assassinada com 11 tiros no caminho para a academia e a matéria apresenta a fala de vizinhos que contam que um homem chegou a balar a antiga casa dela sem, no entanto, conseguir feri-la. Destacase ao final que não houve boletim de ocorrência registrado nesse caso.

Um trecho nos chama atenção:

Na página pessoal do Facebook, amigos da travesti lamentam a perda precoce da jovem. Em uma das mensagens, uma jovem diz que a amiga partiu pelas mãos de "seres horríveis e preconceituosos" e lembra que ela era uma mulher incrível.

Em outra postagem, uma travesti escreveu "mais uma de nós que se vai com tanto requinte de crueldade. Uma menina que só queria ser mulher, ser feliz e estar de bem com a vida.

Assim, além de apresenta-la em seu papel enquanto vítima, executada a sangue frio em seu caminho para a academia, há o destaque para pessoas que lamentam a sua morte, com comentários que acionam características da vivência da mulher trans que, por querer ser mulher, torna-se vulnerável. A notícia apresenta ainda *prints* das mensagens das redes sociais e uma imagem de Nicolý viva, maquiada, bonita e sorrindo.

Sobre a morte de Nicolý não foi encontrado REDS até o momento, o que faz com que nossa análise se limite ao que consta na matéria. Mas seu caso nos parece resumir o que entendemos por conseguir assegurar minimamente o papel de vítima, já que apresenta algumas características caras à nossa análise: pessoas próximas que se comovem e lamentam sua morte, a tentativa de acionar a precariedade própria da sua existência e a execução que não permite que quadros de sentido que culpabilizam a vítima sejam acionados. É possível observar nos casos dessa chave de leitura a forma como a performatividade e a precariedade são articuladas

⁴¹ Ver: https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2018/12/28/travesti-e-executada-no-bairro-laranjeiras-em-uberlandia.ghtml?fbclid=IwAR1gH8BmpFHpjANX9dBDgIISu4OU3DGVniWF1j39QR_rt2NssT7HvnMuWo

de modo que as textualidades sobre essas mortes estejam inseridas em quadros de sentido próprios de homicídios em geral, sem que o desvio da norma de gênero se torne uma justificativa para o assassinato. Ainda que performar um gênero que tensiona a norma torne essas travestis e mulheres trans mais vulneráveis e marginalizadas, a sua identidade de gênero não é um empecilho para que esses corpos sejam lidos como vítimas reais, humanas, que não mereciam este fim trágico.

3) *A morte como consequência de uma coleção de desvios*

Efetuamos agora uma virada, chegamos aos casos em que os destaques dos desvios são explorados nas textualidades de modo a tornar as vítimas culpadas pela própria morte. Nessa chave de leitura, percebemos um movimento evidente de culpabilização das vítimas que adiciona à dissidência de gênero outros desvios da norma, que operam de modo a justificar o extermínio de determinados corpos. Os sentidos são organizados de forma que não haja espaço algum para comoção ou lamento, que as mortes sejam justificáveis socialmente. Não há luto para a puta da esquina envolvida com drogas.

Larissa Moura foi morta a tiros em Governador Valadares em maio de 2017, com apenas 21 anos. No título da matéria do portal *Aconteceu no Vale* consta que “Travesti é morto em Governador Valadares”,⁴² ao clicarmos somos direcionados para uma segunda página, com a matéria e no topo o seguinte título “jovem é morto a tiros em Governador Valadares”. O deslizamento de sentidos entre jovem, no masculino, e travesti, também no masculino, fazem com que a incoerência desse corpo seja destacada.

Ao final há o destaque para o fato de que ela já tinha passagem pela polícia e fazia consumo de entorpecentes. Desse modo, a vítima é inserida em um contexto de marginalidade, um enquadre que aciona o imaginário de que são sujeitos que ameaçam a nossa própria segurança e, assim, uma morte que poderia ser lamentada não o é, nem sequer há espaço para questionamentos sobre esse homicídio. A única fonte da matéria é a Polícia Militar, não há nenhum amigo ou familiar que fale sobre quem era Larissa, além da garota de programa viciada em drogas que cometia furtos. Assim, sua imagem limita-se a essa. Essa estigmatização das vítimas, que as reativizam mesmo após a sua morte, aparece apontada nos dossiês da ANTRA. O tratamento respeitoso das mulheres trans e travestis assassinadas é uma demanda apresentada pelo documento, que questiona as produções jornalísticas que desrespeitam a identidade de

⁴² Ver: <http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=travesti-morto-em-governador-valadares>

gênero e o nome social das vítimas, bem como aquelas que apresentam imagens sensacionalistas do corpo e do local do crime.

Outro ponto nos chama atenção: além de não haver qualquer menção ao seu nome social, há um completo apagamento da sua identidade de gênero na notícia, o que inclui a veiculação de uma foto da carteira de identidade da vítima e a utilização de termos também no masculino no decorrer da matéria, que reforçam uma identidade masculina conflitante com a foto atual de Larissa, em que ela está com os cabelos longos. A veiculação de um documento cuja foto antiga, e que apresenta feições masculinas, entra em conflito com a outra fotografia atual que mostra o rosto de Larissa, o que parece uma tentativa de destacar ao máximo o caráter desviante do comportamento dessa vítima

A fotografia do RG é um excesso. Para além da falta do nome social, da identidade de gênero, de detalhes sobre o crime, o excesso da foto nos inquieta. A foto de Larissa bem mais jovem, completamente diferente da sua aparência atual, não serve para ilustrar quem era a vítima, tampouco trazer um rosto ao corpo de que se fala, é um excesso que diz: “é homem! Pode tentar ser mulher, mas é homem sim, sempre foi, veja só!”. A textualidade aponta para a dissidência, o que interessa não é o crime, mas a dissidência em si. A protagonista do texto não é Larissa, é a travesti viciada em drogas que furtava. São os desvios. E nós sabemos que para a efetividade da norma todo desvio deve ser resolvido, apagado ou tomado como exemplo do que não deve ser feito, sendo assim, nada melhor para mostrar que tal comportamento não é aceitável do que mostrar que o destino de quem desvia é a morte.

O mesmo ocorre no REDS, que é reproduzido pela matéria jornalística. Larissa é mencionada de forma passageira, o foco está em uma mulher que havia sido vista com ela e que se torna uma das principais suspeitas. A identidade de gênero está preenchida como travesti e a orientação sexual como homossexual, uma linha de raciocínio comum no âmbito policial, de unilateralidade entre identidade sexual dissidente – sexualidade dissidente. Larissa consta no campo apelido e não há nada em nome social. Além de travesti homossexual apelidada de Larissa, segundo o REDS a vítima era usuária de drogas e, segundo informações (não sabemos de quem, aliás), realizava pequenos furtos. Desse modo, é possível escolher. Será que Larissa morreu porque era travesti? Ou porque usava drogas? Ou porque praticava furtos? No fim das contas tanto faz, o expurgo da dissidência foi realizado com sucesso.

O mesmo ocorre com Natasha, com 29 anos foi assassinada a tiros na rua onde morava na cidade de Varginha, no sul do estado. Na matéria do *portal G1*, há duas narrativas textuais distintas – um texto do portal e um vídeo do jornal veiculado na *EPTV* - que nos permitem

enxergar textualidades dissonantes. O texto escrito é curto e traz como fonte única a Polícia Militar, apresenta o nome social de Natasha como um complemento do nome de registro “Natasha, nome social de W.” e descreve o crime. A fala da polícia, apresenta a motivação do crime “Nós supomos, devido à vida criminal dos indivíduos, que [a morte] possa ser envolvimento com o tráfico de drogas”, disse o tenente da Polícia Militar, Orivaldo Lombardi”.⁴³ A indicação da culpabilização já é latente no texto, mas é reforçada na matéria televisiva em que a âncora introduz a reportagem chamando Natasha de “o travesti” e destacando com veemência o envolvimento com drogas, tanto a vítima quanto os suspeitos. Assim, enquanto no texto escrito o envolvimento é uma possibilidade de motivação, na fala da âncora é uma certeza, ainda que ambos tenham como fonte a PM.

Segundo um dos autores do crime, Natasha foi segurada por ele enquanto os outros dois jovens, de 16 anos, atiravam. Trata-se, portanto, de uma execução. No entanto, diferente do que ocorre com Raissa e Nicolý, a imobilização da vítima e posterior execução não são suficientes para torna-la uma vítima verdadeira, uma vez que os sentidos que emergem com as textualidades apontam para uma justificativa que teria motivado o assassinato, como se Natasha merecesse morrer.

Sendo assim, a configuração das textualidades nos parece fundamental no que se refere à uma autorização de que a vítima seja vítima. No caso de Natasha o que ocorre é uma subversão do seu papel, em que ela se torna sua própria algoz, ainda que o homicídio tenha ocorrido de forma que não havia a mínima possibilidade de reação, como nos casos de Nicolý e Raissa. Tal aspecto é ainda mais problemático se levarmos em conta que os três autores aparecem no REDS, um deles confessando o crime, ou seja, todos os personagens da narrativa do homicídio estavam disponíveis para ocuparem os seus devidos papéis de vítima e assassinos na trama e, ainda assim, a vítima não é autorizada a ocupar o papel de vítima.

Quando exploramos a metáfora dos fios desempacados de alta tensão, apresentada por Carlos Alberto de Carvalho (2019) dissemos que as lacunas e incoerências presentes nas narrativas que tratam desse tipo de violência diminuem a possibilidade de uma textualidade harmônica, contextualizada, crítica. O que vislumbramos no caso de Natasha. A textualidade reducionista limita a sua existência aos seus dois grandes pecados: ser travesti e ter envolvimento com drogas. Natasha não é nada mais do que isso, sequer vítima, mesmo tendo sido assassinada.

⁴³ Ver: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/travesti-morre-apos-ser-baleada-no-bairro-vila-barcelona-em-varginha.ghtml>

Chegamos ao homicídio de Paola Villefort, que relatei no início deste trabalho. Na matéria do *GI* que aborda a sua morte, temos uma descrição de Paola que resume o motivo de termos inserido o seu caso nessa chave de leitura. O título que introduz a notícia é sintético: “corpo é encontrado em Araújos”.⁴⁴ Na descrição, ficamos sabendo que a vítima é uma transexual conhecida como Paola Villefort. Quem se importa com o corpo de uma garota de programa jogado ao chão no interior?

Apesar de ter sido agredida e brutalmente esfaqueada 12 vezes em diversas partes do corpo, a transexual de apenas 19 anos parece ter merecido o fim que teve. Uma vez que no texto da matéria consta que “ainda segundo a PM, a suspeita é de que ela tenha entrado em uma luta corporal antes de ser morta”. Além disso, segundo o REDS, a vítima seria “um travesti, possivelmente uma garota de programa, pois segundo populares, o local é frequentado por garotas de programa para realizar relações sexuais e ao lado do corpo havia um preservativo”. Assim, ainda que a matéria traga imagens de Paola, tanto de suas pernas ensanguentadas no chão, como uma reprodução do seu perfil no *Facebook*, não há uma humanização da vítima pelos textos. Até as imagens dialogam com essa culpabilização, uma vez que acionam o imaginário da prostituição, ao apresentarem marcadores associados a ela, como a pose sensual e as roupas que ela utiliza em sua foto de capa do *Facebook*. Assim, ela se limita a uma garota de programa que se colocou em uma situação de risco e, ainda por cima, agrediu o seu suposto cliente e por isso foi esfaqueada diversas vezes.

A brutalidade, muito utilizada pelo movimento social para destacar os componentes de um crime de ódio nas mortes, não parece surtir efeito nesse caso. Os requintes de crueldade com que Paola foi morta são obscurecidos pela prostituição como causa. Há uma disputa em curso, e a produção jornalística apazigua essa disputa pela via da culpabilização.

A identidade de gênero está preenchida como “não se aplica”, mas nas observações a vítima é descrita como travesti e, ainda que o nome apareça na matéria como tendo sido informado pela polícia, que é a única fonte do texto, não aparece no REDS. Assim, há um jogo de “mostra e omite” no que se refere à dissidência de gênero de Paola, que só serve na medida em que justifica a sua morte, mas não é importante para dar uma identidade, um nome para aquele corpo encontrado.

A prostituição também é o fator de culpabilização da morte de Karlla, travesti de 18 anos estrangulada e morta a tiros na cidade de Caratinga. O título da matéria do *Portal Caparaó*

⁴⁴ Ver: <https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2018/07/23/corpo-e-encontrado-em-araujos-mg.ghtml>

afirma que “Travesti de Manhuaçu é assassinada em Caratinga”.⁴⁵ A indicação da cidade de origem de Karlla já no título nos causa estranhamento, uma vez que não se trata de uma estratégia discursiva muito utilizada. Podemos questionar o intuito, o local poderia auxiliar em uma identificação da vítima por pessoas que lessem a matéria, ou trata-se de uma tentativa de eximir Caratinga dessa morte?

Em todo caso, o não-pertencimento de Karlla ao local, coincide com o seu não-pertencimento do gênero e a sua não-conformação com normas sociais. Karlla pertence apenas à uma categoria: travesti que anda com outras travestis. Conforme vemos no trecho: “natural de Manhuaçu, Karlla, como era conhecida, frequentava, juntamente com outras travestis, pontos conhecidos de prostituição às margens da BR-116.”. Uma vez que as fontes da matéria se limitam à instituição policial, civil e militar, entendemos que essa informação vem dessa origem.

Ao lermos o REDS, é possível entender melhor o contexto desse dado. A principal testemunha da polícia é outra travesti, que conhecia Karlla. A testemunha informa onde a vítima estava hospedada e conta que a deixou às margens da BR-116 e se dirigiu a outro local. Não há, no REDS, qualquer menção a outras travestis que faziam ponto no local, junto com Karlla, no entanto, essa informação está na matéria.

Fora o contexto de prostituição não há mais nada sobre a vítima, ainda que na notícia conste que os familiares foram acionados para a identificação do corpo, não há nenhuma fala de ninguém próximo de Karlla, nem mesmo da testemunha que a conhecia. Não há, tampouco, qualquer questionamento acerca da idade da vítima, que tinha apenas 18 anos e foi assassinada sozinha em outra cidade. Assim, não há nada que faça com que Karlla pertença à categoria de vítima, uma vez que a centralidade textual está na prostituição. É possível apreender, ao ler a matéria que se trata de uma garota de programa que se colocou em situação de risco, o que causa uma espécie de alívio, como se a violência só alcançasse aos sujeitos marginalizados, deixando a salvo os cidadãos de bem. Desse modo, Karlla deixa de ser uma vítima jovem, com toda a vida pela frente, cuja morte devemos lamentar para se tornar uma justificativa que conforta. Há uma instrumentalização da sua morte e uma objetificação da sua existência.

Fábia era da mesma cidade de Karlla e ainda mais jovem. Tinha apenas 17 anos e foi morta a pauladas em uma rua do bairro Santa Terezinha, em Belo Horizonte. Não foi localizado o REDS do caso, no entanto, a matéria traz informações que tem como fonte a polícia.

⁴⁵ Ver: <http://www.portalcaparao.com.br/noticia/28036/travesti-de-manhuacu-e-assassinado-em-caratinga>

Extremamente sucinta, a notícia apresenta um relato breve do que ocorreu, como se fosse algo corriqueiro. A narrativa me impressiona: Fábria foi agredida por dois homens e em seguida outro homem sai de um bar e golpeia a vítima mais vezes na cabeça com um pedaço de pau.

Recapitulando, uma jovem, menor de idade, de apenas 17 anos está andando na rua quando dois homens começam a agredi-la. Como se não bastasse, outro homem sai de um bar e agride Fábria com um pedaço de pau até a morte. Nenhuma testemunha é mencionada, mas é impossível não questionar “se alguém viu isso para conseguir relatar porque não fez nada?”. A crueldade com que ela foi assassinada só é descrita no último parágrafo da matéria, no entanto, já no primeiro parágrafo há o motivo do crime: “a investigação da polícia aponta para possível dívida de drogas, apesar de outras suspeitas.”. Apesar de outras suspeitas. Quais seriam essas suspeitas não parece importar, uma pessoa é assassinada a pauladas, mas como foi por dívida de drogas é justificável. A justificativa vem antes mesmo da descrição do crime, e uma vez que na narrativa jornalística tradicional as informações mais importantes tendem a vir no primeiro parágrafo, a suspeita da polícia que enquadra o crime em uma lógica de dívida de drogas é hierarquicamente mais relevante do que o fato de que uma jovem de 17 anos foi morta a pauladas. Não há nenhum questionamento sobre quem seriam os suspeitos, o que corrobora com o óbvio: Fábria é a maior culpada por morrer.

4) Somente um corpo encontrado

Essa última chave de leitura reúne o maior número de assassinatos. Seis no total, sendo que a metade deles, três, tratam de casos com vítimas não identificadas. Ao percebermos que alguns casos eram apresentados apenas de corpos encontrados, sem maiores detalhes, entendemos que esse tipo de caso demonstra o efeito de uma necropolítica em que as vítimas não passam de um corpo sem importância encontrado em locais periféricos das cidades. Não há um caso a ser desvendado, na maioria das vezes sequer há a indicação de uma investigação ou de algum suspeito, a sua própria existência, o seu estar no mundo já se configuram enquanto motivos suficientes para sua morte não lamentável.

Essa categoria evidencia a importância do trabalho realizado pelo movimento social em dar visibilidade para essas mortes. Nos dossiês vemos esse intuito como central do doloroso trabalho efetuados pelas membras da ANTRA, uma vez que o mapeamento, identificação e descrição desses assassinatos são uma forma de escancarar o contexto de matabilidade da população trans, apagado da maioria das matérias e inexistente nos REDS. O grande número de vítimas que são apenas um corpo encontrado morto, na maioria das vezes não identificado,

é sintomático no que diz respeito a uma invisibilidade sistêmica e estratégica para os regimes normativos.

“Corpo de travesti é encontrado no Ribeirão Arrudas, em BH, com sinais de agressão”.⁴⁶ Esse é o título da matéria do *portal G1* que aborda a morte de uma travesti não identificada que foi encontrada no Ribeirão Arrudas, um local conhecido como lugar de desova de corpos. A causa da morte é apontada na notícia como apedrejamento, tiros e afogamento e a informação tem como fonte a polícia. Já o REDS não avança, não é um REDS de homicídio como a maioria dos que compõe o corpus, mas de remoção de cadáver em local de crime ou acidente, portanto, não há nenhum detalhe sobre o caso, apenas informa-se que o corpo foi encontrado e tinha sinais de agressão por arma branca seguido de queda. Não há menção a sinais de tiros, afogamento ou é explicado que tipo de arma branca foi utilizado, ainda que a própria PM tenha fornecido essas informações para o veículo jornalístico. Além disso, apenas pelos dados e pelo histórico não é possível saber que se trata de uma travesti, dado que aparece apenas no texto do portal.

A vítima não identificada que foi apedrejada, levou tiros e foi jogada ainda viva no rio para que terminasse de morrer afogada, era parda e aparentava ter cerca de 30 anos. Essas são as únicas informações que temos a seu respeito. Não é possível, senão pela crueldade da sua morte, criar um laço humano de identificação com um corpo cuja imagem nem mesmo eu, que estou analisando esse material tão delicado, consigo formular em minha mente. Trata-se de um corpo sem rosto, sem história, sem humanidade. Não há sequer indicação de que algum movimento para identificação do corpo tenha sido feito.

Pouco mais de um mês depois, outro corpo é encontrado em Belo Horizonte, dessa vez na linha férrea, próxima ao centro da cidade. Quem encontrou o corpo foi uma moradora de rua, que diz já ter visto a vítima na região. Na notícia do portal *G1* sobre o caso somos informados de que “A travesti estava sem as calças, com a calcinha na altura dos joelhos.”. Esses dados foram fornecidos pela polícia, fonte única da matéria e estão jogados no texto sem contextualização. O que isso significa? Fica a cargo do leitor. Uma lacuna a ser preenchida com informações do imaginário social que já estigmatiza esses sujeitos.

Diferente do corpo encontrado no Arrudas, o corpo encontrado na linha férrea é lido pela polícia como travesti e homossexual, uma vez que os dados do REDS estão preenchidos dessa

⁴⁶ Ver: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/corpo-de-travesti-e-encontrado-no-ribeirao-arrudas-em-bh-com-sinais-de-agressao.ghtml>

forma. Ela foi esfaqueada diversas vezes no rosto e no pescoço e aparentava ter de 35 a 45 anos. Não há mais nenhuma informação, a moradora de rua deixa explícito que só conhecia o corpo encontrado de vista.

Tento, como forma a enxergar o corpo como humano, remontar a cena na minha cabeça. Uma travesti com idade entre 35 e 45 anos tem um encontro provavelmente sexual, por causa da calcinha na altura dos joelhos e da ausência de calça, na linha do trem nas proximidades do centro de Belo Horizonte. A certa altura é esfaqueada diversas vezes na cabeça e no pescoço, ou seja, seu corpo deve ter sido segurado e o assassino deveria estar muito próximo dela para conseguir esfaqueá-la nesses locais do corpo. Após morrer foi abandonada no local e seu corpo foi encontrado por uma moradora de rua. Não me parece suficiente, eu gostaria de saber quem ela era, o que fazia, como falava, como se chamava... Mas ela é um corpo encontrado sem rosto e por mais que eu consiga reconstituir sua morte na minha imaginação, assim como no caso da travesti encontrada no rio arrudas, não consigo dar um rosto a esse corpo encontrado desidentificado.

A terceira vítima não identificada, que é caracterizada como um corpo encontrado, foi assassinada em Uberaba. O site *JMONLINE* intitula o texto da seguinte forma: “Corpo de travesti localizado em cachoeira e Peirópolis”.⁴⁷ A matéria avança com uma descrição pormenorizada do corpo encontrado.

A vítima é negra, estatura mediana, acima do peso e tinha várias tatuagens espalhadas pelo corpo, como cinco borboletas nas costas, uma mulher no braço esquerdo, sereia na perna esquerda, entre outras. Com relação às roupas, o travesti vestia calça legging preta, camiseta amarela com desenho dos “minions” e chinelos havaianas de cor rosa.

As fontes da notícia são a polícia e alguns moradores, no entanto, é curioso que a descrição feita do corpo, com tantos detalhes sobre as suas tatuagens e a roupa que estava utilizando não consta no REDS, sendo, portanto, produzida pelo jornalista do veículo. Também não está presente no REDS que a vítima é uma travesti. Qual o intuito de uma descrição detalhada dessa forma pelo veículo? Ela adiciona algo no que se refere ao crime ou apenas satisfaz a curiosidade do leitor em saber mais sobre o corpo assassinado? Não, há, ao meu ver, uma humanização que advém dessa descrição, não é possível, mesmo com tantos detalhes realmente saber sobre aquele sujeito para além do corpo encontrado.

Vale destacar que a ocorrência principal registrada no REDS é encontro de cadáver e não homicídio. Após a qualificação há um grande interesse em melhor como escolhas técnicas

⁴⁷ Ver: <http://m.jmonline.com.br/noticia/148421/corpo-de-travesti-localizado-em-cachoeira-perto-de-peiropolis.html>

de preenchimento são feitas, tendo em vista, por exemplo, a ocorrência principal, uma vez que em diversos casos em que o corpo foi encontrado em algum local o REDS foi registrado como homicídio e em alguns como encontro de corpo.

Paulete possui nome. Mas isso não faz com que sua morte tenha mais importância que das outras travestis que estão reunidas nessa chave de leitura. Seu corpo foi encontrado em uma estrada de terra na cidade de Nanuque e é exatamente esse o título da matéria do site *Portal Minas*⁴⁸ onde está o relato sobre o seu caso. Ela morreu esfaqueada e também levou tiros, fico pensando se é possível que apenas uma pessoa faça as duas coisas ou se ela foi abordada por mais de um assassino. A imagem me incomoda e eu volto às informações. O dado oficial aponta que “A Polícia Civil informou que está investigando a causa da morte e que a primeira hipótese é de que o jovem foi vítima de um homicídio, mas a motivação será apurada”. Já perturbada pela imagem de uma pessoa sendo brutalmente assassinada por pelo menos outras duas, penso com raiva: ÓBVIO! Ou será que a polícia achou que ela esfaqueou a si mesma e depois ainda desferiu tiros em seu corpo!? Só depois de uma conversa despreziosa com minha namorada sobre o assunto, entendo que a fala não é tão absurda como me pareceu, já que o caso poderia se tratar de um latrocínio, um roubo seguido de morte. De qualquer modo a maioria das pessoas leigas não sabe disso, também não há na matéria a indicação de outras possibilidades, como o latrocínio, a fala cumpre um lugar protocolar, só para dar a impressão de que ela é mais completa. Ainda assim paro as leituras naquele dia a fim de me distanciar um pouco do material, para garantir uma análise menos emocional, já que o material me afeta um pouco mais na medida em que avanço.

Uma imagem artificialmente embaçada ilustra a notícia, um corpo magro, com cabelos longos escuros, seminu, apenas com um top, está jogado no chão. Entre as suas pernas tem uma tarja preta, mesmo com a imagem embaçada, um adicional para que não nos choquemos com sua genitália, como se ela pudesse ser mais chocante do que o corpo jogado no chão, principalmente se considerarmos que em momento nenhum da matéria a vítima é descrita como travesti e apenas o seu nome de registro, masculino, está informado no texto. Assim, texto verbal e texto visual conflitam, escancaram a dissidência de gênero ao mesmo tempo que a apagam.

O REDS não traz detalhes adicionais, uma vez que serviu de base para a matéria. No entanto, é ele que nos conta que Paulete era travesti, que essa era a forma como ela escolheu ser chamada e que consta nos dados tanto como seu apelido quanto como seu nome social.

⁴⁸ Ver: <https://minashoje.com/2017/10/corpo-e-encontrado-em-estrada-de-terra-em-nanuque-mg/>

Mesmo com a sua imagem na matéria ela permanece um corpo encontrado, já que nada mais é dito sobre o crime a não ser uma descrição do procedimento padrão da polícia.

Até o momento não foi encontrado o REDS que registra o crime contra a vida de Dominique, mas no título da matéria veiculada pelo *Portal V9 Vitoriosa*, de Uberlândia, nos informa que “Polícia encontra corpo de transexual com sinais de violência enrolado em tapete no Chácara Tubalina”.⁴⁹ Um título um tanto quanto extenso em se tratando apenas de um corpo encontrado. O relato segue a narrativa de uma ocorrência policial normal, traz o horário em que a polícia recebeu “chamado de popular dizendo ter encontrado o corpo de uma mulher enrolado em um tapete”. A dissidência de gênero é marcada por determinados excessos no texto, como a constatação da polícia de que se tratava de uma pessoa transexual, ao contrário do que informava o telefonema. Desse modo, parece ser fundamental para a notícia demarcar essa questão: avisaram que era uma mulher, mas chegando lá percebeu-se que era na verdade uma mulher trans. O que esse fato diz sobre o crime, como evidenciar esse “engano” contribui para que se encontre o assassinato ou se desvende o motivo do crime? Em nada. Apenas consta para demarcar uma dissidência indesejável de forma hierarquizada, ou seja, talvez se se tratasse de uma mulher cis, como informado inicialmente no telefonema, o assassinato movimentasse outras redes de sentido. Essa hierarquização da diferença, conforme discutimos ao descrever o eixo analítico que leva esse nome, contribui para que essa morte seja lida e entendida de uma forma menos relevante.

A notícia informa que a vítima estava seminua, de calcinha, blusa e sutiã e a denomina pelo nome de registro da seguinte forma: L. de C. C., a Dominique, em uma alusão à uma espécie de nome de guerra. No entanto, diferente de Alexandre, o Grande, ou qualquer outro personagem histórico que tinha um adjetivo após o seu nome, Dominique não serve como um adjetivo qualificador, mas como um marcador do seu desvio. Assim como ocorre no caso do corpo não identificado encontrado na linha férrea, a descrição das roupas de Dominique nos faz pensar que o crime ocorreu em um contexto sexual.

A notícia apresenta três imagens do momento em que o corpo foi encontrado, com o corpo no local e outras pessoas, possivelmente membros da polícia e dos demais órgãos que são acionados em casos de encontro de corpo, como a perícia. As fotos, como nos demais casos aqui apresentados, mostram o corpo desfocado e, nessa matéria em específico, não é possível perceber detalhes como nos demais. Um corpo sem forma e sem rosto jogado no meio do mato,

⁴⁹ Ver: <http://v9vitoriosa.com.br/policia/policia-encontra-corpo-com-sinais-de-violencia-enrolado-em-tapete-no-chacararas-tubalina/>

encontrado sem identificação. De onde veio o tapete? O corpo foi movimentado? Há algum indicativo de investigação? Alguém tem algo a dizer sobre Dominique? Nada. O texto sucinto se limita à uma descrição a partir da fonte policial que não nos diz nada sobre a vítima. Para mim esse aspecto que tanto se repete, de não haver ninguém que nos diga nada sobre a vítima, mesmo após ela ter sido identificada, diz sobre o que esses corpos são negligenciados socialmente, até na sua morte que deveria romper com uma normalidade cotidiana. Ao que parece, travestis e transexuais incomodam mais em vida do que quando morrem.

Iniciei a análise contando sobre o assassinato que ocorreu em um prédio próximo de onde moro. E minha última leitura é sobre a morte de Maria Cecília, travesti morta com 11 facadas no pescoço um dia depois do meu aniversário. Gostaria de dizer mais sobre Maria Cecília, mas até o momento em que analisei o material ainda não havíamos encontrado o REDS que aborda o seu assassinato. A matéria do *GI* que tem a PM como única fonte, também não nos dá muitos detalhes, apenas diz que “A vítima aparentava ser moradora de rua, era parda, com idade aparente entre 35 a 40 anos e tinha três tatuagens - uma caveira no braço esquerdo, um código de barras no direito e o nome Maria Cecília”.⁵⁰ O título genérico que apresenta a sua morte apenas diz que “Travesti é morta a facadas em BH”.

Me pego pensando que em algum momento da vida Maria Cecília escolheu tatuar um código de barras no braço direito, uma tatuagem interessante, engraçada até, que contrasta com a caveira do seu braço esquerdo. Fico imaginando como seria o seu senso de humor, as coisas que a fariam rir, imagino ela mostrando a tatuagem nova para amigos. Esse devaneio se perde quando eu volto a pensar na pesquisa e me lembro que ela morreu com 11 facadas no pescoço e que não há nenhuma indicação do motivo disso ou de quem é o autor. Onze facadas, em qual delas será que ela morreu? Depois da terceira talvez seu corpo tenha começado a perder forças e a cair, não sei dizer. O assassino foi persistente e desferiu golpes suficientes até ter certeza de que ela estava morta mesmo, sem qualquer possibilidade de sobrevivência. O componente ódio é evidente, mas não parece significar muito para os policiais e os jornalistas, já que não é apontado nessa chave interpretativa em nenhum momento. Possivelmente, Maria Cecília além de travesti era moradora de rua, o que faz a sua morte ainda mais insignificante.

Um último adendo é possível fazer para finalizar a nossa chave de leitura sobre os corpos encontrados, ao menos eles não são culpados pela sua morte, não são relevantes o suficiente nem para isso.

⁵⁰ Ver: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2018/10/31/travesti-e-morta-a-facadas-em-bh.ghtml>

Considerações finais

Poucos dias antes da finalização do trabalho estive às voltas com o título da tese. A sensação de que o *resta* trazia uma conotação negativa, como se eu tivesse sugerindo que o que resta ao corpo trans depois das operações normativas de punição e proibição, da vigilância e da disciplina fosse o assassinato, a morte, o fim. Não era isso que eu queria dizer, na verdade. Eu estava em um processo de reler o texto para buscar amenizar o tom de que a norma seria, em si, violenta e ruim, algo que incomodou Marco que me sugeriu reavaliar. Também estava preocupada com um outro termo: *romper*. Não há como romper com a norma, como estar fora dela. A norma não exclui, ela nos enreda e atua sobre os desvios, mas também propicia o pertencimento, o reconhecimento, é o que produz os mais diversos arranjos sociais, não só os que questionamos entendendo-os como problemáticos. Então dei um *control+F*, um atalho utilizado para buscar de forma rápida, no arquivo e busquei por *romper* e seus correlatos que apareciam nesse contexto, trocando um a um. Como podem ver, alguns termos tiravam meu sono.

Foi então que comecei a pensar com mais calma sobre o *restar ao corpo*. Sobre o corpo em si e a forma como o tensiono nesse trabalho. Coincidentemente estava relendo *Vigiar e Punir* (1987) para uma reunião do grupo de pesquisa e me deparei novamente com o debate de Foucault sobre o suplício e a mudança da relação castigo-corpo. Ele afirma que é sempre do corpo que se trata, mesmo quando os métodos de castigo se tornam mais suaves e não mais estamos lidando com espetáculos públicos de castigos sangrentos e violentos. É sempre do corpo que se trata, das suas forças, da sua utilidade, docilidade, da sua submissão. O corpo diretamente imerso no campo político, ao alcance das relações de poder (atravessado por elas, eu adicionaria).

Corpo-desvio, corpo-violentado, corpo-encontrado, corpo-precário, corpo-potência. O que resta ao corpo? O que resta não como um *só*, mas como um *ainda*. É o que resta das operações normativas, o que permanece. Mas não só. É o que inscreve e reinscreve a si mesmo, não apesar da norma, mas com a norma, por meio do seu potencial produtivo e positivo. Não é cerceamento, punição e proibição, puramente. É produção, contraprodução, resistência. O corpo enquanto essa materialidade penetrável, atravessável, porosa e deslizável. O corpo como o que tensiona a norma. O que ainda resta é devir.

É disso que se trata.

Vou aproveitar o espaço das considerações finais para fazer algumas amarrações, aparar algumas arestas, apontar para possibilidades. De saída gostaria de chamar atenção para o fato de que o texto que trago aqui nessa tese reflete não apenas discussões teóricas e análises realizadas para a produção de um texto final, mas também um percurso de amadurecimento, de reflexão sobre as inquietações centrais para a abordagem proposta, dos encontros dentro e fora das leituras que realizei nesses quatro anos. Sendo assim, mesmo com meu eterno e constante exercício de concisão, busquei deixar os vestígios desse processo de amadurecimento nesse texto.

O debate sobre o gênero que ganhou fôlego a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 promoveu uma virada na compreensão das formas como o gênero se constitui social e historicamente. Ao abandonar o determinismo biológico, questionar a dualidade natureza-cultura (uma ruptura já iniciada por Rubin ainda nos anos 1970), situar historicamente e refletir sobre o papel das representações na conformação mesma do gênero, torna-se possível avançar nos questionamentos não só sobre os atravessamentos da norma de gênero nos corpos, como também pensá-lo enquanto categoria primária das relações de poder (SCOTT, 1990). Ao entender que as representações histórica e socialmente situadas sobre gênero o conformam (LAURETIS, 1994) ou seja, que os sujeitos produzem o gênero a partir das suas experiências, por meio das representações produzidas, dos conflitos e questionamentos, é possível vislumbrar a própria artificialidade da norma de gênero, que é continuamente construída, reconstruída, adaptada, tensionada. Um movimento radicalizado por Butler ao propor a dimensão performativa do gênero, que nos é tão cara aqui.

Não é à toa que eu inicio o trabalho apresentando a perspectiva teórica sobre o gênero que baseia esse trabalho. Ao entendê-lo não como um mero descritor, mas como algo que nos insere os corpos em lógicas específicas das redes de poder, é possível descortinar operações normativas, investigar a sua incidência nos corpos, subjetividades e experiência, refletir sobre um estar no mundo e sobre a minha própria lente na realização da pesquisa e na produção de narrativas. A norma é uma ferramenta do poder, ambos apresentam não apenas uma dimensão punitiva e disciplinar, mas também produtiva e positiva. O gênero, sem ser tomado como benéfico ou maléfico, é resultado de uma atuação normativa que define os limites da normalidade e da dissidência. Tais parâmetros são apropriados pelas textualidades a todo tempo, seja para reiterá-los ou questioná-los. Tomando textualidade em uma perspectiva ampla, enquanto processo de emergir dos textos e dos sentidos, é possível compreender que o próprio

corpo dispara sentidos sobre o gênero, bem como os discursos que o abordam e os mais diversos processos sociais que o acionam.

Ao tratarmos de violência e morte, de assassinatos, é quase irresistível nos atentarmos somente para a dimensão punitiva do poder e da norma. Já que ela é escancarada pelos casos. Contudo, é apenas ao desnaturalizar a ideia de que a norma seria violenta em si mesma é que se torna possível compreender a sua complexa atuação violenta, que não é apenas explícita e pontual, como vemos nos assassinatos cruéis, mas também sistêmica e estrutural. O que chamamos de contexto de matabilidade é muito sintomático desse exercício de pensar a violência de modo mais abrangente. A morte de pessoas trans por assassinato não é só um incidente isolado, ela se insere em um contexto em que vulnerabilidades e precariedades se conjugam, fazendo com que esses corpos estejam mais expostos à atuação da violência.

A partir da nossa leitura de Foucault, entendemos que o poder se distribui microfisicamente. Ao perceber que as estruturas disciplinadoras e normatizadoras não se limitam às penitenciárias, mas estão presentes também em instituições diversas do nosso cotidiano como a escola, a família e o trabalho, que são produtoras de subjetividades, entendemos que eles contribuem para a produção de corpos dóceis. Em contrapartida, aqueles que não se submetem à norma reguladora são expulsos e, uma vez que não há um fora do sistema, acabam sendo obrigados a habitar as margens. Essa marginalização faz o resto do trabalho, estigmatiza, torna esses sujeitos vulneráveis, serve como justificativa para as suas mortes. É o que ocorre com as pessoas trans, que muitas vezes são expulsas de casa, largam os estudos muito cedo, não encontram vagas no mercado de trabalho formal. Por não se submeterem à norma de gênero vão sendo expulsas de cada uma das instituições que são produtoras de subjetividades controladas na nossa sociedade, como se fossem o resíduo do sistema, aquilo que deu errado, que não pertence.

Em um evento do Transpasse⁵¹ que ocorreu em agosto de 2019 e tinha como tema a criminalização de travestis e experiência no cárcere, uma fala recorrente consistia em um questionamento acerca de como as travestis e transexuais são expulsas de espaços como a família e o trabalho e, em contrapartida, eram acolhidas pelas drogas e pelo crime. O resultado dessa lógica é o encarceramento ou a morte, as únicas opções possíveis para os corpos abjetos, a expressão máxima da necropolítica.

Contudo, ainda que seja evidente que há singularidades nesses crimes, assim como há singularidades na vida dessas vítimas, me parece que os dados sobre as mortes da população

⁵¹ Projeto que oferece acompanhamento jurídico e psicossocial a travestis e transexuais em Belo Horizonte

trans e travestis estão sendo disputados. O fato de não haver dados oficiais tanto sobre a população trans em geral no Brasil, como das suas mortes, demonstra que há uma invisibilização em curso. Contudo, conforme afirmamos anteriormente, a invisibilidade não é um simples sinônimo de ausência. No caso dos crimes que envolvem pessoas trans o que há é uma hipervisibilização em curso (PRADO *et al*, 2018b), que ocorre por meio das tecnologias de vigilância que destacam os desvios e as dissidências, permitindo uma operação mais eficaz da disciplina. Sendo assim, nos parece que a invisibilidade da possibilidade da existência se articula à hipervisibilidade dos dispositivos de vigilância, que vão mostrar o que ocorre se você ousar questionar a norma de gênero, a resistir. Esse potencial pedagógico vai contribuir para a invisibilização da possibilidade da existência questionadora. Vemos, portanto, mais do que uma operação uniforme de punição e cerceamento, vemos uma produção muito mais complexa em que docilidade e resistência estão conjugadas em uma lógica disposicional, com os demais atores, instituições e materialidades envolvidas.

Os excessos que observamos na análise nos permitem observar exatamente isso: ao mesmo tempo em que há o apagamento da possibilidade do crime de ódio na leitura dos assassinatos, o desvio da norma de gênero é sempre destacado. Desse modo, chegamos a uma conclusão, de certo modo, paradoxal, já que a identidade de gênero serve para culpabilizar, mas não para elucidar os casos. O que evidencia a positividade desse dispositivo, já que a culpabilização é o modo de dizer produzido no esteio dessa operação normativa que atravessa as textualidades dos relatos dos crimes. Esse jogo duplo de apagamento e hipervisibilidade só demonstra a sofisticação das operações da norma de gênero. Os dados sobre gênero são lidos a partir de quadros morais, para justificar as mortes, mas não objetivamente, para fomentar a criação de políticas públicas que ajudem a combater a matabilidade sistêmica.

Os próprios crimes, isoladamente, constituem textualidades que comunicam, ao mesmo tempo, a vulnerabilidade dessas vidas que estão submetidas a um risco constante de violência, e, de modo pedagógico, o que ocorre com quem questiona a norma de gênero, com os corpos que resistem. De modo não apenas consequente e paradoxal, mas dialético, uma dinâmica contribui para a outra. A norma cria a própria possibilidade do desvio e os dispositivos de vigilância e disciplina que vão incidir não só sobre os corpos que desviam, mas sobre os sujeitos em geral. Antes de emergirem midiaticamente, institucionalmente por meio dos REDS e na contraprodução dos dossiês, as textualidades sobre essas vidas e essas mortes já emergem por meio dos corpos dissidentes e dos próprios crimes. Nesse sentido, fica evidente a dinâmica disposicional da norma de gênero no que se refere aos corpos trans e travestis. É possível ver

instituições, corpos, sujeitos, textos, acontecimentos em uma relação reticular instável, de onde ora emerge uma maior vulnerabilidade, ora a invisibilização, ora a morte, ora a própria resistência, sendo que cada um desses processos vai acionar componentes específicos dessa rede, destacar uns mais do que outros, usar o mesmo argumento com objetivos distintos, configurando as redes textuais e sendo configuradas por elas. É esse movimento múltiplo, complexo, instável e provisório que desejei destacar durante o percurso da investigação.

Há uma mobilidade, uma espécie de deslizamento, dos usos dos desvios e dissidências, e até mesmo da morte. Isso pode ser observado ao vermos como a vizibilização dessas mortes midiaticamente serve ao potencial pedagógico, mas também ao movimento social, que vai utilizá-las como argumento para a necessidade da criação de políticas públicas de combate à vulnerabilidade e à marginalização das pessoas trans. Um outro bom exemplo é a prostituição. Apontada pelo movimento social como a principal fonte de renda da maioria das mulheres trans e travestis, há uma busca pela legitimação dessa atividade profissional realizada pela militância, mas ela também é um dos argumentos de culpabilização na leitura dos crimes pela polícia, que vão acionar uma moralidade para determinar que *a travesti morreu porque era puta*, como se ela tivesse buscado a morte com as próprias mãos, para usar uma leitura do senso comum carregada de uma moralidade conservadora. A demarcação do sexo masculino, o uso de termos como “homem vestido de mulher” ou a narrativa de “fomos chamados para atender um assassinato de uma mulher, mas chegando lá era uma travesti/homem vestido de mulher” podem parecer meras descrições problemáticas. Mas elas também evidenciam a importância dos usos dos desvios para a interpretação dos crimes. Nesse sentido, entendemos que a transfobia deve ser o pressuposto, não uma exceção, já que ela aparece até mesmo na leitura realizada pelos agentes de segurança pública das cenas e dos sujeitos envolvidos no crime, quem dirá na sua realização. Esse é um passo importante para a identificação dos crimes de ódio, conforme apontamos anteriormente.

Lidar com um *corpus* tão diverso, com produções advindas de contextos específicos, por mais que o tema de fundo seja o mesmo, foi um desafio. Eu já havia realizado um exercício semelhante durante o mestrado, quando decidi analisar obras e entrevistas que realizei com jornalistas, também promovendo um cruzamento entre esses dados, buscando entender como os discursos sobre o próprio produzir e a própria produção estavam presentes nas obras. Agora o trabalho foi bem diferente, já que cada um dos materiais analisados aqui vem não apenas de instituições diferentes, como cumprem funções sociais distintas, ou seja, tem objetivos diversos e até mesmo divergentes, mesmo usando a mesma fonte de dados: os crimes de assassinatos de

travestis e transexuais. Estar atenta não só para as coincidências e repetições, como quando as matérias eram a cópia exata dos REDS, mas também para as disputas ali presentes, mesmo de forma sutil, como quando havia uma reprodução dos principais dados, mas a matéria trazia questionamentos sobre o número de mortes de travestis e transexuais, com dados da própria ANTRA e entrevistava pessoas que lamentavam aquelas mortes. O próprio fato da ANTRA utilizar matérias extremamente problemáticas, que traziam o nome de registro das vítimas sem respeitar sua identidade de gênero e as culpabilizavam, como prova daquele crime, para que ele fosse contabilizado, já demonstra as disputas em curso.

As disputas de sentido que observamos nessa pesquisa parecem estar articuladas à própria vulnerabilidade a que pessoas trans e travestis estão submetidas. Isso porque a dissidência, e os enquadramentos morais que a contornam, são constituídos por meio de um processo de hierarquização e subalternização. Ou seja, a diferença não é um dado, um descritor, ela se constitui no interior desses processos que estão necessariamente enredados pelas relações de poder. O resultado é a criação de um parâmetro de normalidade, que ganha ares de neutralidade, que vai servir para delimitar quem será o Outro. Assim, tudo aquilo que se vincula a esse Outro indesejável se tornará, em uma leitura social, a dissidência que deve ser expurgada. A perspectiva decolonial, aliada às reflexões sobre alteridade, nos auxiliaram nessa compreensão.

Nesse esteio, percebemos a operação da necropolítica (MBEMBE, 2016) realizando uma gestão não só da morte, como dos corpos matáveis, da própria matabilidade, a partir dessa lógica subalternizante da qual a diferença se constitui. Esse argumento nos ajuda a compreender como ocorre o rompimento com a primazia ética do Outro, pressuposta na relação de alteridade, para usar os termos de Butler (2011). É como se a dissidência e a necessidade de expurgá-la, tomasse o lugar do *PAREM DE NOS MATAR*, produzido pelas próprias vítimas e também pelo movimento social e que aciona uma precariedade partilhada, uma emergência que deveria indignar.

Se a passibilidade de luto, o lamento da morte, é o que define o valor da vida (BUTLER, 2015), o que observamos é que certos mecanismos normativos sociais, refletidos de modo reiterado nas textualidades analisadas atuam na contramão para impossibilitar esse lamento. A culpabilização demonstra bem isso. Ela impede não só a identificação dos componentes de crime de ódio, que traria contornos específicos para essas mortes, como também a nossa própria responsabilização, a compreensão de que falhamos em proteger essas vidas, em enxergar as suas vulnerabilidades específicas e combatê-las. A vítima cuja morte é fruto da sua própria

culpa não ocupa sequer o papel real de vítima em sua potência. Não nos responsabilizamos, não a entendemos como parte da relação de interdependência radical que garante nossa existência. *Ninguém depende da travesti pra viver, com ela não tenho laço algum.*

No decorrer desse texto eu trouxe alguns episódios que estavam, de certa forma, descolados da nossa questão central aqui: a fala de Linn da Quebrada, os relatos sobre o episódio da Marília Mendonça e a polêmica envolvendo o jogador Ronaldo. O intuito foi chamar atenção para outros sentidos, no que se refere às transexualidades e travestilidades, que são apropriados midiaticamente e que contribuem para conformar os saberes e sentidos comuns que estão vinculados a esses corpos, assim como para trazer outras possibilidades de entendimento dessas experiências de vida, como vemos na fala de Linn. Dessa forma é possível verificar que os estereótipos, estigmas e sentidos comuns produzidos sobre elas, que resultam em uma potencialização da vulnerabilidade e da marginalização a que estão submetidas, não estão somente em situações limite como a violência e a morte, mas são retroalimentados a todo tempo. Os trechos também evidenciam a resposta a esses processos, a resistência, como demonstra não só a fala de Linn, como também as críticas que Marília Mendonça recebeu nas redes sociais pela sua fala e a sua resposta a elas.

Esses textos atuam sobre os imaginários sociais, cristalizando e questionando saberes sobre as pessoas trans. E é essa dimensão de ação das textualidades, um agir que não advém só do consenso entre as textualidades múltiplas que analisamos, mas também da disputa entre elas e delas com outros sentidos configurados e reconfigurados socialmente a todo tempo, que se torna nosso principal argumento da tese. O que chamamos aqui de textualidade performativa. Assim, se o caráter performativo do gênero se dá por meio da relação entre corpo e discurso (NAVARRO, 2008), representando e, portanto, produzindo o próprio gênero através desse agir mútuo, a dimensão performativa das textualidades diz respeito a essa configuração de sentidos sobre esses corpos, que vão se conformar textualmente de forma reiterada, produzindo, reproduzindo e contraproduzindo não só os saberes socialmente partilhados sobre essas vidas e mortes, como também as redes de vulnerabilidade e precariedade que as enredam. Portanto, esse emergir dos textos, que chamamos de textualidade, promove uma ação no mundo e conforma experiências de ser no mundo, por isso são performativas.

Nosso percurso metodológico possibilitou aliar um olhar disposicional às reflexões de ordem teórica aqui apresentadas e também às inquietações derivadas da leitura do material. Foi possível tensionar a rede composta pelos textos materialmente encerrados, sentidos dispersos, instituições, sujeitos envolvidos, crimes cometidos, contexto de matabilidade entre tantos

outros partícipes, para compreender os processos de culpabilização, precariedade, resistências, lamento, indignação que se constituem a partir da configuração de textualidades aqui analisadas. O caráter do caminho aqui proposto parte da textualidade para refletir sobre as normatividades a partir de um olhar disposicional, que evidencia os enredamentos e a própria rede em si. São textualidades porque são processuais, emergem no decorrer, não são só materialidades textuais estáveis e encerradas em sua interioridade, mesmo que contextual. São normatividades porque resultam de uma disputa de poder, de uma negociação produtiva. É disposicional porque relaciona diversos atores, materialidades, discursos e instituições para possibilitar que sentidos provisórios emergjam, se instaurem, sejam estrategicamente mobilizados.

Em nossa análise, vimos recorrências e vimos disputas. Vimos uma formação de sentidos sobre pessoas trans que emerge não só consenso e da dimensão punitiva e proibitiva da norma, nem mesmo de forma definitiva. Habitar as margens da normatividade, as fronteiras, permite tensioná-las de dentro, questioná-las, negociar com elas. Como não há um fora da norma, é preciso falar em seus termos. Por isso que as mesmas produções textuais que violentam as vítimas pela segunda vez respaldam a luta pela sobrevivência realizada pelo movimento social. Não há unilateralidade no poder e na dominação, há uma rede que direciona cada um para o lugar que lhe é próprio dentro da dinâmica normativa, e isso significa que esse lugar pode ser a resistência, mas é sempre dentro da rede.

As vidas e mortes trans, os corpos que transitam, que chamam atenção quando vão à padaria, são continuamente questionados e conformados socialmente. Vemos então a produção de um modo de dizer que atua, que produz, que ensina, que questiona. Que vai produzir vítimas e meros corpos encontrados. Culpabilização e responsabilização. Lamento e alívio. E as mais diversas possibilidades nesses entremeios.

Acredito (e espero!) que essa tese tenha contribuído para desestabilizar e desacostumar nosso olhar para as emergências trans. De minha parte, havia um forte desejo de complexificar as nossas reflexões sobre as abordagens dos corpos trans, suas vidas, lutas, afetos e mortes, no campo comunicacional por meio de um mergulho para além dele. Eu poderia dizer que se trata de um exercício de olhar também para fora para poder olhar melhor para dentro, se eu acreditasse que existe um dentro e um fora.

Iniciei esse texto com uma imagem e pedi que seguissem indignados por ela durante toda a leitura. Espero que tenham cumprido o acordo. Agora finalizo com uma segunda

imagem, que me ajudou a lidar melhor com esse tema tão doloroso e que eu espero que te ajude também a entender que é sobre morte, para ser sobre vida.

Imagem final: sobre existências

Babi & Elvis

Babi vai se casar com Elvis no Bar do Fernando. Essa é a sinopse do documentário dirigido por Mariana Borges que foi exibido na Mostra de Cinema de Tiradentes. Conheci Babi em 2017, eu estava bebendo uma cerveja em um bar da rua Goitacazes, na região central de BH. Ela passava por lá quase que diariamente, cumprimentando todo mundo com seu famoso bordão: "Olha ela!!". Vez ou outra sentava conosco na mesa, pedia uma cachaça e passava um tempo contando suas histórias de vida dignas de filme: quando um ex tentou matá-la, quando saiu de casa, quando vendia bombom e todo mundo amava, quando se envolveu em uma briga em um outro bar ali perto, quando adotou uma gata e dividia com ela a comida que ganhava, quando foi presa e casou na prisão, quando se envolveu com um velho rico casado... Das violências às aventuras amorosas, passando pelas trivialidades da vida, tudo tinha o mesmo tom de aventura. Nós, incrédulas, ouvíamos a tudo atentas.

Um dia vejo circular nas redes sociais a notícia do seu casamento com Elvis. O evento⁵² causou uma grande comoção dos seus amigos, todo mundo queria prestigiar o casamento de Babi, que foi filmado por Mariana. Eles se casaram no Bar do Fernando, entre o balcão e o buffet do self-service, com tantos convidados que a parte interna do bar não conseguiu comportar e eles se amontoavam na calçada do lado de fora. Babi com seu vestido dourado brilhante compartilhava ao microfone seu amor por Elvis com todo mundo que estava presente.

Mas a melhor parte da história acontece quando o documentário é exibido em Tiradentes. Ela foi convidada a subir ao palco para contar um pouco sobre sua história. Ao chegar em Belo Horizonte sentava com todo mundo para contar, quantas vezes fosse preciso, como ela foi uma estrela aquela noite, muito aplaudida. E o episódio mais marcante: como foi conhecer a atriz Camila Pitanga, que fez questão de convidá-la para comer. Babi me contou que Camila Pitanga comia bastante e era chegada em uma cachacinha. Na época ela nem era mais casada com Elvis, a relação acabou não dando certo e ela partiu para novas aventuras, como já aconteceu com todos nós que, infelizmente, não conhecemos Camila Pitanga.

As existências estão além dos números. As resistências são cotidianas.

Esse trabalho é sobre morte, pra ser um clamor sobre deixar viver.

⁵² Ver: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/ex-moradora-de-rua-noiva-trans-se-casa-em-bar-no-centro-de-belo-horizonte-1.721388>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIL, Gonzalo. ¿Se puede hacer semiótica y no morir de inmanentismo? *I/C – Revista Científica de Información y Comunicación*, 6, p. 127-147, 2009.

ABRIL, Gonzalo. Prólogo. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de; ALZAMORA, Geane (Org.). **Textualidades Mediáticas**. 1ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2018, v. 1, p. 17-34.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: _____. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.

ALZAMORA, G; ZILLER, J; D'ANDRÉA, C. Mídia e dispositivo: uma aproximação à luz de Michel Foucault. In: LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos A.; ALZAMORA, G. (orgs.). **Textualidades Midiáticas**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2018, p. 59-83

ANTUNES, E. Acontecimentos violentos, ressentimento e as marcas de uma interpretação. In: FRANÇA, V. R. V.; OLIVEIRA, L. (Org.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 269-292.

ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. Mídia: um aro, um halo e um elo. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera. **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 43-60.

ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 49-63, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000100004&lng=en&nrm=iso>. 269

AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, vol. I.

BENEVIDES, Bruna; SIMPSON, Keyla. (Orgs) **Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas trans 2017**. Brasília: ANTRA, 2018 Disponível em <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2021

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas trans 2017**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, IBTE, 2019. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/12/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2021

BENTO, B. & PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(2): 569-581, maio-agosto/2012.

BENTO, B. **A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERGER, Christa; TAVARES, Frederico M. B. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, Márcia; FONSECA, Virgínia (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010, p. 121-142.

BIONDI, Angie. **Corpo sofredor: figuração e experiência no jornalismo**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2016.

BORELLI, V; MACHADO, A; DIAS, M. Narrativas jornalísticas e possibilidades de resistência acerca do acontecimento #SomosTodosVerônica: mídia, transfobia e violência. In: **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 16, n. 31, p. 113-134, 2017.

BRAVO, Remedios. Cuerpo y poder. Una conversación entre Foucault y Butler. In: **Dorsal**. Revista de Estudios Foucaultianos. n. 4, p. 63-85, 2018.

BRITO, Carolina Franco; PREU, Roberto de Oliveira. A questão trans no cenário brasileiro. In: **Periodicus**, n. 10 v. 1, 2018, p. 94-117.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013

BUTLER, Judith. Critically queer. In: **CLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, 1993.
_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo" In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 110- 127.

_____. Desdiagnosticando o gênero. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 95-126, 2009

_____. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. **The force of nonviolence: an ethico-political bind**. New York: Verso, 2020.

_____. Vida precária. In: **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, 1(1), 2011, p. 13-33.

_____. Desdiagnosticando o gênero. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 95-126, 2009

CAEIRO, R; ROCHA, H. Quem existe e como existe no jornalismo: análise dos discursos sobre transexualidade e travestilidade em dois jornais de Recife/Brasil. **Media & Jornalismo**. v. 16, n. 29, 2016.

CALDEIRA, Bárbara L; TRINDADE, Vanessa C; ANTUNES, Elton. Corpos, agressões e textos verbo-visuais: a violência contra a mulher que desliza entre as capas da

revista Tpm e do jornal Super Notícia. In: **Tríade**, Sorocaba, SP, v. 6, n. 11, p. 61-75, mai. 2018

CARAVACA-MORERA, Jaime A.; PADILHA, Maria I. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. In: **Texto contexto - enferm.** [online]. 2018, vol.27, n.2, 2018

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no Município do Rio de Janeiro. **Physis**, 16, 02, Rio de Janeiro, IMS-UERJ, 2006, pp.233- 249.

CARVALHO, Carlos Alberto de. É possível tecer fios de alta tensão desencapados? Comunicação, jornalismo e acontecimentos sociais que envolvem violência. In: **InTexto**, p. 35-54, 2019.

CASSANA, M. Corpo, mídia e identidade de gênero. In: **Tríade**, Sorocaba, SP, v. 6, n. 11, p. 91-106, 2018.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: IPEA, FBSP, 2021 Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/atlas-da-violencia-2019/ Acesso em: 7 ago. de 2021

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2020**. Brasília: IPEA, FBSP, 2021 Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020.pdf>. Acesso em: 7 ago. de 2021

COLLING, Leandro. A igualdade não faz o meu gênero – Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 405-427.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DELEUZE, G. ¿Que és un dispositivo? In: BALBIER, E. et al. **Michel Foucault**, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161.

EFREM FILHO, Roberto. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. In: **cadernos pagu** (46), janeiro-abril de 2016, p. 311-340

FERREIRA JÚNIOR, Sérgio do E. S.; COSTA, Alda Cristina. Representações de morte e desvio em narrativas jornalísticas da Amazônia urbana. In: **Estudos em Comunicação** n. 23, 2016, p. 139-170.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cad. Pagu** [online]. 2004, n.22, pp.201-246.
_____. Manifesto Ciborgue. In: **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 33-118.

hooks, Bell. **Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black**. Boston: South End Press, 1989.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LAURETIS DE, Teresa. As tecnologias do gênero. In Buarque de Hollanda, Heloísa (Org.). **Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242

LEAL, Bruno Souza. Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de; ALZAMORA, Geane (Org.). **Textualidades Mediáticas**. 1ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2018, v. 1, p. 17-34.
LORDE, Audre. **Zami, a New Spelling of My Name**. Trumansberg, NY, Crossing, 1982, p.226.

LUGONES, María. Colonialidad y gênero. In: **Tabula Rasa: Bogotá - Colombia**, No.9: 73-101, 2008.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. Tradução de Juliana Watson e Tatiana Nascimento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta. **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. In: **Arte & Ensaios**, n. 32, 2016, p. 123-151.

MENDONÇA, Carlos M. C. Heteronormatividade: breves apontamentos sobre a força das leis, das normas e das regras nos processos de assujeitamento. In: SOARES, Juliana; TRINDADE, Vanessa C; KOLINSKI, Felipe, V. (Orgs.). **Dar-se a ver: textualidades, gêneros e sexualidades em estudos em Comunicação**. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2018, p. 14-21.

MIGUEL, Luis Felipe. Violência e Política. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 30 nº 88, 2005, p. 29-45

MISKOLCI, R. Corpos Elétricos – do assujeitamento à estética da existência. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(3): 272, setembro-dezembro. 2006, p. 681-693.

_____. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte, Autêntica, 2012.

MONTEIRO, Igor Ramon Lopes. Práticas de Extermínio e Lógicas de Gênero: uma análise de registros de homicídio no campo da segurança pública. **Tese** (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2021.

NAVARRO, Pablo P. Del texto al sexo: Judith Butler y la performatividad. Barcelona-Madrid: Egales, 2008

NICHOLSON, Linda. Interpretando gênero. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 8 n. 2, 2000, p. 9-41.

PORCHAT, Patrícia. Um corpo para Judith Butler. **Periódicus**, Salvador, n. 3, v. 1, p. 27-51, 2015.

PORTO, Maria Stela G. Mídia, Segurança Pública e Representações Sociais. **Tempo Social** (USP. Impresso), v. 21, p. 211-233, 2009.

PRADO. Marco A. M.; JUNQUEIRA, Rogério D. Homofobia, Hierarquização e Humilhação Social. In: Gustavo Venturi; Vilma Bokany. (Org.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Editoria Fundação Perseu Abramo, 2011.

PRADO, Marco A. M. et al. **Relatório do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT sobre inquéritos policiais envolvendo travestis e transexuais no Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte : NUH, 2018.

PRADO. Marco A. M.; VIDAL, Júlia S.; LAMOUNIER, Gab A. M.; CARNEIRO, Julia; FREITAS, Rafaela. V; MENDES, Barbara. G. A construção institucional do gênero criminoso: travestis e transexuais no Sistema de Justiça. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS**, v. 146, p. 515-258, 2018b.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

_____. Multidões queer: notas para uma política dos anormais. In: **Revista Estudos Feministas**, 19(1), 2011, p. 11-20.

_____. **Testo Junkie**. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAFFNSØE, Sverre. Qu'est-ce qu'un dispositif? L'analytique sociale de michel foucault. Symposium (**Canadian Journal of Continental Philosophy / Revue canadienne de philosophie continentale**), 01/2008; 12.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. In _____. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica & outros ensaios** (25-108). A Bolha Editora: Rio de Janeiro, 2019.

RODRIGUES, Carla. Ser e Devir: Butler leitora de Beauvoir. In: **Cadernos Pagu** (56), 2019. p. 1-21.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STRÖMQUIST, Liv. **A origem do mundo: uma história cultural da vagina**. São Paulo: Quadrinhos na Cia, 2018.

TUCHMAN, Gaye. As notícias como uma realidade construída. In: ESTEVES, João Pissarra (Org.). **Comunicação e sociedade: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. p. 91-104.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero** [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270.

WITTIG, Monique. **O Pensamento Hétero**. 1980. Disponível em: https://we.riseup.net/assets/134062/Wittig,+Monique+O+pensamento+Hetero_pdf.pdf. Acesso em: 01 dez. 2020.

Referências audiovisuais

HOLIDAY, Fernando. **Holiday mita em comissão sobre discriminação racial na Câmara**. Youtube. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6B4HoszNufc> Acesso em 7 ago. 2021.